

PAUL RICOEUR

tradução
Constança Marcondes Cesar

revisão técnica
Marina Appenzeller

TEMPO E NARRATIVA
TOMO I

SBD-FFLCH-USP



126524



P A P I R U S E D I T O R A

Título original em francês: *Temps et récit - tome I*
© Editions du Seuil, 1983

tradução: Constança Marcondes Cesar
revisão técnica: Marina Appenzeller
capa: Fernando Cornacchia
foto: Renato Testa
capidesque: Marco Antonio Storani
Mônica Saddy Martins
revisão: Juliana Bôa
Jazon da Silva Santos

Agradecemos a colaboração da
Embaixada da França no Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ricoeur, Paul, 1913-
Tempo e narrativa (tomo 1) / Paul Ricoeur ; tradução Constança
Marcondes Cesar - Campinas, SP : Papirus, 1994.

Bibliografia.
Obra em 3 v.
Publicado v. 1.
ISBN 85 308 0291-6

1. Filosofia francesa - Século 20 2. Narrativa (Retórica) 3.
Tempo I. Título.

94-2473 CDD-194

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia francesa 194
2. Paul Ricoeur : Obras filosóficas : Filosofia francesa 194

DEDALUS - Acervo - FFLCH-LE



21300104794

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:
© M. R. Cornacchia & Cia. Ltda. — Papirus Editora — Matriz - Fone:
(0192) 31-3534 e 31-3500 - C.P. 736 - CEP 13001-970 - Campinas
— Filial - Fone (011) 570-2877 - São Paulo - Brasil.

Proibida a reprodução total ou parcial. Editora afiliada à ABDR.

À memória de
Henri-Irénée Marrou

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
I. O CÍRCULO ENTRE NARRATIVA E TEMPORALIDADE	15
1. AS APORIAS DA EXPERIÊNCIA DO TEMPO	
O LIVRO XI DAS CONFISSÕES DE SANTO AGOSTINHO	19
1. <i>A aporia do ser e do não-ser do tempo</i>	22
2. <i>A medida do tempo</i>	30
3. <i>Intentio e distentio</i>	35
4. <i>O contraste da eternidade</i>	42
2. O TECER DA INTRIGA — UMA LEITURA	
DA POÉTICA DE ARISTÓTELES	55
1. <i>A célula melódica: o par mimese-muthos</i>	57
2. <i>A intriga: um modelo de concordância</i>	65
3. <i>A discordância inclusa</i>	71
4. <i>O ponto de partida e o ponto de chegada da configuração poética</i>	76
3. TEMPO E NARRATIVA — A TRÍPLICE MIMесе	85
<i>Mimese I</i>	88
<i>Mimese II</i>	101

<i>Mimese III</i>	110
1. <i>O círculo da mimese</i>	111
2. <i>Configuração, refiguração e leitura</i>	117
3. <i>Narratividade e referência</i>	118
4. <i>O tempo narrado</i>	125
II. A HISTÓRIA E A NARRATIVA	133
1. O ECLIPSE DA NARRATIVA	137
1. <i>O eclipse do acontecimento na historiografia francesa</i>	138
2. <i>O eclipse da compreensão: o modelo "nomológico" na filosofia analítica de língua inglesa</i>	160
2. EM DEFESA DA NARRATIVA	175
O esfacelamento do modelo nomológico	176
1. <i>Uma explicação sem legalidade: William Dray</i>	176
2. <i>A explicação histórica segundo Georg Henrik von Wright</i>	190
Argumentos "narrativistas"	205
1. <i>A frase narrativa segundo Arthur Danto</i>	206
2. <i>Seguir uma história</i>	213
3. <i>O ato configurante</i>	222
4. <i>A explicação pela armação da intriga</i>	230
5. <i>"Como se escreve a história"</i>	242
3. A INTENCIONALIDADE HISTÓRICA	251
1. <i>A imputação causal singular</i>	261
2. <i>As entidades de primeira ordem da historiografia</i>	274
3. <i>Tempo da história e destino do acontecimento</i>	293
CONCLUSÕES	321

PREFÁCIO

A *Metáfora Viva e Tempo e Narrativa* são duas obras gêmeas: editadas uma depois da outra, foram concebidas juntas. Embora a metáfora refira-se tradicionalmente à teoria dos "tropos" (ou figuras do discurso) e a narrativa, à teoria dos "gêneros" literários, os efeitos de sentido produzidos por ambas referem-se ao mesmo fenômeno central de inovação semântica. Nos dois casos, esta só se produz no nível do discurso, isto é, dos atos de linguagem de dimensão igual ou superior à frase.

Com a metáfora, a inovação consiste na produção de uma nova pertinência semântica, por meio de uma atribuição imperitante: "A natureza é um templo em que pilares vivos..." A metáfora permanece *viva* tanto tempo quanto percebemos, através da nova pertinência semântica — e de certo modo na sua espessura —, a resistência das palavras no seu emprego usual e, assim também, sua incompatibilidade no nível de uma interpretação literal da frase. O deslocamento de sentido que as palavras sofrem no enunciado metafórico, e a que a retórica antiga reduzia a metáfora, não constitui a totalidade da metáfora; é somente um meio a serviço do processo que se situa no nível da frase inteira — e tem como função salvar a nova pertinência da predicação "bizarra" ameaçada pela incongruência literal da atribuição.

Com a narrativa, a inovação semântica consiste na invenção de uma intriga que é, ela também, uma obra de síntese: virtude da intriga, objetivos, causas, acasos, são reunidos sob a

unidade temporal de uma ação total e completa. É esta *síntese do heterogêneo* que aproxima a narrativa da metáfora. Nos dois casos, o novo — o ainda não-dito, o inédito — surge na linguagem: aqui a metáfora *viva*, isto é, uma nova pertinência na predicação, ali uma intriga *fingida*, isto é, uma nova congruência no agenciamento dos incidentes.

Em ambos os casos, a inovação semântica pode ser reportada à imaginação produtora e, mais precisamente, ao esquematismo que é sua matriz de significação. Nas metáforas novas, o nascimento de uma nova pertinência semântica mostra maravilhosamente o que pode ser uma imaginação que produz segundo regras: "Produzir metáforas bem, dizia Aristóteles, é perceber o semelhante." Ora, o que é perceber o semelhante senão instaurar a própria similitude, aproximando termos que, a princípio afastados, aparecem de repente como "próximos"? É essa mudança de distância no espaço lógico que é a obra da imaginação produtora. Esta consiste em esquematizar a operação sintética, em representar a assimilação predicativa donde resulta a inovação semântica. A imaginação produtora, em obra no processo metafórico, é assim a competência de produzir novas espécies lógicas por assimilação predicativa, a despeito da resistência das categorizações usuais da linguagem. Ora, a intriga de uma narrativa é comparável a essa assimilação predicativa: ela "toma conjuntamente" e integra numa história inteira e completa os eventos múltiplos e dispersos e assim esquematiza a significação inteligível que se prende à narrativa considerada como um todo.

Enfim, nos dois casos, a inteligibilidade posta à luz por esse processo de esquematização se distingue tanto da racionalidade combinatória que a semântica estrutural põe em jogo, no caso da metáfora, quanto da racionalidade legisladora empregada pela narratologia ou pela historiografia científica, no caso da narrativa. Essa racionalidade visa, antes, simular, no nível superior de uma metalinguagem, uma inteligência enraizada num esquematismo.

Em conseqüência, quer se trate de metáfora ou de intriga, explicar mais é compreender melhor. Compreender, no primeiro caso, é apreender o dinamismo em virtude do qual um enunciado metafórico, uma nova pertinência semântica emergem das ruínas da pertinência semântica, tal como esta aparece para uma leitura literal da frase. Compreender, no segundo caso, é apreender a operação que unifica numa ação inteira e completa a diversidade constituída pelas circunstâncias, os objetivos e os meios, as iniciativas e as interações, as mudanças de sorte e

todas as conseqüências não desejadas surgidas da ação humana. Em grande parte, o problema epistemológico colocado pela metáfora ou pela narrativa, consiste em ligar a *explicação* empregada pelas ciências semilíngüísticas à compreensão prévia que se refere a uma familiaridade adquirida com a prática da linguagem, tanto poética quanto narrativa. Nos dois casos, trata-se de explicarmos, ao mesmo tempo, a autonomia dessas disciplinas racionais e sua filiação direta ou indireta, próxima ou distante, com base na inteligência poética.

O paralelismo entre metáfora e narrativa vai mais longe: o estudo da metáfora viva levou-nos a colocar, para além do problema da estrutura ou do sentido, o da referência ou da pretensão à verdade. Em *A Metáfora Viva*, defendi a tese segundo a qual a função poética da linguagem não se limita à celebração da linguagem por si mesma, às expensas da função referencial, tal como predomina na linguagem descritiva. Sustentei que a suspensão da função referencial direta e descritiva é só o avesso, ou a condição negativa, de uma função referencial mais dissimulada do discurso, que é de certo modo liberada pela suspensão do valor descritivo dos enunciados. É assim que o discurso poético traz à linguagem aspectos, qualidades, valores da realidade, que não têm acesso à linguagem diretamente descritiva e que só podem ser ditos em favor do jogo complexo entre a enunciação metafórica e a transgressão regrada das significações usuais de nossas palavras. Arrisquei-me, em conseqüência, a falar não somente de sentido metafórico, mas de referência metafórica, para dizer desse poder do enunciado metafórico de redescrever uma realidade inacessível à descrição direta. Sugeri mesmo fazer do "ver como", em que se resume o poder da metáfora, o revelador de um "ser como", no nível ontológico mais radical.

A função mimética da narrativa coloca um problema exatamente paralelo ao da referência metafórica. É até mesmo apenas uma aplicação particular desta última à esfera do *agir* humano. A intriga, diz Aristóteles, é a *mimese* de uma ação. Distinguirei, no momento certo, ao menos três sentidos do termo *mimese*: retorno à pré-compreensão familiar que temos da ordem da ação, entrada no reino da ficção, finalmente configuração nova por meio da ficção da ordem pré-compreendida da ação. É por esse último sentido que a função mimética da intriga junta-se à referência metafórica. Enquanto a redescricao metafórica reina principalmente no campo dos valores sensoriais, práticos, estéticos e axiológicos, que fazem do mundo um mundo

habitável, a função mimética das narrativas exerce-se de preferência no campo da ação e de seus valores *temporais*.

É nesse último traço que me deterei neste livro. Vejo nas intrigas que inventamos o meio privilegiado pelo qual reconfiguramos nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite, muda: "Que é pois o tempo?" — pergunta Agostinho. "Se ninguém me pergunta, sei, se alguém pergunta e quero explicar, não sei mais." É na capacidade da ficção de refigurar essa experiência temporal, presa às aporias da especulação filosófica, que reside a função referencial da intriga.

Mas a fronteira entre uma e outra função é instável. Primeiro, as intrigas que configuram e transfiguram o campo prático englobam não somente o agir, mas o padecer, logo, tanto os personagens como agentes quanto como *vítimas*. A poesia lírica situa-se assim ao lado da poesia dramática. Além disso, as circunstâncias que, como a palavra indica, envolvem a ação, e as conseqüências não desejadas que constituem uma parte do trágico da ação comportam também uma dimensão de passividade, acessível, aliás, ao discurso poético, em particular sob o modo da elegia e da lamentação. É assim que redescrição metafórica e *mimese* narrativa estão estreitamente intrincadas, a ponto de ser possível trocar os dois vocabulários e falar do valor mimético do discurso poético e do poder de redescrição da ficção narrativa.

O que se esboça, assim, é uma vasta esfera poética que inclui enunciado metafórico e discurso narrativo.

O núcleo inicial deste livro é constituído pelas Brick Lectures, dadas em 1978 na Universidade de Missouri — Columbia. O original em francês lê-se nos três primeiros capítulos de *A Narratividade* (Paris, ed. do CNRS, 1980). Acrescenta-se aí a *Zaharoff Lecture*, dada na *Taylor Institution, St. Giles*, em 1979: "The Contribution of French Historiography to the Theory of History" (Oxford, Clarendon Press, 1980). Diversas partes da obra foram elaboradas sob uma forma esquemática por ocasião de dois seminários dados na Universidade de Toronto, na cátedra Northrop Frye e no contexto do "Programa de Literatura Comparada". Muitos esboços de conjunto constituíram a matéria de meus seminários no *Centre d'Études de Phénoménologie et d'Herméneutique* de Paris e na Universidade de Chicago na cátedra John Nuveen.

Agradeço aos professores John Bien et Noble Cunningham da Universidade de Missouri — Columbia, G.P.V. Collyer da

Taylor Institution, St. Giles em Oxford, Northrop Frye e Mario Valdés da Universidade de Toronto, por seu convite amável, assim como a meus colegas e alunos da Universidade de Chicago por sua acolhida, sua inspiração e suas exigências críticas. Meu reconhecimento vai, especialmente, a todos os participantes do *Centre d'Études de Phénoménologie et d'Herméneutique* de Paris, que acompanharam minha pesquisa em todo o seu desenvolvimento e contribuíram para a obra coletiva *A Narratividade*.

Tenho uma dívida particular em relação a François Wahl, das *Éditions du Seuil*, cuja leitura minuciosa e rigorosa permitiu-me melhorar a argumentação e o estilo deste livro.

PARTE I
O CÍRCULO ENTRE NARRATIVA E TEMPORALIDADE

A primeira parte da presente obra visa esclarecer os pressupostos principais, que o resto do livro é chamado a submeter à prova, das diversas disciplinas que tratam de historiografia ou de narrativa de ficção. Esses pressupostos têm um núcleo comum. Quer se trate de afirmar a identidade estrutural entre a historiografia e a narrativa de ficção, como nos esforçaremos por provar na segunda e na terceira partes, quer de afirmar o parentesco profundo entre a exigência da verdade dos dois modos narrativos, como faremos na quarta parte, um pressuposto domina todos os outros, a saber, que o desafio último, tanto da identidade estrutural da função narrativa quanto da exigência de verdade de toda obra narrativa, é o caráter temporal da experiência humana. O mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal. Ou, como será freqüentemente repetido nesta obra: o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal. É a esse pressuposto maior que é consagrada nossa primeira parte.

É inegável que a tese apresenta um caráter circular. É, afinal, o caso de qualquer asserção hermenêutica. A primeira parte que apresentamos tem a ambição de encarregar-se dessa objeção. Vamos nos esforçar, no Capítulo 3, em demonstrar que o círculo entre narratividade e temporalidade não é um círculo

vicioso, mas um círculo saudável, cujas duas metades se reforçam mutuamente. Para preparar esta discussão, pensei em poder dar à tese da reciprocidade entre narratividade e temporalidade duas introduções históricas independentes uma da outra. A primeira (Capítulo 1) é consagrada à teoria do tempo em Santo Agostinho; a segunda (Capítulo 2), à teoria da intriga em Aristóteles.

A escolha desses dois autores tem uma dupla justificação.

Primeiro, eles nos propõem duas entradas *independentes* no círculo de nosso problema: um pelo lado dos paradoxos do tempo, o outro pelo lado da organização inteligível da narrativa. Sua independência não consiste apenas em que as *Confissões* de Santo Agostinho e a *Poética* de Aristóteles pertencem a universos culturais profundamente diferentes, separados por muitos séculos e por problemáticas não passíveis de sobreposição. De modo mais importante para nosso propósito, um inquire sobre a natureza do tempo, sem aparentemente se preocupar em basear nesta investigação a estrutura narrativa da autobiografia espiritual desenvolvida nos nove primeiros livros das *Confissões*. O outro constrói sua teoria da intriga dramática sem consideração das implicações temporais de sua análise, deixando à *Física* o cuidado de encarregar-se da análise do tempo. É nesse sentido preciso que as *Confissões* e a *Poética* oferecem dois acessos, independentes um do outro, ao nosso problema circular.

Mas essa independência das duas análises não é o que reterá mais a atenção. Elas não se limitam a convergir em direção à mesma interrogação, partindo de dois horizontes filosóficos radicalmente diferentes: engendram, cada uma, a imagem invertida da outra. A análise agostiniana oferece, com efeito, uma representação do tempo na qual a *discordância* não cessa de desmentir o anseio de *concordância* constitutiva do *animus*. A análise aristotélica, em compensação, estabelece a preponderância da *concordância* sobre a *discordância* na configuração da *Intriga*. É essa relação inversa entre *concordância* e *discordância* que me pareceu constituir o interesse principal do confronto entre as *Confissões* e a *Poética* — confronto que pode parecer tanto mais incongruente quanto vai de Agostinho a Aristóteles, desprezando a cronologia. Mas achei que o encontro entre as *Confissões* e a *Poética*, no espírito do mesmo leitor, se tornar-se-ia mais dramático se fosse da obra em que predomina a perplexidade engendrada pelos paradoxos do tempo em direção àquela em que, ao contrário, reina a confiança no poder do poeta e do poema de fazer triunfar a ordem sobre a desordem.

É no Capítulo 3 desta primeira parte que o leitor encontrará a célula melódica de que o resto da obra constitui o desenvolvimento e, às vezes, a inversão. Consideraremos aí por si mesmo — e sem outra preocupação de exegese histórica — o jogo invertido da *concordância* e da *discordância* que nos foi legado pelas análises soberanas do tempo, de Agostinho, e da intriga, de Aristóteles.

* A escolha do vocabulário deve muito aqui à obra de Frank Kermode, *The Sense of an Ending. Studies in the Theory of Fiction*, Oxford University Press, 1966, ao qual consagro uma análise particular na terceira parte da presente obra.

1
AS APORIAS DA EXPERIÊNCIA DO TEMPO
O LIVRO XI DAS CONFISÕES DE SANTO AGOSTINHO

A antítese principal em torno da qual nossa própria reflexão vai girar encontra sua expressão mais aguda lá pelo fim do livro XI das *Confissões* de Santo Agostinho¹. Dois traços da alma humana aí se acham confrontados, aos quais o autor, com seu gosto marcante pelas antíteses sonoras, dá o nome de *intentio* e de *distentio animi*. É esse contraste que compararei ulteriormente com o do *muthos* e da *peripeteia* em Aristóteles.

Duas observações preliminares devem ser feitas. Primeira observação: começo a leitura do livro XI das *Confissões* no

1. A tradução francesa que adotei é a de E. Tréhoryrel e G. Bouissou, a partir do texto de M. Skutella (ed. Teubner, 1934), com introdução e notas por A. Solignac, Desclée de Brouwer, "Bibliothèque augustinienne", t. XIV, 1962, pp. 270-343. Meu estudo deve muito ao comentário rigoroso de E. P. Meijering, *Augustin über Schöpfung, Ewigkeit und Zeit. Das elfte Buch der Bekenntnisse*, Leiden, E. J. Brill, 1979. Insisto mais que ele sobre o caráter aporético da discussão e principalmente sobre a dialética entre *distentio* e *intentio* que, em compensação, é fortemente sublinhada por A. Solignac em suas "Notas complementares" à tradução Tréhorel-Bouissou, pp. 572-591. A obra de Jean Guitton, *Le temps et l'éternité chez Plotin et saint Augustin*, 1933, Paris, Vrin, 4ª ed., 1971, não perdeu nada de sua acuidade. Para as referências a Plotino, utilizei a introdução e o comentário de Werner Beierwaltes, *Plotin über Ewigkeit und Zeit* (Ennéade III, 7), Frankfurt, Klostermann, 1967. Consultar-se-á igualmente E. Gilson, "Notes sur l'être et le temps chez saint Augustin", *Recherches augustinienes*, Paris, 1929, pp. 246-255, e John C. Callahan, *Four Views of Time in Ancient Philosophy*, Harvard University Press, 1948, pp. 149-204. Sobre a história do problema do instante, cf. P. Duhamel, *Le Système du Monde*, Paris, Hermann, t. I, cap.V.

capítulo 14, 17, com a questão: "O que é, com efeito, o tempo?" Não ignoro que a análise do tempo está inserida numa meditação sobre as relações entre a eternidade e o tempo², suscitada pelo primeiro versículo do *Gênesis*: *In principio fecit Deus...* Nesse sentido, isolar a análise do tempo dessa meditação é fazer ao texto uma certa violência que o propósito de situar no mesmo espaço de reflexão a antítese agostiniana entre *intentio* e *distentio* e a antítese aristotélica entre *muthos* e *peripeteia* não basta para justificar. Contudo essa violência encontra alguma justificação na própria argumentação de Agostinho que, tratando do tempo, não se refere mais à eternidade senão para marcar mais fortemente a deficiência ontológica característica do tempo humano, e mede-se diretamente pelas aporias que afligem a concepção do tempo enquanto tal. Para corrigir um pouco esse dano ao texto de Santo Agostinho, reintroduzirei a meditação sobre a eternidade numa etapa ulterior da análise, com o propósito de buscar, aí, uma *intensificação* da experiência do tempo.

Segunda observação preliminar: isolada da meditação sobre a eternidade pelo artifício metódico que acabo de confessar, a análise agostiniana do tempo oferece um caráter altamente interrogativo e mesmo aporético, que nenhuma das teorias antigas do tempo, de Platão a Plotino, leva a tal grau de acuidade. Não somente Agostinho (como Aristóteles) procede sempre a partir de aporias recebidas da tradição, mas a resolução de cada aporia dá origem a novas dificuldades que não cessam de relançar a pesquisa. Esse estilo, que faz com que todo avanço de pensamento suscite um novo embaraço, coloca Agostinho alternativamente na vizinhança dos céticos, que não sabem, e dos platônicos e neoplatônicos, que sabem. Agostinho busca (o verbo *quaerere*, veremos, retorna com insistência ao longo de todo texto). Talvez fosse preciso dizer que o que se chama de a tese agostiniana sobre o tempo e que se qualifica de bom grado de tese *psicológica*, para opô-la à de Aristóteles e mesmo à de Plotino, é ela própria mais aporética do que o próprio Agostinho o admitiria. É pelo menos o que tratarei de mostrar.

As duas observações iniciais devem ser reunidas: a inserção da análise do tempo numa meditação sobre a eternidade dá à busca agostiniana o tom singular de um "gemido" cheio de esperança, que desaparece numa análise que isola o argumento propriamente dito sobre o tempo. Mas é precisamente destacan-

2. Essa meditação estende-se de 1 a 14, 17, e é retomada em 29, 39 até o fim, 31, 41.

do a análise do tempo de seu pano de fundo de eternidade que se ressaltam seus traços aporéticos. Certamente, esse modo aporético difere daquele dos céticos, no sentido de que não impede qualquer certeza forte. Mas difere daquele dos neoplatônicos, no sentido de que o núcleo assertivo nunca se deixa apreender em sua nudez, fora das novas aporias que engendra³.

Esse caráter aporético da reflexão pura sobre o tempo é da maior importância para toda a seqüência da presente investigação. Por dois motivos.

Primeiro, é preciso confessar que não há, em Agostinho, fenomenologia pura do tempo. Talvez nunca haverá depois dele⁴. Assim, a "teoria" agostiniana do tempo é inseparável da operação *argumentativa* pela qual o pensador corta uma depois da outra as cabeças que sempre renascem da hidra do ceticismo. A partir daí, não há descrição sem discussão. Por isso é extremamente difícil — e talvez impossível — isolar um núcleo fenomenológico da ganga argumentativa. A "solução psicológica" atribuída a Agostinho não é talvez nem uma "psicologia" que se possa isolar da retórica do argumento, nem mesmo uma "solução" que se possa subtrair definitivamente do regime aporético.

Esse estilo aporético assume ademais uma significação particular na estratégia de conjunto da presente obra. Será uma tese permanente deste livro que a especulação sobre o tempo é uma ruminação inconclusiva, à qual só replica a atividade narrativa. Não que esta resolva, por substituição, as aporias. Se as resolve, é num sentido poético e não teórico do termo. A tessitura da intriga, diremos adiante, responde à aporia especulativa por um fazer poético capaz certamente de esclarecer (esse será o sentido principal da *catharsis* aristotélica) a aporia, mas não de resolvê-la teoricamente. Num sentido, o próprio Agostinho orienta para uma solução desse gênero: a fusão do argumento e do hino, na primeira parte do livro XI — que vamos primeiro pôr entre parênteses — já deixa entrever que só uma

3. J. Guittou, atento ao laço entre tempo e consciência em Santo Agostinho, observa que a aporia do tempo é também a aporia do eu (*op. cit.*, p. 224). Ele cita *Confissões* X, 16, 25: "Para mim ao menos, Senhor, peno com isso e lamento por mim mesmo. Tornei-me para mim mesmo uma terra excessivamente ingrata que me banha de suor [J. Guittou diz, com mais elegância: *uma terra de dificuldade e de suor*]. Sim, não são mais as zonas celestes que escrutamos agora, nem as distâncias astrais, mas o espírito (*ego sum, qui memini, ego animus*)".

4. Essa audaciosa afirmação, retomada no fim da primeira parte, é objeto de uma longa discussão na quarta parte.

transfiguração poética, não só da solução, mas da própria questão, liberta a aporia do não-sentido que caminha ao seu lado.

1. A aporia do ser e do não-ser do tempo

A noção de *distentio animi*, acoplada à *intentio*, só se destaca lenta e penosamente da aporia maior que exerce o espírito de Agostinho: a saber, a da *medida* do tempo. Mas essa própria aporia se inscreve no círculo de uma aporia mais fundamental ainda, a do ser e do não-ser do tempo. Porque só pode ser medido aquilo que, de algum modo, é. Pode-se, caso se queira, deplorar o fato: a fenomenologia do tempo nasce no meio de uma questão ontológica: "O que é, com efeito, o tempo?", *quid est enim tempus?* (XI, 14, 17⁵). Posta a questão, todos os problemas antigos sobre o ser e o não-ser do tempo surgem. Mas é notável que, desde o início, o estilo inquisitivo de Agostinho impõe-se: de um lado, a argumentação cética pende para o não-ser, enquanto uma confiança comedida no uso cotidiano da linguagem força a dizer, de um modo que não sabemos ainda explicar, que o tempo é. O argumento cético é bem conhecido: o tempo não tem ser, posto que o futuro ainda não é, que o passado não é mais e que o presente não permanece. E contudo falamos do tempo como tendo ser: dizemos que as coisas por vir serão, que as coisas passadas foram e que as coisas presentes passam. Mesmo passar não é nada. É notável que seja o uso da linguagem que sustente, por provisão, a resistência à tese do não-ser. Falamos do tempo e falamos dele de modo sensato, o que embasa qualquer asserção sobre o ser do tempo: "E compreendemos certamente quando falamos dele: compreendemos também quando ouvimos um outro falar dele" (14, 17⁶).

Mas se é verdade *que* falamos do tempo de modo sensato e em termos positivos (será, foi, é), a impotência para explicar o *como* desse uso nasce precisamente desta certeza. O dizer do

5. Citaremos doravante 14, 17; 15, 18 etc., todas as vezes que se tratar do livro XI das *Confissões*.

6. Aqui o contraste com a eternidade é decisivo: "Quanto ao tempo presente, se fosse sempre presente e não se dirigisse ao passado, não seria mais o tempo, mas a eternidade" (*ibid.*). Pode-se, contudo, notar aqui que, qualquer que seja a inteligência que consigamos ter da eternidade, o argumento pode se limitar a apelar para o nosso uso da linguagem que contém a palavra "sempre". O presente não é sempre. Assim, *passar* requer o contraste de *permanecer* (Meijering cita o *sermo* 108 onde *passar* é oposto, de múltiplos modos, a *permanecer*). Veremos, ao longo de todo o argumento, refinar-se a definição do presente.

tempo resiste certamente ao argumento cético, mas a própria linguagem é posta em questão pela separação entre o "que" e o "como". Conhecemos de cor o grito de Agostinho no limiar de sua meditação: "O que é afinal o tempo? Se ninguém me pergunta, sei; se alguém pergunta e quero explicar, não sei mais" (14, 17). Assim o paradoxo ontológico opõe não somente a linguagem ao argumento cético, mas a linguagem a si mesma: como conciliar a positividade dos verbos "ter passado", "advir", "ser" e a negatividade dos advérbios "não... mais", "ainda não...", "nem sempre"? A questão é pois circunscrita: *como* o tempo pode ser, se o passado não é mais, se o futuro não é ainda e se o presente nem sempre é?

Sobre esse paradoxo inicial incrusta-se o paradoxo central donde sairá o tema da distensão. *Como se pode medir o que não é?* O paradoxo da medida é diretamente engendrado por aquele do ser e do não-ser do tempo. Aqui ainda, a linguagem é um guia relativamente seguro: *dizemos* um tempo longo e um tempo curto e, de um certo modo, *observamos* a extensão e *fazemos* medições (cf. a apóstrofe, em 15, 19, da alma a si mesma: "Foi-te dado perceber as lentidões (*moras*) do tempo e medi-las. O que vais responder?"). Bem mais, é somente do passado e do futuro que dizemos que são longos ou curtos: para antecipar a "solução" da aporia, é bem do futuro que se diz que ele se encurta e do passado que ele se alonga. Mas a linguagem se limita a atestar o fato da medida; o *como*, uma vez mais, escapa-lhe: "como é possível que... ", "a que título" (*sed quo pacto*, 15, 18).

Agostinho vai, primeiro, parecer dar as costas à certeza de que é o passado e o futuro que se medem. Ulteriormente, colocando o passado e o futuro no presente, por intermédio da memória e da espera, poderá salvar esta certeza inicial de um desastre aparente, transferindo para a espera e para a memória a idéia de um longo futuro e de um longo passado. Mas essa certeza da linguagem, da experiência e da ação só será recuperada depois de ter sido perdida e profundamente transformada. Quanto a isso, é um traço da indagação agostiniana que a resposta final seja antecipada sob diversas modalidades que devem primeiro sucumbir à crítica, antes que seu verdadeiro sentido emerja⁷. Com efeito, Agostinho parece inicialmente renunciar a uma certeza muito fragilmente argumentada: "Meu senhor, minha luz, será que aqui ainda tua verdade não vai rir

7. O papel das antecipações é bem marcado por Meijering no seu comentário.

do homem?" (15, 18^b). É pois para o lado do presente que vamos voltar primeiro. Não era "quando ainda era presente" que o passado era longo? (15, 18) Também nesta questão, algo da resposta final é antecipada, posto que memória e espera aparecerão como modalidades do presente. Mas, na fase atual do argumento, o presente ainda é oposto ao passado e ao futuro. A idéia de um tríplice presente ainda não surgiu. É por isso que a solução baseada apenas no presente deve desmoronar. O fracasso dessa solução resulta de um refinamento da noção de presente, que não é mais somente caracterizado pelo que não permanece, mas pelo que não tem extensão.

Esse refinamento, que leva o paradoxo ao seu cúmulo, aparenta-se com um argumento cético bem conhecido: cem anos podem estar presentes ao mesmo tempo? (15, 19) (O argumento, vê-se, luta unicamente contra a atribuição da extensão ao presente.) Conhecemos a seqüência: só é presente o ano em curso; e, no ano, o mês; no mês, o dia; no dia, a hora: "e esta hora única, ela própria, corre em partículas fugitivas: tudo o que fugiu é passado, tudo que lhe resta é futuro" (15, 20⁹).

É preciso, pois, concluir com os cétricos: "Se se concebe (*intelligitur*) um elemento do tempo (*quid... temporis*) que não possa mais ser dividido em parcelas de instantes, por mínimas que sejam, é o que se deve chamar de presente...; mas o presente não tem espaço (*spatium*)" (*ibid*)¹⁰. Numa etapa ulterior da discussão, a definição do presente se refinará até a idéia de instante pontual. Agostinho dá um tom dramático à impiedosa conclusão da máquina argumentativa: "O tempo presente grita que não pode ser longo" (16, 20).

O que é pois que se mantém sob o disfarce do ceticismo? Ainda e sempre a experiência, articulada pela linguagem e esclarecida pela inteligência: "E contudo, Senhor, percebemos

8. Sobre o riso de Deus, cf. Meijering, pp. 60-61.

9. Agostinho, como os antigos, nada diz a respeito das unidades menores que a hora. Meijering (*op. cit.*, p. 64) remete aqui a H. Michel, "A noção de hora na Antigüidade", *Janus* (57), 1970, pp. 115 ss.

10. Sobre o argumento do instante indivisível mas sem extensão, acharemos em Meijering (*op. cit.*, pp. 63-64) uma lembrança dos textos de Sextus Empiricus e uma remessa bem colocada à discussão estoica, apresentada por Victor Goldschmidt em *Le Système stoicien et le Temps*, pp. 37 ss., 184 ss. Ter-se-á notado que Agostinho está perfeitamente consciente da dependência de sua análise de uma argumentação especulativa: *si quid intelligitur temporis...* Nada aqui pode reivindicar uma fenomenologia pura. Ademais, ter-se-á notado de passagem o surgimento da noção de extensão temporal; mas ela ainda não está em condições de enraizar-se: "Porque, se [o presente] se estende, ele se divide em passado e futuro" (*nam si extenditur, dividitur...* 15, 20).

(*sentimus*) os intervalos de tempo; nós os comparamos (*comparamus*) entre si, e os chamamos uns de mais longos, outros de mais curtos. Avaliamos (*metimur*) ainda quanto tal tempo é mais curto que tal outro" (16, 21). O protesto do *sentimus, comparamus, metimur* é o de nossas atividades sensoriais, intelectuais e pragmáticas, relativo à medida do tempo. Mas essa obstinação do que é preciso chamar de experiência não nos faz avançar nenhum passo na questão do "como". Sempre se mesclam falsas certezas à evidência autêntica.

Acreditamos dar um passo decisivo substituindo a noção de presente pela de passagem, de transição, na esteira da asserção anterior: "É no momento em que passam (*praetereuntia*) que medimos os tempos, quando os medimos percebendo-os" (16, 21). A fórmula especulativa parece aderir à certeza prática. Deverá contudo, também sucumbir à crítica, antes de retornar, precisamente, como *distentio*, graças à dialética dos três presentes. Enquanto não tivermos formado a idéia da relação distendida entre espera, memória e atenção, não compreenderemos nós mesmos quando repetirmos uma segunda vez: "No momento pois em que o tempo passa, ele pode ser percebido e medido" (*ibid*). A fórmula é ao mesmo tempo uma antecipação da solução e um impasse provisório. Não é, pois, por acaso que Agostinho se detém no momento em que parece mais certo: "Busco, ó Pai, não afirmo..." (17, 22¹¹). Mais ainda, não é no impulso dessa idéia de passagem que ele prossegue sua busca, mas por um retorno à conclusão do argumento cético: "O presente não tem extensão". Ora, para abrir caminho à idéia de que o que medimos é de fato o futuro compreendido mais tarde como espera e o passado compreendido como memória, é preciso pleitear pelo ser do passado e do futuro, negado demasiadamente cedo, mas num sentido que ainda não somos capazes de articular¹².

Em nome de que proferir o direito de o passado e o futuro serem de algum modo? Ainda uma vez, em nome do que dizemos e fazemos a propósito deles. Ora, o que dizemos e fazemos

11. Meijering (*op. cit.*, p. 66) reconhece no *quaero* agostiniano o *zêtein* grego que constitui a diferença entre a aporia agostiniana e a total insciência dos cétricos. J. Guitton discerne uma fonte não grega no *zêtein*, na tradição sapiencial dos hebreus, que encontra eco nos *Atos*, 17, 26.

12. Não é senão depois de ter resolvido o primeiro paradoxo (ser/não-ser) que Agostinho poderá retomar esta asserção mais ou menos nos mesmos termos: "Medimos os tempos quando passam" (21, 27). É pois sempre em relação com a noção de medida que a idéia de passagem impõe-se. Mas não temos ainda o meio de compreender esta última.

quanto a isso? Narramos as coisas que consideramos verdadeiras e predizemos acontecimentos que ocorrem tal como os havíamos antecipado¹³. É pois sempre a linguagem, assim como a experiência e a ação, que esta articula, que resiste ao assalto dos cétricos. Ora, prever é prever e narrar é "discernir pelo espírito" (*cernere*). O *De Trinitate* (15, 12, 21) fala nesse sentido de duplo "testemunho" (Meijering, *op. cit.*, p. 67) da história e da previsão. É pois a despeito do argumento cétrico que Agostinho conclui: "Existem pois (*sunt ergo*) coisas futuras e coisas passadas" (17, 22).

Essa declaração não é a simples repetição da afirmação rejeitada desde as primeiras páginas, a saber, que o futuro e o passado são. Os termos futuro e passado figuram doravante como adjetivos: *futura* e *praeterita*. Esse deslizar imperceptível abre, na realidade, caminho ao deslindamento do paradoxo inicial sobre o ser e o não-ser e, por via de consequência, do paradoxo central sobre a medida. Estamos, com efeito, prontos a considerar como seres não o passado e o futuro como tais, mas qualidades temporais que podem existir no presente sem que as coisas de que falamos quando as narramos ou as predizemos ainda existam ou já existam. Deveríamos, pois, estar muito atentos às transições de Agostinho.

No próprio limiar de sua resposta ao paradoxo ontológico, ele se detém ainda uma vez: "Deixa-me, Senhor, levar mais longe minhas investigações (*amplius quaerere*), Tu, minha esperança" (18, 23). Isso não é uma simples habilidade retórica, nem invocação piedosa. A essa pausa, com efeito, segue-se um passo audacioso, que conduzirá da afirmação que acabamos de mencionar à tese do tríplice presente. Mas esse passo, como acontece frequentemente, assume a forma de uma questão: "Se, com efeito, as coisas futuras e as coisas passadas são, quero saber onde são" (18, 23). Começamos pela questão *como*. Continuamos pela questão *onde*. A questão não é inocente: consiste em buscar um *sítio* para as coisas futuras e passadas, na medida em que são narradas e preditas. Toda a seqüência da argumentação ater-se-á ao âmbito desta questão, para chegar a situar

13. É preciso distinguir o argumento da predição que concerne a todos os homens e o argumento da profecia que só concerne aos Profetas inspirados: este segundo argumento coloca um problema diferente, o do modo pelo qual Deus (ou o Verbo) "instrui" os Profetas (19, 25). A respeito desse ponto, cf. Guittton, *op. cit.*, pp. 261-270: o autor sublinha o caráter libertador da análise agostiniana da *expectatio* em relação a toda a tradição pagã da *adivinhação* e da *mântica*. A profecia permanece, nesta medida, uma exceção e um dom.

"na" alma as qualidades temporais implicadas na narração e na previsão. A transição pela questão *onde* é essencial para se entender bem a primeira resposta: "Onde estejam, quaisquer que sejam, [as coisas futuras ou passadas] só estão aí como presentes" (18, 23). Parecemos virar as costas à afirmação anterior de que o que medimos é somente o passado e o futuro; bem mais, parecemos negar a confissão de que o presente não tem espaço. Mas é de um presente inteiramente diverso que se trata, também ele tornado adjetivo plural (*praesentia*), alinhado com *praeterita* e *futura*, e pronto para acolher uma multiplicidade interna. Parecemos também ter esquecido a asserção: "É quando as coisas passam que as medimos." Mas a reencontraremos mais adiante, quando retornarmos à questão da medida.

É pois no contexto da questão onde que retomamos, para aprofundá-las adiante, as noções de narração e de previsão. Narração, diremos, implica memória e previsão implica espera. Ora, o que é recordar? É ter uma *imagem* do passado. Como é possível? Porque essa imagem é uma impressão deixada pelos acontecimentos e que permanece fixada no espírito¹⁴.

Observamos: tudo vai de repente muito rápido, após as lentidões calculadas que precedem.

A previsão é explicada de um modo um pouco mais complexo: é graças a uma espera presente que as coisas futuras estão presentes a nós como porvir. Temos delas uma "pré-percepção" (*praesensio*) que nos permite "anunciá-las antecipadamente" (*praenuntio*). A espera é assim análoga à memória. Consiste numa imagem que já existe no sentido de que precede o evento que ainda não é (*nondum*); mas essa imagem não é uma impressão deixada pelas coisas passadas, mas um "sinal" e uma "causa" das coisas futuras que assim são antecipadas, pré-percebidas, anunciadas, preditas, proclamadas antecipadamente (note-se a riqueza do vocabulário comum da espera).

14. É preciso citar o parágrafo inteiro: "Aliás, quando narramos coisas verdadeiras, mas passadas, é da memória que extraímos, não as próprias coisas, que passaram, mas as palavras concebidas a partir das imagens que elas gravaram no espírito, como impressões, passando pelos sentidos" (18, 23). A abundância das proposições de lugar é impressionante: é da (*ex*) memória que extraímos... as palavras concebidas a partir (*ex*) das imagens que são gravadas no (*in*) espírito: "minha infância, que não existe mais, está no (*in*) tempo passado que não existe mais; mas sua imagem... é no (*in*) tempo presente que a contemplo, porque está ainda na (*in*) memória" (*ibid.*). A questão *onde* ("se... as coisas futuras e as coisas passadas são, quero saber onde (*ubicumque*) estão") exige a resposta "em".

A solução é elegante — mas quão laboriosa, quão custosa e quão mal-garantida!

Solução elegante: confiando à memória o destino das coisas passadas e à espera o das coisas futuras, pode-se incluir memória e espera num presente ampliado e dialetizado que não é nenhum dos termos anteriormente rejeitados: nem o passado, nem o futuro, nem o presente pontual, nem mesmo a passagem do presente. Conhece-se a fórmula famosa, cujo laço com a aporia que ela deveria resolver se esquece com demasiada facilidade: "Talvez se pudesse dizer no sentido próprio: há três tempos, o presente do (*de*) passado, o presente do (*de*) presente e o presente do (*de*) futuro. Há, com efeito, na (*in*) alma, de um certo modo, estes três modos de tempo, e não os vejo alhures (*alibi*)" (20, 26).

Dizendo isso, Agostinho está consciente de afastar-se um pouco da linguagem ordinária na qual contudo se apoiou, com prudência, é verdade, em sua resistência ao argumento cético: "Não é no sentido próprio (*proprie*) que se diz: 'Há três tempos, o passado, o presente, o futuro'" (*ibid.*). Mas, acrescenta, como à margem: "Raramente falamos das coisas em termos próprios, o mais das vezes em termos impróprios (*non proprie*), mas apreendemos o que queremos dizer" (*ibid.*). Nada impede, contudo, que se continue a falar, como fazemos, do presente, do passado, do futuro: "Não me preocupo com isso, não me oponho a isso, não critico isso, desde que contudo se compreenda o que se diz..." (*ibid.*) A linguagem corrente é pois somente reformulada de um modo mais rigoroso.

Para que se entenda o sentido dessa retificação, Agostinho apóia-se numa tríplice equivalência que, parece, compreende-se por si só: "O presente do passado é a memória, o presente do presente é a visão (*contuitus*) [teremos mais adiante *attentio*, termo que marca melhor o contraste com a *distentio*], o presente do futuro é a espera" (20, 26). Como sabemos? Agostinho responde laconicamente: "Se nos permitem falar assim, vejo (*video*) três tempos; sim, confesso (*fateorque*), há três tempos" (*ibid.*). Essa visão e essa confissão constituem realmente um núcleo fenomenológico para toda a análise; mas o *fateor*, unido ao *video*, testemunha de qual debate essa visão é a conclusão.

Solução elegante, mas laboriosa.

Consideremos a memória: é preciso dotar certas imagens do poder de fazer referência a coisas passadas (cf. a preposição latina *de*); estranho poder, com efeito! De um lado, a impressão existe agora, de outro, vale para as coisas passadas que, para

tal, existem "ainda" (*adhuc*) (18, 23) na memória. Esta pequena palavra "ainda" (*adhuc*) é ao mesmo tempo a solução da aporia e a fonte de um novo enigma: como é possível que as imagens-impressões, os *vestigia*, que são coisas presentes, gravadas na alma, sejam ao mesmo tempo "a propósito do" passado? A imagem do futuro coloca uma dificuldade semelhante: as imagens-signos são ditas "já existentes" (*jam sunt*) (18, 24). Mas "já" significa duas coisas: "o que já é, não é futuro, mas presente" (18, 24); nesse sentido, não se vêem as próprias coisas futuras que não são "ainda" (*nondum*). Mas "já" marca, ao mesmo tempo a existência presente do signo, seu caráter de antecipação: dizer que as coisas "já são" é dizer que pelo signo eu anuncio coisas futuras, que posso predizê-las; assim, o futuro já é "dito antecipadamente" (*ante dicatur*). A imagem antecipatória não é menos enigmática que a imagem por vestígio¹⁵.

O que constitui enigma é a própria estrutura de uma imagem que vale ora como impressão do passado, ora como signo do futuro. Parece que para Agostinho essa estrutura é pura e simplesmente vista tal como se mostra.

O que constitui enigma ainda maior é a linguagem quase espacial na qual a questão e a resposta estão expressas: "Se, com efeito, as coisas futuras e as coisas passadas são, quero saber onde são" (18, 23). Ao que responde: "Há na (*in*) alma, de um certo modo, esses três modos de tempo, e não os vejo alhures (*alibi*)" (20, 26). Será porque se colocou a questão em termos de "lugar" (onde estão as coisas futuras e passadas?) que se obtém uma resposta em termos de "lugar" (na alma, na memória)? Ou não será antes a quase espacialidade da imagem-impressão e da imagem-signo, inscrita na alma, que reivindica a questão do sítio das coisas futuras e passadas¹⁶? Não seria possível responder a isso nesta etapa da análise.

15. Talvez até seja um pouco mais. Seja a premeditação da ação futura: como toda espera, ela está presente, enquanto a ação futura não o está. Mas o "signo" - "causa" é aqui mais complicado que a simples previsão. Porque o que antecipo não é somente o começo da ação, mas seu desenlace; colocando-me previamente além de seu começo, vejo seu começo como o passado de seu desenlace futuro; falamos então do futuro anterior: "Quando o tivermos empreendido (*aggressi fuerimus*), quando o que premeditamos tiver recebido de nossa parte um começo de realização (*agere coeperimus*), então esta ação será, porque não será futura, mas presente" (18, 23). O futuro-presente é antecipado aqui ao futuro anterior. O estudo sistemático dos tempos verbais por Harald Weinrich, em *Tempus*, levará mais longe esse gênero de investigação (cf. terceira parte, Cap. III).

16. A linguagem quase cinética do trânsito do futuro ao passado através do presente (cf. adiante) consolidará mais ainda esta linguagem quase espacial.

Custosa, a solução da aporia do ser e do não-ser do tempo pela noção de um triplice presente permanece ainda mais mal garantida, enquanto não se resolver o enigma da *medida* do tempo. O triplice presente não tinha ainda recebido o selo definitivo da *distentio animi*, enquanto não se tinha reconhecido nessa própria triplicidade a falha que permite conceder à própria alma uma extensão de um tipo diverso daquele que recusamos ao presente pontual. Por sua vez, a própria linguagem quase espacial permanece em suspenso enquanto não se privou essa extensão da alma humana, fundamento de toda medida do tempo, de qualquer suporte cosmológico. A inerência do tempo à alma só adquire todo seu sentido uma vez eliminada, por via argumentativa, qualquer tese que colocasse o tempo na dependência do movimento físico. Nesse sentido, o "eu o vejo, eu o confesso", de 20, 26, só estará firmemente assegurado quando a noção de *distentio animi* se tiver formado.

2. A medida do tempo

É resolvendo o enigma da medida que Agostinho tem acesso a esta última caracterização do tempo humano (21- 31).

A questão da medida é retomada no ponto em que a deixamos em 16, 21: "Disse, pois, acima, que medimos os tempos quando passam (*praetereuntia*)" (21, 27). Ora, essa asserção retomada com força ("Sei, posto que os medimos e que não podemos medir o que não é." (*Ibid.*)) transforma-se imediatamente em *aporia*. O que passa, com efeito, é o presente. Ora, admitimos que o presente não tem extensão. O argumento, que uma vez mais nos joga para os céticos, merece ser analisado em detalhe. Primeiro, negligencia a diferença entre passar e estar presente, no sentido em que o presente é o instante indivisível (ou, como se dirá adiante, o "ponto"). Só a dialética do triplice presente, interpretado como distensão, poderá salvar uma asserção que, primeiro, deve se perder no labirinto da aporia. Mas principalmente o argumento adverso é construído precisamente com os recursos da imagística quase espacial de que se revestiu a apreensão do tempo como triplice presente. Passar, com efeito, é transitar. É pois legítimo perguntar-se: "de que (*unde*) e por que (*qua*) e em que (*quo*) ele passa?" (*ibid.*). Vê-se, é o termo "passar" (*transire*) que suscita essa captura na quase espacialidade. Ora, se seguimos a inclinação desta expressão figurada, é preciso dizer que passar é ir *do (ex) pelo (per) presente, ao (in) passado*. Esse trânsito confirma assim que a medida do tempo

se faz "num certo espaço" (*in aliquo spatio*) e que todas as relações entre intervalos de tempo concernem a "espaços de tempo" (*spatia temporum*) (*ibid.*). O impasse parece total: o tempo não tem espaço — ora, "o que não tem espaço, nós não medimos" (*ibid.*).

Nesse ponto, Agostinho faz uma pausa, como anteriormente, em cada momento crítico. É aqui mesmo que a palavra *enigma* é pronunciada: "Meu espírito arde por ver claro neste enigma (*aenigma*) tão intrincado" (22, 28). Com efeito, as noções correntes são obscuras como sabemos desde o início desta investigação. Mas, uma vez mais, diferentemente do ceticismo, a confissão do enigma é acompanhada por um desejo ardente que, para Agostinho, é uma representação do amor: "Dá o que amo; sim, amo, e isto és Tu quem o deste" (*ibid.*¹⁷). Aqui se mostra o lado hínico da busca que a investigação sobre o tempo deve à sua inserção numa meditação sobre o Verbo eterno. Voltaremos a isso mais tarde. Limitamo-nos por hora a sublinhar a confiança medida que Agostinho concede à linguagem ordinária: "Dizemos... 'depois de quanto tempo?' (*quam diu*) 'faz tempo!' (*quam longo tempore*) ... eis o que dizemos, eis o que ouvimos. E compreendem-nos e *compreendemos*" (22, 28). É por isso, diremos, que há *enigma*, mas não insciência.

Para resolver o enigma é preciso descartar a solução cosmológica para obrigar a investigação a buscar só na alma, logo, na estrutura múltipla do triplice presente, o fundamento da extensão e da medida. A discussão concernente à relação do tempo com o movimento dos astros e com o movimento em geral não constitui, pois, nem um aperitivo, nem um desvio.

Menos que nunca, a visão de Agostinho não é independente da polêmica cuja longa história se estende do *Timeu* de Platão e da *Física* de Aristóteles até a *Enéada* III, 7 de Plotino. A *distentio animi* é duramente conquistada ao longo e no termo de uma argumentação rigorosa que põe em jogo a áspera retórica da *reductio ad absurdum*.

Primeiro argumento: se o movimento dos astros é o tempo, por que não dizê-lo também do movimento de qualquer corpo (23, 29)? Esse argumento antecipa a tese de que o movimento dos astros poderia variar, logo, acelerar-se e tornar-se lento, o que é impensável para Aristóteles. Os astros são assim recondu-

17. Meijering sublinha aqui o papel da concentração que, no fim do livro, será ligada à esperança da estabilidade, a qual dá ao presente humano uma certa semelhança com o eterno presente de Deus. Pode-se dizer também que a narração dos livros I - IX é a história da busca dessa concentração e dessa estabilidade. Sobre esse ponto, cf. quarta parte.

zidos ao nível dos outros móveis, quer seja o torno do oleiro, quer a elocução das sílabas pela voz humana.

Segundo argumento: se as luzes do céu parassem e o torno do oleiro continuasse a girar, seria preciso medir o tempo por algo diverso do movimento (*ibid.*). Uma vez mais o argumento supõe abalada a tese da imutabilidade dos movimentos celestes. Uma variante do argumento: falar do movimento do torno do oleiro leva um tempo que não é medido pelo movimento astral suposto como alterado ou interrompido.

Terceiro argumento: subjacente aos pressupostos anteriores está a convicção, instruída pelas Escrituras, de que os astros são apenas luminárias destinadas a marcar o tempo (*ibid.*). Assim desclassificados, se é possível dizer, os astros não podem constituir, por seu movimento, o tempo.

Quarto argumento: se perguntarmos o que constitui a medida que chamamos de "dia", pensamos espontaneamente que as vinte e quatro horas do dia são medidas por um circuito inteiro do Sol. Mas, se o Sol girasse mais rápido e fizesse seu círculo em uma hora, o "dia" não seria mais medido pelo movimento do Sol (23, 30). Meijering sublinha o quanto, pela hipótese de uma rapidez variável do Sol, Agostinho afasta-se de toda a tradição: nem Aristóteles, nem Plotino, que contudo distinguem tempo e movimento, empregaram esse argumento. Para Agostinho, Deus, sendo o senhor da criação, pode mudar a rapidez dos astros como o oleiro a de seu torno, ou o recitante o início de suas sílabas (a parada do Sol por Josué vai no mesmo sentido que a hipótese da aceleração de seu movimento, que, enquanto tal, é independente do argumento do milagre). Só Agostinho ousa admitir que se pode falar de espaço de tempo — um dia, uma hora — sem referência cosmológica. A noção de *distentio animi* servirá precisamente de substituto a esse suporte cosmológico do espaço de tempo¹⁸.

É, com efeito, essencial notar que é no final do argumento, o qual dissocia totalmente a noção de "dia" daquela de movimento celeste, que Agostinho introduz, pela primeira vez, a noção de *distentio*, é verdade que sem outra qualificação: "Vejo pois que

18. Essa substituição explica que Agostinho não faça mais nenhum uso da distinção entre *motus* e *mora*: "Busco saber se é o próprio movimento (*motus*) que é o dia, ou se é a duração (*mora*) desse movimento, ou então ambos" (23, 30). As três hipóteses descartadas e a investigação sobre o próprio sentido da palavra "dia" sendo abandonada, a distinção fica sem consequência. Não se pode dizer, com Guitton (*op. cit.* p. 229), que para Agostinho "o tempo não é nem *motus* nem *mora*, mas mais *mora* que *motus*". A *distentio animi* não se vincula mais a *mora* que a *motus*.

o tempo é uma certa distensão. Mas o que vejo? Ou será que creio ver o que vejo? És Tu quem o mostrarás, ó Luz, ó Verdade" (23, 30).

Por que essa reticência no momento em que a abertura parece prestes a acontecer? Na verdade, apesar dos argumentos precedentes, a cosmologia não foi de todo iluminada. Só se afastou a tese extrema de que "o tempo é o movimento de um corpo" (24, 31). Mas Aristóteles a refutara igualmente, afirmando que, sem ser o movimento, o tempo seria "alguma coisa do movimento". O tempo não poderia ser a medida do movimento sem ser o movimento? Para que o tempo seja, não basta que o movimento seja potencialmente mensurável? Agostinho parece, à primeira vista, fazer esta concessão maior a Aristóteles, quando escreve: "Uma coisa é o movimento de um corpo, outra é o que nos serve para medir sua duração; quem, a partir daí, não compreenderia qual das duas se deve, de preferência, chamar de tempo?" (24, 31¹⁹). Quando ele diz que o tempo é, antes, a medida do movimento do que o próprio movimento, não é num movimento regular dos corpos celestes que ele está pensando, mas na medida do movimento da alma humana. Com efeito, se se admite que a medição do tempo se faz por comparação entre um tempo mais longo e um tempo mais curto, é preciso um termo fixo de comparação; ora, este não pode ser o movimento circular dos astros, posto que admitimos que poderia variar. O movimento pode parar, o tempo não. Não se mede, com efeito, tanto as paradas quanto os movimentos? (*Ibid.*)

Sem essa hesitação não se compreenderia por que, após o argumento aparentemente vitorioso contra a identificação do tempo ao movimento, Agostinho abandona-se uma vez mais a uma confissão de total ignorância: sei que meu discurso sobre tempo está no tempo; sei pois que o tempo é e que o medimos. Mas não sei o que é o tempo, nem como o medimos: "Pobre de mim, que não sei sequer o que não sei!" (25, 32)

19. Essa hesitação de Agostinho deve ser aproximada de duas outras asserções: primeiro, que o movimento dos grandes luminares "marca" o tempo; em seguida, que, para distinguir o momento em que um intervalo de tempo começa e aquele em que se interrompe, é preciso "marcar" (*notare*) o lugar donde parte e aquele onde chega o corpo em movimento; senão, não podemos dizer "em quanto tempo, de tal ponto a ponto, o movimento do corpo ou de suas partes efetuou-se" (24, 31). Essa noção de "marca" parece ser o único ponto de contato que permanece entre tempo e movimento em Agostinho. A questão é então saber se estas marcas espaciais, para preencherem sua função de referência da extensão do tempo, não impõem que se vincule a medida do tempo ao movimento regular de algum móvel distinto da alma. Retornaremos adiante a essa dificuldade.

É, no entanto, na página seguinte que eclode a fórmula decisiva: "Por conseqüência (*inde*), pareceu-me que o tempo não é senão uma distensão, mas de quê? Não sei e seria surpreendente que não fosse do próprio espírito" (26, 33). Por conseqüência de quê? E por que esta fórmula sinuosa (seria surpreendente que não...) para afirmar a tese? Mais uma vez, se há algum núcleo fenomenológico nessa asserção, é inseparável da *reductio ad absurdum* que eliminou as outras hipóteses: posto que meço o movimento de um corpo pelo tempo e não o inverso, posto que só se pode medir um tempo longo por um tempo curto e posto que nenhum movimento físico oferece uma medida fixa de comparação, supondo-se variável o movimento dos astros, *permanece que a extensão do tempo é uma distensão da alma*. Certamente, Plotino o dissera antes de Agostinho; mas ele tinha em vista a alma do mundo, não a alma humana²⁰. É por isso que tudo está resolvido e tudo permanece ainda em suspenso, mesmo quando se pronunciou a palavra-chave: *distentio animi*. Enquanto não tivermos ligado a *distentio animi* à dialética do tríplice presente, não teremos ainda compreendido a nós mesmos.

A seqüência do livro XI (26, 33-28, 37) tem como objeto assegurar esta ligação entre os dois temas principais da investigação: entre a tese do tríplice presente, que resolvia o primeiro enigma, o de um ser que carece de ser, e a tese da distensão do espírito, chamada a resolver o enigma da extensão de uma coisa que não tem extensão. Resta, pois, pensar o tríplice presente como distensão e a distensão como a do tríplice presente. Nisso consiste o traço genial do livro XI das *Confissões* de Agostinho, na trilha do qual se engajarão Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty.

20. Sobre este ponto, cf. o comentário de Beierwaltes *ad loc.* (Plotin, *Ennéade*, III, 7, 11, 41) *diastasis zoês*; A. Solignac, *op. cit.*, "Notas complementares", pp. 588-591; E. P. Meijering, *op. cit.*, pp. 90-93. A adaptação livre dos termos plotinianos *diastema-diastasis* no meio cristão remonta a Gregório de Nissa, como estabeleceu J. Callahan, o autor de *Four Views of time in Ancient Philosophy*, no seu artigo "Gregory of Nyssa and the Psychological View of Time", *Atti del XII Congresso internazionale di filosofia*, Veneza, 1958 (Florença, 1960), p. 59. Encontramos a confirmação disso no estudo de Davis L. Balás, "Eternity and Time in Gregory of Nyssa's *Contra Eunomium*...", in *Gregory von Nyssa und die Philosophie*, (II^o Colóquio Internacional sobre Gregório de Nissa, 1972), Leiden E. J. Brill, 1976. No mesmo colóquio, T. Paul Verghese estabeleceu que a noção de *diastema* serve essencialmente de critério para distinguir a trindade divina da criatura: em Deus não há *diastema* entre o Pai e o Filho, não há intervalo, não há espaço. O *diastema* caracteriza então a Criação enquanto tal e, singularmente, o intervalo entre o Criador e a criatura (T. Paul Verghese, "Diastema and Diastasis in Gregory of Nyssa. Introduction to a Concept and the Posing of a Concept", *ibid.*, pp. 243-258). Essa adaptação pela patrística grega dos termos plotinianos, supondo-se que tenha influenciado Agostinho, deixa intacta a originalidade deste último; só ele extrai a *distentio* apenas da extensão da alma.

3. Intentio e distentio

Para efetuar este último passo, Agostinho reata com a asserção anterior (16, 21 e 21, 27) que, não somente ficou em suspenso, mas pareceu submergir devido ao assalto cético, a saber, que *é quando ele passa* que medimos o tempo; não o futuro que não é, não o passado que não é mais, nem o presente que não tem extensão, mas "os tempos que passam". É na própria passagem, no trânsito, que é preciso buscar ao mesmo tempo a *multiplicidade* do presente e seu *dilaceramento*.

É a função dos três exemplos célebres do som que está em vias de ressoar, que acaba de ressoar, e dos dois sons que ressoam um depois do outro, fazer aparecer esse dilaceramento como o do tríplice presente.

Esses exemplos exigem uma grande atenção, porque a variação de um a outro é sutil.

Primeiro exemplo (27, 34): seja um som que começa a ressoar, que ressoa ainda e que cessa de ressoar. Como falamos disso? É importante para a compreensão dessa passagem notar que está inteiramente escrita no passado: só se fala da ressonância do som quando este cessou; o não ainda (*nodum*) do futuro está dito no passado (*futura erat*); o momento em que ressoava, ou seja, seu presente, é dito como desaparecido; é quando ressoava que podia ser medido; "mas mesmo então (*sed et tunc*), esse som não se interrompia (*non stabat*): ia (*ibat*) e ia embora (*praeteribat*)" (27, 34). É, pois, no passado que se fala da própria passagem do presente. O primeiro exemplo, longe de proporcionar uma resposta apaziguadora para o enigma, parece adensá-lo. Mas, como sempre, a direção da solução está no próprio enigma, tanto quanto o enigma está na solução. Um traço do exemplo permite percebê-lo: "De fato (*enim*), indo embora, estendia-se (*tendebatur*) numa espécie de espaço temporal (*in aliquod spatium temporis*) por onde poderia ser medido, posto que o presente não tem nenhum espaço" (*ibid.*). A chave deve ser buscada do lado daquilo que passa, como algo distinto do presente pontual²¹.

21. Notaremos a ligeira variação de expressão: um pouco acima, Agostinho recusou a medida ao presente pontual "quia nullo spatio tenditur", porque não se estende sobre nenhum espaço" (26, 33). Na minha opinião, "tenditur" anuncia a *intentio* da qual a *distentio* é o reverso. Com efeito, o presente pontual não tem tensão nem distensão: só "os tempos que passam" podem ter. E por isso que no parágrafo seguinte Agostinho pode dizer do presente, enquanto ele passa (*praeteriens*), que ele "se estende" em uma espécie de lapso de tempo. Não se trata mais do ponto, mas do presente vivo, ao mesmo tempo estendido e distendido.

O segundo exemplo explora esse avanço, mas fazendo variar a sua hipótese (27, 34 e 55). Não se falará da passagem ao passado, mas ao presente. Eis um outro som que ressoa: suponhamos que ressoe ainda (*adhuc*): "Meçamo-lo enquanto (*dum*) ele ressoa." É agora no futuro anterior que se fala de sua interrupção, como de um futuro passado: "Quando cessar (*cessaverit*) de ressoar, já terá passado (*jam*) e não será mais (*non erit*) algo que possa ser medido" (*ibid.*). A questão do "quanto tempo" (*quanta sit*) coloca-se então no presente. Onde está então a dificuldade? Resulta da impossibilidade de medir a passagem quando continua no seu "ainda" (*adhuc*). É preciso, com efeito, que algo cesse, para que exista um começo e um fim, logo, um intervalo mensurável.

Mas se só se mede o que cessou de existir, recaímos na aporia anterior. Esta até se adensou um pouco mais, se não se mede os tempos que passam nem quando cessaram, nem quando continuam. A própria idéia de tempo que passa, posta à parte para o argumento, parece engolida pelas mesmas trevas que as do futuro, do passado e do presente pontual: "Não são pois os tempos futuros, nem os passados, nem os presentes, nem os que passam, que medimos" (*ibid.*)²².

De onde vem então nossa segurança de *que* medimos (o protesto: "e contudo medimos" retorna duas vezes neste parágrafo dramático), se não sabemos *como*? Há um meio de medir os tempos que passam ao mesmo tempo quando cessaram e quando continuam? É bem para esse lado que o terceiro exemplo orienta a investigação.

O terceiro exemplo (27, 35), o da recitação de cor de um verso — no caso, o *Deus creator omnium*, tirado do hino de Ambrósio —, traz uma complexidade maior que a do som contínuo, a saber, a alternância de quatro sílabas longas e quatro sílabas breves no interior de uma única expressão, o verso (*versus*). É essa complexidade do exemplo que obriga a reintroduzir a memória e a retrospectão que a análise dos dois exemplos anteriores ignorou. É assim unicamente sobre o terceiro exemplo que se opera o acordo entre a questão da medida e a do tríptico presente. A alternância das quatro breves e das quatro longas introduz, com efeito, um elemento de comparação que imediatamente apela ao sentimento: "Declamo e proclamo, e é assim, enquanto o sentimos por uma sensação manifesta

(*quantum sensitur sensu manifesto*).²³" "Mas Agostinho só introduz o sentir para aguçar a aporia e guiar para sua solução, não para cobri-la com o manto da intuição. Porque, se as breves e as longas só o são desse modo por comparação, não temos a possibilidade de sobrepor-las como dois côvados sobre um côvado. É preciso poder reter (*tenere*) a breve e aplicá-la (*applicare*) à longa. Ora, o que é manter o que cessou? A aporia permanece inteira quando se fala das próprias sílabas, como se falava acima do próprio som, isto é, das coisas passadas e futuras. A aporia se resolve quando se fala, não das sílabas que não são mais ou ainda não são, mas de suas impressões na memória e de seus sinais na espera. "Não são pois elas mesmas (*ipsas*) que meço, elas que não são mais, mas algo na (*in*) minha memória, que lá permanece fixado (*in-fixum manet*)." (*ibid.*)

Reencontramos o presente do passado, herdado da análise que encerraria o primeiro enigma — e com essa expressão todos os problemas da imagem-impressão, do *vestigium*. A vantagem contudo é imensa: sabemos agora que a medida do tempo não deve nada à do movimento exterior. Ademais, encontramos, no próprio espírito, o elemento fixo que permite comparar os tempos longos e os tempos curtos: com a imagem-impressão, o verbo importante não é mais passar (*transire*), mas permanecer (*manet*). Nesse sentido, os dois enigmas — o do ser/não-ser e o da medida do que não tem extensão — são resolvidos ao mesmo tempo; de um lado, é a nós mesmos que retornamos: "É em ti (*in te*), meu espírito, que meço os tempos" (27, 36). E como? Enquanto aí permanece, depois de sua passagem, a impressão (*affectio*) produzida no espírito pelas coisas que passam: "A impressão que as coisas passando deixam em ti, aí permanece (*manet*) depois de sua passagem, e é ela que meço quando está presente, não essas coisas que passaram para produzi-la" (27, 36).

Não se deve acreditar que esse recurso à impressão termine a investigação²⁴. A noção de *distentio animi* não recebeu o que

22.A. Solignac sublinha o caráter aporético desta página, dando como subtítulo da tradução de 27, 34: "Exame mais aprofundado. Novas aporias" (*op.cit.*, p. 329).

23.Se o *sensitur* faz os cétricos fracassarem, o *quantum*, nota Meijering (*op. cit.*, p. 95), marca uma reserva quanto aos epicuristas, confiantes demais na sensação. Agostinho seguiria aqui a via média do platonismo, a de uma confiança comedida nos sentidos controlados pela inteligência.

24.Aqui minha análise difere da de Meijering, que se prende quase que exclusivamente ao contraste entre a eternidade e o tempo e não sublinha a dialética interna do próprio tempo, entre intenção e distensão. É verdade, como diremos adiante, que esse contraste é acentuado pelo designio da eternidade que anima a *intentio*. Em compensação, Guitton insiste fortemente nessa tensão do espírito de que a *distentio* é como o avesso: "Santo Agostinho, pelo progresso de sua reflexão, deve ter atribuído ao tempo qualidade opostas. Sua extensão é uma *extensio*, uma *distentio* que envolve em si uma *attentio*, uma *intentio*. O tempo se acha por aí ligado interiormente à

merece enquanto não se contrastou a passividade da impressão com a atividade de um espírito estendido em direções opostas, entre a espera, a memória e a atenção. *Só um espírito assim diversamente estendido pode ser distendido.*

Essa face ativa do processo exige que seja retomado o exemplo anterior da recitação, mas em seu dinamismo: compor antecipadamente, confiar na memória, começar, percorrer, outras tantas operações ativas que as imagens-signos e as imagens-impressões duplicam, na sua passividade. Mas equivocamo-nos quanto ao papel dessas imagens, se negligenciamos sublinhar que recitar é um ato que procede de uma espera voltada para o poema inteiro, e depois para o que resta do poema até que (*donec*) a operação seja esgotada. Nessa nova descrição do ato de receber, o presente muda de sentido: não é mais um ponto, sequer um ponto de passagem, é uma "intenção presente" (*praesens intentio*) (27, 36). Se a atenção merece assim ser chamada de intenção é na medida em que o trânsito pelo presente tornou-se uma transição ativa: o presente não é mais somente atravessado, mas "a intenção presente faz passar (*traicit*) o futuro para o passado, fazendo crescer o passado pela diminuição do futuro, até que, pelo esgotamento do futuro tudo tenha se tornado passado" (27, 36). Certamente, a imagística quase espacial de um movimento do futuro em direção ao passado pelo presente não é abolida. Provalvemente tem sua justificativa última na passividade que repete o processo inteiro. Mas cessamos de ser enganados pela representação de dois lugares dos quais um enche-se à medida que o outro esvazia-se, a partir do momento em que dinamizamos essa representação e discernimos o jogo de ação e de paixão que aí se dissimula. Não existiria, com efeito, futuro que diminui, nem passado que cresce, sem um "espírito que faz essa ação (*animus qui illud agit*)" (28, 37). A passividade acompanha com sua sombra três ações, expressas agora por três verbos: o espírito "espera (*expectat*) e está atento (*adattendit*) [este verbo recorda a *intentio praesens*] e ele se recorda (*meminit*)" (*ibid.*). O resultado é "que o que ele espera, atravessando aquilo a que está atento, passa (*transeat*) para o que ele se recorda" (*ibid.*). Fazer passar também é passar. O vocabulário não cessa de oscilar aqui entre a atividade e a passividade. O espírito espera e recorda-se, e contudo a espera e a memória estão "na" alma, a título de imagens-impressões e imagens-

signos. O contraste concentra-se no presente. De um lado, enquanto passa, reduz-se a um ponto (*in puncto praeterit*): aí está a expressão extrema da ausência de extensão do presente. Mas enquanto faz passar, enquanto a atenção "encaminha-se (*pergat*) em direção à ausência daquilo que será presente", é preciso dizer que "a atenção tem uma duração contínua" (*perdurat attentio*).

É preciso saber discernir este jogo entre o ato e a afecção na expressão complexa de uma "longa espera do futuro", que Agostinho substitui àquela absurda, de um longo futuro, e àquela de uma "longa recordação do passado", que toma o lugar da de um longo passado. É, pois, na alma, a título de impressão, que a espera e a memória têm extensão. Mas a impressão só está na alma enquanto o espírito age, isto é, espera, está atento e recorda-se.

Em que consiste então a distensão? No próprio contraste entre três tensões. Se os parágrafos 26, 33 - 30, 40 são o tesouro do livro XI, o parágrafo 28, 38, sozinho, é a jóia desse tesouro. O exemplo do canto, que engloba o do som que dura e cessa e o das sílabas longas e breves, é aqui mais que uma aplicação concreta: marca o ponto de articulação da teoria da *distentio* com a do tríplice presente. A teoria do tríplice presente, reformulada em termos de tríplice intenção, faz jorrar a *distentio da intentio* eclodida. É preciso citar o parágrafo inteiro: "Eu me preparo para cantar um canto que conheço. Antes de começar, minha expectativa estende-se (*tenditur*) ao conjunto desse canto, mas, quando comecei, à medida que os elementos antecipados de minha expectativa tornam-se passado, minha memória estende-se (*tenditur*) por sua vez em direção a eles; e as forças vivas de minha atividade (*actionis*) são distendidas (*distenditur*) em direção à memória por causa do que eu disse, e em direção à expectativa por causa do que vou dizer. Contudo, minha atenção (*attentio*) está aí, presente; e é por ela que transita (*traicitur*) o que era futuro, para tornar-se passado. Quanto mais essa ação avança (*agitur et agitur*), mais se abrevia a espera e alonga-se a memória, até que seja inteiramente esgotada a espera, quando a ação inteira acabou e passou para a memória" (28, 38).

Todo esse parágrafo tem como tema a dialética da espera, da memória e da atenção, consideradas não mais isoladamente, mas em interação. Não se trata mais de imagens-impressões, nem de imagens antecipatórias, mas de uma ação que abrevia a expectativa e alonga a memória. O termo *actio* e a expressão verbal *agitur*, redobrada propositadamente, traduzem o impulso que rege o conjunto. A expectativa e a memória são elas próprias

[*actio*, da qual ele é a forma espiritual" (*op. cit.*, p. 232). Assim o instante é um "ato do espírito" (*ibid.*, p. 234).

ditas ambas "estendidas", a primeira, em direção ao conjunto do poema, antes do começo do canto, a segunda, em direção à parte já transcorrida do canto; quanto à atenção, sua tensão consiste por inteiro no "trânsito" ativo do que era futuro em direção ao que se torna passado. É essa ação combinada da expectativa, da memória e da atenção que "avança, avança". A *distentio* não é senão a falha, a não-coincidência entre as três modalidades da ação: "e as forças vivas de minha atividade são distendidas em direção à memória, por causa do que eu disse, e em direção à expectativa, por causa do que vou dizer."

A *distentio* tem a ver com a passividade da impressão? Parece, se aproximamos esse belo texto, de onde a *affectio* parece ter desaparecido, do primeiro esboço de análise do ato de recitar (27, 36). A impressão parece ser ainda aí concebida como reverso passivo da própria "tensão" do ato, mesmo mudo, de recitar: algo permanece (*manet*) na própria medida em que "atravessamos (*peragimus*) em pensamento poema, verso e discurso". É "a intenção presente [que] faz passar (*traicit*) o futuro ao passado" (27, 36).

Se aproximamos, como creio que é possível, a passividade da *affectio* e a *distentio animi*, é preciso dizer que os três desígnios temporais dissociam-se na medida em que a atividade intencional tem como contrapartida a passividade engendrada por essa própria atividade e que, na falta de termo melhor, designa-se como imagem-impressão ou imagem-signo. Não são somente três atos que não se recobrem, mas é a atividade e a passividade que se contrariam, para não dizer nada da discordância entre as duas passividades, vinculadas uma à expectativa, a outra à memória. Mais o espírito se faz *intentio*, mais ele sofre *distentio*.

A aporia do tempo longo ou breve está resolvida? Sim, caso se admita: 1) que o que se mede não são as coisas futuras ou passadas, mas sua espera e sua recordação; 2) que aí estão impressões que apresentam uma espacialidade mensurável, de um gênero único; 3) que essas impressões são como o reverso da atividade do espírito que avança; enfim, 4) que essa ação é ela própria tríplice e assim se distende na medida em que se estende.

Para dizer a verdade, cada uma dessas etapas da solução constitui um enigma:

1) Como medir a expectativa ou a recordação, sem se apoiar nas "marcas" que delimitam o espaço percorrido por um móvel, logo, sem levar em consideração a mudança física que engendra o percurso do móvel no espaço?

2) Que acesso independente temos à extensão da impressão enquanto ela está puramente "no" espírito?

3) Temos algum outro meio de exprimir o laço entre a *affectio* e a *intentio*, fora de uma dinamização progressiva da metáfora das localidades atravessadas pela expectativa, pela atenção e pela lembrança? Quanto a isso, a metáfora do trânsito dos eventos por meio do presente parece insuperável: é uma boa metáfora, uma metáfora viva, por manter juntas a idéia de "passar", no sentido de cessar, e a de "fazer passar", no sentido de transportar. Não parece que nenhum conceito "supere" (*aufhebt*)²⁵ essa metáfora viva²⁵.

4) A última tese, se ainda é possível chamá-la assim, constitui o enigma mais impenetrável, aquele à custa do qual pode-se dizer que a aporia da medição é "resolvida" por Agostinho: que a alma "distende-se" à medida que se "estende", eis o supremo enigma.

Mas é precisamente como enigma que a resolução da aporia da medição é preciosa. O achado inestimável de Santo Agostinho, reduzindo a extensão do tempo à distensão da alma, é o de ter ligado essa distensão à falha que não cessa de se insinuar no coração do tríplice presente: entre o presente do futuro, o presente do passado e o presente do presente. Assim, ele vê a *discordância* nascer e renascer da própria *concordância* entre os desígnios da expectativa, da atenção e da memória.

É a esse enigma da especulação sobre o tempo que responde o ato poético da tessitura da intriga. A *Poética* de Aristóteles não resolve especulativamente o enigma. Não o resolve de modo algum. Ela o faz trabalhar... poeticamente — produzindo uma representação invertida da discordância e da concordância. Para essa nova travessia, Agostinho não nos deixa sem uma palavra de encorajamento: o exemplo frágil do *canticus* recitado de cor torna-se, repentinamente, no fim da indagação, um paradigma poderoso para outras *actiones* nas quais a alma, estendendo-se, sofre distensão: "O que se produz em relação ao canto inteiro

25. Kant reencontrará o mesmo enigma de uma passividade ativamente produzida, com a idéia de *Selbstaffektion* na segunda edição da *Crítica da razão pura* (B 67-69). Retornarei a isso na quarta parte (Capítulo II).

* Há um jogo de palavras intraduzível, no texto francês. Ricoeur menciona *passar* ("passer"), *fazer passar* ("faire passer") e *superar* ("surpasser"), no texto (N. do T.).

produz-se em relação a cada uma de suas partes e em relação a cada uma de suas sílabas: isso se produz para uma ação mais ampla (*in actione longiore*) da qual o canto é talvez só uma pequena parte; isso se produz para a vida inteira do homem, cujas partes são todas as ações (*actiones*) do homem; isso se produz para a série inteira dos séculos vividos pelos filhos dos homens, cujas partes são todas as vidas dos homens" (28, 38). Todo o domínio da narrativa é aqui virtualmente exibido: desde o simples poema, passando pela história de uma vida inteira, até a história universal. É a essas extrapolações, simplesmente sugeridas por Agostinho, que a presente obra é consagrada.

4. O contraste da eternidade

Resta superar a objeção formulada no princípio deste estudo contra uma leitura do livro XI das *Confissões*, que isola artificialmente as seções 14, 17-28, 37 da grande meditação sobre a eternidade que as enquadra. Só se respondeu parcialmente à objeção, sublinhando a autonomia que essa investigação deve a seu perpétuo confronto com os argumentos céticos que se referiam essencialmente ao tempo. Quanto a isso, a própria tese de que o tempo está "na" alma e encontra "na" alma o princípio de sua medida basta amplamente a si mesma, dado que responde a aporias internas da noção de tempo. A noção de *distentio animi* só tem necessidade, para ser compreendida, de seu contraste com a *intentio* imanente à "ação" do espírito²⁶.

26. Duas outras objeções poderiam vir à mente. Primeiro, o que ocorre com a relação entre a *distentio animi* agostiniana e a *diastasis zoês* de Plotino? E com a relação entre o livro XI inteiro com a narração dos nove primeiros livros das *Confissões*? A primeira objeção respondo que meu propósito exclui que eu trate, como historiador das idéias, a relação de Agostinho com Plotino. Em compensação, reconheço de bom grado que uma boa compreensão da mutação sofrida pela análise plotiniana do tempo pode contribuir para aguçar o enigma que Agostinho legou à posteridade. Algumas notas de rodapé evidentemente não bastam. Remeto ao comentário de A. Solignac e de Meijering sobre as *Confissões* para preencher essa lacuna, assim como ao estudo de Beierwaltes sobre *Ewigkeit und Zeit bei Plotin*. Quanto à relação entre a especulação sobre o tempo e a narração dos nove primeiros livros, ela é a que mais me interessa. Retornarei a isto na quarta parte da presente obra, no quadro de uma reflexão sobre a *repetição*. Adivinhar-se-á algo a esse respeito aqui mesmo, quando se evocar a *confessio* na qual se envolve a obra inteira de Agostinho.

E contudo falta algo ao sentido *pleno* da *distentio animi* que só o contraste com a eternidade traz. Mas o que falta não concerne ao que chamarei de o sentido *suficiente* da *distentio animi*: quero dizer o sentido que basta para replicar às aporias do não-ser e da medida. O que falta é de uma outra ordem. Distingo três incidências principais da meditação sobre a eternidade a respeito da especulação concernente ao tempo.

Sua primeira função é colocar toda a especulação sobre o tempo no horizonte de uma *idéia-limite* que força a pensar simultaneamente o tempo e o diverso do tempo. Sua segunda função é intensificar a própria experiência da *distentio* no plano existencial. Sua terceira função é chamar essa mesma experiência a se superar, em direção à eternidade, e, pois, a se *hierarquizar* interiormente, contra o fascínio pela representação de um tempo retilíneo.

a) Que a meditação de Agostinho refira-se indivisivelmente sobre a eternidade e o tempo não é contestável. O livro XI das *Confissões* abre-se com o primeiro versículo do *Gênesis* (numa das versões latinas conhecidas na África na época da redação das *Confissões*): "*In principio fecit Deus...*" Além disso, à meditação que preenche os 14 primeiros capítulos do livro XI acrescenta-se, de modo indivisível, o louvor do salmista a uma especulação de tipo amplamente platônico e neoplatônico²⁷. Nesse duplo registro, a meditação não deixa lugar a nenhuma derivação, em nenhum sentido conveniente da palavra, da eternidade a partir do tempo. O que é posto, confessado, pensado, é, num só jato, o contraste entre a eternidade e o tempo. O trabalho da inteligência não se refere absolutamente à questão de saber se a eternidade é. A anterioridade da eternidade com relação ao tempo — num sentido de anterioridade que fica por determinar — é dada no contraste entre "o ser que não foi feito e que contudo é" e o ser que tem um antes e um depois, que

27. Quanto a isso, não se poderia considerar como simples ornamento retórico a grande oração de 2, 3 (para a qual o tradutor francês escolheu muito judiciosamente dar uma versão versificada): ela contém a célula melódica que tanto a especulação quanto o hino exibirão: "E a ti que pertence o dia, é a ti que pertence a noite: / Com um sinal, à tua vontade, voam os instantes. Dá-nos largos espaços de tempo / Para nossas meditações sobre os segredos da tua lei, é quando batermos nesta porta, não a feches". A especulação e o hino unem-se na "confissão". E no tom da confissão que o *principium do Gênesis* 1, 1 é invocado na oração de 2, 3: "Que eu possa te confessar (*confitear tibi*) tudo o que tiver encontrado nos teus livros, e ouvir a voz do louvor / E te beber e considerar a maravilha de tua lei, / Desde o princípio em que fizestes o céu e a terra, / Até o reino eterno, contiga na tua santa cidade!

"muda" e que "varia" (4, 6). Esse contraste é dado num grito: "Eis que o céu e a terra são; clamam que foram feitos, porque mudam e variam" (*ibid.*). E Agostinho sublinha: "Sabemos isto" (*ibid.*)²⁸. Dito isso, o trabalho da inteligência resulta das dificuldades suscitadas por essa própria confissão da eternidade: "Faz com que eu ouça e compreenda como (*quomodo*) no princípio fizeste o céu e a terra" (3, 5) (questão retomada no princípio de 5, 7). Nesse sentido, dá-se o mesmo quanto à eternidade e quanto ao tempo: que ela seja, não constitui problema; como ela é deixa-nos perplexos. É dessa perplexidade que procede a primeira função da asserção da eternidade em relação à do tempo: a função da idéia-limite.

Essa primeira função resulta do próprio encadeamento entre confissão e questionamento, ao longo dos 14 primeiros capítulos do livro XI das *Confissões*. À primeira questão: "Mas como (*quomodo*) fizeste o céu e a terra...?" (5, 7), é respondida no mesmo espírito de louvor que acima: "É em teu Verbo que os fizeste" (*ibid.*). Mas dessa resposta nasce uma nova questão: "Mas como falaste?" (6, 8). É respondida, com a mesma segurança, pela eternidade do *Verbum*: "É junto (*simul*) e eternamente (*sempiternae*) que tudo (*omnia*) é dito. Senão, já existiriam o tempo e a mudança, não a verdadeira eternidade nem a verdadeira imortalidade" (7, 9). E Agostinho confessa: "Isto eu sei, meu Deus, e te rendo graças" (7, 9).

Interroguem-se pois essa eternidade do Verbo. Um duplo contraste abre-se, que antes de ser fonte de novos problemas é fonte de negatividade concernente ao tempo.

28. Nesse saber se resumem o parentesco e a diferença radical entre Plotino e Agostinho. O tema da criação constitui essa diferença. Guitton avalia toda a sua profundidade em algumas páginas densas (*op. cit.*, pp. 136-145): "Santo Agostinho", diz ele, "moldou no molde fornecido pelas *Enéadas* uma inspiração estranha a Plotino, mais ainda, contrária a seu espírito e tal que toda sua dialética tenderia a negá-la, a impedi-la de nascer ou a dissolvê-la" (p. 140). Da idéia de criação resultam um cosmos temporário, uma conversão temporal, uma religião histórica. Assim, o tempo é tanto justificado quanto fundamentado. Quanto ao antropomorfismo ao qual a emanção plotiniana parece escapar, pode-se questionar se as fontes *metafóricas* do antropomorfismo *material* de Agostinho não são mais preciosas, concernindo ao esquema da causalidade criadora, que o exemplo neoplatônico, que permanece na identidade do mesmo e não escapa a um antropomorfismo mais sutil porque puramente *formal*. A *metáfora* criacionista mantém-nos tanto em alerta quanto em guarda, enquanto o exemplarismo nos seduz por seu caráter filosófico (sobre este ponto, cf. Guitton, *op. cit.*, pp. 198-199). Sobre "o criador eterno da criação temporal", cf. o comentário exaustivo de Meijering, *op. cit.*, pp. 17-57. Encontraremos aí todas as referências ao *Timeu* e às *Enéadas*.

Primeiro, dizer que as coisas são feitas no Verbo é negar que Deus crie a maneira de um artesão que faz a partir de alguma coisa: "Não é no universo que fizeste o universo, porque não era (*quia non erat*) enquanto lugar onde pudesse ser feito, antes que (*antequam*) não fosse feito de modo a ser" (5, 7). A criação *ex nihilo* é aqui antecipada, e esse nada de origem acusa a partir de agora o tempo de deficiência ontológica.

Mas o contraste decisivo, gerador de novas negações — e de novos embaraços — é aquele que opõe o *Verbum* divino à *vox* humana; o Verbo criador não é como a voz humana que "começa" e "acaba", como as sílabas que "ressoam e "passam" (6, 8). O Verbo e a voz são tão irreduzíveis um ao outro e tão inseparáveis quanto o ouvido interior, que escuta a Palavra e recebe a instrução do mestre interior, e o ouvido exterior que recolhe os *verba* e os transmite à inteligência vigilante. O *Verbum* permanece; os *verba* desaparecem. Com esse contraste (e a comparação que o acompanha), o tempo é mais uma vez afetado por um índice negativo: se o *Verbum* permanece, os *verba* não são, porque fogem e passam" (6, 8)²⁹. Nesse sentido as duas funções do não-ser recobrem-se.

A progressão da negação não cessará doravante de acompanhar a do questionamento que ele próprio repete a confissão da eternidade. Uma vez ainda, com efeito, a interrogação surge da resposta precedente: "Não fazes diversamente dizendo; e contudo (*nec tamen*) não são feitas juntas e para a eternidade, todas as coisas que fazes dizendo-as" (7, 9). Dito de outro modo, como uma criatura temporal pode ser feita pelo e no Verbo eterno? "Por que isto, te suplico, Senhor meu Deus? Numa certa medida vejo, mas não sei como exprimi-lo" (8, 10). A eternidade, neste sentido, não é menos fonte de enigmas do que o tempo.

A essa dificuldade, Agostinho responde atribuindo ao Verbo uma "razão eterna", que assinala às coisas criadas come-

29. Se essa deficiência ontológica tem uma outra função na argumentação diversa do não-ser do argumento cético sobre o tempo, ligado ao "ainda não" do futuro e ao "não... mais" do passado, contudo ela coloca sobre esse não-ser o selo da falta de ser, própria do estatuto da criatura: "Sabemos, Senhor, sabemos: é na medida em que ela não é o que era, e em que é o que não era, que toda coisa desaparece e aparece" (7, 9). Doravante, os dois adjetivos, "eterno" (e seu sinônimo "imortal") e "temporal" se opõem. Temporal significa não-eterno. Questionaremos adiante se a negação não se exerce nos dois sentidos. Já aqui, em 7, 9, ser eterno implica não "ceder lugar", não "suceder". No que concerne aos sinônimos da eternidade (*immortalitas, incorruptibilitas, incommutabilitas*), cf. Meijering, *op. cit.*, p. 32, que remete nesta ocasião ao *Timeu* 29c.). Retenhamos pois estes dois primeiros momentos da função-limite da idéia de eternidade contida nas duas negações: não é como um artesão, com um material anterior, que o Verbo cria; não é com uma voz que ressoa no tempo que o verbo fala.

çar a ser e deixar de ser³⁰. Mas essa resposta carrega em germe a dificuldade principal que exercitará longamente a sagacidade de Agostinho no que diz respeito ao antes da criação: com efeito, esse assinalar um começo e um fim pela razão eterna implica que esta conheça "o momento quando" (*quando*) essa coisa devia começar ou terminar. Esse *quando* relança-nos em alto-mar.

E primeiro torna plausível e respeitável a questão dos maniqueístas e de alguns platônicos, que outros pensadores cristãos tinham considerado ridícula e tratado pela irrisão.

Eis pois Agostinho confrontado com as prementes objeções do adversário que tomam a forma de uma tríplice questão: "O que fazia Deus antes (*antequam*) de fazer o céu e a terra?" "Se ele não estava ocupado e não estava fazendo nenhum trabalho, por que não se absteve de trabalhar depois como sempre antes?" "Se Deus tinha uma vontade eterna de produzir uma criação, por que esta não é também eterna?" (10, 12). Nós nos interessaremos, nas respostas de Agostinho, pelo progresso da negatividade ontológica que afeta a experiência, ela própria negativa no plano psicológico, da *distentio animi*.

Antes de propor sua resposta pessoal a essas dificuldades que, mais uma vez, resultam da confissão da eternidade, Agostinho refina uma última vez sua noção de eternidade. A eternidade é "sempre estável" (*semper stans*) por contraste com as coisas que não são "nunca estáveis". Essa estabilidade consiste nisto que "no eterno... nada passa, mas tudo é inteiramente presente (*totum esse praesens*), enquanto nenhum tempo é inteiramente presente" (11, 13). A negatividade chega aqui ao seu ápice: para pensar até o fim a *distentio animi*, isto é, a falha do tríplice presente, é preciso poder "compará-la" a um presente *sem* passado *nem* futuro³¹. É essa extrema negação que embasa a resposta ao argumento de aparência frívola.

30. O tradutor e o intérprete das *Confissões* na "Biblioteca agostiniana" marcam uma cesura entre 9, 11 e 10, 12 e dividem assim o livro XI: I. A criação e o Verbo criador (3, 5-10, 12). II. O problema do tempo: a) o antes da criação (10, 12-14, 17); b) o ser do tempo e sua medida (14, 17-29, 39). Minha própria análise leva-me a reagrupar I e IIa sob o mesmo título da intensificação da *distentio animi* por seu contraste com a eternidade. Além disso, a questão, aparentemente extravagante, que começa em 10, 12 pertence ao mesmo estilo aporético marcado pelas questões *como?* (5, 7) e *por quê?* (6, 8) que nos parecem suscitadas pela própria confissão da eternidade. Enfim a aporia e as respostas à aporia darão lugar a um mesmo aprofundamento do tratamento negativo da temporalidade começada em 3, 5.

31. Já Platão, no *Timeu* 37c, tinha excluído o passado e o futuro da eternidade sem falar ainda de eterno presente. Meijering, *op. cit.*, p. 46, cita outros textos de Agostinho que interpretam o *stare* e o *manere* de Deus como eterno presente. Meijering, p. 43, sublinha fortemente que Agostinho aceita a parte do argumento de 10, 12, que diz que "a vontade de Deus não é uma criatura, mas é antes de qualquer criatura... E pois à própria substância de Deus que sua vontade pertence". O mesmo comentador

Se Agostinho dá-se a tanto trabalho para refutá-lo é porque ele constitui uma aporia engendrada pela própria tese da eternidade³².

A resposta à primeira formulação é franca e nítida: "Antes de fazer o céu e a terra, Deus não fazia nada" (12, 14). Certamente, a resposta deixa intacta a suposição de um antes, mas o importante é que esse antes seja marcado pelo nada: o "nada" do "não fazer nada" é o antes da criação. É preciso pois pensar o "nada" para pensar o tempo como começando e terminando. Assim, o tempo é como que circundado pelo nada.

A resposta à segunda formulação é mais notável ainda; não há antes em relação à criação, porque Deus criou os tempos criando o mundo: "Tu és o obreiro de todos os tempos." "Porque o próprio tempo, foste tu quem o fizeste e os tempos não puderam passar antes que tu fizesses os tempos." Simultaneamente, a resposta suprime a questão: "Não havia então (*non erat tunc*) lá onde não existia tempo" (13, 15). Este "não-então" é do mesmo grau negativo que o nada do não fazer nada. É pois dado ao pensamento formar a idéia da ausência de tempo para pensar até o fim o tempo como passagem. O tempo deve ser pensado como transitório para ser plenamente vivido como *transição*.

Mas a tese de que o tempo foi criado com o mundo — tese que já se lê em Platão, *Timeu* 38d — deixa aberta a possibilidade de que haja outros tempos anteriores ao tempo (*Confissões* XI, 30, 40 fim, evoca essa possibilidade, quer como hipótese especulativa, quer para reservar uma dimensão temporal própria dos seres angélicos). De qualquer modo, é para enfrentar essa possibilidade que Agostinho dá à sua tese o aspecto da *reductio ad absurdum*: mesmo se existisse um tempo antes do tempo, esse tempo seria ainda uma criatura, posto que Deus é o artífice de todos os tempos. Um tempo anterior a *toda* criação é, pois, impensável. Esse argumento basta para afastar a suposição da ociosidade de Deus antes da criação: dizer que Deus estava

aproxima este texto de Plotino, *Enéada* VI, 8, 14; VI, 9, 13. Identifica a primeira expressão do eterno presente no médio platonismo de Numênio, antes de sua formulação em Plotino (ele remete sobre esse ponto a Beierwaltes, *op. cit.*, pp. 170-173), depois em Gregório de Nissa e Atanásio.

32. Imaginamos mal hoje a vivacidade, para não dizer a violência, das querelas suscitadas pela idéia de uma criação temporal; Guitton mostra como estas eram ainda mais exacerbadas pelo conflito entre exegese literal e exegese alegórica, suscitado pelo relato bíblico da criação "em seis dias" e mais particularmente pelo sentido a ser dado aos "três dias" que precedem a criação das grandes luminárias. A respeito desse ponto, cf. Guitton, *op. cit.*, pp. 177-191.

ocioso é dizer que existiu um tempo em que ele *nunca* fez antes de fazer. As categorias temporais são, pois, impróprias para caracterizar um "antes do mundo".

A resposta à terceira formulação da objeção do adversário oferece a Agostinho a ocasião de dar o último toque à sua oposição entre o tempo e a eternidade. Para afastar qualquer idéia de "novidade" da vontade de Deus, é preciso dar à idéia de um *antes* da criação um significado que elimine deste toda temporalidade. É preciso pensar a antecedência como superioridade, como excelência, como altura: "Tu precedes todos os tempos passados segundo a altura (*celsitudine*) de tua eternidade sempre presente" (13, 16). As negações são ainda mais aguçadas: "Teus anos não vão nem vêm" (*ibid.*). Eles subsistem simultaneamente (*simul stant*) (*ibid.*). O *simul stans* dos "anos de Deus" assim como o "hoje" de que o Êxodo fala assumem o significado não-temporal daquilo que supera sem preceder. Passar é menos que superar.

Se insisti tanto na negatividade ontológica que o contraste entre a eternidade e o tempo faz aparecer na experiência psicológica da *distentio animi*, não é seguramente para encerrar a eternidade, segundo Agostinho, na função kantiana de uma idéia-limite. A conjunção entre o hebraísmo e o platonismo na interpretação do *ego sum qui sum* do Êxodo 3, 20, na sua tradução latina³³, proíbe-nos de interpretar o pensamento sobre a eternidade como um pensamento sem objeto. Ademais, a conjunção entre louvor e especulação atesta que Agostinho não se limita a pensar a eternidade; ele se dirige ao Eterno, ele o invoca na segunda pessoa. O presente eterno declara a si mesmo na primeira pessoa: *sum* e não *esse*³⁴. A especulação, aqui ainda, é inseparável do reconhecimento daquele que se declara. É nisso que ele é inseparável do hino. Nesse sentido, pode-se falar de uma experiência da eternidade em Agostinho, com as reservas que mencionaremos adiante. Mas é precisamente essa

33.A questão não é aqui de fidelidade da tradução latina ao hebraico, mas de sua eficácia na tradição filosófica.

34.A Solignac (*op. cit.*, pp. 583-584) remete a Étienne Gilson, *Philosophie et Incarnation chez saint Augustin*, em que são estudados os principais textos da obra de Agostinho sobre o famoso versículo do Êxodo e sobre outros versículos dos Salmos, em particular o *sermo* 7. A. Solignac comenta: "A transcendência da eternidade em relação ao tempo, para Agostinho, é a transcendência de um Deus pessoal que cria pessoas e conversa com elas. É pois a transcendência de um *ser* que se possui num presente sem fim em relação à *existência* de seres cuja contingência se manifesta nas vicissitudes do tempo" (*op. cit.*, p. 584).

experiência da eternidade que reveste a função de idéia-limite, a partir do momento em que a inteligência "compara" o tempo com a eternidade. É a repercussão dessa "comparação" sobre a experiência viva da *distentio animi* que faz do pensamento da eternidade a idéia-limite sob o horizonte da qual a experiência da *distentio animi* é afetada, no plano ontológico, pelo índice negativo da carência ou da deficiência de ser³⁵.

A ressonância — como diria Eugène Minkovski — dessa negação pensada sobre a experiência viva da temporalidade vai agora assegurar-nos que a falta de eternidade não é somente um limite pensado, mas uma carência sentida no centro da experiência temporal. A idéia-limite torna-se então a tristeza do negativo.

b) O contraste entre a eternidade e o tempo não se limita, conjugando o pensamento do tempo com o pensamento do diverso do tempo, em cercar de negatividade a experiência do tempo. Ele a transpassa de ponta a ponta com a negatividade. Assim intensificada no plano existencial, a experiência da distensão é elevada ao nível da *queixa*. Esse novo contraste está contido em germe na admirável oração de 2, 3, já evocada acima. O hino envolve a queixa, e a *confessio* as conduz, juntas, à linguagem³⁶.

Sob o horizonte da eternidade estável, a queixa desenvolve, sem vergonha, seus próprios afetos. "O que é pois que

35.Não discuto a questão de saber se a própria idéia de eternidade é inteiramente positiva, como fazem supor os termos *manere, stans, semper, totum esse praesens*. Na medida em que "começar", "cessar", "passar" são, eles próprios, termos positivos, a eternidade é também o negativo do tempo, o diverso do tempo. A própria expressão "inteiramente presente" nega que o presente de Deus tenha um passado e um futuro. Ora, a memória e a expectativa são experiências positivas em virtude da presença das imagens-vestígios e das imagens-signos. O presente eterno só parece ser uma noção puramente positiva em favor de sua homonímia com o presente que passa. Para dizê-lo eterno, é preciso negar que ele seja o trânsito, passivo e ativo, do futuro em direção ao passado. É estável, na medida em que não é um presente *atravessado*. A eternidade também é pensada negativamente como o que não comporta o tempo, o que não é temporal. Nesse sentido, a negação é dupla: é preciso que eu possa negar os traços de minha experiência do tempo para perceber esta como deficiente em relação aquilo que a nega. É essa dupla e mútua negação, pela qual a eternidade é o diverso do tempo, que, mais do que tudo, *intensifica* a experiência do tempo.

36.Pierre Courcelle, *Recherches sur les Confessions de Saint Augustin*, Paris, de Boccard, 1950, cap. 1, insiste em que o termo "confissão", em Santo Agostinho, estende-se bem além da confissão dos pecados e engloba a confissão de fé e a confissão de louvor. A análise do tempo e a elegia da *distentio animi* pertencem a esse segundo e terceiro sentidos da *confessio* agostiniana. A narração, diremos adiante, também está aí inclusa.

resplandece (*interlucet*) até mim e que atinge (*percutit*) meu coração sem feri-lo? Estou ao mesmo tempo cheio de horror e cheio de ardor (*et inhorresco et inardesco*): cheio de horror na medida em que não me pareço com isso, cheio de ardor na medida em que pareço" (9, 11). Já, no percurso narrativo das *Confissões*, por ocasião da narrativa das vãs tentativas de êxtase plotiniano, Agostinho geme: "E descobri que estava longe de ti na região da dessemelhança (*in regione dissimilitudinis*") (VII, 10, 16). A expressão, que vem de Platão (*Pol.*, 273 d), e que já fora transmitida ao meio cristão por intermédio de Plotino (*Enéada* I, 8, 13, 16-17), assume aqui um relevo impressionante: não se refere mais, como em Plotino, à queda no lamaçal obscuro; marca, ao contrário, a diferença ontológica radical que separa a criatura do criador, diferença que a alma descobre precisamente no seu movimento de retorno e por seu próprio esforço para conhecer o princípio³⁷.

Mas se a discriminação entre o semelhante e o dessemelhante diz respeito à inteligência que "compara" (6, 8), sua ressonância abala o sentir na sua extensão e sua profundidade. É notável, a respeito disso, que as páginas finais do livro XI, que concluem a inserção da análise do tempo na meditação sobre as relações entre a eternidade e o tempo (29, 39-31, 41), propõem uma última interpretação da *distentio animi*, marcada pelo mesmo tom de louvor e de queixa que os primeiros capítulos do livro. A *distentio animi* não designa mais somente a "solução" das aporias de medida do tempo; exprime doravante o dilaceramento da alma privada da estabilidade do eterno presente. "Mas, posto que tua misericórdia é melhor que nossas vidas, eis que minha vida é uma distensão... (*distentio est vita mea*)" (29, 39). É, com efeito, toda a dialética, interna ao próprio tempo, da *intentio-distentio* que se acha retomada sob o signo do contraste entre a eternidade e o tempo. Enquanto a *distentio* torna-se sinônimo da dispersão na multiplicidade e da errância do velho homem, a *intentio* tende a se identificar com a unificação com o homem interior ("Eu me unifico segundo o Uno", *ibid.*). A *intentio* não é mais então a antecipação do poema inteiro antes

37. A expressão *in regione dissimilitudinis* deu lugar a numerosos trabalhos recordados pela importante nota complementar número 16 de A. Solignac (*op. cit.*, pp. 689-693). O êxito dessa expressão, de Platão à Idade Média cristã, é particularmente sublinhado por Etienne Gilson ("Regio dissimilitudinis de Platon à saint Bernard de Clairvaux", *Mediaev. Stud.*, 9, 1947, pp. 108-130) e por Pierre Courcelle ("Traditions neo-platoniciennes et traditions chrétiennes de la région de dissemblance", *Archives d'histoire littéraire et doctrinale du Moyen Age*, 24, 1927, pp. 5-33, retomado em apêndice nos *Recherches sur les Confessions de Saint Augustin*).

da recitação, que o faz transitar do futuro ao passado, mas a esperança das coisas últimas, na própria medida em que o passado a esquecer não é mais a coletânea da memória, mas o emblema do velho homem, segundo São Paulo em *Filipenses*, 3, 12-14: "Assim, esquecendo o passado, voltado não para as coisas futuras e transitórias, mas para aquelas que estão adiante e para as quais estou não distendido mas para as quais tendo (*non distentus sed extentus*), prossigo, num esforço não de distensão (*nom secundum distentionem*), mas de intenção (*sed secundum intentionem*), meu caminho em direção à palma à qual fui chamado lá em cima..." (*ibid.*). As mesmas palavras, *distentio* e *intentio* retornam; porém não é mais num contexto puramente especulativo de aporia e de busca, mas na dialética do louvor e da queixa³⁸. Com essa mutação de sentido que afeta a *distentio animi*, está tacitamente franqueada a fronteira que separa a condição do ser criado e a do ser decaído: "Eu me dissolvi (*dissilui*) nos tempos dos quais ignoro a ordenação..." (*ibid.*). Os "gemidos" nos quais se passam nossos anos são, indivisivelmente, os do pecador e os da criatura.

É no mesmo horizonte de eternidade que adquirem sentido as expressões pelas quais outras obras de Agostinho oferecem os recursos da metáfora à metáfora central da *distentio*.

Num importante ensaio sobre "As categorias da temporalidade em Santo Agostinho"³⁹, no qual interroga de preferência as *Enarrationes in Psalmos* e os *Sermones*, o padre Stanislas Boros chega a quatro "imagens sintéticas", das quais cada uma une em par o que chamei outrora de tristeza do finito e a celebração do absoluto: à temporalidade como "dissolução" ligam-se as imagens do arruinar, do desaparecer, do enterramento progressivo, do fim não-satisfeito, da dispersão, da alteração, da indi-

38. É preciso chegar até a distinguir, com J. Guitton (*op. cit.*, p. 237), "dois movimentos interiores separáveis para a consciência, embora interfiram um com o outro, a *expectatio futurorum* que nos encaminha ao futuro e a *extensio ad superiora* que, em definitivo, orienta-nos para o eterno"? Há aí "duas formas do tempo" (*ibid.*), das quais o êxtase de Ostia ilustraria a segunda? Não o creio, se considerarmos a terceira incidência da eternidade na experiência do tempo de que falarei adiante. Também J. Guitton concorda com isso: o que distingue fundamentalmente Agostinho de Plotino, e de Spinoza, é a impossibilidade de "separar ontologicamente" (p. 243) a *extensio ad superiora*, que em Spinoza se chamará de *amor intellectualis*, da *expectatio futurorum*, que em Spinoza se torna *duratio*. O êxtase de Ostia o comprova: diversamente do êxtase neoplatônico, este é tanto um desfalecimento quanto uma ascensão. Retornarei a isso na quarta parte; a narração é possível onde a eternidade atrai e eleva o tempo, não onde o abole.

39. *Archives de philosophie*, t. XXI, 1958, pp. 323-385.

gência copiosa; da temporalidade como "agonia" emergem as imagens da caminhada em direção à morte, da doença e da fragilidade, da guerra intestina, de cativo nas lágrimas, de envelhecimento, de esterilidade; a temporalidade como "banimento" agrupa as imagens da tribulação, do exílio, da vulnerabilidade, da errança, da nostalgia, do desejo vão; enfim, o tema da "noite" governa as imagens da cegueira, da obscuridade, da opacidade. Nenhuma dessas quatro imagens-mestras nem suas variantes deixam de receber sua força de significação a *contrario* da simbólica oposta da eternidade sob as representações do recolhimento, da plenitude viva, do estar em casa, da luz.

Separada desse simbolismo arborescente, engendrado pela dialética da eternidade e do tempo, a *distentio animi* permaneceria o simples esboço de uma resposta especulativa dada às aporias que a argumentação cética não cessa de suscitar.

Retomada na dinâmica do louvor e da queixa, a *distentio animi* torna-se uma experiência viva que reveste de carne o esqueleto de um contra-argumento.

c) A terceira incidência da dialética da eternidade do tempo sobre a interpretação da *distentio animi* não é menos considerável: ela suscita, no próprio centro da experiência temporal, uma hierarquia de níveis de temporalização, segundo essa experiência afasta-se ou se aproxima de seu pólo de eternidade.

A ênfase, aqui, é colocada menos sobre a dessemelhança que sobre a semelhança entre a eternidade e o tempo na "comparação" que a inteligência faz de uma com a outra (6, 8). Essa semelhança exprime-se na capacidade de aproximação da eternidade que Platão tinha inscrito na própria definição do tempo e que os primeiros pensadores cristãos tinham começado a reinterpretar em função das idéias de criação, de encarnação, de salvação. Agostinho dá a essa reinterpretação um acento único unindo os dois temas da *instrução* pelo Verbo interior e o do *retorno*. Entre o *Verbum* eterno e a *vox* humana não há somente diferença e distância, mas instrução e comunicação: o Verbo é o mestre interior buscado e ouvido no interior (*intus*) (8, 10): "Aí ouço (*audio*) tua voz, Senhor; tu me dizes que aquele que nos fala nos instrui (*docet nos*)... Ora, quem nos instrui senão a imutável Verdade?" (*ibid.*). Assim, nossa primeira relação com a linguagem não é falarmos, mas escutarmos e, para além dos *verba* exteriores, ouvirmos o *Verbum* interior. O retorno não é senão essa

escuta: porque se o princípio "não permanecesse enquanto erramos não existiria para nós lugar para onde retornar. Mas quando retornamos de nosso erro é bem pelo conhecimento que retornamos. Ora, para que tenhamos o conhecimento, ele nos instrui, posto que ele é o *Princípio* e nos fala" (8, 10). Assim, encadeiam-se instrução⁴⁰, reconhecimento e retorno. A instrução, poder-se-ia dizer, transpõe o abismo que se abre entre o *Verbum* eterno e a *vox* temporal. Ela eleva o tempo em direção à eternidade.

Esse movimento é o mesmo que os nove primeiros livros das *Confissões* narram. Nesse sentido a *narração* cumpre de fato o percurso do qual o livro XI reflete as condições de possibilidade. Esse livro atesta, com efeito, que a atração da experiência temporal pela eternidade do Verbo não é tão grande a ponto de abolir a *narração* ainda temporal numa contemplação subtraída das coerções do tempo. A esse respeito, o fracasso das tentativas de êxtase plotiniano, relatadas no livro VII, é definitivo. Nem a conversão relatada no livro VIII, nem mesmo o êxtase de Óstia que marca o ponto culminante da narrativa do livro IX suprimem a condição temporal da alma. Essas duas experiências culminantes rematam somente a errança, forma decaída da *distentio animi*. Mas é para suscitar uma peregrinação que relança a alma nas estradas do tempo. Peregrinação e *narração* estão fundamentadas numa aproximação da eternidade pelo tempo, a qual, longe de abolir a diferença, não cessa de aprofundá-la. Exatamente por isso, quando Agostinho fustiga a frivolidade daqueles que atribuem a Deus uma vontade *nova* no momento da criação e opõe a seu "coração borboleteante" o "coração estável" de quem escuta o Verbo (11, 13), ele só evoca essa estabilidade semelhante à do eterno presente para reiterar a diferença entre o tempo e a eternidade: "Quem ... reterá [este coração] e o fixará para que ele assuma um pouco de estabilidade (*ut paululum stet*), para que ele chegue a apreender um pouco do esplendor da eternidade sempre estável (*semper stantis*), a compará-lo aos tempos que nunca são estáveis e a ver que não existe comparação possível...?" (*ibid.*) Ao mesmo tempo que se aprofunda a distância, a proximidade reitera a função de limite da eternidade em relação ao tempo: "Quem reterá o coração do homem para que ele conquiste estabilidade e veja como a eternidade estável compõe (*dictet*) os tempos futuros e os tempos passados, ela que não é nem futura nem passada?" (*ibid.*).

40. Ao que é preciso acrescentar a advertência (*admonitio*), que A. Solignac comenta, *op. cit.*, p. 562.

Certamente, quando a dialética da *intentio* e da *distentio* está definitivamente ancorada na da eternidade e do tempo, a tímida interrogação lançada duas vezes (quem reterá...? quem reterá...?) dá lugar a uma afirmação mais segura: "Então serei estável (*stabo*) e sólido (*solidabor*) em ti, em minha verdadeira forma, tua Verdade" (30, 40). Mas essa estabilidade permanece no futuro, tempo da esperança. É ainda do meio da experiência de distensão que o voto de permanência é pronunciado: "Até o dia em que (*donec*) me escoarei em ti, purificado, liquefeito no fogo de teu amor" (29, 39).

Assim, sem perder a autonomia que lhe é conferida pela discussão das aporias antigas concernentes ao tempo, o tema da *distensão* e da *intenção* recebe de sua inserção na meditação sobre a eternidade e o tempo uma intensidade de que toda a seqüência da presente obra far-se-á eco. Essa intensificação não consiste somente em que o tempo é pensado como abolido no horizonte da idéia-limite de uma eternidade que o atinge com o nada. Não se reduz tampouco a transferir ao registro da queixa e do gemido aquilo que só era ainda um argumento especulativo. Ela visa fundamentalmente extrair da própria experiência do tempo recursos de hierarquização interna cujo benefício não é abolir a temporalidade, mas aprofundá-la.

A incidência dessa última observação sobre a totalidade do nosso empreendimento é considerável. Se é verdade que a tendência maior da moderna teoria da narrativa — tanto em historiografia quanto em narratologia — é "descronologizar" a narrativa, a luta contra a representação linear do tempo não tem necessariamente como única saída "logicizar" a narrativa, mas antes aprofundar sua temporalidade. A cronologia — ou a cronografia — não tem um único contrário, acronia das leis ou dos modelos. Seu verdadeiro contrário é a própria temporalidade. Decerto seria preciso confessar o diverso do tempo para estar em condições de fazer plena justiça à temporalidade humana e para nos propormos não a aboli-la, mas a aprofundá-la, hierarquizar-la, desenvolvê-la segundo níveis de temporalização sempre menos "distendidos" e sempre mais "tendidos", non *secundum distentionem, sed secundum intentionem* (29, 39).

2
O TECER DA INTRIGA
UMA LEITURA DA POÉTICA DE ARISTÓTELES

O segundo grande texto que pôs em movimento minha investigação é a *Poética* de Aristóteles. As razões dessa escolha são duplas.

De um lado, encontrei no conceito de tessitura da intriga (*muthos*¹) a réplica invertida da *distentio animi* de Agostinho. Agostinho sofre sob a coerção existencial da discordância. Aristóteles discerne no ato poético por excelência — a composição do poema trágico — o triunfo da concordância sobre a discordância. É evidente que sou eu, leitor de Agostinho e de Aristóteles, quem estabeleço essa relação entre uma experiência viva, em que a discordância dilacera a concordância, e uma atividade eminentemente verbal, em que a concordância repara a discordância.

Por outro lado, o conceito de atividade mimética (*mimese*) colocou-me no caminho da segunda problemática, a da imitação criadora da experiência temporal viva pelo desvio da intriga. Esse segundo tema é dificilmente discernível do primeiro em Aristóteles, na medida em que a atividade mimética tende, nele, a confundir-se com a tessitura da intriga. Só desenvolverá, pois, sua envergadura e conquistará sua autonomia na seqüência

1. Veremos mais adiante por que traduzimos assim.

desta obra². A *Poética*, com efeito, cala-se a propósito da relação entre a atividade poética e a experiência temporal. A atividade poética não tem sequer, como tal, qualquer caráter temporal marcado. O silêncio total de Aristóteles sobre esse ponto não é contudo desvantajoso, na medida em que protege, desde o princípio, nossa investigação da crítica de circularidade tautológica e assim instaura, entre as duas problemáticas, do tempo e da narrativa, a distância mais favorável a uma investigação das operações mediadoras entre a experiência viva e o discurso.

Essas poucas observações já permitem entender que não pretendo absolutamente utilizar o modelo aristotélico como uma norma exclusiva para a seqüência deste estudo. Evoco em Aristóteles a célula melódica de uma dupla reflexão cujo desenvolvimento é tão importante quanto o impulso inicial. Esse desenvolvimento afetará os dois conceitos inspirados em Aristóteles, o de tessitura da intriga (*muthos*) e o de atividade mimética (*mimese*). Do lado da tessitura da intriga, será preciso levantar um certo número de restrições e proibições que são inerentes ao privilégio concedido pela *Poética* ao drama (tragédia e comédia) e à epopéia. É impossível não assinalar de imediato o paradoxo aparente que consiste em erigir a atividade narrativa em categoria englobante do drama, da epopéia e da história, enquanto, de um lado, o que Aristóteles chama de história (*historia*) no contexto da *Poética* exerce antes o papel de contra-exemplo e, de outro, a narrativa — ou ao menos o que ela chama de poesia diegética — é oposta ao drama, no interior da única categoria englobante da *mimese*; mais ainda, não é a poesia diegética mas a poesia trágica que eleva ao nível de excelência as virtudes estruturais da arte de compor. Como a narrativa poderia tornar-se o termo englobante quando é, a princípio, só uma espécie? Diremos até que ponto o texto de Aristóteles autoriza a dissociar o modelo estrutural de seu primeiro investimento trágico, e suscita, pouco a pouco, uma reorganização de todo o campo narrativo. Quaisquer que sejam aliás as latitudes oferecidas por esse texto, o conceito aristotélico de tessitura da intriga só pode ser para nós o germe de um desenvolvimento considerável. Para conservar seu papel diretor, deverá submeter-se à prova de outros contra-exemplos singularmente mais temíveis, fornecidos quer pela moderna

2. Interessamo-nos, contudo, sem superestimá-las, por todas as anotações do texto de Aristóteles que sugerem uma relação de referência entre o texto "poético" e o mundo real "ético".

narrativa de ficção, digamos o romance, quer pela história contemporânea, digamos a história não-narrativa.

Por sua vez, o pleno desenvolvimento do conceito de *mimese* exige que se torne menos alusiva a relação referencial ao campo "real" da ação e que esse campo receba outras determinações além das determinações "éticas" — aliás consideráveis — que Aristóteles designa-lhe, para que possamos fazê-la unir-se à problemática colocada por Agostinho, concernente à experiência discordante do tempo. O caminho será longo, para além de Aristóteles. Não será possível dizer como a narrativa refere-se ao tempo, antes que se possa colocar, em toda sua amplitude, a questão da *referência cruzada* — cruzada sobre a experiência temporal viva — da narrativa de ficção e da narrativa histórica. Se o conceito de atividade mimética é primordial na *Poética*, nosso conceito de referência cruzada — herdeiro longínquo da *mimese* aristotélica — só pode ser último e deve recuar até o horizonte de todo meu empreendimento. É por isso que será tratado de modo sistemático só na quarta parte.

1. A célula melódica: o par *mimese-muthos*

Meu propósito não é fazer um comentário da *Poética*. Minha reflexão é de segundo grau e supõe uma certa familiaridade com os grandes comentários de Lucas, Else, Hardison e, *last but not least*, de Roselyne Dupont-Roc e Jean Lallot³. Aqueles, dentre os leitores, que tiverem feito esse mesmo percurso laborioso reconhecerão facilmente o que minha meditação deve a um ou a outro.

Não é indiferente abordar o par *mimese-muthos* pelo termo que ao mesmo tempo lança e situa toda a análise: o adjetivo "poético" (com o substantivo subentendido: "arte"). Por si só, põe a marca da produção, da construção, do dinamismo em todas as análises: e primeiro sobre os dois termos *muthos* e *mimese*,

3. G. F. Else, *Aristotle's Poetics: The Argument*, Harvard, 1957. Lucas, *Aristotle's Poetics*, introdução, comentários e apêndices, Oxford, 1968. L. Golden-O. B. Hardison, *Aristotle's Poetics. A Translation and Commentary for Students of Literature*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1968. Aristote, *Poétique*, texto estabelecido e traduzido por J. Hardy, Paris, "Les Belles Lettres", 1969. Aristote, *La Poétique*, texto, tradução, notas por Roselyne Dupont-Roc e Jean Lallot, Paris, Ed. du Seuil, 1980. Exprimo igualmente minha dívida em relação à obra de James M. Redfield, *Nature and Culture in the Iliad. The tragedy of Hector*, The University of Chicago Press, 1975.

que devem ser considerados operações e não estruturas. Quando Aristóteles, substituindo o definido pelo definidor, diz que *muthos* é "a disposição dos fatos em sistema" (è *tôn pragmatôn sustasis*) (50 a 5), é preciso entender por *sustasis* (ou pelo termo equivalente *sunthêsis*, 50 a 5) não o sistema (como traduzem Dupont-Roc e Lallot, *op. cit.*, p. 55), mas a disposição (se se quiser, em sistema) dos fatos, com a finalidade de marcar o caráter operatório de todos os conceitos da *Poética*. É bem por isso que, desde as primeiras linhas, o *muthos* é colocado como complemento de um verbo que quer dizer compor. A poética é, assim, identificada, sem outra forma de processo, à arte de "compor as intrigas"⁴ (1 447 a 2). A mesma marca deve ser conservada na tradução de *mimese*: quer se diga imitação, quer representação (com os últimos tradutores franceses), o que é preciso entender é a atividade mimética, o processo ativo de imitar ou de representar. É preciso, pois, entender a imitação ou representação no seu sentido dinâmico de produzir a representação, transposição em obras representativas. Segundo a mesma exigência, quando Aristóteles enumerar e definir as seis "partes" da tragédia, no Capítulo VI, será preciso entender não as "partes" do poema, mas as da arte de compor⁵.

Se insisto tanto nessa marca dinâmica, imposta pelo adjetivo poético a toda a análise ulterior, é de propósito. Quando, na segunda e terceira partes desta obra, pleitear pelo primado da compreensão narrativa, quer em relação à explicação (sociológica ou outra) em historiografia, quer em relação à explicação (estruturalista ou outra) na narrativa de ficção, pleitearei pelo primado da atividade produtora de intrigas em relação a qualquer espécie de estruturas estáticas, de paradigmas acrônicos, de invariantes intemporais. Não direi mais nada aqui. A seqüência esclarecerá meu propósito o suficiente.

Mas eis o par *mimese-muthos*.

4. Adoto a tradução de Dupont-Roc e Lallot que corrijo num único ponto, traduzindo *muthos* por *intriga*, segundo o modelo do termo inglês *plot*. A tradução por *história* justifica-se: não a mantive, contudo, em vista da importância da história, no sentido de historiografia, na minha obra. A palavra francesa *histoire* não permite, com efeito, distinguir como o inglês entre *story* e *history*. Em compensação, a palavra *intriga* orienta imediatamente para o seu equivalente: a disposição dos fatos, o que não o faz a tradução de J. Hardy por *fábula*.

5. G. Else, *ad* 47 a 8-18. O comentador sugere até traduzir-se o termo *mimese*, quando aparece no plural, (47 a 16), por *imitatings*, a fim de manifestar que o processo mimético exprime a própria atividade poética. A terminação em *-sis* comum à *poiesis*, *sustasis*, *mimesis* sublinha o caráter de processo de cada um desses termos.

A *Poética* de Aristóteles só tem um conceito englobante, o de *mimese*. Esse conceito só é definido contextualmente num só de seus empregos, o que nos interessa aqui, a imitação ou a representação da ação. Mais precisamente ainda: a imitação ou a representação da ação no meio da linguagem métrica, logo acompanhada de ritmos (a que se acrescentam, no caso da tragédia, exemplo *princeps*, o espetáculo e o canto⁶). Mas é a imitação ou a representação da ação própria da tragédia, da comédia e da epopéia que é a única levada em conta. Ela ainda não está definida como forma em seu nível próprio de generalidade. Só é expressamente definida a imitação ou a representação da ação própria da tragédia⁷. Não atacaremos diretamente esse maciço poderoso da definição da tragédia; seguiremos, antes, o fio que Aristóteles oferece-nos no mesmo Capítulo VI, quando dá a chave da construção dessa definição. Esta não se faz genericamente — por diferença específica — mas por articulação em "partes": "Toda tragédia comporta necessariamente seis partes, segundo as quais se qualifica. São a intriga, os caracteres, a expressão, o pensamento, o espetáculo e o canto" (50 a 7-9).

O que retenho, para a seqüência do meu trabalho, é a quase identificação entre as duas expressões: imitação ou representação da ação e agenciamento dos fatos. A segunda expressão é, como se disse, o definidor que Aristóteles substitui ao definido *muthos*, intriga. Essa quase identificação é assegurada por uma primeira hierarquização entre as seis partes, que dá a prioridade ao "que" (objeto) da representação — intriga, caracteres, pensamento — em relação ao "por que" (meio) — a expressão e o canto —, e ao "como" (modo) — o espetáculo; depois, por uma segunda hierarquização no interior do "que", que coloca a ação acima dos caracteres e do pensamento ("é que se trata antes de mais nada de uma representação da ação (*mimese praxeôs*) e, somente por isso, de homens que agem", 50 b 3). No final dessa dupla hierarquização, a ação aparece como a "parte principal", o "fim visado", o "princípio" e, se se pode dizer, a "alma" da tragédia. Essa quase identificação é assegurada pela fórmula: "É a intriga que é a representação da ação" (50 a 1).

6. Contudo as "representações por imagens" (47 a 19), evocadas no Capítulo I — o qual é consagrado ao "como da representação" e não ao seu "que" e a seu "modo" (ver adiante) — não cessam de fornecer paralelos esclarecedores inspirados na pintura.

7. "A tragédia é a representação de uma ação nobre, levada até seu termo e tendo uma certa extensão, por meio de uma linguagem marcada por temperos de espécies variadas, utilizadas separadamente segundo as partes da obra; a representação é empregada pelos personagens do drama e não recorre à narração (*apangelia*); e, representando a piedade e o terror, ela realiza uma depuração desse gênero de emoções" (Cap. VI 49 b 24-28).

É esse texto que será nosso guia doravante. Ela impõe pensar junto e definir, uma pela outra, a imitação ou a representação da ação e o agenciamento dos fatos. Está excluída de início, por essa equivalência, toda interpretação da *mimese* de Aristóteles em termos de cópia, de réplica do idêntico. A imitação ou a representação é uma atividade mimética enquanto produz algo, a saber, precisamente a disposição dos fatos pela tessitura da intriga. De uma só vez saímos do emprego platônico da *mimese*, tanto em seu emprego metafísico quanto em seu sentido técnico em *República III*, que opõe a narrativa "por *mimese*" à narrativa "simples". Reservamos este segundo ponto para a discussão das relações entre narrativa e drama. Retenhamos de Platão o sentido metafórico dado à *mimese*, em ligação com o conceito de participação, em virtude do qual as coisas imitam as idéias, e as obras de arte imitam as coisas. Enquanto a *mimese* platônica afasta a obra de arte dois graus do modelo ideal que é seu fundamento último⁸, a *mimese* de Aristóteles tem só um espaço de desenvolvimento: o fazer humano, as artes de composição⁹.

Se é conservado para a *mimese* o caráter de atividade que lhe confere a *poiésis* e se, além disso, mantemos firme o fio da definição da *mimese* pelo *muthos*, então não se deve hesitar em compreender a ação — complemento do objeto na expressão: *mimêsis praxeôs* (50 b 3) — como o correlato da atividade mimética regida pelo agenciamento dos fatos (em sistema). Discutiremos adiante outras maneiras possíveis de construir a relação da imitação a seu "que" (intriga, caracteres e pensamento). A estrita correlação entre *mimese* e *muthos* sugere dar ao genitivo *praxeôs* o sentido dominante, embora talvez não exclusivo, de correlato noemático de uma noese prática¹⁰. A ação é o "construído" da

8. Aristóteles aqui, replica a Platão que replica a Gorgias (Redfield, *op. cit.*, pp. 45 e ss.). Este louva o pintor e o artista por sua arte de enganar (*Dissoi logoi e Elogio de Helena*). Sócrates extrai disso argumento contra a arte e o poder que ela dá de manipular a opinião. Toda a discussão da *mimese* no livro X da *República* é dominada por essa desconfiança. Conhece-se a famosa definição da arte como "imitação da imitação, afastada dois graus do que é" (*República X*, 596 a - 597 b) e ademais condena a "imitar o *pathos* dos outros" (604 e). O legislador não pode então ver na poesia mais que o inverso da filosofia. A *Poética* é assim uma réplica à *República X*: a imitação, para Aristóteles, é uma atividade e uma atividade que *ensina*.

9. Os "meios" de representação, aos quais já se fez alusão, embora mais numerosos que os que a tragédia, a comédia e a epopéia empregam, nunca fazem sair das artes de composição.

10. Prefiro esse vocabulário husserliano ao vocabulário mais saussuriano escolhido pelos últimos tradutores franceses, que considera a *mimese* o significante, a *praxis* o significado, com exclusão de todo referente extralingüístico (Dupont-Roc e Lallot, *ad* 51 a 35, pp. 219-220). Primeiro o par significante-significado não me parece apropriado, pelas razões que explico em *A Metáfora viva* e que tomo emprestado de Benveniste, à ordem semântica do discurso-frase e a *fortiori* à do texto, que é uma

construção em que consiste a atividade mimética. Mostrarei adiante que não é preciso forçar demais essa correlação que tende a encerrar o texto poético em si mesmo, o que, veremos, não é absolutamente implicado pela *Poética*, tanto que a única instrução que Aristóteles nos dá é de construir o *muthos*, logo o agenciamento dos fatos, como o "que" da *mimese*. A correlação noemática se dá, pois, entre *mimese praxeôs*, tomado como único sintagma, e a disposição dos fatos, como um outro sintagma. Reportar a mesma relação de correlação no interior do primeiro sintagma, entre *mimese* e *praxis* é, ao mesmo tempo, plausível, fecundo e arriscado. Não deixemos o par *mimese-muthos* sem falar um pouco sobre as coerções adicionais que visam explicar os gêneros já constituídos da tragédia, da comédia e da epopéia e, além disso, justificar a preferência de Aristóteles pela tragédia. É preciso estar muito atento a essas coerções adicionais. Porque são elas que é preciso superar, de um certo modo, para extrair da *Poética* de Aristóteles o modelo da tessitura da intriga que nos propomos a estender a qualquer composição que chamamos de narrativa.

A primeira coerção limitativa é destinada a explicar a distinção entre comédia, de um lado, e tragédia e epopéia, de outro. Não é relacionada à ação como tal, mas aos caracteres que Aristóteles subordina rigorosamente à ação, como se dirá mais adiante. Esta é contudo introduzida desde o Capítulo II da *Poética*: a primeira vez, com efeito, que Aristóteles deve dar um correlato determinado à atividade "daqueles que representam", ele os define pela expressão "agentes": "Os que representam personagens em ação" (48 a 1). Se ele não vai diretamente à fórmula, única canônica para a *Poética*, da *mimese*: "representação de ação", é porque ele tem necessidade de introduzir muito cedo no campo da representação articulada pela linguagem ritmada, um critério ético de nobreza ou de baixeza, que se aplica aos personagens como tendo este ou aquele caráter. Com base nessa dicotomia, pode-se definir a tragédia como representando os homens "em sua melhor condição", e a comédia, "em sua pior condição"¹¹.

composição de frases. Ademais, a relação noético-noemática não exclui um desenvolvimento referencial, representado em Husserl pela problemática do preenchimento. Ora, espero mostrar adiante que a *mimese* aristotélica não se esgota na estrita correlação noético-noemática entre representação e representado, mas abre caminho a uma investigação dos referentes da atividade poética visados pela tessitura da intriga, a montante e a jusante da *mimese-muthos*.

11. Melhor ou pior que o quê? O texto diz: melhor "que os homens atuais" (48 a 18). Discutirei adiante este reportar-se da *Poética* a um traço da ação ética no mundo "real". Vincularei esse reportar-se a um uso do termo *mimese*

A segunda coerção limitadora é a que separa a epopéia, de um lado, da tragédia e da comédia de outro, as quais se acham dessa vez do mesmo lado da linha de separação. Essa coerção merece nossa maior atenção, posto que vai contra nosso propósito de considerar a narrativa como o gênero comum e a epopéia como uma espécie de narrativa. O gênero, aqui, é a imitação ou a representação da ação de que a narrativa e o drama são espécies coordenadas. Que coerção exige opô-las? É, primeiro, notável que não é uma coerção que divide os objetos, o "que" da representação, mas seu "como", seu modo¹². Ora, se os três critérios dos meios, do modo e do objeto são, em princípio, de direito igual, todo o peso da análise ulterior está do lado do "que". A equivalência entre *mimese* e *muthos* é uma equivalência pelo "que". De fato, na ordem da intriga, a epopéia segue as regras da tragédia com poucas variantes, a da "extensão", que pode ser tirada da própria composição e que não poderia afetar as regras fundamentais da disposição dos fatos. O essencial é que o poeta — narrador ou dramaturgo — seja "compositor de intrigas" (51 b 27). É notável, em seguida, que a diferença de modo, já relativizada enquanto simples modo, não cesse de sofrer, no próprio interior de seu campo de aplicação, uma série de atenuações no curso das análises ulteriores da *Poética*.

No início (Capítulo III), a diferença é nítida e marcante: uma coisa é, para quem imita, portanto, para o autor da atividade mimética, de qualquer arte que seja e a propósito de caracteres de qualquer qualidade que seja, comportar-se como "narrador" (*apangelia*, *apangelionta*); outra é fazer dos personagens "os autores da representação", "enquanto agem e agem efetivamente" (48 a 23¹³). Eis pois uma distinção extraída da atitude do poeta quanto a seus personagens (é nisso que ela

menos estritamente regido pela correlação noemática ao *muthos*. É de se notar que essa referência à ética aplica-se de direito a todo o campo da atividade mimética, em particular à pintura. A distinção entre comédia e tragédia é, nesse sentido, só uma aplicação do critério do "como" às artes da linguagem versificada (48 a 1-18).

12. No seu comentário ao Capítulo III, consagrado ao modo da *mimêsis*, Else nota que os três modos — narrativo, misto e dramático — constituem uma progressão que faz do modo dramático a imitação por excelência, em virtude do caráter direto da expressão da verdade humana, os próprios personagens fazendo a ação representada ou imitada (*op. cit.*, p. 101).
13. Aristóteles emprega simultaneamente *apangelia* (Capítulo III) e *diégêsis* (Capítulo XXIII e XXVI): "a epopéia que é uma narrativa (*ende tē epopoiā dia to diégēsin*) (59 b 26). O vocabulário vem de Platão (*República* III, 392 c - 394 c). Mas enquanto em Platão a narrativa "por *mimese*" é oposta à narrativa "simples", como narrativa delegada a um personagem na narrativa direta, com Aristóteles a *mimese* torna-se a grande categoria englobante da composição dramática e da composição diegética.

constitui um "modo" de representação); ou o poeta fala diretamente: nesse caso ele narra o que seus personagens fazem; ou então dá-lhes a palavra e fala indiretamente através deles: então são eles que "fazem o drama" (48 a 29).

A distinção proíbe-nos de reunir epopéia e drama sob o título de narrativa? De modo algum. Primeiro, não caracterizamos a narrativa pelo "modo", isto é, pela atitude do autor, mas pelo "objeto", posto que chamamos de narrativa exatamente o que Aristóteles chama de *muthos*, isto é, o agenciamento dos fatos. Não diferimos, pois, de Aristóteles quanto ao plano em que ele se coloca, o do "modo". Para evitar qualquer confusão, distinguiremos a narrativa no sentido amplo, definida como o "que" da atividade mimética, e a narrativa no sentido estrito da *diégêsis* aristotélica, que chamaremos doravante de composição diegética¹⁴. Ademais, a transferência terminológica violenta tanto menos as categorias de Aristóteles quanto este não cessa de minimizar a diferença, quer a tome do lado do drama, quer a tome do lado da epopéia. Do lado do drama, é dito que tudo o que a epopéia tem (intriga, caracteres, pensamentos, ritmo), a tragédia também tem. Ora, o que ela tem a mais (o espetáculo e a música) não lhe é, finalmente, essencial. O espetáculo, em particular, é de fato uma "parte" da tragédia, mas "é totalmente estranho à arte e não tem nada a ver com a poética, porque a tragédia realiza sua própria finalidade sem concurso e sem atores" (50 b 17-19). Mais adiante, na *Poética*, no momento de se entregar ao exercício clássico de distribuição dos prêmios (Capítulo XXVI), Aristóteles pode pôr a crédito da tragédia que ela mostra; mas é para se retratar imediatamente: "A tragédia, para produzir seu efeito próprio, pode dispensar o movimento, como a epopéia: a leitura revela sua qualidade"¹⁵ (62 a 12). Do

14. Dupont-Roc e Lallot, *op. cit.*, p. 370, não hesitam, no seu comentário ao Capítulo XXIII, em falar de "narrativa diegética", e de "narrativa narrativa", para designar a narrativa relatada pelo narrador (segundo a definição do Capítulo III da *Poética*). Deve-se, pois, poder falar também de narrativa dramática e atribuir assim ao termo narrativa um caráter genérico com relação a suas duas espécies, dramática e diegética.

15. Pode-se atenuar do seguinte modo a contradição dos dois julgamentos sobre o espetáculo, e ao mesmo tempo a ligeira má-fé de Aristóteles, que quer fazer com que se aceite sua preferência pela tragédia sem ser condescendente com seu modelo formal que exclui a encenação efetiva. Pode-se dizer, de um lado, com Dupont-Roc e Lallot (*op. cit.*, p. 407-408), que o libreto de teatro contém todos os traços constitutivos da atividade mimética, sem a existência do espetáculo; de outro, que o tipo de enunciação do texto dramático contém a exigência de ser visto. Direi: o libreto, sem o espetáculo, é uma prescrição de espetáculo. O espetáculo efetivo não é necessário para que essa prescrição exista. Esse estatuto é também o da partitura da orquestra.

lado da epopéia, agora, a relação do poeta com seus personagens no ato de narrar não é tão direta quanto o pretende a definição. Uma primeira atenuação é até incorporada desde o princípio a esta: Aristóteles acrescenta um parêntese a sua definição do poeta como narrador: "Que nos tornemos outra coisa (é assim que Homero compõe) ou que permaneçamos os mesmos sem nos transformar" (48 a 21-3). Precisamente, Homero é louvado adiante (Capítulo XXIII) por sua arte de se apagar a si mesmo por trás de seus personagens dotados de caracteres, de deixá-los agir, falar em seu próprio nome, em suma, ocupar a cena. Por aí a epopéia imita o drama. Aristóteles pode escrever, sem paradoxo, no princípio do capítulo à "arte de representar pela narrativa em versos" (59 a 17): "É bem claro que, como na tragédia, as intrigas devem ser construídas em forma de drama etc." (59 a 19). Assim, no par drama-narrativa, é o primeiro que qualifica lateralmente o segundo a ponto de servir-lhe de modelo. De múltiplos modos, pois, Aristóteles atenua a oposição "modal" entre imitação (ou representação) diegética e imitação (ou representação) dramática, oposição que, de todo modo, não afeta o objeto da imitação, a saber, a tessitura da intriga.

Uma última coerção merece ser colocada sob o título do par *mimese-muthos*, porque dá oportunidade de precisar o uso aristotélico da *mimese*. É a que subordina a consideração dos caracteres à da própria ação. A coerção parece limitadora quando se considera o desenvolvimento moderno do romance e a tese de Henry James¹⁶, que dá ao desenvolvimento do caráter um direito igual, senão superior, ao da intriga. Como nota Frank Kermode¹⁷, para desenvolver um caráter, é preciso contar mais; e, para desenvolver uma intriga, é preciso enriquecer um caráter. Aristóteles é mais exigente: "A tragédia é representação não de homens, mas de ação, de vida e de felicidade (a infelicidade também reside na ação), e o objetivo visado é uma ação, não uma qualidade... Além disso, sem ação não poderia haver tragédia, enquanto esta poderia existir sem caracteres" (50 a 16-24).

16. Henry James, prefácio a *The Portrait of a Lady* (1906), in *The Art of the Novel*, Nova Iorque, 1934, ed. R. P. Blackmuir, pp. 42-48.

17. Frank Kermode, *The Genesis of Secrecy*, Harvard University Press, 1979, pp. 81 ss. No mesmo sentido, James Redfield observa que a *Iliada* é construída em torno da cólera de Aquiles e também do destino trágico de Heitor. Mas, numa epopéia em que os personagens não têm interioridade afirmada, só a interação dos caracteres importa. Logo, o caráter só adquire significado engendrando uma intriga (*ibid.* p. 22). Não há mais querela de prioridade se, além disso, entende-se por intriga "that implicit conceptual unity which has given the work its actual form" (*ibid.* p. 23). É a atitude que assumo, quanto a mim, ao longo de toda esta obra.

Pode-se certamente atenuar o rigor das hierarquias, observando que se trata somente de ordenar as "partes" da tragédia. Também a diferença entre a tragédia e a comédia é tomada das diferentes éticas que afetam os caracteres. A atribuição do segundo plano aos caracteres não tem nada que desqualifique a categoria do personagem. Reencontraremos, aliás, na semiótica, narrativa contemporânea — nascida de Propp — tentativas comparáveis à de Aristóteles para reconstruir a lógica narrativa a partir não dos personagens, mas de "funções", isto é, dos segmentos abstratos da ação.

Mas o essencial não está aí: dando assim prioridade à ação em relação ao personagem, Aristóteles estabelece o estatuto mimético da ação. É em ética (cf. *Ét. Nic.* II, 1105 a 30 ss.) que o sujeito precede a ação na ordem das qualidades morais. Em poética, a composição da ação pelo poeta rege a qualidade ética dos caracteres. A subordinação do caráter à ação não é, pois, uma coerção da mesma natureza das duas precedentes, ela sela a equivalência entre as duas expressões: "representação de ação" e "disposição dos fatos". Se a ênfase deve ser colocada na disposição, então a imitação ou a representação deve ser de ação, mais que de homens.

2. A intriga: um modelo de concordância

Coloquemos, por algum tempo, entre parênteses a questão do estatuto da *mimese*, dado que ela não é unicamente definida pela tessitura da intriga, e voltemo-nos francamente para a teoria do *muthos*, para aí discernir o ponto de partida de nossa própria teoria da composição narrativa.

Não podemos esquecer que a teoria do *muthos* é abstraída da definição da tragédia que se lê no Capítulo VI da *Poética* e que se citou acima. Aristóteles faz, pois, somente a teoria do *muthos* trágico.

A questão que não nos abandonará até o fim desta obra é a de saber se o paradigma de ordem, característico da tragédia, é suscetível de extensão e de transformação, a ponto de poder se aplicar ao conjunto do campo narrativo. Essa dificuldade não deve contudo nos deter. O rigor do modelo trágico tem esta superioridade, a de colocar muito alto a exigência de ordem no início de nossa investigação da compreensão narrativa. Num primeiro momento, o contraste mais extremo é instaurado com a *distentio animi* agostiniana. Assim, o *muthos* trágico eleva-se como a solução poética do paradoxo especulativo do tempo, na

própria medida em que a invenção da ordem é colocada, com exclusão de qualquer característica temporal. Será nossa tarefa e nossa responsabilidade extrair as implicações temporais do modelo, em ligação com o redobramento da teoria da *mimese* que propomos adiante. Mas o empreendimento de pensar conjuntamente a *distentio animi* de Agostinho e o *muthos* trágico de Aristóteles parecerá ao menos plausível, caso se queira considerar que a teoria aristotélica não enfatiza apenas a concordância, mas, de modo muito sutil, o jogo de discordância no interior da concordância. É essa dialética interna à composição poética que faz do *muthos* trágico a representação invertida do paradoxo agostiniano.

É primeiro a concordância sublinhada pela definição do *muthos* como disposição fatos. E essa concordância é caracterizada por três traços: completitude, totalidade, extensão apropriada¹⁸.

A noção de "todo" (*holos*) é o pivô da análise que se segue. Ora, esta, longe de se orientar para uma investigação do caráter temporal da disposição, vincula-se exclusivamente ao seu caráter lógico¹⁹. E é precisamente no momento em que a definição se aproxima da noção de tempo que ela se mantém mais afastada deste: "Um todo, é dito, é o que tem um começo, um meio e um fim" (50 b 26). Ora, é somente em virtude da composição poética que algo vale como começo, como meio ou como fim: o que define o começo não é a ausência de antecedente, mas a ausência de

18. Nossa tese é que a tragédia consiste na representação de uma ação levada até seu termo (*télétiás*), que forma um todo (*holés*) e tem uma certa extensão (*mégéthos*) (50 b 23-25).

19. Else é particularmente firme sobre essa disjunção entre o lógico e o cronológico (cf. comentário ad 50 b 21-34). Só conta a necessidade interna que faz do verossímil ou do necessário "the grand law of poetry" (op. cit., p. 282). O comentador chega até a ver nesse esquema temporal idealmente denso "a kind of Parmenidian" no "in the realm of art" (p. 294). Ele extrai o argumento de que, falando da epopéia no Capítulo XXIII, Aristóteles alerta contra os tipos de crônicas que são necessariamente a exposição não de uma ação uma, mas de um período único (*hénos khronou*) (59 a 22-23). A este "report of a single time", Aristóteles oporia seus universos, que são "timeless" (p. 574). Não creio que seja preciso levar tão longe essa oposição entre o lógico e o cronológico, sob pena de renunciar ao parentesco entre a *Poética* e a *Ética*. Tentarei, de minha parte, no capítulo seguinte, elaborar uma noção não-cronológica de temporalidade narrativa. O próprio Else não fala dos eventos contidos no drama como de "events which are not in time at least in the usual sense" (p. 574)? Por isso o tempo dramático não pode ser completamente ignorado, a partir do momento em que se concede à epopéia o privilégio de poder "narrar muitas partes da intriga que se realizam simultaneamente (*hama*)" (59 b 27). A perspectiva temporal única que uma ação executada pelos próprios personagens impõe merece que se reflita sobre o tempo da narrativa dramática como distinto da narrativa diegética e sobre o tempo da intriga que rege um e outro.

necessidade na sucessão. Quanto ao fim, é bem o que vem depois de outra coisa, mas "em virtude, seja da necessidade, seja da probabilidade" (50 b 30). Só o meio parece definido pela simples sucessão: "Vem depois de outra coisa e depois dele vem outra coisa" (50 b 31). Mas, no modelo trágico, tem sua lógica própria, que é a "inversão" (*metabolè, metaballein*, 51 a 14; *metabasis*, 52 a 16) da fortuna em infortúnio. A teoria da intriga "complexa" fará uma tipologia das inversões com efeito propriamente trágico. A ênfase na análise dessa idéia de "todo" é pois colocada na ausência do acaso e na conformidade às exigências de necessidade ou de probabilidade que organizam a sucessão. Ora, se a sucessão pode ser assim subordinada a alguma conexão lógica, é porque as idéias de começo, de meio e de fim não são extraídas da experiência: não são traços da ação efetiva, mas efeitos da ordenação do poema.

Dá-se o mesmo quanto à extensão. É só na intriga que a ação tem um contorno, um limite (*horos*, 51 a 60) e, em consequência, uma extensão. Retornaremos mais tarde, a propósito da estética da recepção, em germe em Aristóteles, ao papel do olhar ou da memória na definição desse critério de conveniência. Qualquer que seja a capacidade do espectador de abranger a obra de uma só vez, esse critério externo entra em composição com uma exigência interna da obra, que é a única que importa aqui: "A extensão que permite a inversão da infelicidade em felicidade, ou da felicidade em infelicidade por uma série de eventos encadeados segundo o verossímil ou o necessário, fornece uma delimitação (*horos*) satisfatória da extensão" (51 a 12-15). Certamente essa extensão só pode ser temporal: a inversão leva tempo. Mas é o tempo da obra, não o tempo dos acontecimentos do mundo: o caráter de necessidade aplica-se a acontecimentos que a intriga torna contíguos (*éphéxés, ibid.*). Os tempos vazios são excluídos da conta. Não perguntamos o que o herói fez entre dois acontecimentos que, na vida, estariam separados: em *Édipo Rei*, observa Else, o mensageiro retorna no momento preciso em que a intriga requer sua presença: "Nem mais cedo, nem mais tarde" (*no sooner and no later, op. cit.*, p. 293). É também por razões internas na composição que a epopéia admite uma extensão maior: mais tolerante quanto a acontecimentos episódicos, pede também mais amplidão, mas sem falhar quanto à exigência de limite.

Não somente o tempo não é considerado, mas é excluído: assim, a propósito da epopéia (Capítulo XXIII), submetida às exigências de completitude e de totalidade ilustradas com excelência pela tragédia, Aristóteles opõe dois tipos de unidades: de

um lado, a unidade temporal (*hénos khronou*) que caracteriza “um período *único* com todos os acontecimentos que se produziram no seu curso, afetando um só ou muitos homens e entre-tendo uns com os outros relações contingentes” (59 a 23-24); de outro, a unidade dramática, que caracteriza “uma ação una” (59 a 22) (que forma um todo e vai até seu termo, com um começo, um meio e um fim). Numerosas ações advindo num único período de tempo não constituem, pois, uma ação una. É por isso que Homero é louvado por ter escolhido na história da Guerra de Tróia — embora esta tenha um começo e um fim — “uma parte única” de que só sua arte determinou o começo e o fim. Essas anotações confirmam que Aristóteles não assinala qualquer interesse pela construção do tempo suscetível de ser implicada na construção da intriga.

Se, pois, o laço interno da intriga é mais lógico que cronológico, de que lógica se trata? Para dizer a verdade, a palavra lógica não é pronunciada, salvo necessidade e probabilidade serem categorias familiares de *Organon*. Se o termo lógica não é pronunciado, é bem porque se trata de uma inteligibilidade apropriada ao campo da praxis e não da *théoria*, vizinha, pois, da *phronésis*, que é a inteligência da ação. A poesia é com efeito um “fazer”, e um “fazer” sobre um “fazer” — os “agentes” do Capítulo II. Somente não é um fazer efetivo, ético, mas precisamente inventado, poético. É por isso que é preciso discernir bem os traços específicos dessa inteligência mimética e mítica — no sentido aristotélico desses dois termos.

Que se trata exatamente de inteligência, Aristóteles adverte-o desde o Capítulo IV, onde estabelece pela via genética seus conceitos diretores. Por que, pergunta ele, temos prazer em ver as imagens de coisas, em si mesmas repugnantes — animais ignóbeis ou cadáveres? “A razão disso é que aprender é um prazer, não só para os filósofos, mas igualmente para os outros homens (...); com efeito, se se gosta de ver imagens, é porque as olhando aprendemos a conhecer e conclui-se o que é cada coisa como quando se diz: este é ele” (48 b 12-17). Aprender, concluir, reconhecer a forma: eis o esqueleto inteligível do prazer da imitação (ou da representação)²⁰. Mas se não se trata dos uni-

20. Sobre a “resposta intelectual” às imitações do artista, cf. G. Else (comentário ad 48 b 4-24). James Redfield insiste igualmente com força sobre essa função *ensinadora* da imitação (*op. cit.*, pp. 52-55): o provável é universal ao seu modo (pp. 55-60); a intriga leva a conhecer (pp. 60-67). Por isso a *Poética* conserva ligação estreita com a retórica do século V e sua cultura da argumentação. Mas, enquanto no tribunal o argumento acrescecenta-se à narrativa, entregue ela própria ao contingente, o drama inclui o argumento na narrativa e constrói as condições do acontecimento a partir da intriga: “We can then define fiction as the outcome of a hypothetical inquiry into

versais dos filósofos, que podem ser esses universais “poéticos”? Que sejam universais não é duvidoso, posto que se pode caracterizá-los pela dupla oposição do possível ao efetivo e do geral ao particular. O primeiro par é ilustrado, como se sabe, pela famosa oposição entre a poesia e a história, ao modo de Heródoto²¹: “Porque a diferença entre o cronista e o poeta não vem de que um se exprima em versos e o outro em prosa (pode-ser-ia pôr em versos a obra de Heródoto, não deixaria de ser uma crônica em versos, como o é em prosa); mas a diferença é que um diz o que ocorreu, o outro o que poderia ter ocorrido; é por essa razão que a poesia é mais filosófica e mais nobre que a crônica: a poesia trata, antes, do geral, a crônica do particular” (51 b 4-51 b 7).

O caso não está contudo inteiramente elucidado: porque Aristóteles toma muito cuidado em opor, ao “que ocorreu realmente (...) aquilo que poderia ocorrer na ordem do verossímil e do necessário” (51 a 37-38). E adiante: “O geral é o que um certo tipo de homem faz, ou diz, verossímil ou necessariamente” (51 b 9). Dito de outro modo: o possível, o geral não devem ser buscados alhures, senão na disposição dos fatos, posto que é esse encadeamento que deve ser necessário ou verossímil. Em suma, é a intriga que deve ser típica. Compreende-se de novo por que a ação tem primazia sobre os personagens: é a universalização da intriga que universaliza os personagens, mesmo quando eles conservam um nome próprio. Donde o preceito: conceber primeiro a intriga, em seguida dar nomes.

Pode-se então objetar que o argumento é circular: o possível e o geral caracterizam o necessário ou o verossímil; mas são o necessário e o verossímil que condicionam o possível e o geral. É preciso então supor que a disposição como tal, isto é, um laço apartado com a causalidade, torna típicos os fatos agenciados? Tentarei, da minha parte, na trilha de teóricos narrativistas da história como Louis O. Mink²², fazer recair todo o peso da inteligibilidade sobre a conexão enquanto tal estabelecida entre os eventos; em suma, sobre o ato judicatório de “considerar

the intermediate causes of action, an inquiry which has led the poet to the discovery and communication in a story of some universal pattern of human probability and necessity” (pp. 59-60). Assim “fiction is the outcome of a kind of inquiry” (p. 79): Como isso pôde acontecer? Quem agiria assim? No mesmo sentido, Golden: “Through imitation, events are reduced to form and thus, however impure in themselves, the events portrayed are purified — clarified — into intelligibility” (*op. cit.*, p. 236).

21. Os últimos tradutores franceses dizem: a crônica, posto que reservaram o termo *história* para traduzir *muthos*. Essa escolha tem, aliás, a vantagem de dar lugar a um juízo menos negativo sobre a historiografia.

22. Cf., adiante, segunda parte, Capítulo 2, pp. 218 ss.

junto". Pensar um elo de causalidade, mesmo entre acontecimentos singulares, já é universalizar.

Que seja assim mesmo, a oposição entre intriga una e intriga com episódios confirma-o (51 b 33-35). Não são os episódios que Aristóteles reprova: a tragédia não pode fazer economia deles sob pena de ser monótona e a epopéia tira deles o melhor partido. O que é condenado é o mal-alinhavado dos episódios: "Chamo de intriga com episódios aquela em que os episódios se seguem (*met' allèla*) [e não se encadeiam] sem verossimilhança nem necessidade" (*ibid.*). Aí reside a oposição-chave: "Uma depois da outra" / "uma por causa da outra" (*di' allèla*, 52 a 4). Uma depois da outra é a seqüência episódica e, pois, o inverossímil; uma por causa da outra, é o encadeamento causal e, pois, o verossímil. Não se permite mais a dúvida; o tipo de universalidade que a intriga comporta deriva de sua ordenação, a qual constitui sua completitude e sua totalidade. Os universais que a intriga engendra não são idéias platônicas. São universais parentes da sabedoria prática, portanto, da ética e da política. A intriga engendra tais universais quando a estrutura da ação repousa sobre a articulação interna à ação e não sobre acidentes externos. A conexão interna como tal é a isca da universalização. Seria um traço de *mimese* visar no *muthos* não seu caráter de fábula, mas seu caráter de coerência. Seu "fazer" seria globalmente um "fazer" universalizante. Todo o problema do *Verstehen* narrativo está contido em germe aqui. Compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico. Não é isso que, finalmente, Aristóteles diz em 51 b 29-32: "Decorre claramente de tudo isto que o poeta deve ser poeta de histórias mais que de metros, posto que é em virtude da representação que ele é poeta e que o que ele representa são ações; supondo-se mesmo que componha um poema sobre eventos que realmente aconteceram, não é menos poeta; porque nada impede que certos eventos reais sejam daqueles que poderiam acontecer na ordem do verossímil e do possível, por meio de que ele é seu poeta"²³ (51 b 27-32)? Os dois lados da equação equilibram-se: criador de intrigas/imitador da ação: eis o poeta.

A dificuldade só está, contudo, parcialmente resolvida: pode-se verificar um encadeamento causal na realidade, mas

23. Else exclama: "The maker of what happened! Not the maker of the actuality of events but of their logical structure, of their meaning: their having happened is accidental to their being composed" (*op. cit.*, p. 321).

o que acontece com a composição poética? Questão embaraçosa: se a atividade mimética "compõe" a ação, é ela quem instaura o necessário, compondo. Não vê o universal, fá-lo surgir. Quais são então seus critérios? Temos uma resposta parcial na expressão evocada acima: "Olhando as imagens aprendemos a conhecer e concluímos o que cada coisa é, como quando se diz: este é ele" (48 b 16-17). Esse prazer de reconhecimento, como dizem os últimos comentadores franceses, pressupõe, na minha opinião, um conceito prospectivo de verdade, segundo o qual inventar é redescobrir. Mas esse conceito prospectivo de verdade não tem lugar numa teoria mais formal da estrutura da intriga e supõe uma teoria mais desenvolvida da *mimese* que aquela que simplesmente a iguala ao *muthos*. Retornarei a isso no fim deste estudo.

3. A discordância inclusa

O modelo trágico não é puramente um modelo de concordância, mas de concordância discordante. É por aí que oferece um confronto com a *distentio animi*. A discordância está presente em cada fase da análise aristotélica, embora só seja tratada tematicamente como intriga "complexa" (vs. "simples"). Anuncia-se desde a definição canônica da tragédia, e esta deve ser a representação de uma ação nobre "levada até o seu termo"²⁴... (*téléios*) (49 a 25). Ora, a completitude não é um traço negligenciável, na medida em que o termo da ação é a felicidade ou infelicidade, e em que a qualidade ética dos caracteres fundamenta a plausibilidade de uma ou de outra saída. A ação só é, pois, levada a seu termo quando produz uma ou outra. Assim é marcado o lugar vazio dos "episódios" que levam a ação a seu termo. Aristóteles não diz nada contra os episódios. O que ele proscree são, não os episódios, mas a textura episódica, a intriga em que os episódios seguem-se ao acaso. Os episódios, controlados pela intriga, são o que dá amplitude à obra e, por isso, uma "extensão".

Mas a definição da tragédia contém uma segunda indicação: "... representando a piedade e o terror, realiza uma depuração (*katharsis*) desse gênero de ação" (49 b 26-27). Deixemos por ora a questão espinhosa da *catharsis* e concentremo-nos sobre

24. Citamos acima: "uma ação levada a seu termo, que forma um todo e tem uma certa extensão" (50 b 24-25). No contexto próximo, Aristóteles só comenta "todo" e "extensão".

o meio (*dia*) através do qual a *catharsis* opera. Else e Dupont-Roc e Lallot, na minha opinião, compreenderam bem a intenção de Aristóteles, refletida pela construção da frase: a resposta emocional do espectador é construída no drama, na qualidade dos incidentes destruidores e dolorosos para os próprios personagens. O tratamento ulterior do termo *pathos*, como terceiro componente da intriga complexa, o confirmará. Por aí, a *catharsis*, o que quer que este termo signifique, é operada pela própria intriga. A discordância primordial, a partir de então, são os incidentes aterrorizantes e lamentáveis. Constituem a ameaça maior para a coerência da intriga. É por isso que Aristóteles fala deles de novo, em relação com o necessário e o verossímil, e no mesmo contexto que a crítica da peça em episódios (Capítulo IX). Ele não assinala mais então os substantivos piedade e terror, mas os adjetivos "lamentáveis" e "aterrorizantes" (52 a 2), que qualificam os incidentes representados pelo poeta por meio da intriga.

A concordância discordante é visada mais diretamente ainda pela análise do efeito de surpresa. Aristóteles o caracteriza por uma extraordinária expressão em forma de anacoluto: "Contra qualquer expectativa/por causa um do outro" (*para tèn doxan di'allèla*) (52 a 4). O "surpreendente" (*to thaumaston*) (*ibid.*) — cúmulo do discordante — são então os golpes do acaso que parecem acontecer de propósito.

Mas atingimos o centro da concordância discordante, ainda comum às intrigas simples e complexas, com o fenômeno central da ação trágica que Aristóteles denomina de "inversão" (*metabolè*) (Capítulo XI). Na tragédia, a inversão faz-se da fortuna ao infortúnio, mas sua direção pode ser inversa: a tragédia não explora esse recurso provavelmente em virtude do papel dos incidentes aterrorizantes ou lamentáveis. É essa inversão que leva tempo e regula a extensão da obra. A arte de compor consiste em fazer parecer concordante essa discordância: o "um por causa (*dia*) do outro" predomina então sobre o "um após (*meta*) o outro"²⁵ (52 a 18-22). É na vida que o discordante arruína a concordância, não na arte trágica.

As inversões características da intriga complexa são, como é bem conhecido, o *teatral* (*péripétèia*) (segundo o feliz achado

25. Redfield traduz 52 a 1-4: "The imitation is not only of a complete action but of things pitiable and fearful: such things most happen when they happen contrary to expectation because of one another (*di' allèla*)". Else traduz: "contrary to experience but because of one another": Léon Golden: "unexpectedly, yet because of one another".

dos últimos tradutores franceses) e o reconhecimento (*anagnôrtisis*), a que é preciso acrescentar o *efeito violento* (*pathos*). Lêem-se as definições dessas modalidades de inversão no Capítulo XI e os comentários são aqui bem conhecidos²⁶. O importante para nós é que Aristóteles aqui multiplica as exigências inerentes à intriga trágica e torna assim seu modelo ao mesmo tempo mais forte e mais limitado. Mais limitado, na medida em que a teoria do *muthos* tende a se identificar com a da intriga trágica: a questão será então de saber se o que chamamos de narrativo pode extrair o efeito de surpresa de procedimentos diversos dos que Aristóteles enumera e, pois, engendrar outras exigências além das do trágico. Mas o modelo torna-se também mais forte na medida em que o teatral, reconhecimento e efeito violento — principalmente quando estão reunidos na mesma obra, como no *Édipo* de Sófocles — levam a seu mais alto grau de tensão a fusão entre o "paradoxal" e o encadeamento "causal" da surpresa e da necessidade²⁷. Mas é essa força do modelo que deixar toda teoria da narrativa esforça-se por preservar por outros meios, diversos dos do gênero trágico. Quanto a isso, é possível questionar se não se sairia do narrativo, se se abandonasse a coerção maior que constitui a inversão, considerada em sua definição mais ampla, o que "inverte o efeito das ações" (52 a 22). Rencontraremos essa questão quando nos perguntarmos, mais tarde, "o que extrai uma história (ou histórias) da ação", segundo o título do ensaio de H. Lübke²⁸. O papel dos efeitos não desejados, e mais ainda, o dos efeitos "perversos" na teoria da historiografia, nos colocará uma questão análoga. As implicações dessa questão são numerosas: se a inversão é tão essencial a qualquer

26. A tragédia de Édipo conserva para nós, que conhecemos sua trama e desenlace, seu caráter de *péripétèia*? Sim, se não definimos a surpresa por algum conhecimento exterior, mas pela relação com a espera criada pelo curso interno da intriga: a inversão está na *nossa* espera, mas criada pela intriga (cf. adiante a discussão da relação entre a estrutura interna e as disposições do público).

27. É o papel do reconhecimento, como mudança da ignorância para conhecimento, nos limites que se dirá adiante (nota seguinte), de compensar o efeito da surpresa contido na *péripétèia* pela lucidez que instaura. Escapando da autodecepção, o herói entra na sua verdade e o espectador no conhecimento dessa verdade. Nesse sentido, Else talvez tenha razão de aproximar o problema da falta trágica do problema do reconhecimento. A falta, enquanto ao menos comporta ignorância e erro, é, verdadeiramente, o avesso do reconhecimento. Será um problema importante, na quarta parte desta obra, lançar uma ponte entre o reconhecimento no sentido de Aristóteles, o reconhecimento no sentido de Hegel e a repetição no sentido de Heidegger.

28. Hermann Lübke, "Was aus Handlungen Geschichten macht" in *Vernünftiges Denken*, ed. por Jürgen Mittelstrass e Manfred Riedel, Berlin, Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1978, pp. 237-250.

história em que o insensato ameaça o sensato, a conjunção entre inversão e reconhecimento não conserva uma universalidade que ultrapassa o caso da tragédia? Os historiadores não buscam também colocar lucidez onde existe perplexidade? E a perplexidade não é maior onde as inversões de sorte são mais inesperadas? Outra implicação mais coercitiva ainda: não seria preciso ao mesmo tempo conservar, com a inversão, a referência à felicidade e à infelicidade? Qualquer história narrada não trata, finalmente, das mudanças de sorte, para melhor como para pior²⁹? Não seria preciso dar ao *efeito violento* (*pathos*) a parcela congruente nessa revisão das modalidades de inversão: Aristóteles dá-lhe, é verdade, uma definição muito limitadora no fim do Capítulo XI. O efeito violento deve ser ligado a esses "incidentes aterrorizantes e lamentáveis" inerentes à intriga básica e geradores por excelência de discordância. "O efeito violento" — "*the thing suffered*", interpreta Else — leva ao extremo o aterrorizante e o lamentável na intriga complexa.

Essa consideração da qualidade emocional dos incidentes não é estranha à nossa investigação, como se a preocupação de inteligibilidade, própria da busca de completude e de totalidade, devesse implicar um "intelectualismo" que seria preciso opor a algum "emocionalismo". O lamentável e o aterrorizante são qualidades estritamente ligadas às mudanças de sorte mais inesperadas e orientadas para a infelicidade. São esses incidentes discordantes que a intriga tende a tornar necessários e verossímeis. E é assim que ela os purifica, ou melhor, os depura. Voltaremos adiante a este ponto. É incluindo o discordante no concordante que a intriga inclui o comovente no inteligível. Aristóteles chega assim a dizer que o *pathos* é um ingrediente da imitação ou da representação da praxis. Esses termos que a ética opõe, a poesia une³⁰.

29. Os limites do modelo são talvez mais aparentes no caso do reconhecimento, onde as passagens da ignorância ao conhecimento fazem-se no seio de relações "de aliança ou de hostilidade entre os que são designados pela felicidade" (52 a 31). Certamente a aliança estende-se mais longe que os laços de sangue, mas constitui uma coerção muito estreita. Podemos perguntar-nos contudo se o romance moderno, pelo menos na forma que assumiu com a *Pamela* de Richardson, fazendo do amor a única mola da ação, não reconstitui o equivalente da coerção da aliança ou da hostilidade em favor de um trabalho de lucidez, ele próprio equivalente ao reconhecimento aristotélico (cf., adiante, terceira parte, Cap. 1).

30. Redfield: "Pathè and learning together constitute the characteristic value to us of a well-made narrative. I suspect that Aristotle meant by *katharsis* exactly this combination of emotion and learning" (*op. cit.*, p. 67).

É preciso ir mais longe: se o lamentável e o aterrorizante deixam-se assim incorporar ao trágico, é porque essas emoções têm, como diz Else (*op. cit.*, p. 375), sua *racionalidade*, a qual, em compensação, serve de critério para a qualidade trágica de cada mudança de sorte. Dois capítulos (XIII e XIV) são consagrados a este efeito de crivação que a piedade e o terror exercem quanto à própria estrutura da intriga. Com efeito, na medida em que essas emoções são incompatíveis com o repugnante e o monstruoso, como com o inumano (a falta dessa "filantropia" que nos faz reconhecer os "semelhantes" nos personagens), elas exercem o papel principal na tipologia das intrigas. Esta é construída sobre dois eixos: nobreza ou baixaza nos caracteres, fim feliz ou infeliz. São as duas emoções trágicas que regulam a hierarquia das combinações possíveis: "porque uma — a piedade — dirige-se ao homem que não mereceu sua infelicidade, a outra — o terror — à infelicidade de um semelhante" (53 a 3-5).

Finalmente, são ainda as emoções trágicas que exigem que o herói seja impedido de atingir a excelência na ordem da virtude e da justiça, por alguma "falta", sem contudo ser o vício ou a maldade que o faça cair na infelicidade: "Permanece pois o caso intermediário. É o de um homem que, sem atingir a excelência na ordem da virtude e da justiça, deve, não ao vício e à maldade, mas a alguma falta (*hamartia*), cair na infelicidade³¹ ..." (53 a 7 e ss.). Assim mesmo o discernimento da falta trágica é exercido pela qualidade emocional da piedade, do terror e do sentido do humano³². A relação é pois circular. É a composição da intriga que depura as emoções, levando os incidentes lamentáveis e aterrorizantes à representação, e são emoções depuradas que regulam o discernimento do trágico. Mal se poderia levar mais longe a inclusão do aterrorizante e do lamentável na textura dramática. Aristóteles pode concluir esse tema nestes termos: "Como o prazer que o poeta deve produzir vem da (*apo*) piedade

31. A *hamartia* não é somente um caso extremo de discordância: contribui no mais alto grau para caráter de *investigação* da obra trágica. Ela *problematiza* o infortúnio não merecido. Interpretar o erro trágico é a tarefa da tragédia, enquanto "*inquiry in the strengths and weaknesses of culture*" (Redfield, *op. cit.*, p. 89). Retornaremos adiante ao papel da obra poética enquanto revelador das "disfunções" de uma cultura (*ibid.*, p. 111, nº 1).

32. Else observa com razão que esse discernimento faz de todos nós juízes: mas é como companheiros de humanidade, igualmente falíveis (*as a court of fellow human beings*), não como ministros da lei, que julgamos. A depuração da piedade e do terror substituem então a consideração e a execração. Não somos sequer nós que operamos a purificação, mas a intriga (*op. cit.*, p. 437). Reencontramos o vínculo sugerido acima entre o erro trágico e o reconhecimento. A *catharsis* é o processo inteiro regido pela estrutura e culminando no reconhecimento.

e do terror despertados pela (*dia*) atividade representativa, é evidente que é nos (*en*) fatos que deve inscrever isso, compondo-os (*empoiètéon*)³³ (53 b 12-13).

Tais são as coerções crescentes às quais Aristóteles submete seu modelo trágico. Podemos então questionar se, aumentando as coerções da intriga trágica, ele não tornou seu modelo ao mesmo tempo mais forte e mais limitado³⁴.

4. O ponto de partida e o ponto de chegada da configuração poética

Gostaria de voltar, para terminar, à questão da *mimese*, segundo centro de meu interesse na leitura da *Poética*. Ela não me parece regulada pelo estabelecimento da equivalência entre as expressões: "imitação (ou representação) da ação" e "agenciamento dos fatos". Não é que haja algo a diminuir nessa equação. Não é duvidoso que o sentido prevalecente da *mimese* é exatamente aquele que é instituído por sua aproximação com o *muthos*: se continuamos a traduzir *mimese* por imitação, deve-se entender totalmente o contrário do decalque de um real preexistente e falar de imitação criadora. E, se traduzimos *mimese* por representação, não se deve entender, por esta palavra, alguma duplicação de presença, como se poderia ainda entendê-lo na *mimese* platônica, mas o corte que abre o espaço de ficção. O artesão de palavras não produz coisas, mas somente quase-coisas, inventa o como-se. Nesse sentido, o termo aristotélico *mimese* é o emblema dessa desconexão que, para empregarmos um vocabulário que é hoje o nosso, instaura a literariedade da obra literária.

33. Golden traduz: "Since the poet should produce pleasure from (apo) pity and fear through (dia) imitation, it is apparent that this function must be worked into (en tois pragmasin empoièteon) the incidents" (op. cit., p. 23). Else comenta: "through the shaping of the work out of the emotions."

34. Deve ter sido observado que não comentei a distinção entre o "entrelaçamento" (*désis*) e "desenlace" (*lúsis*) do Capítulo XVIII. Só o fato de Aristóteles incluir na fase de entrelaçamento acontecimentos "exteriores" à intriga leva a pensar que não é preciso colocar essa distinção no mesmo plano que os outros traços da intriga complexa, nem sequer considerá-la como um traço pertinente da intriga, da qual todos os critérios são "internos". E por isso que uma crítica do conceito de encerramento narrativo que extrairia argumento das aporias desta análise (cf. terceira parte) só atinge uma categoria periférica, heterogênea e talvez tardiamente acrescentada por Aristóteles (Else, op. cit., p. 520), não o núcleo de seu conceito de intriga.

E contudo a equação entre *mimese* e *muthos* não satura o sentido da expressão *mimese* praxeôs. Pode-se certamente construir — como o fizemos aliás — o genitivo do objeto como o correlato noemático da imitação (ou da representação) e igualar esse correlato à expressão completa: "agenciamento dos fatos" de que Aristóteles faz o "que" — o objeto — da *mimese*. Mas o pertencer do termo *praxis* ao mesmo tempo ao campo do real, a cargo da *ética*, e ao campo do imaginário, a cargo da *poética*, sugere que a *mimese* não tem somente uma função de ruptura, mas de ligação, que estabelece precisamente o estatuto de transposição "metafórica" do campo prático pelo *muthos*. Se é mesmo assim, é preciso preservar no próprio significado do termo *mimese* uma referência ao que precede a composição poética. Chamo essa referência de *mimese* I, para distingui-la de *mimese* II — a *mimese*-criação — que permanece a função-pivô. Espero mostrar, no próprio texto de Aristóteles, os índices esparsos dessa referência à montante da composição poética. Não é tudo: a *mimese* que é, ele nos lembra, uma atividade, a atividade mimética, não acha o termo visado por seu dinamismo só no texto poético, mas também no espectador ou no leitor. Há, assim, um ponto de chegada da composição poética, que chamo de *mimese* III, de que buscarei também as marcas no texto da *Poética*. Enquadrando assim o salto do imaginário pelas duas operações que constituem o ponto de partida e o ponto de chegada da *mimese*-invenção, não acredito estar enfraquecendo, mas antes enriquecendo, o próprio sentido da atividade mimética investida no *muthos*. Espero mostrar que ela extrai sua inteligibilidade de sua função de mediação, que é de conduzir do ponto de partida do texto ao ponto de chegada do texto, por seu poder de refiguração.

As referências não faltam, na *Poética*, para a compreensão da ação — e também das paixões — que a *Ética* articula. Essas referências são tácitas, enquanto a *Retórica* insere em seu próprio texto um verdadeiro "Tratado das paixões". A diferença é compreensível: a *Retórica* explora essas paixões, enquanto a *Poética* transpõe em poema o agir e o padecer humanos.

O capítulo seguinte dará uma idéia mais completa da compreensão da ordem da ação implicada pela atividade narrativa. O modelo trágico, exatamente como modelo limitado de narratividade, faz empréstimos eles próprios limitados a essa pré-compreensão. O *muthos* trágico, girando em torno das inversões da sorte, e exclusivamente da felicidade para a infelicidade, é uma exploração dos caminhos pelos quais a ação lança os homens de valor, contra qualquer expectativa, na infelicidade.

Ele serve de contraponto à ética que ensina como a ação, pelo exercício das virtudes, conduz à felicidade. Ao mesmo tempo, toma emprestado do pré-saber da ação só seus traços éticos³⁵.

Primeiro o poeta sempre soube que os personagens que ele representa são "agentes" (48 a 1); sempre soube que "os caracteres são o que permitem qualificar os personagens em ação" (50 a 4); sempre soube que "necessariamente esses personagens são nobres ou baixos" (48 a 2). O parêntese que segue essa frase é um parêntese ético: "Os caracteres referem-se quase sempre só a esses dois tipos, posto que, em matéria de caráter, são a baixa e a nobreza que, para todo o mundo, fundamentam as diferenças" (48 a 2-4). A expressão "todo o mundo" (*pantes*) é a marca de *mimese I* no texto da *Poética*. No capítulo consagrado aos caracteres (Capítulo XV), "o que constitui o objeto da representação" (54 a 27) é o homem segundo a ética. As qualificações éticas vêm do real. O que procede da imitação ou da representação é a exigência lógica de coerência. Na mesma veia, é dito que a tragédia e a comédia diferem em que "uma quer representar personagens piores, a outra, personagens melhores que os homens atuais (*tôn nun*)" (48 a 16-18): segunda marca de *mimese I*. Que, pois, os caracteres possam ser melhorados ou deteriorados pela ação, o poeta o sabe e o pressupõe: "Os caracteres são o que permite qualificar os personagens em ação" (50 a 6)³⁶.

35. J. Redfield insiste com força nessa ligação entre ética e poética; esse vínculo está assegurado, de modo visível, pelos termos comuns às duas disciplinas de *praxis*, "ação", e de *ethos*, "caracteres". Concerne, mais profundamente, à realização da felicidade. A ética, com efeito, só trata da felicidade de forma potencial: considera suas condições, a saber, as virtudes; mas o vínculo permanece aleatório entre as virtudes e as circunstâncias da felicidade. Construindo suas intrigas, o poeta dá uma inteligibilidade a esse vínculo contingente. Donde o paradoxo aparente: "Fiction is about unreal happiness and unhappiness, but these in their actuality" (*op. cit.*, p. 63). E a esse preço que narrar "ensina", no que concerne à felicidade e à vida, denominada na definição da tragédia: "representação não de homens, mas de ação, de vida e de felicidade (a infelicidade também reside na ação)" (50 a 17-18).

36. Ver-se-à mais à frente (terceira parte, Capítulo II) o uso que Claude Brémont faz dessas noções de melhoramento e de deteriorização na sua "lógica dos possíveis narrativos". Pode-se seguir Dupont-Roc e Lallot quando afirmam que a *Poética* inverte a relação de prioridade que a ética estabelece entre a ação e os caracteres; em ética, dizem eles, os caracteres são primordiais, em poética passam ao segundo plano; "a inversão da relação de prioridade entre agente e ação resulta diretamente da definição de poesia dramática como representação de ação" (p. 196; do mesmo modo, pp. 202-204). Pode-se contudo notar com Else (*ad 48 a 1-4*) que, também para a ética, é a ação que confere sua qualidade moral aos caracteres. De todo modo, como essa inversão alegada seria percebida, se a ordem de precedência que a *Poética* inverte não fosse preservada pela inversão? Nossos autores sem dúvida o admitiriam: segundo eles, o objeto da atividade mimética conserva, não somente nesse capítulo, mas talvez até o fim, o sentido ambíguo de objeto-modelo (o objeto natural que se imita) e de objeto-cópia (o artefato que se criou).

Em suma, para que se possa falar de "deslocamento mimético", de "transposição" quase metafórica da ética à poética, é preciso conceber a atividade mimética como elo e não somente como ruptura. Ela é o próprio movimento de *mimese I* à *mimese II*. Se não é duvidoso que o termo *muthos* marque a descontinuidade, a própria palavra *praxis*, por sua dupla obediência, assegura a continuidade entre os dois regimes, ético e poético, da ação.³⁷

Uma relação semelhante de identidade e de diferença poderia sem dúvida ser reconhecida entre os *pathè* de que a *Retórica II* dá uma ampla descrição e o *pathos* — "efeito violento" — de que a arte trágica faz uma "parte" da intriga (52 b 9 ss.).

Talvez seja preciso levar mais longe a retomada ou o assumir da ética na poética. O poeta não acha somente no seu fundo cultural uma categorização implícita do campo prático, mas uma primeira formalização narrativa desse campo. Se os poetas trágicos, diversamente dos autores de comédia que se permitem dar como suporte a suas intrigas nomes tomados ao acaso, "atêm-se ao nome de homens realmente atestados (*génoménôn*)" (51 b 15), isto é, recebidos da tradição, é que o verossímil — traço objetivo — deve ser além disso persuasivo (*pithanon*) (51 b 16) — traço subjetivo. A conexão lógica do verossímil não poderia, pois, ser destacada das exigências culturais do aceitável. Certamente, a arte, aqui ainda, marca uma ruptura: "Supondo-se até que [o poeta] compõe um poema sobre eventos que realmente aconteceram (*génoména*), não é por isso menos poeta" (51 b 29-30). Mas, sem mitos transmitidos, não existiria também nada a transpor poeticamente. Quem falaria sobre a inesgotável fonte de violência recebida dos mitos, que o poeta transpõe com efeito trágico? E onde esse trágico potencial é mais denso, senão nas histórias recebidas relativas a algumas grandes casas célebres: os Átridas, Édipo e os seus...? Não é pois por acaso que Aristóteles, aliás tão preocupado com a autonomia do ato poético, aconselha ao poeta continuar a buscar nesse tesouro a própria matéria do aterrorizante e do lamentável.³⁸

Notam, ad 48 a 9: "A atividade mimética (*aqueles que representam*) estabelece entre os dois objetos, modelo e cópia, uma relação complexa; ela implica ao mesmo tempo semelhança e diferença, identificação e transformação, de um só e mesmo movimento" (p. 157).

37. 51 a 16-20 é marcante a esse respeito, falando das ações sobrevindas na vida de um indivíduo único, que não formam em nada uma ação *una*.

38. J. Redfield observa (*op. cit.*, pp. 31-35) que as histórias de heróis, recebidas da tradição, são, diferentemente das histórias dos deuses, histórias de desastres e de sofrimentos, às vezes superadas, o mais das vezes sofridas. Elas não relatam a fundação das cidades, mas sua destruição. O poeta épico daí recolhe a "fama", o *kléos*, e redige memorial. E nesse fundo que o poeta trágico, por sua vez, haure; com esta reserva de que "*stories can be borrowed, plots cannot*" (p. 58).

Quanto ao critério do verossímil, pelo qual o poeta distingue suas intrigas das histórias recebidas — quer realmente tenham acontecido, quer só existam no tesouro da tradição —, pode-se duvidar de que se deixe cercar por uma pura “lógica” poética. A alusão que se acabou de fazer à sua ligação com o “persuasivo” dá a entender que este último é também de um certo modo recebido. Mas esse problema pertence mais à problemática de *mimese* III em direção à qual me volto agora.

À primeira vista, há pouco a esperar da *Poética* no que concerne ao ponto de chegada da composição poética. Diversamente da *retórica*, que subordina a ordem do discurso a seus efeitos sobre o auditório, a *Poética* não marca nenhum interesse explícito para a comunicação da obra ao público. Deixa até entrever de vez em quando uma real impaciência com relação às imposições ligadas à instituição dos concursos (51 a 7) e mais ainda quanto ao mau gosto do público comum (Capítulo XXV). A recepção da obra não é pois uma categoria maior da *Poética*. Esta é um tratado relativo à composição, sem quase nenhuma atenção àquele que a recebe.

As anotações que reúno agora sob o título de *mimese* III são tanto mais preciosas quanto mais raras. Testemunham a impossibilidade, para uma poética que enfatizou principalmente as estruturas internas do texto, de se encerrar no âmbito deste.

A linha que quero seguir é a seguinte: a *Poética* não fala de estrutura, mas de estruturação; ora, a estruturação é uma atividade orientada ao término no espectador ou no leitor.

Desde o princípio, o termo *poièsis* deixa a marca de seu dinamismo em todos os conceitos da *Poética* e faz deles conceitos operatórios: a *mimese* é uma *atividade* representativa, a *sustasis* (ou *sunthèsis*) é a operação de arranjar os fatos em sistema e não o próprio sistema. Por outro lado, o dinamismo (*dunamis*) da *poièsis* é visado desde as primeiras linhas da *Poética* como exigência de perfeição (47 a 8-10); é ele quem pede, no Capítulo VI, que a ação seja levada até seu termo (*téléios*). Certamente, esse acabamento é o da obra, de seu *muthos*; mas só é atestado pelo “prazer próprio” (53 b 11) da tragédia, que Aristóteles chama de seu *ergon* (52 b 30), seu “efeito próprio” (Golden, *op. cit.*, p. 21, traduz: *the proper function*). Logo, todos os esboços de *mimese* III no texto de Aristóteles são relativos a esse “prazer próprio” e às condições de sua produção. Gostaria de mostrar de que maneira esse prazer é ao mesmo tempo construído na obra e efetuado fora da obra. Ele une o interior ao exterior e exige tratar de modo dialético essa relação do exterior com o interior que a poética moderna reduz muito rápido a uma simples disjunção,

em nome de uma pretensa proibição lançada pela semiótica contra tudo que é tido como extralinguístico³⁹. Como se a linguagem não fosse, desde sempre, lançada fora de si mesmo por sua veemência ontológica! Temos na ética um bom guia para articular corretamente o interior e o exterior da obra. É a própria teoria do prazer. Se se aplica à obra literária o que Aristóteles diz do prazer no livro VII e no livro X da *Ética a Nicômaco*, a saber, que procede de uma ação não impedida e que se acrescenta à ação cumprida como um suplemento que a coroa, é preciso articular do mesmo modo a finalidade interna da composição e a finalidade externa de sua recepção⁴⁰.

O prazer de aprender é, com efeito, o primeiro componente do prazer do texto. Aristóteles toma-o como um corolário do prazer que temos com imitações ou representações, o qual é uma das causas naturais da arte poética, segundo a análise genética do Capítulo IV. Ora, Aristóteles associa ao ato de aprender o de “concluir o que cada coisa é, como quando se diz: este é ele” (48 b 17). O prazer de aprender é, pois, o de reconhecer. É o que faz o espectador, quando reconhece no Édipo o universal que a intriga engendra apenas por sua composição. O prazer do reconhecimento é, pois, ao mesmo tempo construído na obra e experimentado pelo espectador.

Esse prazer do reconhecimento, por sua vez, é o fruto do prazer que o espectador tira de uma composição que respeita o necessário e o verossímil. Ora, esses critérios “lógicos” são, eles próprios, ao mesmo tempo, construídos na peça e exercidos pelo espectador. Já fizemos uma alusão, por ocasião dos casos extremos de consonância dissonante, à ligação que Aristóteles estabelece entre o verossímil e o aceitável — o “persuasivo” —, categoria principal da *Retórica*. É o caso quando o paradoxal deve ser incluído na cadeia causal do “um por meio do outro”. É

39. Minha posição, que defenderei no próximo capítulo, é próxima da de H. R. Jauss, em *Pour une esthétique de la réception*, Paris, Gallimard, 1978, pp. 21-80. Concernente ao “gozo”, ler-se-á, do mesmo autor, *Aesthetische Erfahrung und Literarische Hermeneutik*, Munique, Wilhelm Fink Verlag, 1977, pp. 24-211.

40. O estatuto misto do prazer, na flexão da obra e do público, explica sem dúvida porque o espetáculo tem um lugar tão flutuante no curso da *Poética*. De um lado, diz-se que é “totalmente estranho à arte”: “porque a tragédia realiza sua própria finalidade sem concurso e sem atores” (50 b 16); de outro, é uma das “partes” da tragédia; inessencial não pode de fato ser excluída, porque o texto faz ver e, quando não faz ver, faz ler. A leitura, de que Aristóteles não elabora a teoria, é somente o substituto do espetáculo. Porque quem, pois, senão o espectador ou seu substituto, o leitor, pode apreciar a “boa extensão” de uma obra, quando se a define como “o que se deve poder abranger com um só olhar, do princípio ao fim” (59 b 19)? É através do “olhar” que passa o prazer de aprender.

ainda mais o caso quando a epopéia acolhe o *alogon*, o irracional, que a tragédia deve evitar. O verossímil, sob a pressão do inverossímil, é estirado então até o ponto de ruptura. Não se esqueceu o surpreendente preceito: "É preciso preferir o que é impossível mas verossímil ao que é possível mas não persuasivo" (60 a 26-27). E, quando, no capítulo seguinte (XXV), Aristóteles determina as normas que devem guiar o crítico na resolução dos "problemas", classifica as coisas representáveis em três rubricas: "ou tal como eram ou como são, ou tal como se as diz ou parecem ser, ou tal como devem ser" (60 b 10-11). Ora, o que designam a realidade presente (e passada), a opinião e o dever-ser, senão o próprio domínio daquilo em que podemos crer? Tocamos aqui numa das instâncias mais dissimuladas do prazer de reconhecer, a saber, o critério do "persuasivo", cujos contornos são aqueles mesmos do imaginário social (os últimos comentaristas franceses dizem muito bem: "O persuasivo é só o verossímil considerado no seu efeito sobre o espectador, e, portanto, o critério último da *mimese*", p. 382). É verdade que Aristóteles faz explicitamente do persuasivo um atributo do verossímil, que é, ele próprio, a medida do possível em poesia ("o possível é persuasivo", 51 b 16). Mas quando o impossível — figura extrema do discordante — ameaça a estrutura, não é o persuasivo que se torna a medida do impossível aceitável? "Do ponto de vista da poesia, um impossível persuasivo é preferível ao não-persuasivo, se fosse possível" (61 b 10-11). A "opinião" (*ibid.*) é aqui o único guia: "É a isso que se diz que é preciso referir os casos do irracional" (61 b 14).

Assim, por sua própria natureza, a inteligibilidade característica da consonância dissonante, aquela mesma que Aristóteles coloca como verossímil, é o produto comum da obra e do público. O "persuasivo" nasce em sua intersecção.

É ainda no espectador que as emoções propriamente trágicas desabroçam. Tanto que o prazer próprio da tragédia é o prazer que o terror e a piedade engendram. Em nenhum outro lugar, melhor do que aqui, surpreende-se a flexão da obra ao espectador. De um lado, com efeito, o lamentável e o aterrorizante — como adjetivos — caracterizam os próprios "fatos" que o *muthos* compõe juntos. Nesse sentido, o *muthos* imita ou representa o lamentável e o aterrorizante. E como os leva à representação? Precisamente fazendo-os sair da (*ex*) disposição dos fatos. Eis pois o terror e a piedade inscritos nos fatos pela composição, na medida em que ela passa *pelo* crivo da atividade representativa (53 b 13). O que é experimentado pelo espectador deve primeiro ser construído na obra. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que o espectador ideal de Aristóteles é um "*implied spectator*" no

sentido em que Wolfgang Iser fala de um "*implied reader*"⁴¹ — mas um espectador de carne e osso, capaz de fruição.

Quanto a isso, estou de acordo com as interpretações convergentes da *catharsis* em Else, Golden, James Redfield, Dupont-Roc e Jean Lallot⁴². A *catharsis* é uma purificação — ou melhor, como o propõem esses últimos, uma depuração — que tem sua sede no espectador. Ela consiste precisamente nisto: que o "prazer próprio" da tragédia proceda da piedade e do terror. Consiste pois na transformação em prazer da pena inerente a essas emoções. Mas essa alquimia subjetiva é também construída na obra pela atividade mimética. Resulta de que os incidentes lamentáveis e aterrorizantes são, como acabamos de dizer, levados à representação. Ora, essa representação poética das emoções resulta, por sua vez, da própria composição. Nesse sentido, não é excessivo dizer, com os últimos comentaristas, que depuração consiste primeiro na construção poética. Eu mesmo sugeri alhures tratar a *catharsis* como parte integrante do processo de metaforização que une cognição, imaginação e sentimento⁴³. Nesse sentido, a dialética entre o dentro e o fora atinge seu ponto culminante na *catharsis*: experimentada pelo espectador, é construída na obra; é por isso que Aristóteles pode incluí-la na sua definição da tragédia, sem consagrar-lhe uma análise distinta: "Ao (*dia*) representar a piedade e o terror, ela realiza uma depuração desse gênero de emoções" (49 b 28).

Confesso de bom grado que as alusões que a *Poética* faz ao prazer do compreender e ao prazer do experimentar terror e piedade — os quais, na *Poética*, formam um único gozo — constituem somente o início de uma teoria de *mimese* III. Esta

41. Wolfgang Iser, *The Implied Reader*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1974, pp. 274-294.

42. G. Else: o que opera a purificação é o próprio processo da imitação. E como a intriga é a imitação, a purificação é operada pela intriga. A alusão à *catharsis* no Capítulo VI não constitui uma adição, mas pressupõe a teoria inteira da intriga. No mesmo sentido, cf. Leon Golden, "Catharsis" in *Transactions of the Am. Philological Assoc.* XLIII (1962) 51-60. Por seu lado James Redfield escreve: "Art... in so far as it achieves form, is a purification... As the work reaches closure, we come to see that every thing is as it should be, that nothing could be met and overcome by the power of formal art" (p. 161). A purificação é de fato uma depuração, na medida em que o artista dá forma por "redução", segundo uma expressão inspirada em Lévi-Strauss: "The mark of this reduction is artistic closure" (p. 165). E porque o mundo da obra literária é "self-contained" (*ibid.*) que "art in imitating life can make intelligible (at the price of reduction) situations unintelligible in life" (p. 166). Dupont-Roc e Lallot estão, pois, plenamente justificados em traduzir *catharsis* por "depuração" (cf. seu comentário, pp. 188-193).

43. "The Metaphorical Process as Cognition, Imagination, and Feeling", *Critical Inquiry*, The University of Chicago, vol. 5 nº 1 (1978), pp. 143-159.

só assume sua envergadura quando a obra exhibe um *mundo* do qual o leitor apropria-se. Esse mundo é um mundo cultural. O eixo principal de uma teoria da referência à parte além da obra passa, pois, pela relação entre poesia e cultura. Como o diz com vigor James Redfield na sua obra *Nature and Culture in the Iliad*, as duas relações inversas uma da outra, que se pode estabelecer entre esses dois termos, "*must be interpreted... in the light of a third relation: the poet as a maker of culture*" (Prefácio, p. XI)⁴⁴. A Poética de Aristóteles não faz nenhuma incursão nesse domínio. Mas coloca o espectador ideal, e, melhor ainda, o leitor ideal: sua inteligência, suas emoções "depuradas", seu prazer, na junção da obra e da cultura que esta cria. É por isso que a *Poética* de Aristóteles, a despeito de seu interesse quase exclusivo pela *mimese*-invenção, oferece o esboço de uma investigação da atividade mimética em toda sua envergadura.

3
TEMPO E NARRATIVA
A TRÍPLICE MIMÉSE

44. A obra inteira de James Redfield é orientada por esse tema da incidência da inteligência poética sobre a cultura. Está é definida nestes termos: "*Those things which can be made otherwise by choice, effort, and the application of knowledge constitute the sphere of culture*" (op. cit., p. 70). A oposição entre natureza e cultura consiste essencialmente na oposição entre coerção e contingência: "*Values and norms are... not constraints on action but (teleologically) the sources of action*" (p. 70). "*Constraints constitute the sphere of nature; they are things which cannot be made otherwise*" (p. 71). Daí resulta que o sentido de uma obra de arte só se conclui no seu efeito sobre a cultura. Para J. Redfield, essa incidência é principalmente crítica: o drama nasce das ambigüidades dos valores e das normas culturais: é com os olhos fixados na norma que o poeta apresenta a seu auditório uma história que é problemática com um caráter que é desviante (p. 81): "*The tragic poet thus tests the limits of culture... In tragedy culture itself becomes problematic*" (p. 84). A epopéia, antes dela, já exerceu essa função, graças ao "distanciamento épico": "*Epic describes the heroic world to an audience which itself inhabits another ordinary world*" (p. 36). O poeta exerce seu magistério começando por desorientar seu auditório, depois oferecendo uma representação ordenada dos temas de ruína e de desordem de seus cantos heróicos. Mas ele não resolve os dilemas da vida. Assim, na *Iliada*, a cerimônia fúnebre de reconciliação não revela nenhum sentido, mas torna manifesta a ausência de sentido de qualquer empreendimento guerreiro: "*Dramatic art rises from the dilemmas and contradictions of life, but it makes no promise to resolve dilemmas; on the contrary, tragic art may well reach its highest formal perfection at moment when it reveals to us these dilemmas as universal, pervasive and necessary*" (p. 219). "*Poetry offers [man] not gratification but intelligibility*" (p. 220). É o caso, por excelência, do sofrimento não merecido, agravado pela falta trágica: "*Through the undeserved suffering of the characters of tragedy, the problem of culture is brought home to us*" (p. 87). A *hamartia*, ponto cego da discordância, é também o ponto cego do "ensinamento trágico". É nesse sentido que podemos nos arriscar a chamar a arte de "a negação da cultura" (pp. 218-223). Retornaremos na quarta parte, com o auxílio de Hans Robert Jauss, a essa função da obra literária de problematizar a vivência de uma cultura.

É chegado o momento de ligar os dois estudos independentes que precedem e de pôr à prova minha hipótese de base, a saber, que existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, em outras palavras: *que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal.*

O abismo cultural que separa a análise agostiniana do tempo nas *Confissões* e a análise aristotélica da intriga na *Poética* obriga-me a construir com meus próprios riscos os elos intermediários que articulam a correlação. Com efeito, dissemos, os paradoxos da experiência do tempo segundo Agostinho não devem nada à atividade de narrar uma história. O exemplo privilegiado da recitação de um verso ou de um poema serve mais para aguçar o paradoxo que para resolvê-lo. De seu lado, a análise da intriga que Aristóteles faz não deve nada à sua teoria do tempo, a qual se refere exclusivamente à física; mais ainda, na *Poética*, a "lógica" da tessitura da intriga desencoraja qualquer consideração sobre o tempo, mesmo quando implica conceitos tais como começo, meio e fim, ou se compromete num discurso sobre a extensão ou a amplitude da intriga.

A construção que vou propor da *mediação* tem, de propósito, o mesmo título que o conjunto da obra: *Tempo e Narrativa*. Só pode se tratar, contudo, neste estágio da investigação, de um esboço que requer ainda expansão, crítica e revisão. Com efeito, o presente estudo não considera a bifurcação fundamental entre narrativa histórica e narrativa de ficção, que dará origem aos estudos mais técnicos da segunda e da terceira parte desta obra. Ora, é da investigação separada desses dois campos que procederão os mais sérios questionamentos de todo meu empreendimento, tanto no plano da pretensão à verdade quanto no da estrutura interna do discurso. O que é esboçado aqui é, pois, só uma espécie de modelo reduzido da tese que o resto da obra deverá pôr à prova.

Tomado como fio condutor dessa exploração da *mediação entre tempo e narrativa* a articulação evocada acima e já parcialmente ilustrada pela interpretação da *Poética* de Aristóteles, entre os três momentos da *mimese* que, em jogo sério, denominei *mimese I*, *mimese II*, *mimese III*. Considero estabelecido que *mimese II* constitui o pivô da análise; por sua função de interrupção, abre o mundo da composição poética e institui, como já sugeri, a literariedade da obra literária. Mas minha tese é que o próprio sentido da operação da configuração constitutiva da tessitura da intriga resulta de sua posição intermediária entre as duas operações que chamo de *mimese I* e *mimese III* e que constituem o montante e a jusante de *mimese II*. Ao fazer isso, proponho-me a mostrar que *mimese II* extrai sua inteligibilidade de sua faculdade de mediação, que é de conduzir do montante à jusante do texto, de transfigurar o montante em jusante por seu poder de configuração. Reservo, para a parte desta obra consagrada à narrativa de ficção, o confronto entre essa tese e a que considero característica da semiótica do texto: a saber, que uma ciência do texto pode se estabelecer apenas sobre a abstração de *mimese II* e pode só considerar as leis internas da obra literária, sem dar atenção ao montante e à jusante do texto. É, em compensação, a tarefa da hermenêutica reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma obra eleva-se do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada, por um ator, a um leitor que a recebe e assim muda seu agir. Para uma semiótica, o único conceito operatório permanece, o do texto literário. Uma hermenêutica, em compensação, preocupa-se em reconstruir o arco inteiro das operações pelas quais a experiência prática se dá obras, autores e leitores. Ela não se limita a colocar *mimese II* entre *mimese I* e *mimese III*. Ela quer caracterizar *mimese II* por sua função de mediação. O desafio é pois o processo concreto

pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e sua refiguração pela recepção da obra. Aparecerá corolariamente, no termo da análise, que o leitor é o operador por excelência que assume, por seu fazer — a ação de ler — a unidade do percurso de *mimese I* a *mimese III* através de *mimese II*.

Essa colocação em perspectiva da dinâmica da tessitura da intriga é, a meu ver, a chave do problema da relação entre tempo e narrativa. Longe de substituir um problema por outro, passando da questão inicial da *mediação* entre tempo e narrativa à questão nova do encadeamento dos três estágios da *mimese*, baseio a estratégia inteira de minha obra na subordinação do segundo problema ao primeiro. É construindo a relação entre os três modos miméticos que constitui a mediação entre tempo e narrativa. É essa própria mediação que passa pelas três fases da *mimese*. Ou, em outros termos, para resolver o problema da relação entre tempo e narrativa, devo estabelecer o papel mediador da tessitura da intriga entre um estágio da experiência prática que a precede e um estágio que a sucede. Nesse sentido, o argumento do livro consiste em construir a mediação entre tempo e narrativa demonstrando o papel mediador da tessitura da intriga no processo mimético. Aristóteles, vimos, ignorou os aspectos temporais da tessitura da intriga. Proponho-me a desimplicá-los do ato da configuração textual e de mostrar o papel mediador desse tempo da tessitura da intriga entre os aspectos temporais prefigurados no campo prático e a refiguração da nossa experiência temporal por esse tempo construído. *Seguimos, pois, o destino de um tempo prefigurado em um tempo refigurado, pela mediação de um tempo configurado.*

No horizonte da investigação coloca-se a objeção do círculo vicioso entre o ato de narrar e o ato temporal. Esse círculo condena todo o empreendimento a ser apenas uma vasta tautologia? Aparentemente sofismamos a objeção escolhendo dois pontos de partida, tão afastados quanto possível um do outro: o tempo em Agostinho, a tessitura da intriga em Aristóteles. Mas, buscando um meio-termo para esses dois extremos e assinalando um papel mediador à tessitura da intriga e ao tempo que ela estrutura, não damos força novamente à objeção? Não pretendo negar o caráter circular da tese segundo a qual a temporalidade é levada à linguagem na medida em que esta configura e refigura a experiência temporal. Mas espero mostrar, no fim do capítulo, que o círculo pode ser algo além de uma tautologia morta.

Qualquer que possa ser a força de inovação da composição poética no campo de nossa experiência temporal, a composição da intriga está enraizada numa pré-compreensão do mundo e da ação: de suas estruturas inteligíveis, de suas fontes simbólicas e de seu caráter temporal. Esses traços são mais descritos que deduzidos. Nesse sentido, nada exige que sua lista seja fechada. Contudo, sua enumeração segue uma progressão fácil de estabelecer. Primeiro, se é verdade que intriga é uma imitação da ação, é exigida uma competência preliminar: a capacidade de identificar a ação *em geral* por seus traços estruturais; uma semântica da ação explicita essa primeira competência. Ademais, se imitar é elaborar uma significação *articulada* da ação, é exigida uma competência suplementar: a aptidão de identificar o que eu chamo de as *mediações simbólicas* da ação, num sentido da palavra símbolo que Cassirer tornou clássico e que a antropologia cultural, da qual tomarei emprestado alguns exemplos, adotou. Enfim, essas articulações simbólicas da ação são portadoras de caracteres mais precisamente *temporais*, donde procedem mais diretamente a própria capacidade da ação a ser narrada e talvez a necessidade de narrá-la. Um primeiro emprestimo da fenomenologia hermenêutica de Heidegger acompanhará a descrição desse terceiro traço.

Consideremos sucessivamente estes três traços: estruturais, simbólicos, temporais.

A inteligibilidade engendrada pela tessitura da intriga encontra um primeiro ancoradouro na nossa competência de utilizar de modo significativo a *trama conceitual* que distingue estruturalmente o campo da ação do campo do movimento físico¹. Digo a trama conceitual de preferência ao conceito da ação, para sublinhar o fato de que o próprio termo ação, tomado no sentido estrito *daquilo que alguém faz*, extrai sua significação distinta de sua capacidade de ser utilizado em conjunção com qualquer um dos outros termos da trama inteira. As ações implicam *fins*, cuja antecipação não se confunde com algum resultado previsto ou predito, mas compromete aquele do qual a ação depende. As ações, ademais, remetem a *motivos* que explicam por que alguém faz ou fez algo, de um modo que

1. Cf. minha contribuição à *Sémantique de l'Action*, Paris, Ed. CNRS, 1977, pp. 21-63.

distinguímos claramente daquele em que um evento físico conduz a um outro evento físico. As ações têm ainda *agentes* que fazem e podem fazer coisas que são tidas como *sua* obra ou, como se diz em francês, como seu feito: em consequência, esses agentes podem ser tidos como responsáveis por certas consequências de suas ações. Na trama, a regressão infinita aberta pela questão "por quê?" não é incompatível com a regressão finita aberta pela questão "quem?". Identificar um agente e reconhecer-lhe motivos são operações complementares. Compreendemos também que esses agentes agem e sofrem em *circunstâncias* que não produziram e que contudo pertencem ao campo prático, precisamente enquanto circunscrevem sua intervenção de agentes históricos no curso dos eventos físicos e oferecem à sua ação ocasiões favoráveis ou desfavoráveis. Essa intervenção, por sua vez, implica que agir é fazer coincidir o que um agente pode fazer — a título de "ação de base" — e o que ele sabe, sem observação, o que é capaz de fazer, com o estágio inicial de um sistema físico fechado². Ademais, agir é sempre agir "com" outros: a *interação* pode assumir a forma da cooperação, da competição ou da luta. As contingências da interação encontram-se então com as das circunstâncias, por seu caráter de ajuda ou de adversidade. Enfim, o *resultado* da ação pode ser uma mudança de sorte em direção à felicidade ou ao infortúnio.

Em suma, esses termos ou outros aparentados sobrevêm nas respostas às questões que podem ser classificadas em questões sobre o "que", o "por que", o "quem", o "como", o "com" ou o "contra quem" da ação. Mas o fato decisivo é que empregar de modo significativo um ou outro desses termos, numa situação de questão e resposta, é ser capaz de ligá-los a qualquer outro membro do mesmo conjunto. Nesse sentido, todos os membros do conjunto estão numa relação de intersignificação. Dominar a trama conceitual no seu conjunto, e cada termo na qualidade de membro do conjunto, é ter a competência que se pode chamar de *compreensão prática*.

Qual é então a relação da *compreensão narrativa* com a compreensão prática tal como acabamos de organizar? A resposta a essa questão comanda a relação que pode ser estabelecida

2. Para o conceito de ação de base, cf. A. Danto, "Basic Actions", *Am. Phil. Quarterly* 2, 1965. Concernindo ao saber sem observação, cf. E. Anscombe, *Intention*, Oxford, Blackwell, 1957. Enfim, concernindo ao conceito de intervenção na sua relação com a noção de sistema físico fechado, cf. H. von Wright, *Explanation and Understanding*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1971.

entre teoria narrativa e teoria da ação, no sentido dado a esse termo na filosofia analítica de língua inglesa. Essa relação, a meu ver, é dupla. É ao mesmo tempo uma relação de *pressuposição* e uma relação de *transformação*.

De um lado, qualquer narrativa pressupõe, da parte do narrador e de seu auditório, uma familiaridade com termos tais como agente, fim, meio, circunstância, socorro, hostilidade, cooperação, conflito, sucesso, fracasso etc... Nesse sentido, a frase narrativa mínima é uma frase de ação da forma *X faz A* nestas ou naquelas circunstâncias e levando em conta o fato de que *Y faz B* em circunstâncias idênticas ou diferentes. Finalmente as narrativas têm como tema agir e sofrer. Nós o vimos e dissemos com Aristóteles. Veremos adiante a que ponto, de Propp a Greimas, a análise estrutural da narrativa em termos de funções e de atuantes verifica essa relação de pressuposição que estabelece o discurso narrativo sobre a base da frase de ação. Nesse sentido não existe análise estrutural da narrativa que não faça empréstimos de uma fenomenologia implícita ou explícita do "fazer"³.

De outro lado, a narrativa não se limita a fazer uso de nossa familiaridade com a trama conceitual da ação. Acrescenta a esta os traços *discursivos* que a distinguem de uma simples seqüência de frases de ação. Esses traços não pertencem mais à trama conceitual da semântica da ação. São traços sintáticos, cuja função é engendrar a composição das modalidades de discursos dignos de serem chamados de narrativos, quer se trate de narrativa histórica, quer de narrativa de ficção. Podemos explicar a relação entre a trama conceitual da ação e as regras de composição narrativa recorrendo à distinção, familiar em semiótica, entre ordem paradigmática e ordem sintagmática. Enquanto pertencentes à ordem paradigmática, todos os termos relativos à ação são sincrônicos no sentido de que as relações de intersignificação que existem entre fins, meios, agentes, circunstâncias e o resto são perfeitamente reversíveis. Em compensação, a ordem sintagmática do discurso implica o caráter irredutivelmente diacrônico de qualquer história narrada. Mesmo se essa diacronia não impede a leitura às avessas da narrativa, característica, como veremos, do ato de re-narrar, essa leitura que remonta do fim em direção ao começo da história não abole a diacronia fundamental da narrativa. Extrairemos mais

3. Discuto a relação entre fenomenologia e análise linguística na *Sémantique de l'Action*, op. cit., pp. 113-132.

tarde as conseqüências disso, quando discutirmos as tentativas estruturalistas de derivar a lógica da narrativa de modelos fundamentalmente a-crônicos. Limitemo-nos por enquanto a dizer que compreender o que é uma narrativa é dominar as regras que governam sua ordem sintagmática. Em conseqüência, a inteligência narrativa não se limita a pressupor uma familiaridade com a trama conceitual constitutiva da semântica da ação. Ela requer além disso uma familiaridade com as regras de composição que governam a ordem diacrônica da história. A intriga entendida no sentido amplo que foi o nosso no capítulo precedente, a saber, a disposição dos fatos (e, pois, o encadeamento das frases de ação) na ação total constitutiva da história narrada é o equivalente literário da ordem sintagmática que a narrativa introduz no campo prático.

Pode-se resumir do seguinte modo a dupla relação entre inteligência narrativa e inteligência prática. Passando da ordem paradigmática da ação à ordem sintagmática da narrativa, os termos da semântica da ação adquirem integração e atualidade. Atualidade: termos que só tinham uma significação virtual na ordem paradigmática, isto é, uma pura capacidade de emprego, recebem uma significação efetiva graças ao encadeamento seqüencial que a intriga confere aos agentes, ao seu fazer e ao seu sofrer. Integração: termos tão heterogêneos quanto agentes, motivos e circunstâncias são tornados compatíveis e operam conjuntamente em totalidades temporais efetivas. É nesse sentido que a relação dupla entre regras de tessitura da intriga e termos de ação constitui, ao mesmo tempo, uma relação de pressuposição e uma relação de transformação. Compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do "fazer" e a tradição cultural da qual procede a tipologia das intrigas.

O segundo ancoramento que a composição narrativa encontra na compreensão prática reside nos recursos *simbólicos* do campo prático. Traço que vai comandar *quais aspectos* do fazer, do poder-fazer e do saber-poder-fazer pertencem à transposição poética.

Se, com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em *signos*, regras, normas: é, desde sempre, *simbolicamente mediatizada*. Como foi dito acima, apoio-me aqui nos trabalhos de antropólogos que se filiam, por motivos diversos, à sociologia compreensiva, dentre os quais Clifford Geertz, o autor de *The Interpretation of Cultures*⁴. A palavra-símbolo é conside-

4. Clifford Geertz, *The Interpretation of Cultures*, Nova Iorque, Basic Books, 1973.

rada aí numa acepção que posso chamar de média, a meio-caminho de sua identificação com uma simples notação (tenho em mente a oposição leibniziana entre o conhecimento intuitivo por visão direta e o conhecimento simbólico por signos abreviados, que substituem uma longa cadeia de operações lógicas) e de sua identificação às expressões de duplo sentido segundo o modelo da metáfora, e até a significados ocultos, só acessíveis a um saber esotérico. Entre uma acepção pobre demais e uma acepção rica demais, optei por um uso próximo do de Cassirer, na *Filosofia das formas simbólicas*, na medida em que, para este, as formas simbólicas são processos culturais que articulam a experiência inteira. Se falo mais precisamente de *mediação simbólica*, é a fim de distinguir, dentre os símbolos de natureza cultural, aqueles que embasam a ação a ponto de constituir sua significação principal, antes que se destaquem do plano prático conjuntos simbólicos autônomos pertencentes à palavra ou à escrita. Nesse sentido, poder-se-ia falar de um simbolismo implícito ou imanente, em oposição a um simbolismo explícito ou autônomo⁵.

Para o antropólogo e o sociólogo, o termo símbolo sublinha de imediato o caráter *público* da articulação significativa. Como diz Clifford Geertz, "a cultura é pública porque a significação o é". Adoto de bom grado essa primeira caracterização que marca bem que o simbolismo não está no espírito, não é uma operação psicológica destinada a guiar a ação, mas uma significação incorporada à ação e decifrável nela pelos outros atores do jogo social.

Ademais, o termo símbolo — ou melhor, mediação simbólica — assinala o caráter *estruturado* de um conjunto simbólico. Clifford Geertz fala, nesse sentido, de um "sistema de símbolos em interação", de "modelos de significações sinérgicas". Antes de ser texto, a mediação simbólica tem uma textura. Compreender um rito é situá-lo num ritual, este num culto e, pouco a pouco, no conjunto das convenções, das crenças e das instituições que formam a trama simbólica da cultura.

5. No ensaio do qual extrai a maior parte das anotações consagradas à mediação simbólica da ação, eu fazia distinção entre um simbolismo *constituinte* e um simbolismo *representativo* ("A estrutura simbólica da ação", in *Symbolisme*, Conferência Internacional de Sociologia Religiosa, CISR, Estrasburgo, 1977, pp. 29-50). Esse vocabulário parece-nos hoje inadequado. Ademais remeto, para uma análise complementar, a meu ensaio: "L'imagination dans le discours et dans l'action", *Savoir, faire, espérer: les limites de la raison*, Bruxelas, Publications des facultés universitaires Saint-Louis, 5, 1976, pp. 207-228.

Um sistema simbólico fornece assim um *contexto de descrição* para ações particulares. Em outros termos, é em "função de..." tal convenção simbólica que podemos interpretar tal gesto *como* significando isto ou aquilo: o próprio gesto de levantar o braço pode, segundo o contexto, ser compreendido *como* maneira de saudar, de chamar um táxi, ou de votar. Antes de serem submetidos à interpretação, os símbolos são interpretantes internos da ação⁶.

Desse modo, o simbolismo confere à ação uma primeira *legibilidade*. Ao se dizer isso, não se poderia confundir a textura da ação com o texto que o etnólogo *escreve* — com o texto *etno-gráfico*, o qual está escrito nas categorias, com conceitos, sob princípios nomológicos que são a contribuição própria da ciência em si e que, em consequência, não podem ser confundidos com as categorias sob as quais uma cultura compreende a si mesma. Se se pode falar contudo da ação como de um quase-texto, é na medida em que os símbolos, compreendidos como interpretantes, fornecem as regras da significação em função das quais tal conduta pode ser interpretada⁷.

O termo símbolo introduz também a idéia de regra, não somente no sentido, que se acaba de dizer, de regras de descrição e de interpretação para ações singulares, mas no sentido de *norma*. Certos autores, como Peter Winch⁸, até privilegiam esse traço, caracterizando a ação significativa como *rule-governed behaviour*. Pode-se esclarecer essa função de regulação social comparando os códigos culturais com os códigos genéticos. Como estes últimos, os primeiros são "programas" de comportamento; como eles, dão forma, ordem e direção à vida. Mas,

6. É nesse ponto que o sentido da palavra símbolo que privilegiei ladeia os dois sentidos que descartei. Enquanto interpretante de conduta, um simbolismo é também um sistema de *notação* que abrevia, ao modo de um simbolismo matemático, um grande número de ações detalhadas e que prescreve, ao modo de um simbolismo musical, a seqüência das execuções ou performances suscetíveis de efetuar-lo. Mas é ainda enquanto interpretante que regula o que Clifford Geertz chama de uma "thick description", que o símbolo introduz uma relação de duplo sentido no gesto, na conduta cuja interpretação regulamenta. Pode-se considerar a configuração empírica do gesto para o sentido literal portador de um sentido figurado. No limite, esse sentido pode aparecer, em certas condições próximas do segredo, como sentido oculto a ser decifrado. Para um estrangeiro, é assim que qualquer ritual social aparece, sem que seja necessário estender a interpretação na direção do esoterismo e do hermetismo.

7. Cf. meu artigo: "The Model of the Text. Meaningful Action Considered as a Text", in *Social Research*, 38 (1971), 3, pp. 529-562, retomado em *New Literary History*, 5 (1973), 1, pp. 91-117.

8. Peter Winch, *The Idea of a Social Science*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1958, pp. 40-65.

diversamente dos códigos genéticos, os códigos culturais foram edificados em zonas onde a regulação genética se tornou inoperante e só prolongam sua eficácia às custas de uma reorganização completa do sistema de codificação. Os costumes, os usos e tudo o que Hegel colocava sob o título de substância ética, da *Sittlichkeit*, preliminar de toda *Moralität* de ordem refletida, assumem assim o circuito dos códigos genéticos.

Passa-se assim, sem dificuldade, sob o título comum de mediação simbólica, da idéia de significação imanente à de regra, considerada no sentido de regra de descrição, depois à de norma, que equivale à idéia de regra considerada no sentido prescritivo do termo.

Em função das normas imanentes de uma cultura, as ações podem ser estimadas ou apreciadas, isto é, julgadas segundo uma escala de preferência moral. Recebem assim um *valor* relativo, que faz dizer que tal ação *vale mais* que tal outra. Esses graus de valor, atribuídos primeiro às ações, podem ser estendidos aos próprios agentes, que são tidos como bons, maus, melhores ou piores.

Alcançamos assim, através da antropologia cultural, alguns dos pressupostos "éticos" da *Poética* de Aristóteles, que posso assim ligar ao nível de *mimese* I. A *Poética* não supõe apenas "agentes", mas caracteres dotados de qualidades éticas que os tornam nobres ou vis. Se a tragédia pode representá-los como "melhores" e a comédia como "piores" que os homens atuais, é porque a compreensão prática que os autores partilham com seu auditório comporta necessariamente uma avaliação dos caracteres e de sua ação em termos de bem ou de mal. Não há ação que não suscite, por pouco que seja, aprovação ou reprovação, em função de uma hierarquia de valores de que a bondade e a maldade são os pólos. Discutiremos, no momento oportuno, a questão de saber se é possível uma modalidade de leitura que suspenda inteiramente qualquer avaliação de caráter ético. O que restaria, em particular, da piedade, que Aristóteles nos ensinou a ligar à infelicidade não-merecida, se o prazer estético viesse a se dissociar de qualquer simpatia e de qualquer antipatia pela qualidade ética dos caracteres? É preciso saber, em todo o caso, que essa eventual neutralidade ética deveria ser conquistada com muita luta contra um traço originariamente inerente à ação: a saber, precisamente o de não poder ser nunca eticamente neutra. Um motivo para pensar que essa neutralidade não é nem possível nem desejável é que a ordem efetiva da ação não oferece somente ao artista convenções e convicções

para dissolver, mas ambigüidades, perplexidades a resolver de modo hipotético. Muitos críticos contemporâneos, refletindo sobre a relação entre arte e cultura, sublinharam o caráter conflitivo das normas que a cultura oferece à atividade mimética dos poetas⁹. Foram precedidos, nesse ponto, por Hegel, na sua famosa meditação sobre a *Antígona* de Sófocles. Ao mesmo tempo, a neutralidade ética do artista não suprimiria uma das mais antigas funções da arte, a de constituir um laboratório em que o artista leva adiante, por intermédio da ficção, uma experimentação com os valores? Qualquer que seja a resposta a essas questões, a poética não cessa de tomar empréstimos da ética, até mesmo quando prega a suspensão de qualquer juízo moral ou sua inversão irônica. O próprio projeto de neutralidade pressupõe a qualidade originariamente ética da ação, a montante da ficção. Essa própria qualidade ética é só um corolário do caráter principal da ação, ser sempre simbolicamente mediatizada.

O terceiro traço da pré-compreensão da ação que a atividade mimética do nível II pressupõe é o próprio desafio de nossa investigação. Concerne aos caracteres *temporais* nos quais o tempo narrativo vem enxertar suas configurações. A compreensão da ação não se limita, com efeito, a uma familiaridade com a trama conceitual da ação, e com suas mediações simbólicas; chega até a reconhecer, na ação, estruturas temporais que exigem a narração. Nesse nível, a equação entre narrativa e tempo permanece implícita. Não levarei, contudo, a análise desses caracteres temporais da ação até o ponto em que teríamos o direito de falar de uma estrutura narrativa, ou pelo menos de uma estrutura pré-narrativa da experiência temporal, como sugere nosso modo familiar de falar de histórias que nos acontecem ou de histórias nas quais nos envolvemos, ou simplesmente da história de uma vida. Reservo para o fim do capítulo o exame da noção de estrutura pré-narrativa da experiência; ela oferece, com efeito, uma excelente ocasião de enfrentar a objeção de círculo vicioso que obseda toda a análise. Limito-me aqui ao exame dos traços temporais que permaneceram implícitos às mediações simbólicas da ação e que se pode considerar indutores de narrativa.

Não me deterei na *correlação* evidente demais que se pode estabelecer, de certo modo termo a termo, entre determinado

9. Demos um exemplo disso com o tratamento de James Redfield da relação entre a arte e a cultura em *Nature and Culture in the Iliad*, *op. cit.* Cf. acima p. 84-113.

membro da trama conceitual da ação e determinada dimensão temporal considerada isoladamente. É fácil observar que o projeto diz respeito ao futuro, é verdade que de um modo específico, que o distingue do futuro da previsão ou da predição. O estreito parentesco entre a motivação e a aptidão para mobilizar no presente a experiência herdada do passado não é menos evidente. Enfim, o "eu posso", o "eu faço", o "eu sofro" contribuem manifestamente para o sentido que espontaneamente damos ao presente.

Mais importante que essa correlação frouxa entre certas categorias da ação e as dimensões temporais tomadas uma a uma, é o *intercâmbio* que a ação efetiva faz aparecer entre as dimensões temporais. A estrutura discordante-concordante do tempo segundo Agostinho desenvolve no plano do pensamento reflexivo alguns traços paradoxais dos quais uma fenomenologia da ação pode efetivamente delinear o primeiro esboço. Dizendo que não há um tempo futuro, um tempo passado e um tempo presente, mas um tríptico presente, um presente das coisas futuras, um presente das coisas passadas e um presente das coisas presentes, Agostinho pôs-nos no caminho de uma investigação sobre a estrutura temporal mais primitiva da ação. É fácil reescrever cada uma das três estruturas temporais da ação nos termos do tríptico presente. Presente do futuro? *Doravante*, isto é, a partir de agora, comprometo-me a fazer isto *amanhã*. Presente do passado? Tenho agora a intenção de fazer isto, porque *acabei* justamente de pensar que... Presente do presente? *Agora* faço isto, porque *agora* posso fazê-lo: o presente efetivo do fazer atesta o presente potencial da capacidade de fazer e constitui-se como presente do presente.

Mas a fenomenologia da ação pode avançar mais longe que essa correlação termo a termo na via aberta pela meditação de Agostinho sobre a *distentio animi*. O que importa é a maneira pela qual a práxis cotidiana ordena, um em relação ao outro, o presente do futuro, o presente do passado, o presente do presente. Porque é essa articulação prática que constitui o indutor mais elementar de narrativa.

Aqui a etapa que constitui a análise existencial de Heidegger pode desempenhar um papel decisivo, mas sob certas condições que devem ser claramente estabelecidas. Não ignoro que uma leitura de *O Ser e o Tempo* num sentido puramente antropológico corre o risco de arruinar o sentido da obra inteira, na medida em que o seu desígnio ontológico seria negligenciado: o *Dasein* é o "lugar" onde o ser que somos é constituído por sua

capacidade de colocar a questão do ser e do sentido do ser. Isolar a antropologia filosófica de *O Ser e o Tempo* é pois esquecer essa significação principal de sua categoria existencial central. Permanece que, em *O Ser e o Tempo* a questão do ser é precisamente aberta por uma análise que deve, primeiro, ter uma certa consistência no plano de uma antropologia filosófica, para exercer a função de abertura ontológica que lhe é assinalada. Bem mais, essa antropologia filosófica organiza-se com base em uma temática, a da *Inquietação* (*Sorge*), que, sem nunca se esgotar numa praxeologia, haure contudo nas descrições inspiradas na ordem prática a força subversiva que lhe permite abalar o primado do conhecimento pelo objeto e desvelar a estrutura do ser-no-mundo mais fundamental que qualquer relação sujeito-objeto. É dessa maneira que o recurso à prática tem, em *O Ser e o Tempo*, um alcance indiretamente ontológico. Conhecem-se, quanto a isso, as análises do utensílio, do em vista-de-que, que fornecem a primeira trama da relação de significância (ou de "significabilidade"), antes de qualquer processo cognitivo explícito e de qualquer expressão proposicional desenvolvida.

É a mesma potência de ruptura que encontro nas análises que concluem o estudo da temporalidade na segunda seção de *O Ser e o Tempo*. Essas análises estão centradas em nossa relação com o tempo como este "no" que agimos cotidianamente. Ora, é essa estrutura de intratemporalidade (*Innerzeitigkeit*) que me parece caracterizar melhor a temporalidade da ação, no nível em que se mantém a presente análise, que é também o que convém a uma fenomenologia do voluntário e do involuntário e a uma semântica da ação.

Pode-se objetar que é muito perigoso entrar em *O Ser e o Tempo* por seu capítulo terminal. Mas é preciso compreender por quais razões é o último na economia da obra. Por duas razões. Primeiro, a meditação sobre o tempo, que ocupa a segunda seção, está ela própria colocada numa posição que se pode caracterizar como uma posição de atraso. A primeira seção aí é, com efeito, recapitulada na perspectiva de uma questão que se anuncia assim: o que faz do *Dasein* um todo? A meditação sobre o tempo é capaz de responder a essa problemática por razões às quais retornarei na quarta parte. Por sua vez, o estudo da intratemporalidade, a única que me interessa no presente estágio de minha própria análise, é ela própria atrasada pela organização hierárquica que Heidegger imprime à sua meditação sobre o tempo. Essa organização hierárquica segue uma ordem, ao mesmo tempo de derivação e de autenticidade decrescentes. Como se sabe, Heidegger reserva o termo *temporalidade* (*Zeitlig-*

keit) à forma mais originária e mais autêntica da experiência do tempo, a saber, a dialética entre *ser-por-vir*, *tendo-se sido* e *tornar-presente*. Nessa dialética, o tempo é inteiramente des-substancializado. As palavras futuro, passado, presente desaparecem e o próprio tempo figura como unidade eclodida desses três êxtases temporais. Essa dialética é a constituição temporal da Inquietação. Como se sabe também, é o *ser-para-a-morte* que impõe, ao contrário de Agostinho, o primado do futuro sobre o presente e o encerramento desse futuro por um limite interno a qualquer espera e a qualquer projeto. Heidegger reserva, em seguida, o termo *historialidade* (*Geschichtlichkeit*) para o nível imediatamente contíguo de derivação. Dois traços são então sublinhados: a extensão do tempo entre nascimento e morte e o deslocamento da ênfase sobre o futuro para o passado. É nesse nível que Heidegger tenta ligar o conjunto das disciplinas históricas em favor de um terceiro traço — a repetição — que marca a derivação dessa historialidade ante a temporalidade profunda¹⁰.

É só em terceiro plano que vem a intratemporalidade na qual quero agora me deter¹¹. Essa estrutura temporal é colocada em última posição, porque é a mais apta a ser nivelada pela representação linear do tempo como simples sucessão de “agoras abstratos”. Se me interesso por isso aqui, é precisamente em virtude dos traços pelos quais essa estrutura distingue-se da representação linear do tempo e resiste ao nivelamento que a reduziria a essa representação que Heidegger chama de concepção “vulgar” do tempo.

A intratemporalidade é definida por uma característica de base da Inquietação: a condição de ser lançado entre as coisas tende a tornar a descrição de nossa temporalidade dependente da descrição das coisas de nossa Inquietação. Esse traço reduz a Inquietação às dimensões de preocupação (*Besorgen*) (*op. cit.*, p. 121; trad. fr., p. 153; trad. ingl., p. 157). Mas, por mais inautêntica que seja essa relação, ela apresenta ainda traços que a arrancam do campo externo dos objetos de nossa Inquietação e a ligam subterraneamente à própria Inquietação em sua constituição fundamental. É notável que, para discernir esses

caracteres propriamente existenciais, Heidegger dirija-se de bom grado ao que dizemos e fazemos em relação ao tempo. Esse procedimento é muito próximo daquele que se encontra na filosofia da linguagem ordinária. Não é surpreendente: o plano ao qual nos atemos, neste estágio inicial de nosso percurso, é precisamente aquele em que a linguagem ordinária é verdadeiramente o que J.-L. Austin e outros disseram que ela é, a saber, o tesouro das expressões mais apropriadas ao que é propriamente humano na experiência. É pois a linguagem, com sua reserva de significações usuais, que impede a descrição da Inquietação, sob a modalidade da preocupação, de tornar-se a presa da descrição das coisas de nossa Inquietação.

É desse modo que a intratemporalidade, ou ser-“no”-tempo, exhibe traços irreduzíveis à representação do tempo linear. Ser-“no”-tempo já é diferente de medir intervalos entre instantes-limites. Ser-“no”-tempo é antes de mais nada contar com o tempo e, em consequência, calcular. Mas é porque contamos com o tempo e fazemos cálculos que devemos recorrer à medida; não o inverso. Deve pois ser possível dar uma descrição existencial desse “contar com”, antes da medida que ele exige. Aqui, expressões tais como “ter tempo de...”, “demorar o tempo de...”, “perder seu tempo” etc. são altamente reveladoras. Dá-se o mesmo com a trama gramatical dos tempos verbais e a trama muito ramificada dos advérbios de tempo: então, após, mais tarde, mais cedo, depois, até que, enquanto que, durante, todas as vezes que, agora que etc. Todas essas expressões, de uma extrema sutileza e de uma diferenciação fina, orientam em direção ao caráter datável e público do tempo da preocupação. Mas é sempre a preocupação que determina o sentido do tempo, não as coisas de nossa Inquietação. Se contudo o ser-“no”-tempo é tão facilmente interpretado em função da representação ordinária do tempo, é porque as primeiras medidas dele são inspiradas no entorno natural e, antes de mais nada, no jogo da luz e das estações. Quanto a isso, o dia é a mais natural das medidas¹². Mas o dia não é uma medida abstrata, é uma gran-

10. Retornarei longamente ao papel da “repetição” na discussão de conjunto que consagrarei à fenomenologia do tempo na quarta parte.

11. Heidegger, *Sein und Zeit*, Tübingen, Max Niemeyer, 10^a ed., 1963, § 78-83, pp. 404-437. Traduzo *Innerzeitigkeit* por *Intratemporalidade* ou *ser-“no”-tempo*. John Macquarrie e Edward Robinson traduzem por *Within-time-ness* (*Being and Time*, Nova Iorque, Harper and Row, 1962, pp. 456-488).

12. “O *Dasein*, pelo fato de interpretar o tempo datando-o... historializa-se *dia a dia*” (*Sein Geschehen ist auf Grund der... datterenden Zeitauslegung ein Tagtägliches*, *op. cit.*, p. 413) trad. ingl.: *Dasein historizes from day to day by reason of its way of interpreting time by dating it...*, (*op. cit.*, p. 466). Recordem-se as reflexões de Agostinho sobre o “dia”, que ele não consente em reduzir pura e simplesmente a uma revolução do sol. Heidegger não o segue nessa via: ele coloca a diferença entre a medida “mais natural” do tempo (*ibid.*) e todas as medidas instrumentais e artificiais. O tempo “no” qual estamos é *Weltzeit* (*op. cit.*, p. 419): “mais objetivo” que qualquer objeto possível, é também “mais subjetivo” que qualquer sujeito possível. Não está nem fora nem dentro.

deza que corresponde à nossa Inquietação e ao mundo no qual é “tempo de” fazer alguma coisa, onde “agora” significa “agora que”... É o tempo dos trabalhos e dos dias.

É importante pois ver a diferença de significação que distingue o “agora” próprio desse tempo da preocupação do “agora” no sentido do instante abstrato. O agora existencial é determinado pelo presente da preocupação, que é um “tornar-presente”, inseparável de “esperar” e de “reter” (*op. cit.*, p. 416). É somente porque, na preocupação, a Inquietação tende a se contrair no tornar-presente e a obliterar sua diferença ante a espera e a retenção que o “agora”, assim isolado, pode tornar-se presa de sua representação como um momento abstrato.

A fim de proteger a significação do “agora” dessa redução a uma abstração, é importante notar em quais ocasiões “dizemos-agora” na ação e no sofrimento quotidianos: “Dizer-agora, escreve Heidegger, é a articulação no discurso de um *tornar-presente* que se temporaliza em união com uma espera que retém”¹³. E ainda: “O tornar-presente que interpreta a si mesmo — em outras palavras, o que é interpretado e considerado no agora — é o que chamamos de tempo”¹⁴. Compreende-se como, em certas circunstâncias práticas, essa interpretação pode derivar na direção da representação do tempo linear: dizer-agora torna-se para nós sinônimo de ler a hora no relógio. Mas enquanto a hora e o relógio permanecem percebidos como derivações do dia, o qual liga a Inquietação à luz do mundo, dizer-agora retém sua significação existencial; é quando as máquinas que servem para medir o tempo são despojadas dessa referência primária às medidas naturais que dizer-agora retorna à representação abstrata do tempo.

A relação entre essa análise da intratemporalidade e a narrativa parece, à primeira vista, muito longínqua; o texto de Heidegger, como verificaremos na quarta parte, parece mesmo não lhe deixar nenhum lugar, na medida em que a ligação entre a historiografia e o tempo se faz, em *O Ser e o Tempo*, no nível da

13. “Das Jetzt-sagen aber ist redende Artikulation eines Gegenwärtigen, das in der Einheit mit einem behaltenden Gewärtigen sich zeitigt” (*op. cit.*, p. 416). Trad. ingl.: “Saying ‘now’... is the discursive Articulation of a making-present which temporalizes itself in a unity with a retentive awaiting”, (*op. cit.*, p. 469).

14. “Das sich auslegende Gegenwärtigen, das heisst das im ‘jetzt’ angesprochene Ausgelegte nennen wir ‘Zeit’” (*op. cit.*, p. 408). Trad. ingl.: “The making-present which interprets itself... — in other words, that which has been interpreted and is addressed in the ‘now’ — is what we call ‘time’”, (*op. cit.*, p. 460).

historialidade e não da intratemporalidade. O benefício da análise da intratemporalidade está alhures: reside na ruptura que essa análise opera com a representação linear do tempo, entendida como simples sucessão de agoras. Um primeiro umbral de temporalidade é assim transposto com o primado dado à Inquietação. Reconhecer esse umbral é lançar, pela primeira vez, uma ponte entre a ordem da narrativa e a Inquietação. É sobre o pedestal da intratemporalidade que se edificarão conjuntamente as configurações narrativas e as formas mais elaboradas da temporalidade que lhes correspondem.

Vê-se qual é, na sua riqueza, o sentido de *mimese* I: imitar ou representar a ação, é primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade. É sobre essa pré-compreensão, comum ao poeta e a seu leitor, que se ergue a tessitura da intriga e, com ela, a mimética textual e literária.

É verdade que, sob o regime da obra literária, essa pré-compreensão do mundo da ação recua ao nível de “repertório” para falar como Wolfgang Iser, no *Der Akt des Lesens*¹⁵, ou ao nível de “menção”, para empregar uma outra terminologia mais familiar à filosofia analítica. Permanece que, a despeito da ruptura que ela institui, a literatura seria incompreensível para sempre se não viesse a configurar o que, na ação humana, já figura.

Mimese II

Com *mimese* II abre-se o reino do *como-se*. Eu poderia ter dito o reino da *ficção*, de acordo com um uso corrente em crítica literária. Privo-me, contudo, das vantagens dessa expressão inteiramente apropriada para a análise de *mimese* II, a fim de evitar o equívoco que o emprego do mesmo termo criaria em duas acepções diferentes: uma primeira vez, como sinônimo das configurações narrativas, uma segunda vez, como antônimo de pretensão da narrativa histórica de constituir uma narrativa “verdadeira”. A crítica literária não conhece essa dificuldade, na medida em que não leva em conta a cisão que divide o discurso narrativo em duas grandes classes. Pode então ignorar uma

15. Wolfgang Iser, *Der Akt des Lesens*, Munique, Wilhelm Fink, 1976, II parte, Cap. III.

diferença que afeta a dimensão referencial da narrativa e limitar-se aos caracteres *estruturais comuns* à narrativa de ficção e à narrativa histórica. A palavra ficção está então livre para designar a configuração da narrativa de que a tessitura da intriga é o paradigma, sem dar atenção às diferenças que só concernem à pretensão à verdade das duas classes de narrativa. Qualquer que seja a amplitude das revisões às quais será preciso submeter a distinção entre fictício ou “imaginário” e “real”, permanecerá uma diferença entre narrativa de ficção e narrativa histórica, que se tratará precisamente de reformular na quarta parte. Esperando esse esclarecimento, escolhi reservar o termo ficção à segunda das acepções consideradas acima e opôr narrativa de ficção à narrativa histórica. Falarei de composição ou de configuração na primeira das acepções, que não põe em jogo os problemas de referência e de verdade. É o sentido do *muthos* aristotélico que a *Poética*, como vimos, define como “agenciamento dos fatos”.

Proponho-me agora a libertar essa atividade de configuração das coerções limitadoras que o paradigma da tragédia impõe ao conceito de tessitura da intriga em Aristóteles. Além disso, gostaria de completar o modelo por uma análise de suas estruturas temporais. Essa análise, vimos, não encontrou nenhum lugar na *Poética*. Espero demonstrar na seqüência (segunda e terceira partes) que, sob a condição de um grau mais alto de abstração e com a adição de traços temporais apropriados, o modelo aristotélico não será radicalmente alterado pelas amplificações e correções que a teoria da história e a teoria da narrativa de ficção lhe trarão.

O modelo de tessitura da intriga que será posto à prova no resto desta obra responde a uma exigência fundamental que já foi evocada no capítulo precedente. Colocando *mimese* II entre um estágio anterior e um estágio ulterior da *mimese*, não busco apenas localizá-la e enquadrá-la. Quero compreender melhor sua função de mediação entre o montante e a jusante da configuração. *Mimese* II só tem uma posição intermediária porque tem uma função de mediação.

Ora, essa função de mediação deriva do caráter dinâmico da *operação de configuração* que nos fez preferir o termo da tessitura da intriga ao de intriga e o de disposição ao de sistema. Todos os conceitos relativos a esse nível designam, com efeito, operações. Esse dinamismo consiste em que a intriga já exerce, no seu próprio campo textual, uma função de integração e, nesse sentido, de mediação, que lhe permite operar, fora desse próprio

campo, uma mediação de maior amplitude entre a pré-compreensão e, se ousar dizer, a pós-compreensão da ordem da ação e de seus traços temporais.

A intriga é mediadora, pelo menos por três motivos:

Primeiro, faz mediação entre *acontecimentos* ou incidentes individuais e uma *história* considerada como um todo. Quanto a isso, pode-se dizer equivalentemente que ela extrai uma história sensata *de* — uma pluralidade de acontecimentos ou de incidentes (os *pragmata* de Aristóteles); ou que transforma os acontecimentos ou incidentes *em* — uma história. As duas relações recíprocas expressas pelo *de* e pelo *em* caracterizam a intriga como mediação entre acontecimentos e história narrada. Em conseqüência, um acontecimento deve ser mais que uma ocorrência singular. Ele recebe sua definição de sua contribuição para o desenvolvimento da intriga. Uma história, por outro lado, deve ser mais que uma enumeração de eventos numa ordem serial, deve organizá-los numa totalidade inteligível, de tal sorte que se possa sempre indagar qual é o “tema” da história. Em resumo, a tessitura da intriga é a operação que extrai de uma simples sucessão uma configuração.

Além disso a tessitura da intriga *compõe juntos fatores* tão *heterogêneos* quanto agentes, fins, meios, interações, circunstâncias, resultados inesperados etc. Aristóteles antecipa esse caráter mediador de várias maneiras: primeiro, faz um subconjunto de três “partes” da tragédia — intriga, caracteres e pensamentos — na qualidade do “que” (da imitação). Nada impede, pois, de estendermos o conceito de intriga à tríade inteira. Essa primeira extensão dá ao conceito de intriga o alcance inicial que vai lhe permitir receber enriquecimentos ulteriores.

Porque o conceito de intriga admite uma extensão mais vasta: incluindo na intriga complexa os incidentes lamentáveis e aterrorizantes, a teatralidade, os reconhecimentos e os efeitos violentos etc. Aristóteles *igualava a intriga à configuração* que caracterizamos como *concordância-discordância*. É esse traço que, de modo definitivo, constitui a função mediadora da intriga. Nós o antecipamos na seção anterior, dizendo que a narrativa faz aparecer numa ordem sintagmática todos os componentes suscetíveis de figurar no quadro paradigmático estabelecido pela semântica da ação. Essa passagem do paradigmático ao sintagmático constitui a própria transição de *mimese* I a *mimese* II. É a obra da atividade da configuração.

A intriga é mediadora por uma terceira razão, a de seus caracteres temporais próprios. Eles nos autorizam a chamar, por generalização, a intriga de uma *síntese do heterogêneo*¹⁶.

Esses *caracteres temporais*, Aristóteles não os considerou. Eles estão, contudo, diretamente implicados no dinamismo constitutivo da configuração narrativa. Com isso, dão seu sentido pleno ao conceito de concordância-discordância do capítulo precedente. A esse respeito, pode-se dizer da operação da tessitura da intriga ao mesmo tempo que ela reflete o paradoxo agostiniano do tempo e o resolve, não do modo especulativo, mas do modo poético.

Ela o reflete, na medida em que o ato de tecer a intriga combina em proporções variáveis duas dimensões temporais, uma cronológica, a outra não-cronológica. A primeira constitui a dimensão episódica da narrativa: caracteriza a história enquanto constituída por acontecimentos. A segunda é a dimensão configurante propriamente dita, graças à qual a intriga transforma os acontecimentos em história. Esse ato configurante¹⁷ consiste em "considerar junto" as ações de detalhe ou o que chamamos de os incidentes da história; dessa diversidade de acontecimentos, extrai a unidade de uma totalidade temporal. Não se poderia sublinhar demasiadamente o parentesco entre esse "considerar junto", próprio do ato configurante, e a operação do juízo segundo Kant. Lembramos que para Kant o sentido transcendental do juízo consiste menos em unir um sujeito e um predicado que em colocar uma pluralidade intuitiva sob a regra de um conceito. O parentesco é maior ainda com o juízo reflexivo que Kant opõe ao juízo determinante, nesse sentido de que reflete sobre o trabalho de pensamento em andamento no juízo estético de gosto e no juízo teleológico aplicado a totalidades orgânicas. O ato da intriga tem uma função similar, enquanto extrai uma configuração de uma sucessão¹⁸.

16. É à custa dessa generalização que um historiador como Paul Veyne poderá definir a intriga como uma combinação em proporção variável de fins, causas e acasos, e torná-la o fio diretor de sua historiografia em *Como se escreve a história* (cf. adiante segunda parte, Cap. II, pp. 238 ss.). De uma outra maneira, complementar mas não contraditória, H. von Wright vê no raciocínio histórico uma combinação de silogismos práticos e de encadeamentos de causalidade regidos por coerções sistêmicas (cf. igualmente adiante segunda parte, Cap. II, p. 185. De múltiplas maneiras, em consequência, a intriga compõe séries heterogêneas.

17. Inspiro-me em Louis O. Mink para a noção de *configurational act* — ato configurante — que ele aplica à compreensão histórica e que estendendo a todo o campo da inteligência narrativa (Louis O. Mink, "The Autonomy of Historical Understanding", in *History and Theory*, vol. V, nº 1, pp. 24-47). Cf. adiante segunda parte, Cap. II, pp. 218 ss.

18. Consideraremos depois outras implicações do caráter reflexivo do juízo em história. Cf. segunda parte, Cap. III.

Mas a *poïèsis* faz mais que refletir o paradoxo da temporalidade. Mediaticando os dois pólos do acontecimento e da história, a tessitura da intriga traz ao paradoxo uma solução que é o próprio ato poético. Esse ato, do qual acabamos de dizer que extrai uma representação de uma sucessão, revela-se ao ouvinte ou ao leitor na aptidão de uma história a ser seguida¹⁹.

Seguir uma história é avançar no meio de contingências e de peripécias sob a conduta de uma espera que encontra sua realização na *conclusão*. Essa conclusão não é logicamente implicada por algumas premissas anteriores. Ela dá à história um "ponto final", o qual, por sua vez, fornece o ponto de vista do qual a história pode ser percebida como formando um todo. Compreender a história, é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável, como congruente com os episódios reunidos.

É essa capacidade da história, de ser seguida, que constitui a solução poética do paradoxo da distensão-intenção. Que a história se deixe seguir converte o paradoxo em dialética viva.

De um lado, a dimensão episódica da narrativa puxa o tempo narrativo para o lado da representação linear. De muitas maneiras. Primeiro, o "então-e-então" com o qual respondemos à questão: "e depois?" sugere que as frases da ação estão numa relação de exterioridade. Ademais, os episódios constituem uma série aberta de acontecimentos, que permite acrescentar ao "então-e-então" um "e assim por diante". Finalmente, os episódios sucedem um ao outro de acordo com a ordem irreversível do tempo comum aos acontecimentos físicos e humanos.

A dimensão configurante, em compensação, apresenta traços temporais inversos ao da dimensão episódica. E isso também de múltiplas maneiras.

Primeiro, o arranjo configurante transforma a sucessão de acontecimentos numa totalidade significante, que é o correlato do ato de reunir os acontecimentos, e faz com que a história se deixe seguir. Graças a esse ato reflexivo, a intriga inteira pode ser traduzida num "pensamento", que é justamente seu "assunto" ou seu "tema". Mas nos enganaríamos inteiramente se

19. Inspiro-me para o conceito de "followability" em W. B. Gallie, *Philosophy and the Historical Understanding*. Nova Iorque, Schocken Books, 1964. Reservo para a segunda parte a discussão da tese central da obra de Gallie, a saber, que a historiografia (*history*) é uma espécie do gênero história narrada (*story*).

considerássemos tal pensamento atemporal. O tempo da “fábula-e-do-tema”, para empregar uma expressão de Northrop Frye, é o tempo narrativo que faz a mediação entre o aspecto episódico e o aspecto configurante.

Em segundo lugar, a configuração da intriga impõe à seqüência indefinida dos incidentes “o sentido do ponto final” (para traduzir o título da obra de Kermode, *The Sense of an Ending*). Falamos há pouco do “ponto final” como aquele do qual a história pode ser vista como uma totalidade. Podemos agora acrescentar que é no ato de re-narrar, mais que no de narrar, que essa função estrutural do encerramento pode ser discernida. A partir do momento em que uma história é bem conhecida — e é o caso da maioria das narrativas tradicionais ou populares, assim como das crônicas nacionais relatando os acontecimentos fundadores de uma comunidade —, seguir a história é menos encerrar as surpresas ou as descobertas no reconhecimento do sentido vinculado à história considerada como um todo do que apreender os próprios episódios bem conhecidos como conduzindo a este fim. Uma nova qualidade do tempo emerge dessa compreensão.

Finalmente, a retomada da história narrada, governada como totalidade pelo seu modo de acabar, constitui uma alternativa à representação do tempo como se escoando do passado em direção ao futuro, segundo a metáfora bem conhecida da “flecha do tempo”. É como se a recapitulação invertesse a ordem dita “natural” do tempo. Lendo o fim no começo e o começo no fim, aprendemos também a ler o próprio tempo às avessas, como a recapitulação das condições iniciais de um curso de ação nas suas conseqüências terminais.

Em suma, o ato de narrar, refletido no ato de seguir uma história, torna produtivos os paradoxos que inquietaram Agostinho a ponto de reconduzi-lo ao silêncio.

Resta-me acrescentar à análise do ato configurante dois traços complementares que asseguram a continuidade do processo que une *mimese* III a *mimese* II. Mais visivelmente que os precedentes, esses dois traços requerem, como se verá mais adiante, o suporte da leitura para serem reativados. Trata-se da *esquematisação* e do *tradicionalismo* característicos do ato configurante, que têm, um e outro, uma relação específica com o tempo.

Note-se que constantemente avizinhamos o “considerar junto”, característico do ato configurante, do juízo segundo

Kant. Numa ótica ainda kantiana, não se deve hesitar em aproximar a produção do ato configurante do trabalho da imaginação produtora. Por esta deve-se entender uma faculdade não psicologizante mas, antes, transcendental. A imaginação produtora não só não é sem regra, mas constitui a matriz geradora das regras. Na primeira *Crítica*, as categorias do entendimento são primeiro esquematizadas pela imaginação produtora. O esquematismo tem esse poder, porque a imaginação produtora tem fundamentalmente uma função sintética. Ela liga o entendimento e a intuição, engendrando sínteses ao mesmo tempo intelectuais e intuitivas. A tessitura da intriga igualmente engendra uma inteligibilidade mista entre o que já se chamou de a ponta, o tema, o “pensamento” da história narrada e a apresentação intuitiva das circunstâncias, dos caracteres, dos episódios e das mudanças de fortuna que produzem o desenlace. É assim que se pode falar de um *esquematismo* de função narrativa. Como qualquer esquematismo, este presta-se a uma tipologia do gênero daquela que, por exemplo, Northrop Frye elabora no seu *Anatomia da Crítica*.²⁰

Esse esquematismo, por sua vez, constitui-se numa história que tem todas as características de uma *tradição*. Entendemos por isso não a transmissão inerte de um depósito já morto, mas a transmissão viva de uma inovação sempre suscetível de ser reativada por um retorno aos momentos mais criadores de fazer poético. Assim compreendido, o *tradicionalismo* enriquece a relação da intriga com o tempo com um traço novo.

A constituição de uma tradição, com efeito, repousa sobre o jogo da inovação e da sedimentação. É à sedimentação, para começar por ela, que devem ser relacionados os paradigmas que constituem a tipologia da tessitura da intriga. Esses paradigmas saíram de uma história sedimentada cuja gênese foi obliterada.

20. Mas essa tipologia não abole o caráter eminentemente temporal do esquematismo. Não esqueçamos o modo pelo qual Kant relaciona a constituição do esquematismo com o que ele chama de determinações de tempo *a priori*: “Os esquemas, pois, não são algo além de determinações de tempo *a priori*, feitas seguindo regras, e essas determinações, seguindo a ordem das categorias, concernem à *série do tempo*, ao *conteúdo do tempo*, à *ordem do tempo*, enfim ao *conjunto do tempo* em relação a todos os objetos possíveis” (*Crítica da Razão Pura*, A 145, B 184). Kant só reconhece as determinações do tempo que concorrem para a constituição objetiva do mundo físico. O esquematismo da função narrativa implica determinações de um gênero novo, que são precisamente as que se acaba de designar por dialética dos caracteres episódicos e configurando a tessitura da intriga.

Ora, essa *sedimentação* produz-se em múltiplos níveis que exigem de nós um grande discernimento no emprego do termo paradigmático. Assim Aristóteles parece-nos hoje ter feito duas coisas ao mesmo tempo, senão três. De um lado, estabelece o conceito de intriga em seus traços mais *formais*, esses que identificamos com a concordância discordante. De outro, descreve o *gênero* da tragédia grega (e acessoriamente o da epopéia, mas adaptado aos critérios do modelo trágico); esse gênero satisfaz ao mesmo tempo às condições formais que fazem dele um *muthos* e às condições restritivas que fazem dele um *muthos* trágico: inversão no sentido da fortuna ao infortúnio, incidentes lamentáveis e aterradorantes, infortúnio não-mercedo, falta trágica de um caráter marcado contudo pela excelência e isento de vício ou de maldade etc. Esse gênero dominou, em larga escala, o desenvolvimento ulterior da literatura dramática no Ocidente. Nem por isso é menos verdade que nossa cultura é a herdeira de muitas condições narrativas: hebraica e cristã, mas também céltica, germânica, islandesa, eslava²¹.

Isso não é tudo: o que constitui paradigma não é somente a *forma* da concordância discordante, ou o modelo que a tradição ulterior identificou como um *gênero* literário estável; são também as obras singulares: *A Ilíada*, *Édipo Rei*, na *Poética* de Aristóteles. Com efeito, na medida em que na disposição dos fatos o laço causal (um por causa do outro) prevalece sobre a pura sucessão (um depois do outro), emerge um universal que é, como interpretamos, a própria disposição erigida em *tipo*. Foi assim que a tradição narrativa foi marcada não somente pela sedimentação da *forma* de concordância discordante e pela do gênero trágico (e dos outros modelos do mesmo nível), mas também pelos *tipos* engendrados o mais próximo possível das obras singulares. Se englobamos *forma*, *gênero* e *tipo* sob o título de *paradigma*, diremos que os paradigmas nascem do trabalho da imaginação produtora nesses diversos níveis.

Ora, esses paradigmas, eles próprios oriundos de uma inovação anterior, fornecem regras para uma experimentação ulterior no campo narrativo. Essas regras mudam pressionadas

por novas invenções, mas mudam lentamente e até resistem à mudança, em virtude do próprio processo de sedimentação.

Quanto ao outro pólo da tradição, a *inovação*, seu estatuto é correlativo ao da sedimentação. Há sempre lugar para a inovação na medida em que o que, em última instância, é produzido na *poiésis* do poema é, sempre uma obra singular, esta obra. É por isso que os paradigmas constituem somente a gramática que regula a composição de obras novas — novas antes de se tornarem típicas. Da mesma maneira que a gramática de uma língua regula a produção de frases bem formadas, cujo número e cujo conteúdo são imprevisíveis, uma obra de arte — poema, drama, romance — é uma produção original, uma existência nova no reino da linguagem²². Mas o inverso não é menos verdadeiro: a inovação permanece uma conduta governada por regras: o trabalho da imaginação não nasce do nada. Ele liga-se, de um modo ou de outro, aos paradigmas da tradição. Mas pode manter uma relação variável com esses paradigmas. O leque de soluções é vasto; desdobra-se entre os dois pólos da aplicação servil e do desvio calculado, passando por todos os graus da "deformação regrada". O conto, o mito e em geral a narrativa tradicional atêm-se mais ao primeiro pólo. Mas à medida que nos afastamos da narrativa tradicional, o desvio, o afastamento torna-se a regra. Assim, boa parte do romance contemporâneo deixa-se definir como anti-romance, na medida em que a contestação predomina sobre o gosto de simplesmente variar a aplicação.

Ademais, o afastamento pode se exercer em todos os níveis: em relação aos tipos, em relação aos gêneros, em relação ao próprio princípio formal de concordância-discordância. O primeiro tipo de afastamento, parece, é constitutivo de qualquer obra singular: cada obra é desviante em relação a outra obra. Menos freqüente é a mudança de gênero: equivale à criação de um novo gênero, o romance, por exemplo, em relação ao drama ou à narrativa maravilhosa, ou ainda a historiografia em relação à crônica. Mas mais radical é a contestação do princípio formal da concordância-discordância. Questionaremos ulteriormente a amplitude do espaço de variação permitido pelo paradigma formal. Perguntaremos se essa contestação, erigida em cisma, não significa a morte da própria narrativa. Resta que a possibilidade do afastamento está inscrita na relação entre paradigmas

21. Scholes e Kellogg, em *The Nature of Narrative*, Oxford University Press, 1968, tiveram razão de preceder sua análise das categorias narrativas por uma revisão da história da arte de narrar no Ocidente. O que chamo de esquematização da tessitura da intriga só existe nesse desenvolvimento histórico. E por isso também que Eric Auerbach, na sua magnífica obra *Mimese*, escolheu inscrever sua análise e sua apreciação da representação da realidade na cultura ocidental em amostras de textos numerosos, mas estritamente delimitados.

22. Aristóteles observa que *conhecemos* somente universais: o singular é inefável. Mas *fazemos* coisas singulares. Cf. G.-G. Granger, *Essai d'une philosophie du style*, Paris, Armand Colin, 1968, pp. 5-16.

sedimentados e obras efetivas. Ela é somente, sob a forma extrema do cisma, o oposto da aplicação servil. A deformação regrada constitui o eixo médio em torno do qual se distribuem as modalidades de mudança dos paradigmas por aplicação. É essa variedade na aplicação que confere uma história à imaginação produtora e que, fazendo contraponto com a sedimentação, torna possível uma tradição narrativa. Esse é o último enriquecimento com o qual a relação da narrativa com o tempo cresce no nível de *mimese* II.

Mimese III

Gostaria agora de mostrar como *mimese* II, reconduzida à sua inteligibilidade primeira, requer como complemento um terceiro estágio representativo que merece ainda ser chamado de *mimese*.

Que me permitam recordar mais uma vez que o interesse atribuído aqui ao desenvolvimento da *mimese* não tem seu fim em si mesmo. A explicitação da *mimese* permanece até o fim subordinada à investigação da mediação entre tempo e narrativa. É somente no termo do percurso da *mimese* que a tese enunciada no princípio deste capítulo recebe um conteúdo concreto: a narrativa tem seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer em *mimese* III.

Esse estágio corresponde ao que H.-G. Gadamer, na sua hermenêutica filosófica, chama de "aplicação". O próprio Aristóteles sugere este último sentido da *mimese praxeôs* em diversas passagens de sua *Poética*, embora se preocupe menos com o auditório na sua *Poética* do que na sua *Retórica*, na qual a teoria da persuasão é inteiramente regulada pela capacidade de recepção do auditório. Mas, quando diz que a poesia "ensina" o universal, que a tragédia, "representando a piedade e o terror, ... realiza uma depuração deste gênero de emoções", ou ainda quando evoca o prazer que temos de ver os incidentes aterrorizantes ou lamentáveis concorrerem para a inversão de sorte que constitui a tragédia — significa que é bem no ouvinte ou no leitor que se conclui o percurso da *mimese*.

Generalizando para além de Aristóteles, diria que *mimese* III marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor. A intersecção, pois, do mundo configurado pelo poema e do mundo no qual a ação efetiva exhibe-se e exhibe sua temporalidade específica.

Procederei por quatro etapas:

1. Se é verdade que é encadeando as três etapas da *mimese* que se institui a mediação entre tempo e narrativa, coloca-se uma questão prévia, a de saber se esse encadeamento marca verdadeiramente uma progressão. Responder-se-á aqui à objeção de *circularidade* levantada desde o princípio deste capítulo.

2. Se é verdade que o ato de leitura é o vetor da aptidão da intriga de modelar a experiência, é preciso mostrar como esse ato articula-se com o dinamismo próprio do ato configurante, o prolonga e o conduz a seu termo.

3. Abordando em seguida de frente a tese da refiguração da experiência temporal pela tessitura da intriga, mostraremos como a entrada, pela leitura, da obra no campo da *comunicação* marca ao mesmo tempo sua entrada no campo da referência. Retomando o problema onde o deixei em *A Metáfora Viva*, gostaria de esboçar as dificuldades particulares que se prendem à noção de referência na ordem narrativa.

4. Na medida em que o mundo que a narrativa refigura é um mundo *temporal*, a questão que se coloca é de saber qual socorro uma hermenêutica do tempo narrado pode esperar da *fenomenologia do tempo*. A resposta a essa questão fará aparecer uma circularidade muito mais radical do que a que engendra a relação de *mimese* III a *mimese* I por meio de *mimese* II. O estudo da teoria agostiniana do tempo pela qual começamos esta obra já nos deu oportunidade de antecipá-la. Ela concerne à relação entre uma fenomenologia que não cessa de engendrar aporias e o que chamamos acima de a "solução" *poética* dessas aporias. É nessa dialética entre uma aporética e uma poética da temporalidade que culmina a questão da relação entre tempo e narrativa.

1. O círculo da *mimese*

Antes de me engajar na problemática central de *mimese* III, gostaria de enfrentar a suspeita de circularidade viciosa que a travessia de *mimese* I a *mimese* III através de *mimese* II não deixa de suscitar. Quer se considere a estrutura semântica da ação, seus recursos de simbolização ou seu caráter temporal, o ponto de chegada parece reconduzir ao ponto de partida, ou, pior, o ponto de chegada parece antecipado no ponto de partida. Se tal

fosse o caso, o círculo hermenêutico da narratividade e da temporalidade se resolveria no círculo vicioso da *mimese*.

Que a análise seja circular não é contestável, mas que o círculo seja vicioso pode ser refutado. Quanto a isso, gostaria de falar, antes, de uma espiral sem fim que faz a meditação passar muitas vezes pelo mesmo ponto, mas numa altitude diferente. A acusação de círculo vicioso procede da sedução por uma ou outra de duas versões da circularidade. A primeira sublinha a *violência* da interpretação, a segunda, sua redundância.

1. De um lado, podemos ser tentados a dizer que a narrativa coloca a consonância onde há somente dissonância. Desse modo, a narrativa dá forma ao que é informe. Mas então a colocação em forma, pela narrativa, pode ser suspeita de trapaça. No máximo, fornece o “como se” próprio de toda ficção que sabemos ser só ficção, artifício literário. É assim que ela consola perante a morte. Mas, desde que não nos enganemos recorrendo à consolação oferecida pelos paradigmas, tomamos consciência da violência e da mentira; estamos então a ponto de sucumbir à fascinação pelo informe absoluto e pela defesa dessa radical honestidade intelectual que Nietzsche chamava de *Redlichkeit*. É só por uma nostalgia qualquer da ordem que resistimos a essa fascinação e que aderimos desesperadamente à idéia de que a ordem é nossa pátria a *despeito de tudo*. Logo, a consonância narrativa imposta à dissonância temporal permanece a obra daquilo que convém chamar de uma violência da interpretação. A solução narrativa do paradoxo é apenas o rebento dessa violência.

Não nego que tal dramatização da dialética entre narratividade e temporalidade revele de modo inteiramente apropriado o caráter de concordância discordante que se vincula à relação entre narrativa e tempo. Mas, enquanto colocarmos de modo unilateral a consonância apenas do lado da narrativa e a dissonância apenas do lado da temporalidade, como o argumento sugere, faltaremos ao caráter propriamente dialético da relação.

Primeiramente, a experiência da temporalidade não se reduz à simples discordância. Como vimos com Santo Agostinho, *distentio* e *intentio* confrontam-se mutuamente no seio da experiência mais autêntica. É preciso preservar o paradoxo do tempo do nivelamento que opera sua redução à simples discordância. Seria preciso, antes, questionar se a defesa de uma experiência temporal radicalmente informe não é, ela própria, o produto da fascinação pelo informe que é um dos traços da modernidade. Em suma, quando pensadores ou críticos literá-

rios parecem ceder à simples nostalgia de ordem ou, pior, ao pavor do caos, o que os move, em última análise, é o reconhecimento autêntico dos paradoxos do tempo, para além da *perda* de significado característica de uma cultura particular — a nossa.

Em segundo lugar, o caráter de consonância da narrativa, que somos tentados a opôr de modo não-dialético à dissonância de nossa experiência temporal, deve também ser temperado. A tessitura da intriga nunca é o simples triunfo da “ordem”. Mesmo o paradigma da tragédia grega dá lugar ao papel perturbador de *péripétia* das contingências e dos reversos da sorte que suscitam terror e piedade. As próprias intrigas coordenam distensão e intenção. Seria preciso dizer o mesmo do outro paradigma que, segundo Frank Kermode, reinou sobre o “sentido do ponto final” na nossa tradição ocidental; penso no modelo apocalíptico que sublinha magnificamente a correspondência entre o começo — a Gênese — e o fim — o Apocalipse; e o próprio Kermode não deixa de sublinhar as inumeráveis tensões engendradas por esse modelo quanto a tudo o que toca aos eventos que advêm “entre os tempos” e, principalmente, nos “últimos tempos”. A inversão é magnificada pelo modelo apocalíptico na medida em que o fim é a catástrofe que abole o tempo e é prefigurada pelos “terrores dos últimos dias”. Mas o modelo apocalíptico, a despeito de sua persistência, atestada por seus ressurgimentos modernos na forma de utopias, ou melhor, de ucrônias, é só *um* paradigma dentre outros, que não esgota absolutamente a dinâmica da narrativa.

Outros paradigmas diversos dos da tragédia grega ou do Apocalipse não deixam de ser engendrados pelo próprio processo da formação de tradições que ligamos, acima, ao poder de esquematização próprio da imaginação produtora. Mostraremos na terceira parte que esse renascimento de paradigmas não abole a dialética fundamental da concordância discordante. Mesmo a rejeição de qualquer paradigma, ilustrada pelo anti-romance de hoje, refere-se à história paradoxal da “concordância”. A favor das frustrações engendradas por seu desprezo irônico de todo paradigma e graças ao prazer mais ou menos perverso que o leitor tem de ser excitado e trapaceado, essas obras satisfazem ao mesmo tempo à tradição, que elas enganam, e às experiências desordenadas que elas finalmente imitam, de tanto não imitam os paradigmas recebidos.

A suspeita de violência interpretativa não é menos legítima nesse caso extremo. Não é mais a “concordância” que é imposta à força à “discordância” de nossa experiência do tempo. É agora

a "discordância" engendrada no discurso pela distância irônica quanto a todo paradigma que vem minar de dentro o voto de "concordância" que embasa nossa experiência temporal e arruinar a *intentio*, sem a qual não existiria *distentio animi*. Pode-se então legitimamente suspeitar de que a pretensa discordância de nossa experiência temporal é apenas um artifício literário.

A reflexão sobre os limites da concordância não perde assim nunca seus direitos. Aplica-se a todos os "casos de figura" de concordância discordante e de discordância concordante no nível da narrativa, assim como no nível do tempo. Em todos os casos, o círculo é inevitável, sem ser vicioso.

2. A objeção de círculo vicioso pode revestir-se de uma outra forma. Depois de ter enfrentado a violência da interpretação, é preciso enfrentar a possibilidade inversa, a de uma *redundância* da interpretação. Seria o caso se a própria *mimese* I fosse desde sempre um efeito de sentido de *mimese* III. *Mimese* II não faria então senão restituir a *mimese* III o que ela teria tomado de *mimese* I, posto que *mimese* I já seria a obra de *mimese* III.

A objeção de redundância parece sugerida pela própria análise de *mimese* I. Se não existe experiência humana que não seja já mediatizada por sistemas simbólicos e, dentre eles, pelas narrativas, parece vão dizer, como o fizemos, que a ação está em busca de narrativa. Como, com efeito, poderíamos falar de uma vida humana como de uma história em estado nascente, posto não termos acesso aos dramas temporais da existência fora das histórias narradas a propósito deles, por outros ou por nós mesmos?

A essa objeção, oporei uma série de situações que, na minha opinião, obrigam-nos a conceder já, à experiência como tal, uma narratividade incoativa que não procede da projeção, como se diz, da literatura na vida, mas que constitui uma autêntica exigência de narrativa. Para caracterizar essas situações, não hesitarei em falar de uma estrutura pré-narrativa de experiência.

A análise dos traços temporais da ação, no nível de *mimese* I, conduz ao limiar desse conceito. Se não o transpus nesse momento, foi pensando que a objeção de círculo vicioso por redundância ofereceria uma ocasião mais propícia para marcar a importância estratégica das situações sobre as quais se vai falar no círculo da *mimese*.

Sem abandonar a experiência cotidiana, não estamos inclinados a ver em tal encadeamento de episódios de nossa vida histórias "não (ainda) narradas", histórias que pedem para ser contadas, histórias que oferecem pontos de ancoragem à narrativa? Não ignoro como é incongruente a expressão "história não (ainda) narrada". As histórias não são por definição contadas? Isso não é discutível se falamos de histórias efetivas. Mas a noção de história potencial é inaceitável?

Gostaria de me deter em duas situações menos cotidianas nas quais a expressão história não contada (ainda) impõe-se com uma força surpreendente. O paciente que se dirige ao psicanalista lhe traz migalhas de histórias vividas, sonhos, "cenar primitivas", episódios conflituais; pode-se dizer, com todo o direito, das sessões de análise que elas têm como finalidade e como efeito que o analisando tire dessas migalhas de história uma narrativa que seria ao mesmo tempo mais insuportável e mais inteligível. Roy Schafer²³ ensinou-nos até a considerar o conjunto das teorias metapsicológicas de Freud como um sistema de regras para re-narrar as histórias de vida e elevá-las no nível de histórias de caso. Essa interpretação narrativa da teoria psicanalítica implica que a história de uma vida proceda de histórias não narradas e reprimidas, em direção a histórias efetivas de que o sujeito poderia assumir e considerar como constitutivas de sua identidade pessoal. É a busca dessa identidade pessoal que assegura a continuidade entre a história potencial ou incoativa e a história expressa de que assumimos a responsabilidade.

Há uma outra situação à qual a noção de história não narrada parece convir. Wilhelm Schapp em *In Geschichten verstrickt* (1976)²⁴ — *Emaranhado nas histórias* — descreve o caso em que um juiz empenha-se em compreender um curso de ação, um caráter, desembaraçando a meada de intrigas na qual o suspeito está preso. A ênfase aqui está no "estar-emaranhado" (*verstrickt-sein*) (p. 85), verbo cuja voz passiva sublinha que a história "acontece" a alguém antes que alguém a narre. O emaranhamento aparece antes como a "pré-história" da história narrada da qual o começo permanece escolhido pelo narrador. Essa "pré-história" da história é o que a vincula a um todo mais vasto e dá-lhe um "pano de fundo". Esse pano de fundo é feito pela "imbricação viva" de todas as histórias vividas umas nas outras.

23. Roy Schafer, *A New Language for Psychoanalysis*, New Haven, Yale U.P., 1976.

24. Wilhelm Schapp, *In Geschichten verstrickt*, Wiesbaden, B. Heymann, 1976.

É preciso pois que as histórias narradas “emergem” (*auf tauchen*) desse pano de fundo. Com essa emergência, o sujeito implicado emerge também. Pode-se então dizer: “A história responde pelo homem” (*die Geschichte steht für den Mann*) (p. 100). A consequência principal dessa análise existencial do homem como “ser emaranhado em histórias” é que narrar é um processo secundário, o do “tornar-conhecido da história” (*das Bekanntwerden der Geschichte*) (p. 101). Narrar, seguir, compreender histórias é só a “continuação” dessas histórias não ditas.

A crítica literária formada na tradição aristotélica segundo a qual a história é um artifício criado pelo escritor não ficaria nada satisfeita com essa noção de uma história narrada que estaria em “continuidade” com o emaranhamento passivo dos sujeitos em histórias que se perdem num horizonte brumoso. Contudo, a prioridade dada à história ainda não contada pode servir de instância crítica contra qualquer ênfase no caráter artificial da arte de narrar. Contamos histórias porque finalmente as vidas humanas têm necessidade e merecem ser contadas. Essa observação adquire toda sua força quando evocamos a necessidade de salvar a história dos vencidos e dos perdedores. Toda história do sofrimento clama por vingança e exige narração.

Mas a crítica literária sentirá menos repugnância em acolher a noção de história como aquilo em que estamos emaranhados, se prestar atenção em uma sugestão emanando do seu próprio campo de competência. Em *The Genesis of Secrecy*²⁵, Frank Kermode introduz a idéia de que certas narrativas podem visar não esclarecer, mas obscurecer e dissimular. Seria o caso, dentre outros, das parábolas de Jesus que, segundo a interpretação do evangelista Marcos, são ditas em vista de não serem compreendidas por “aqueles de fora” e que, segundo F. Kermode, expulsam também severamente de sua posição privilegiada “os de dentro”. Mas há muitas outras narrativas que têm esse poder enigmático de “banir os intérpretes de seus lugares secretos”. Certamente, esses lugares secretos são lugares no texto. Deixam submeter sua inexaustibilidade. Mas não se pode dizer que o “potencial hermenêutico” (*ibid.*, p. 40) das narrativas desse porte acha, senão uma consonância, ao menos uma ressonância nas histórias não ditas de nossas vidas? Não há uma cumplicidade oculta entre o *secrecy* engendrado pela própria narrativa — ou

pelo menos por narrativas próximas das de Marcos ou de Kafka — e histórias ainda não ditas de nossas vidas, que constituem a pré-história, o pano de fundo, a imbricação viva, de que a história narrada emerge? Em outros termos, não há uma afinidade oculta entre o segredo *de onde* a história emerge e o segredo ao qual a história retorna?

Qualquer que possa ser a força coercitiva dessa última sugestão, pode-se nela encontrar um reforço para nosso argumento principal, segundo o qual a circularidade manifesta de qualquer análise da narrativa, que não cessa de interpretar uma pela outra a forma temporal inerente à experiência e à estrutura narrativa, não é uma tautologia morta. É preciso, antes, ver aí um “círculo saudável” no qual os argumentos apresentados nas duas vertentes do problema socorrem-se mutuamente.

2. Configuração, refiguração e leitura

O círculo hermenêutico entre a narrativa e o tempo não cessa assim de renascer do círculo que os estágios de *mimese* formam. É chegado o momento de concentrar a reflexão sobre a transição entre *mimese* II e *mimese* III operada pelo ato da leitura.

Se esse ato pode ser considerado, tal como se disse acima, o *vetor* da aptidão da intriga de modelar a experiência, é porque retoma e conclui o ato configurante, do qual também sublinhamos o parentesco com o juízo que compreende — que “considera em conjunto” — o diverso da ação na unidade da intriga.

Nada o atesta melhor que os dois traços pelos quais acabamos de caracterizar a intriga no estágio de *mimese* II, a saber, a esquematização e o tradicionalismo. Esses traços contribuem particularmente para destruir o preconceito que opõe um “dentro” e um “fora” do texto. Essa oposição é estritamente solidária, com efeito, de uma concepção estática e fechada da estrutura só do texto. A noção de uma atividade estruturante, visível na operação de tessitura da intriga, transcende essa oposição. Esquematização e tradicionalismo são de imediato categorias da interação entre a operatividade da escrita e a da leitura.

De um lado, os paradigmas recebidos estruturam as *expectativas* do leitor e o ajudam a reconhecer a regra formal, o gênero ou o tipo exemplificados pela história narrada. Fornecem linhas diretrizes para o encontro entre o texto e seu leitor. Em suma, são eles que regulam a capacidade da história de se deixar seguir. De um lado, é o ato de ler que acompanha a configuração

25. Frank Kermode, *The Genesis of Secrecy — On the Interpretation of Narrative*, Harvard University Press, 1979.

da narrativa e atualiza sua capacidade de ser seguida. Seguir uma história é atualizá-la na leitura.

Se a tessitura da intriga pode ser descrita como um ato do juízo e da imaginação produtora, é na medida em que esse ato é a obra conjunta do texto e de seu leitor, como Aristóteles dizia que a sensação é a obra comum do sentido e de quem sente.

É ainda o ato de ler que acompanha o jogo entre a inovação e a sedimentação dos paradigmas que esquematizam a tessitura da intriga. É no ato de ler que o destinatário joga com as coerções narrativas, efetua os desvios, participa do combate entre o romance e o anti-romance, e tem o prazer que Roland Barthes chamava de prazer do texto.

É finalmente o leitor que conclui a obra na medida em que, segundo Roman Ingarden em *Estrutura da Obra Literária* e Wolfgang Iser em *Der Akt des Lesens*, a obra escrita é um esboço para a leitura; o texto, com efeito, comporta buracos, lacunas, zonas de indeterminação e até, como o *Ulisses* de Joyce, desafia a capacidade de o próprio leitor configurar por si mesmo a obra que o autor parece ter um prazer maligno em desfigurar. Nesse caso extremo, é o leitor, quase abandonado pela obra, que carrega sozinho o peso da tessitura da intriga.

O ato da leitura é assim o operador que conjuga *mimese* III e *mimese* II. É o último vetor da refiguração do mundo da ação sob o signo da intriga. Um dos problemas críticos que nos ocupará na quarta parte será o de coordenar a partir daí as relações entre uma teoria da leitura ao modo de Wolfgang Iser e uma teoria da recepção ao modo de Robert Jauss. Limitamo-nos por ora a dizer que têm em comum ver, no efeito produzido pelo texto sobre seu receptor, individual ou coletivo, um componente intrínseco do significado atual ou efetivo do texto. Para ambos o texto é um conjunto de *instruções* que o leitor individual ou público *executa* de modo passivo ou criador. O texto só se torna obra na interação entre texto e receptor. É sobre esse fundo comum que se destacam as duas abordagens diferentes, a do *Ato de leitura* e a da *Estética da recepção*.

3. Narratividade e referência

Completar uma teoria da escrita por uma teoria da leitura só constitui o primeiro passo na via de *mimese* III. Uma estética

da recepção não pode comprometer o problema da *comunicação* sem comprometer também o da *referência*. O que é comunicado, em última instância, é, para além do sentido de uma obra, o mundo que ela projeta e que constitui seu horizonte. Nesse sentido, o ouvinte ou o leitor o recebem segundo sua própria capacidade de acolhimento que, também ela, define-se por uma situação ao mesmo tempo limitada e aberta a um horizonte de mundo. O termo horizonte e aquele, correlativo, de mundo aparecem assim duas vezes na definição sugerida acima de *mimese* III: intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor. Essa definição, próxima da noção de "fusão de horizontes" em H.-G. Gadamer, repousa em três pressuposições que embasam respectivamente os atos de discurso em geral, as obras literárias dentre os atos de discurso, enfim, as obras narrativas dentre as obras literárias. A ordem que encadeia essas três pressuposições é assim a de uma *especificação* crescente.

Referente ao primeiro ponto, limito-me a repetir a tese longamente argumentada em *A Metáfora Viva* tocante à relação entre sentido e referência em todo discurso. Segundo essa tese, se, seguindo Benveniste mais que Saussure, toma-se a frase como unidade de discurso, o *intentado* pelo discurso cessa de se confundir com o significado correlativo de cada significante na imanência de um sistema de signos. Com a frase, a linguagem é orientada para além de si mesma: diz alguma coisa *sobre* algo. Esse desígnio de um referente do discurso é rigorosamente contemporâneo de seu caráter de acontecimento e de seu funcionamento dialogal. É a outra vertente da instância de discurso. O acontecimento completo é não apenas que alguém tome a palavra e dirija-se a um interlocutor, é também que ambicione levar à linguagem e partilhar com outro uma nova *experiência*. É essa experiência que, por sua vez, tem o mundo como horizonte. Referência e horizonte são correlativos como o são a forma e o fundo. Qualquer experiência possui ao mesmo tempo um contorno que a cerca e discerne e ergue-se sobre um horizonte de potencialidades que constituem seu horizonte interno e externo: interno, no sentido de que é sempre possível detalhar e precisar a coisa considerada no interior de um contorno estável; externo, no sentido de que a coisa visada mantém relações potenciais com uma coisa totalmente diversa, no horizonte de um mundo total, o qual nunca figura como objeto de discurso. É nesse duplo sentido da palavra horizonte que situação e horizonte permanecem noções correlativas. Essa pressuposição muito geral implica

que a linguagem não constitui um mundo para ele próprio. Ela não é sequer um mundo. Porque estamos no mundo e somos afetados por situações, tentamos nele nos orientar por meio da compreensão e temos algo a dizer, uma experiência a levar à linguagem e a partilhar.

Tal é a pressuposição ontológica da referência, à pressuposição refletida no interior da própria linguagem como um postulado destituído na justificação imanente. A linguagem é por si só da ordem do Mesmo; o mundo é seu Outro. A atestação dessa alteridade pertence à reflexividade da linguagem sobre si mesma, que, assim, sabe-se no ser a fim de *referir-se* ao ser.

Essa pressuposição não diz respeito nem à lingüística nem à semiótica; ao contrário, essas ciências rejeitam, por postulado de método, a idéia de um desígnio intencional orientado para o extralingüístico. O que acabo de chamar de atestação ontológica deve parecer-lhe, uma vez colocado seu postulado de método, como um salto injustificável e inadmissível. De fato, essa atestação ontológica seria um salto irracional se a exteriorização que exige não fosse a contrapartida de uma moção preliminar e mais originária, partindo da experiência de ser no mundo e no tempo e procedendo dessa condição ontológica em direção à sua expressão na linguagem.

Esse primeiro pressuposto deve ser coordenado com as reflexões que precedem, a respeito da recepção do texto: aptidão a comunicar e capacidade de referência devem ser colocados simultaneamente. Toda referência é correferência, referência dialógica ou dialogal. Não se trata, pois, de escolher entre uma estética da recepção e uma ontologia da obra de arte. O que um leitor recebe é não somente o sentido da obra mas, por meio de seu sentido, sua referência, ou seja, a experiência que ela faz chegar à linguagem e, em última análise, o mundo e sua temporalidade, que ela exhibe diante de si.

A consideração das "obras de arte", dentre todos os atos do discurso, exige um segundo pressuposto que não abole o primeiro, mas o complica. Segundo a tese que sustentei em *A Metáfora Viva* e que me limito aqui a recordar, as obras literárias trazem também à linguagem uma experiência e assim vêm ao mundo como qualquer discurso. Esse último pressuposto choca-se frontalmente com a teoria dominante da poética contemporânea, que recusa qualquer consideração da referência ao que ela julga extralingüístico, em nome da estrita imanência da

linguagem literária a si própria. Quando os textos literários contêm alegações relativas ao verdadeiro e ao falso, à mentira e ao segredo, as quais reconduzem inelutavelmente à dialética entre o ser e a aparência²⁶, essa poética empenha-se em considerar como um simples efeito de sentido o que ela decide, por decreto metodológico, chamar de ilusão referencial. Mas o problema de relação da literatura com o mundo do leitor não é contudo abolido. É simplesmente adiado. As "ilusões referenciais" não são um efeito qualquer do sentido do texto: requerem uma teoria detalhada das modalidades de veridicção. Ora, essas modalidades, por sua vez, destacam-se sobre o fundo de um horizonte de mundo que constitui o mundo do texto. Pode-se certamente incluir a própria noção de horizonte na imanência do texto e considerar o conceito de texto como uma excrescência da ilusão referencial. Mas a leitura coloca de novo o problema da fusão de dois horizontes, o do texto e o do leitor, e pois a intersecção do mundo do texto com o mundo do leitor.

Pode-se tentar recusar esse problema, e considerar como não-pertinente a questão do impacto da literatura sobre a experiência cotidiana. Mas então, por um lado, ratifica-se paradoxalmente o positivismo que geralmente se combate, a saber, o preconceito de que só é real o dado tal como pode ser empiricamente observado e cientificamente descrito. Por outro, encerra-se a literatura num mundo em si e quebra-se a ponta subversiva que ela volta contra a ordem moral e a ordem social. Esquece-se de que a ficção é precisamente o que faz da linguagem este supremo perigo de que Walter Benjamin, depois de Hölderlin, fala com temor e admiração.

Todo um leque de casos é aberto por esse fenômeno de interação: desde a confirmação ideológica da ordem estabelecida, como na arte oficial ou na crônica do poder, até a crítica social e mesmo a derrisão de qualquer "real". Mesmo a extrema alienação em relação ao real é ainda um caso de intersecção. Essa fusão conflituosa de horizontes não deixa de ter relação com a dinâmica do texto, em particular com a dialética entre a sedimentação e a inovação. O choque do possível, que não é menor que o choque do real, é amplificado pelo jogo interno, nas próprias obras, entre os paradigmas recebidos e as discrepân-

26. O conceito de veridicção em Greimas fornecer-nos-á um exemplo notável do retorno dessa dialética no próprio interior de uma teoria que exclui, sem concessão, qualquer recurso a um referente externo. Cf. A.-J. Greimas e J. Courtés, art. "Veridicção", in *Sémiotique, dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, p. 417.

cias pelo desvio das obras singulares. Assim a literatura narrativa, de todas as obras poéticas, modela a efetividade prática tanto por suas discrepâncias quanto por seus paradigmas.

Se pois não se recusa o problema da fusão de horizontes do texto e do leitor, ou da intersecção entre o mundo do texto e o do leitor, é preciso encontrar no próprio funcionamento da linguagem poética o meio de transpor o abismo aberto entre os dois mundos pelo próprio método de imanência da poética anti-referencial. Tentei mostrar em *A Metáfora Viva* que a capacidade de referência da linguagem não era esgotada pelo discurso descritivo e que as obras poéticas se relacionariam com o mundo segundo um regime referencial próprio, o da referência metafórica²⁷. Essa tese cobre todos os usos não-descritivos da linguagem, logo, todos os textos poéticos, sejam eles líricos ou narrativos. Implica que também os textos poéticos falem do mundo, embora não o façam de modo descritivo. A referência metafórica, repito, consiste em que o desaparecer da referência descritiva — desaparecer que, numa primeira aproximação, remete à própria linguagem — revela-se ser, numa segunda aproximação, a condição negativa para que seja liberado um poder mais radical de referência a aspectos de nosso ser-no-mundo que não podem ser ditos de maneira direta. Esses aspectos são visados, de modo indireto, mas positivamente assertivo, por meio da nova pertinência que o enunciado metafórico estabelece no nível do sentido, sobre as ruínas do sentido literal abolido por sua própria impertinência. Essa articulação de uma referência metafórica sobre o sentido metafórico só reveste um alcance ontológico pleno caso se chegue a metaforizar o próprio verbo ser e perceber no “ser-como...” o correlato do “ver-como...”, no qual se resume o trabalho da metáfora. Esse “ser-como...” eleva o segundo pressuposto ao nível ontológico do primeiro. Ao mesmo tempo, o enriquece. O conceito de horizonte e de mundo não concerne só às referências descritivas, mas também às referências não-descritivas, as da dicção poética. Retomando uma declaração anterior²⁸, diria que, para mim, o mundo é o conjunto das referências abertas por todos os tipos de textos descritivos ou poéticos que li, interpretei e amei. Compreender esses textos é intercalar entre os predicados de

27. *A Metáfora Viva*, sétimo estudo.

28. A respeito de tudo isso, cf. , além do sétimo estudo de *A Metáfora Viva*, o resumo de minhas teses em *Interpretation Theory*, Fort Worth, The Texas Christian University Press, 1976, pp. 36-37, 40-44, 80, 88.

nossa situação todos os significados que, de um simples ambiente (*Umwelt*), fazem um mundo (*Welt*). É, com efeito, às obras de ficção que devemos, em grande parte, a ampliação de nosso horizonte de existência. Longe de só produzir imagens enfraquecidas da realidade, “sombras” como o quer o tratamento platônico da *eikôn* na ordem da pintura ou da escrita (Fedro 274e-277e), as obras de ficção só pintam a realidade aumentando-a com todos os significados que elas próprias devem às suas virtudes de abreviação, de saturação e de culminação, espantosamente ilustradas pela tessitura da intriga. Em *Escrita e Iconografia*, François Dagognet, respondendo ao argumento de Platão contra a escrita e contra toda *eikôn*, caracteriza como aumento icônico a estratégia do pintor que reconstrói a realidade sobre a base de um alfabeto ótico ao mesmo tempo limitado e denso. Esse conceito merece ser estendido a todas as modalidades de iconicidade, isto é, àquilo que aqui chamamos de ficção. Num sentido próximo, Eugen Fink compara o *Bild*, que ele distingue das simples presentificações de realidades inteiramente percebidas, a uma “janela” cuja estreita abertura desemboca na imensidão de uma paisagem. Por sua vez, H.-G. Gadamer reconhece ao *Bild* o poder de conceder um acréscimo de ser à nossa visão de mundo empobrecida pelo uso cotidiano²⁹.

O postulado subjacente a esse reconhecimento da função de refiguração da obra poética em geral é o de uma hermenêutica que visa menos restituir a intenção do autor por trás do texto que explicitar o movimento pelo qual um texto exhibe um mundo, de algum modo, perante si mesmo. Expliquei-me longamente alhures³⁰ sobre essa mudança de linha de frente da hermenêutica pós-heideggeriana em relação à hermenêutica romântica. Não cessei, nesses últimos anos, de sustentar que o que é interpretado num texto é a proposta de um mundo que eu poderia habitar e no qual poderia projetar meus poderes mais próprios. Em *A Metáfora Viva*, sustentei que a poesia, por seu

29. Eugen Fink, *De la Phénoménologie* (1966); trad. fr.: Didier Frank, Paris, Ed. de Minuit, 1974, §34; H.-G. Gadamer, *Wahrheit und Methode*, Tübingen, J.C.B. Mohr, 1960, 1^a Parte, II, 2 trad. fr., *Vérité et Méthode*, Paris, Ed. du Seuil.

30. “La tâche de l’herméneutique”, in *Exegesis, Problèmes de Méthode et exercices de lecture*, ed. por François Bovon e Grégoire Rouiller, Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, 1975, pp. 179-200. Trad. ingl. em *Philosophy Today*, 17 (1973), pp. 112-128, retomada na coleção de meus ensaios: *Hermeneutics and the Human Sciences*, ed. e trad. por John B. Thompson, Cambridge University Press e Editions de la Maison des sciences de l’homme, 1981, pp. 43-62.

muthos, redescreve o mundo. Da mesma maneira, direi nesta obra que o fazer narrativo re-significa o mundo na sua dimensão temporal, na medida em que contar, recitar, é refazer a ação segundo o convite do poema³¹.

Um *terceiro pressuposto* entra aqui em jogo, se a capacidade referencial das obras narrativas deve poder ser subsumida sob a das obras poéticas em geral. O problema colocado pela narratividade é, com efeito, ao mesmo tempo mais simples e mais complicado que o colocado pela poesia lírica. Mais simples porque o mundo, aqui, é apreendido na perspectiva da *praxis* humana, mais que na de *pathos* cósmico. O que é ressignificado pela narrativa é o que já foi pré-significado no nível do agir humano. Recordamos que a pré-compreensão do mundo da ação, na forma de *mimese* I, é caracterizada pelo domínio da trama de intersignificações constitutiva da *semântica da ação*, pela familiaridade com as *mediações simbólicas* e com os *recursos pré-narrativos* do agir humano. O ser "no" mundo segundo a narratividade é um ser no mundo já marcado pela prática da linguagem aferente a essa pré-compreensão. O aumento icônico que está aqui em questão consiste no *aumento da legibilidade* prévia que a ação deve aos interpretantes que já estão operando aí. A ação humana pode ser sobresignificada, porque já é pré-significada por todas as modalidades de sua articulação simbólica. É nesse sentido que o problema da referência é mais simples no caso do modo narrativo que no do modo lírico da poesia. Também, em *A Metáfora Viva*, foi por extrapolação a partir do *muthos* trágico que elaborei a teoria da referência poética que une *muthos* e redescrção: é, com efeito, a metaforização do agir e do padecer que é a mais fácil de decifrar.

Mas o problema colocado pela narrativa, quanto ao desígnio referencial e à pretensão à verdade, é, num outro sentido, mais complicado que o colocado pela poesia lírica. A existência de duas grandes classes de discursos narrativos, a narrativa de ficção e a historiografia, coloca uma série de problemas específicos, que serão discutidos na quarta parte desta obra. Limiteme aqui a recensear alguns. O mais aparente, e talvez também o mais intratável, procede da inegável assimetria entre os modos

31. O dito de Nelson Goodman, em *The Languages of Art*, segundo o qual as obras literárias não cessam de fazer e refazer o mundo, vale particularmente para as obras narrativas, na medida em que a *poiésis* da tessitura da intriga é um fazer que, ademais, diz respeito ao fazer. Em nenhum outro lugar é mais apropriada a fórmula do primeiro capítulo da obra de Goodman: *Reality Remade*, bem como sua máxima: pensar as obras em termos de mundos e mundos em termos de obras.

referenciais da narrativa histórica e da narrativa de ficção. Só a historiografia pode reivindicar uma referência que se inscreve na *realidade empírica*, na medida em que a intencionalidade histórica visa acontecimentos que *efetivamente* ocorreram. Mesmo se o passado não é mais e se, segundo a expressão de Agostinho, só pode ser atingido no presente do passado, isto é, por meio dos vestígios do passado, tornados documentos para o historiador, permanece que o passado ocorreu. O acontecimento passado, por mais ausente que esteja da percepção presente, não governa menos a intencionalidade histórica, conferindo-lhe uma nota realista que nenhuma literatura jamais igualará, mesmo que tenha pretensão "realista". A referência por meio de vestígios ao real passado exige uma análise específica à qual um capítulo inteiro da quarta parte será consagrado. É preciso dizer, de um lado, que essa referência por meio de vestígios retira algo da referência metafórica comum a todas as obras poéticas, na medida em que o passado só pode ser reconstruído pela imaginação; por outro lado, o que ela lhe acrescenta, na medida em que é polarizada pelo real passado. Inversamente, coloca-se a questão de saber se a narrativa de ficção, por sua vez, não retira da referência por meio de vestígios uma parte de seu dinamismo referencial. Toda narrativa não é contada como se tivesse ocorrido, como o testemunha o uso comum dos tempos verbais do passado para narrar o irreal? Nesse sentido, a ficção se inspiraria tanto na história quanto a história na ficção. É essa inspiração recíproca que me autoriza a colocar o problema da *referência cruzada* entre a historiografia e a narrativa da ficção. O problema só poderia ser escamoteado numa concepção positivista da história, que negligenciasse a participação da ficção na referência por traços, e numa concepção anti-referencial da literatura, que negligenciaria o alcance da referência metafórica em qualquer poesia. O problema da referência cruzada constitui um dos desafios principais da quarta parte desta obra.

Mas *sobre* o que se cruza a referência por traços e a referência metafórica, senão sobre a *temporalidade* da ação humana? Não será o tempo humano que a historiografia e a ficção literária refiguram *em comum*, cruzando *sobre* ele seus modos referenciais?

4. O tempo narrado

Resta-me, para precisar um pouco mais o quadro no qual recolocarei na última parte desta obra a questão da referência

cruzada entre historiografia e narrativa, esboçar os traços *temporais* de um mundo refigurado pelo ato de configuração.

Gostaria de partir de novo da noção de aumento icônico introduzida acima. Poderíamos assim retomar cada um dos traços pelos quais caracterizamos a pré-compreensão da ação: a trama de intersignificação entre categorias práticas; a simbólica imanente a essa pré-compreensão; e principalmente sua temporalidade propriamente prática. Poder-se-ia dizer que cada um desses traços é intensificado, aumentado iconicamente.

Direi poucas coisas dos dois primeiros traços: a intersignificação entre projeto, circunstâncias, acaso é muito precisamente o que é ordenado pela intriga tal como a descrevemos como síntese do heterogêneo. A obra narrativa é um convite a *ver* nossa práxis *como...* ela é ordenada por esta ou aquela intriga articulada na nossa literatura. Quanto à simbolização interna à ação, pode-se dizer que é exatamente ela que é re-simbolizada ou de-simbolizada — ou re-simbolizada por de-simbolização em favor do esquematismo, alternadamente tradicionalizado e subvertido pela historicidade dos paradigmas. Finalmente, é o *tempo* da ação que, mais que tudo, é refigurado pela configuração da ação na narrativa.

Mas um longo desvio impõe-se aqui. Uma teoria do tempo refigurado — ou, poder-se-ia dizer, do tempo narrado — não pode ser levada a bom termo sem a mediação do terceiro parceiro da conversação já engajada entre a epistemologia da historiografia e a crítica literária aplicada à narratividade, na discussão da referência cruzada.

Esse terceiro parceiro é a *fenomenologia do tempo* de que só consideramos a fase inaugural no estudo do tempo em Santo Agostinho. A seqüência desta obra, da segunda à quarta parte, será só uma longa e difícil *conversação triangular* entre a historiografia, a crítica literária e a filosofia fenomenológica. A dialética entre tempo e narrativa só pode ser o desafio último desse confronto, na minha opinião sem precedentes, entre três parceiros que, na maioria das vezes, ignoram-se mutuamente.

Para dar todo seu peso à palavra do terceiro parceiro, será importante desdobrar a fenomenologia do tempo de Agostinho a Husserl e Heidegger, não para escrever sua história, mas para dar corpo a uma observação lançada sem outra justificativa no curso do estudo do livro XI das *Confissões*: não há, dizíamos, fenomenologia pura do tempo em Agostinho. Acrescentamos: talvez nunca tenha havido depois dele. É essa impossibilidade de uma fenomenologia *pura* do tempo que seria preciso demons-

trar. Por fenomenologia pura, entendo uma apreensão *intuitiva* da estrutura do tempo, que não somente possa ser isolada dos procedimentos de *argumentação* com os quais a fenomenologia empenha-se em resolver as aporias recebidas de uma tradição anterior, mas que não pague suas descobertas com novas aporias de preço sempre mais alto. Minha tese é que os autênticos achados da fenomenologia do tempo não podem ser definitivamente subtraídos do regime aporético que caracteriza com tanta força a teoria agostiniana do tempo. Será preciso, pois, retomar o exame das aporias criadas pelo próprio Agostinho e demonstrar seu caráter exemplar. Quanto a isso, a análise e a discussão das *Lições* de Husserl sobre a *fenomenologia da consciência íntima do tempo* constituirão a contraprova maior da tese do caráter definitivamente aporético da fenomenologia pura do tempo. De um modo um pouco inesperado, pelo menos para mim, seremos reconduzidos, pela discussão, à tese, *kantiana por excelência*, de que o tempo não pode ser diretamente observado, de que o tempo é propriamente *invisível*. Nesse sentido, as aporias sem fim da fenomenologia pura do tempo seriam o preço a ser pago por qualquer tentativa de *fazer aparecer o próprio tempo*, ambição que define como pura a fenomenologia do tempo. Será uma etapa principal da quarta parte fazer comprovar o caráter principalmente aporético da fenomenologia pura do tempo.

Essa prova é necessária quando se deve considerar universalmente válida a tese segundo a qual a poética da narratividade responde e corresponde à aporética de temporalidade. A aproximação entre a *Poética* de Aristóteles e as *Confissões* de Agostinho só ofereceu uma verificação parcial e de certo modo circunstancial dessa tese. Se o caráter aporético de toda fenomenologia pura do tempo pudesse ser argumentado de modo ao menos plausível, o círculo hermenêutico da narratividade e da temporalidade seria ampliado bem além do círculo da *mimese*, ao qual foi preciso limitar a discussão na primeira parte desta obra, enquanto a historiografia e a crítica literária não se pronunciavam sobre o tempo histórico e sobre os jogos da ficção com o tempo. É só ao termo do que acabo de chamar de uma conversação triangular, na qual a fenomenologia do tempo terá unido sua voz às das duas disciplinas precedentes, que o círculo hermenêutico poderá ser igualado ao círculo de uma poética da narratividade (ela própria culminando no problema da referência cruzada evocado acima) e de uma aporética da temporalidade.

Poder-se-ia desde já objetar à tese do caráter universalmente aporético da fenomenologia pura do tempo, que a hermenêutica de Heidegger marca uma ruptura decisiva com a

fenomenologia subjetivista de Agostinho e Husserl. Fundando sua fenomenologia numa ontologia do *Dasein* e do ser-no-mundo, Heidegger não tem o direito de afirmar que a temporalidade, tal como ele a descreve, é "mais subjetiva" que qualquer sujeito e "mais objetiva" que qualquer objeto, na medida em que sua ontologia subtrai-se à dicotomia do sujeito e do objeto? Não o nego. A análise que consagrarei a Heidegger fará plena justiça à originalidade da qual pode se prevalecer uma fenomenologia fundada numa ontologia e que se apresenta como uma hermenêutica.

Para dizê-lo desde agora, a originalidade propriamente fenomenológica da análise heideggeriana do tempo — originalidade inteiramente devedora de sua ancoragem numa ontologia da Inquietação — consiste numa hierarquização dos níveis de temporalidade, ou antes, de temporalização. Depois, podemos descobrir em Agostinho um pressentimento desse tema. Com efeito, interpretando a extensão do tempo em termos de distensão e descrevendo o tempo humano como suplantado do interior pela atração de seu pólo de eternidade, Agostinho deu, antecipadamente, crédito à idéia de uma pluralidade de níveis temporais. Os lapsos de tempo não se encaixam simplesmente uns nos outros segundo quantidades numéricas, os dias nos anos, os anos nos séculos. De um modo geral, os problemas relativos à extensão do tempo não esgotam a questão do tempo humano. Na própria medida em que a extensão reflete uma dialética entre a intenção e a distensão, a extensão do tempo não tem apenas um aspecto quantitativo, em resposta às questões: depois de quanto tempo? durante quanto tempo? em quanto tempo? Ela tem um aspecto qualitativo de *tensão graduada*.

Desde o estudo consagrado ao tempo em Santo Agostinho, assinalei a principal incidência epistemológica dessa noção de hierarquia temporal: a historiografia, na sua luta contra a história factual, e a narratologia, na sua ambição de descronologizar a narrativa, parecem só deixar lugar a uma única alternativa: ou à cronologia, ou às relações sistêmicas acrônicas. Ora, a cronologia tem um outro contrário: a própria temporalidade elevada a seu nível de maior *tensão*.

É na análise heideggeriana da temporalidade, em *O Ser e o Tempo*, que a abertura operada por Agostinho é explorada do modo mais decisivo, embora o seja, como se dirá, a partir da meditação sobre o *ser-para-a-morte* e não, como em Agostinho, a partir da estrutura do tríptico presente. Considero uma aquisição inapreciável da análise heideggeriana ter estabelecido, com os recursos de uma fenomenologia hermenêutica, que a expe-

riência da temporalidade é suscetível de se desenrolar em muitos níveis de radicalidade, e que cabe à analítica do *Dasein* percorrê-los, quer de alto a baixo, segundo a ordem seguida em *O Ser e o Tempo* — do tempo autêntico e mortal ao tempo cotidiano e público em que tudo acontece "no" tempo —, quer de baixo para o alto como nos *Grundprobleme der Phänomenologie*³². A direção na qual a escala de temporalização é percorrida importa menos que a própria hierarquização da experiência temporal³³.

Nesse caminho ascendente ou regressivo, uma parada no nível médio, entre a intratemporalidade e a temporalidade radical, marcada pelo *ser-para-a-morte*, parece-me da maior importância. Por razões que diremos na ocasião oportuna, Heidegger atribuiu-lhe o título de *Geschichtlichkeit* — historicidade. É nesse nível que as duas análises, de Agostinho e de Heidegger, permanecem mais próximas, antes de divergir radicalmente — pelo menos aparentemente —, dirigindo-se uma em direção à esperança paulínia, outra em direção à resolução quase estóica ante a morte. Faremos aparecer na quarta parte uma razão intrínseca para retornar a essa análise da *Geschichtlichkeit*. É dela, com efeito, que se deduz a análise da repetição — *Wiederholung* — na qual buscamos uma resposta de caráter ontológico aos problemas epistemológicos colocados pela referência cruzada entre a intencionalidade histórica e o intento de verdade da ficção literária. É por isso que marcaremos, desde agora, o seu ponto de inserção.

Não se trata pois de negar a originalidade propriamente fenomenológica que a descrição heideggeriana da temporalidade deve à sua ancoragem na ontologia da Inquietação. Contudo, deste lado da inversão — da *Kehre* — da qual procedem as obras posteriores a *O Ser e o Tempo*, é preciso confessar que a ontologia do *Dasein* permanece investida numa fenomenologia que coloca problemas análogos aos suscitados pela fenomenologia de Agostinho e de Husserl. Aqui também o avanço no plano fenomenológico engendra dificuldades de um novo gênero, que aumentam ainda o caráter aporético da fenomenologia pura. Esse agravamento é proporcional à ambição dessa fenomenologia, que é não somente a de nada dever a uma epistemologia das ciências físicas e das ciências humanas, mas de servir-lhes de *fundamento*.

32. Martin Heidegger, *Gesamtausgabe*, Bd.24, *Die Grundprobleme der Phänomenologie*, Frankfurt, Klostermann, 1975, § 19.

33. Homologando acima o tempo prático de *mimese I* com a última das formas derivadas da temporalidade segundo *O Ser e o Tempo* — a *Innerzeitigkeit*, a "intratemporalidade" ou o "ser no tempo", escolhemos com efeito a ordem inversa de *O Ser e o Tempo*, a dos *Grundprobleme*.

O paradoxo é aqui que a aporia refere-se precisamente às relações entre a fenomenologia do tempo e as ciências humanas: principalmente a historiografia, mas também a narratologia contemporânea. Sim, o paradoxo é que Heidegger tornou mais difícil a conversação triangular entre historiografia, crítica literária e fenomenologia. Pode-se duvidar, com efeito, que ele tenha conseguido derivar o conceito de história familiar dos historiadores profissionais, assim como a temática geral das ciências humanas recebida de Dilthey, da historicidade do *Dasein*, que para a fenomenologia hermenêutica constitui o nível médio na hierarquia dos graus de temporalidade. Mais gravemente ainda, se a temporalidade mais radical carrega a marca da morte, como se poderá passar de uma temporalidade tão fundamentalmente privatizada pelo *ser-para-a-morte* ao tempo comum exigido pela interação entre múltiplos personagens em qualquer narrativa e, com mais razão, ao tempo público que a historiografia requer?

Nesse sentido, a passagem pela fenomenologia de Heidegger exigirá um esforço suplementar, que às vezes nos afastará de Heidegger, para manter a dialética entre narrativa e tempo. Será um dos desafios principais de nossa quarta parte mostrar como, a despeito do abismo que parece se cavar entre os dois pólos, a narrativa e o tempo hierarquizam-se simultânea e mutuamente. Ora será a fenomenologia hermenêutica do tempo que fornecerá a chave da hierarquização da narrativa, ora serão as ciências da narrativa histórica e da narrativa de ficção que nos permitirão resolver poeticamente — segundo uma expressão já empregada acima — as aporias da fenomenologia do tempo mais intratáveis especulativamente.

Assim, a própria dificuldade de derivar as ciências históricas da análise do *Dasein* e a dificuldade mais formidável ainda de pensar juntos o tempo *mortal* da fenomenologia e o tempo *público* das ciências da narrativa nos servirão de agulhão para pensar melhor a relação entre tempo e narrativa. Mas a reflexão preliminar constituída pela primeira parte desta obra já nos conduziu de uma concepção em que o círculo hermenêutico identifica-se com o dos estágios da *mimese* a uma concepção que inscreve essa dialética no círculo mais vasto de uma poética da narrativa e de uma aporética do tempo.

Um último problema está aberto: o do *limite superior do processo de hierarquização da temporalidade*. Para Agostinho e toda a tradição cristã, a interiorização das relações puramente extensivas do tempo remete a uma eternidade em que todas as coisas estão presentes ao mesmo tempo. A aproximação da

eternidade pelo tempo consiste então na *estabilidade* de uma alma em repouso: "Então serei estável e sólido em Ti, na minha verdadeira forma, tua Verdade" (*Confissões* XI 30, 40). Ora a filosofia do tempo de Heidegger, pelo menos na época de *O Ser e o Tempo*, ao mesmo tempo que retoma e desenvolve com um grande rigor o tema dos níveis de temporalização, orienta a meditação não para a eternidade divina, mas para a finitude selada pelo *ser-para-a-morte*. Há aí duas maneiras irreduzíveis de reconduzir a duração mais extensa à duração mais tensa? Ou a alternativa é só aparente? É preciso pensar que só um mortal pode formar o propósito de "dar às coisas da vida uma dignidade que as eternize"? A eternidade que as obras de arte opõem à fugacidade das coisas só pode se constituir numa história? E a história, por sua vez, só permanece histórica se, ao mesmo tempo que corre acima da morte, protege-se do esquecimento da morte e dos mortos e permanece uma recordação da morte e uma memória dos mortos? A questão mais grave que este livro pode colocar é a de saber até que ponto uma reflexão filosófica sobre a narratividade e o tempo pode ajudar a pensar juntas a eternidade e a morte.

PARTE II
A HISTÓRIA E A NARRATIVA

Tentamos, na primeira parte desta obra, caracterizar o discurso narrativo sem levar em conta a bifurcação maior que divide hoje seu campo entre a historiografia e a narrativa de ficção. Ao fazer isso, admitimos tacitamente que a historiografia pertencia automaticamente a esse campo. É essa pertinência que deve agora ser questionada.

Duas convicções de força igual estão na origem da presente investigação. A primeira diz que é hoje causa perdida ligar o caráter narrativo da história à sobrevivência de uma forma particular de história, a história narrativa. Quanto a isso, *minha tese sobre o caráter ultimamente narrativo da história não se confunde absolutamente com a defesa da história narrativa*. Minha segunda convicção é de que, se a história rompesse todo e qualquer laço com *a competência de base que temos de seguir uma história* e com as operações cognitivas da compreensão narrativa, tais como as descrevemos anteriormente, ela perderia seu caráter distintivo no concerto das ciências sociais: cessaria de ser histórica. Mas de que natureza é esse laço? Esta é a questão.

Para resolver esse problema, não quis ceder à solução fácil que consistiria em dizer que a história é uma disciplina ambígua, meio literária, meio científica, e que a epistemologia da história só pode registrar com pena esse estado de fato, pronta a trabalhar por uma história que não seria mais, de modo algum, uma

forma de narrativa. Esse ecletismo preguiçoso é o oposto de minha ambição. Minha tese é que a história mais distante da forma narrativa continua a ser ligada à compreensão narrativa por um laço de *derivação*, que se pode reconstruir passo a passo, grau por grau, por um método apropriado. Esse método não diz respeito à metodologia das ciências históricas, mas a uma reflexão de segundo grau sobre *as condições últimas de inteligibilidade* de uma disciplina que, em virtude da sua ambição científica, tende a esquecer o laço de derivação que continua contudo a preservar tacitamente sua especificidade como ciência histórica.

Essa tese tem uma implicação imediata concernente ao tempo histórico. Não duvido de que o historiador tenha o privilégio de construir parâmetros temporais apropriados a seu objeto e a seu método. Sustento somente que o significado dessas construções é emprestado, que deriva indiretamente do das configurações narrativas que descrevemos como *mimese II* e, por meio destas, enraíza-se na temporalidade característica do mundo da ação. *A construção do tempo histórico* será assim um dos desafios maiores do meu empreendimento. Um desafio, isto é, ao mesmo tempo uma consequência e uma pedra de toque.

Minha tese está, pois, igualmente afastada de duas outras: a que concluiria pelo recuo da história narrativa à negação de qualquer laço entre história e narrativa e faria do tempo histórico uma construção sem apoio no tempo da narrativa e no tempo da ação, e a que estabeleceria entre história e narrativa uma relação tão direta como aquela, por exemplo, da espécie ao gênero e uma continuidade diretamente legível entre o tempo da ação e o tempo histórico. Minha tese repousa na asserção de um laço indireto de derivação pelo qual o saber histórico procede da compreensão narrativa sem nada perder de sua ambição científica. Nesse sentido não é uma tese do meio-termo*.

Reconstruir os laços indiretos da história com a narrativa é finalmente trazer à luz a *intencionalidade do pensamento histórico* pela qual a história continua a visar obliquamente ao campo da ação humana e à sua temporalidade de base.

* Isto não exclui que a explicação histórica seja descrita como um "misto": assumo quanto a isto a tese de Henrik von Wright à qual consagro uma parte do Capítulo 2. Mas "misto" não quer dizer nem confuso, nem ambíguo. Um "misto" é algo inteiramente diverso de um compromisso, dado que é cuidadosamente construído como "misto" no plano epistemológico que lhe é apropriado.

Graças a esse enfoque oblíquo, a historiografia vem se inscrever no grande círculo mimético que percorremos na primeira parte deste trabalho. Também ela, mas de modo derivado, enraíza-se na competência pragmática, com seu manejo dos acontecimentos que ocorrem "no" tempo, segundo nossa descrição de *mimese I*; também configura o campo prático, por intermédio das construções temporais de nível superior que a historiografia inscreve no tempo da narrativa, característico de *mimese II*; ela também realiza finalmente seu sentido na refiguração do campo prático e contribui para a recapitulação da existência no qual culmina *mimese III*.

Tal é o horizonte mais longínquo de meu empreendimento. Não o conduzirei a seu termo nesta parte. Devo reservar para uma investigação distinta o último segmento, correspondente à *mimese III*. Com efeito, a inserção da história na ação e na vida, sua capacidade de reconfigurar o tempo coloca em jogo a questão da verdade em história. Ora, esta é inseparável do que chamo de *referência cruzada* entre a pretensão à verdade da história e a da ficção. A investigação à qual a segunda parte desta obra é consagrada não cobre pois todo o campo da problemática histórica. Para conservar o vocabulário utilizado em *A Metáfora Viva*, ela separa a questão do "sentido" da de "referência". Ou, para permanecer fiel ao vocabulário da primeira parte, a presente investigação esforça-se por ligar, à maneira da *oratio obliqua*, a explicação à compreensão narrativa descrita sob o título de *mimese II*.

A ordem das questões tratadas nesta segunda parte é comandada pelo argumento da tese que acaba de ser esboçada.

Na primeira seção, intitulada "O eclipse da narrativa", leva-se em conta o distanciamento da história moderna em relação à forma expressamente narrativa. Empenhei-me em estabelecer a convergência, no ataque contra a história-narrativa, entre duas correntes de pensamento amplamente independentes uma da outra. A primeira, mais próxima da prática histórica, logo, mais metodológica que epistemológica, pareceu-me antes de tudo ilustrada pela historiografia francesa contemporânea. A segunda nasceu das teses do positivismo lógico sobre a unidade da ciência; é pois mais epistemológica que metodológica.

Na segunda seção, intitulada "Argumentos em favor da narrativa", explico diversas tentativas — inspiradas, na maioria, nos autores de língua inglesa, com apenas uma exceção importante — para estender *diretamente* a competência narrativa ao discurso histórico. Apesar de minha grande simpatia por essas análises, que insisto em integrar em meu próprio projeto, devo

confessar que não me parecem atingir plenamente seu objetivo na medida em que elas só explicam formas de historiografia cuja relação com a narrativa é direta, logo visível.

A terceira seção, intitulada "A intencionalidade histórica", contém a tese principal desta segunda parte, a saber, a tese da derivação *indireta* do saber histórico a partir da inteligência narrativa. Retomo, nesse quadro, a análise já conduzida alhures sobre as relações entre explicar e compreender*. Para concluir, dou uma resposta parcial à questão que inaugura a primeira seção, a do estatuto do acontecimento. A resposta não pode ser completa na medida em que o estatuto *epistemológico* do acontecimento — único em causa nesta segunda parte — é inseparável de seu estatuto *ontológico*, que é um dos desafios da quarta parte.

Peço ao leitor muita paciência. Ele deve saber que só poderá encontrar, nas três seções que se seguem, uma análise *preparatória* com relação à questão central do tempo e da narrativa. É preciso primeiro que a relação entre a *explicação* histórica e a *compreensão* narrativa seja elucidada para que possamos validamente questionar a contribuição da narrativa histórica à *refiguração* do tempo. Ora, essa própria elucidação requer um longo percurso; foi preciso que a teoria nomológica e a teoria narrativista revelassem, sob a pressão de argumentos apropriados, sua insuficiência respectiva, para que a relação *indireta* entre historiografia e narrativa pudesse por sua vez ser restituída passo a passo e grau por grau. Essa longa preparação epistemológica não deve contudo fazer perder de vista o desafio ontológico final. Uma razão suplementar pleiteia pelo alongamento das linhas da frente de combate: a refiguração do tempo pela narrativa é, na minha opinião, a obra *conjunta* da narrativa histórica e da narrativa de ficção. É só no termo da terceira parte, consagrada à narrativa de ficção, que poderá ser retomada, no seu *conjunto*, a problemática do *tempo narrado*.

1
O ECLIPSE DA NARRATIVA

A historiografia de língua francesa e a epistemologia neopositivista pertencem a dois universos de discurso muito diferentes. A primeira é tradicionalmente de uma desconfiança sem tréguas quanto à filosofia, que identifica de bom grado com a filosofia da história de estilo hegeliano, confundida, por comodidade, com as especulações de Spengler ou de Toynbee. Quanto à filosofia crítica da história, herdada de Dilthey, Rickert, Simmel, Max Weber e continuada por Raymond Aron e Henri Marrou, nunca foi realmente integrada na corrente principal da historiografia francesa¹. É a razão pela qual não encontramos, nas obras mais preocupadas com metodologia, uma reflexão comparável à da escola alemã do início do século e à do atual positivismo lógico ou de seus adversários de língua inglesa sobre a estrutura epistemológica da explicação em história. Sua força está alhures: na estrita aderência ao ofício de historiador. O que a escola histórica francesa oferece de melhor é uma metodologia

* "Expliquer et comprendre", *Revue Philosophique de Louvain*, 75 (1977), pp. 126-147.

1. Pierre Chaunu escrevia, em 1960: "A epistemologia é uma tentação que é preciso saber afastar decididamente. A experiência desses últimos anos não parece provar que ela pode ser a solução preguiçosa daqueles que vão perder-se aí com delícia — uma ou duas brilhantes exceções só fazem confirmar a regra —, sinal de uma investigação que se arrasta e se esteriliza? Ao menos é oportuno que alguns líderes consagrem-se a isso — o que em caso algum somos nem pretendemos ser — a fim de preservar melhor os robustos artesãos de um conhecimento em construção — o único título que pretendemos — das tentações perigosas dessa mórbida Máfia" (*Histoire quantitative, Histoire sérielle*, Paris, Armand Colin, 1978, p. 10).

de trabalho de campo. Com esse fim, ela faz mais o filósofo pensar que lhe toma emprestado algo. A superioridade dos trabalhos nascidos do neopositivismo deve-se, ao contrário, à sua preocupação constante de adequar a explicação em história aos modelos que supostamente definem o saber científico, a unidade profunda de seu projeto e de seus resultados. Nesse sentido, esses trabalhos referem-se mais à epistemologia que à metodologia. Mas sua força constitui freqüentemente sua fragilidade, tanto a prática histórica está ausente da discussão dos modelos de explicação. Esse defeito é infelizmente partilhado pelos adversários do positivismo lógico. Como se verá adiante, com o exame dos argumentos "narrativistas", os exemplos que a epistemologia, tanto positivista quanto antipositivista, toma emprestado dos historiadores raramente estão no nível de complexidade atingido hoje pelas disciplinas históricas.

Mas, por mais heterogêneas que sejam, as duas correntes de pensamento têm ao menos em comum, além de sua negação da filosofia da história que não nos concerne aqui, sua negação do caráter narrativo da história, tal como a escrevemos hoje.

Essa convergência no resultado é tanto mais marcante quanto a argumentação é diferente. Com a historiografia francesa, o eclipse da narrativa procede principalmente do deslocamento do objeto da história, que não é mais o indivíduo agente, mas o fato social total. Com o positivismo lógico, o eclipse da narrativa procede, antes, do corte epistemológico entre a explicação histórica e a compreensão narrativa.

Enfatizaremos, neste capítulo, a convergência dos dois ataques, tomando como fio condutor o destino do acontecimento e da duração histórica numa e noutra perspectiva.

1. O eclipse do acontecimento na historiografia francesa²

A escolha do conceito de acontecimento como pedra de toque da discussão é particularmente apropriada a um exame da contribuição da historiografia francesa para a teoria da história, na medida em que a crítica da "história factual" aí tem

2. Certas análises desta seção resumem desenvolvimentos mais detalhados de meu ensaio "The Contribution of French Historiography to the Theory of History", *The Zaharoff Lecture* (1978-1979), Oxford, Clarendon Press, 1980. Em compensação, leremos no Capítulo 3 análises de obras de historiadores franceses que não encontraram espaço na *Zaharoff Lecture*.

o lugar que sabemos e em que essa crítica é considerada equivalente à rejeição da categoria da narrativa.

No princípio de qualquer reflexão, o conceito de acontecimento histórico partilha da evidência enganadora da maioria das noções do senso comum. Implica duas séries de asserções não criticadas: ontológicas e epistemológicas, as segundas fundamentando-se nas primeiras.

No sentido ontológico, entende-se por acontecimento histórico o que se produziu efetivamente no passado. Esta asserção tem, ela própria, muitos aspectos. Primeiro, admitimos que a propriedade de já ter ocorrido difere radicalmente da de não ter ainda ocorrido: nesse sentido, a atualidade passada do que aconteceu é considerada uma *propriedade absoluta* [do passado], independente de nossas construções e reconstruções. Esse primeiro traço é comum aos acontecimentos físicos e históricos. Um segundo traço delimita o campo do acontecimento histórico: dentre todas as coisas que aconteceram, algumas são a obra de agentes semelhantes a nós; os acontecimentos históricos são então o que seres atuantes fazem acontecer ou sofrem: a definição ordinária da história como conhecimento das ações de homens do passado procede desta restrição do interesse à esfera dos acontecimentos assinaláveis a *agentes humanos*. Um terceiro traço resulta da delimitação no seio do campo prático da esfera possível de comunicação: à noção de passado humano acrescenta-se, como obstáculo constitutivo, a idéia de uma *alteridade* ou de uma diferença *absoluta*, afetando nossa capacidade de comunicação. Parece que isso seja uma implicação de nossa competência em buscar o entendimento e o acordo, onde Habermas vê a norma de uma pragmática universal, que nossa competência em comunicar encontra como um desafio e um obstáculo à estranheza do estrangeiro e que ela só pode esperar compreender ao preço de reconhecer sua irreduzível alteridade.

A este tríptico pressuposto ontológico — ter-sido absoluto, ação humana absolutamente passada, alteridade absoluta — corresponde um tríptico pressuposto epistemológico. Primeiro, opomos a *singularidade não-repetível* do evento físico ou humano à universalidade da lei; quer se trate de alta freqüência estatística, de conexão causal ou de relação funcional, o evento é o que só acontece uma vez. Em seguida, opomos *contingência prática* à necessidade lógica ou física: o evento é o que poderia ter sido feito diversamente. Enfim, a alteridade tem sua contrapartida epistemológica na noção de *afastamento* em relação a qualquer modelo construído ou a qualquer invariante.

Tais são, em linhas gerais, os pressupostos tácitos de nosso uso não-crítico da noção de acontecimento histórico. No início da investigação, não sabemos o que diz respeito ao preconceito, à sedimentação filosófica ou teológica, ou a coerções normativas universais. A triagem só pode resultar da crítica operada pela própria prática histórica. Nas páginas que se seguem, a historiografia francesa será apreciada em função de sua contribuição a essa crítica dos pressupostos do acontecimento.

Evocarei só brevemente o livro-chave de Raymond Aron, *Introdução à filosofia da história: Ensaio sobre os limites da objetividade histórica* (1938)³, que foi publicado pouco antes que Lucien Febvre e Marc Bloch fundassem os *Anais da história econômica e social* (1939), que se tornaram, depois de 1945, *Anais Economias, Sociedades, Civilizações*. Proponho-me a retornar mais tarde ao livro de Aron a propósito da dialética entre explicar e compreender. Mas ele merece ser citado neste lugar, por ter contribuído amplamente para dissolver o primado do senso comum, a saber, a asserção do caráter absoluto do acontecimento, como aquilo que realmente aconteceu. É colocando os limites da objetividade histórica que R. Aron vem a proclamar o que ele chama de a "dissolução do objeto" (p. 120). Essa tese famosa suscitou, infelizmente, mais de um mal-entendido. Visava o positivismo sob a égide de Langlois e Seignobos⁴, muito mais que qualquer tese ontológica. Não significa senão isto: na medida em que o historiador está implicado na compreensão e na explicação dos acontecimentos passados, um acontecimento absoluto não pode ser atestado pelo discurso histórico. A compreensão — mesmo a compreensão de um outro singular na vida cotidiana — não é nunca uma intuição direta, mas uma reconstrução. A compreensão é sempre mais que a simples simpatia. Em resumo: "Não há uma *realidade histórica*, acabada antes da ciência, que simplesmente conviria reproduzir com fidelidade" (p. 120). Que "João sem Terra tenha passado ali" só é um fato histórico em virtude de um feixe de intenções, de motivos e de valores que o incorpora a um conjunto inteligível. A partir daí, as diversas reconstruções só acentuam a ruptura que separa a objetividade, a qual o trabalho de compreensão pretende, da experiência viva não-repetível. Se a "dissolução do objeto" já está realizada pelo

3. Cito a décima sexta edição, Paris, NRF, Gallimard, "Bibliothèque des Idées", 1957.

4. Charles -Victor Longlois e Charles Seignobos, *Introduction aux études historiques*, Paris, 1898.

entendimento mais simples, o desaparecimento do objeto é mais completo no nível do pensamento causal, para empregar o vocabulário de Aron nessa época (retornaremos a este ponto no Capítulo 3: para Aron, como para Max Weber, a causalidade histórica é uma relação do particular ao particular, mas por intermédio da probabilidade retrospectiva). Na escala da probabilidade, o grau mais baixo define o acidental, o mais alto define o que Max Weber chama de adequação. Do mesmo modo que a adequação difere da necessidade lógica ou física, o acidental não é mais o equivalente da singularidade absoluta. "Quanto à probabilidade absoluta que nasce do caráter parcial das análises históricas e das relações causais, ela está no nosso espírito e não nas coisas" (p. 168). Quanto a isso, a apreciação histórica da probabilidade difere da lógica do cientista e aproxima-se da do juiz. O desafio filosófico para Aron era, então, a destruição de qualquer ilusão retrospectiva de fatalidade e a abertura da teoria da história à espontaneidade da ação orientada em direção ao futuro.

Para a presente investigação, o livro de Aron tem esse resultado nítido de que o passado, concebido como a soma do que efetivamente aconteceu, está fora do alcance do historiador.

Encontramos em H.-I. Marrou, *Do conhecimento histórico* (1954)⁵, um argumento semelhante ao de Raymond Aron. A prática do historiador é aí, além disso, mais visível. Deixarei de lado aqui um problema ao qual voltarei na quarta parte, a saber, o da filiação entre compreensão do outro e conhecimento do passado humano⁶.

A continuidade entre tempo mortal e tempo público, evocada no fim de nossa primeira parte, aí esta diretamente implicada. Só reterei desse recurso à compreensão do outro suas implicações metodológicas principais, que corroboram o axioma de Raymond Aron concernentes à "dissolução do objeto".

Primeiro, o conhecimento histórico, repousando sobre o testemunho do outro, "não é uma ciência propriamente dita, mas somente um conhecimento de fé" (p. 137). A compreensão

5. H. -Marrou, *De la connaissance historique*, ed. du Seuil, 1954.

6. "Não há nada específico relativo ao passado; é o mesmo processo que põe em jogo a compreensão do outro no presente e, em particular (posto que, o mais das vezes e no melhor dos casos, o documento focalizado é um "texto"), na compreensão da linguagem articulada" (p. 83). Para Marrou, a paisagem da memória individual ao passado histórico não constitui problema, na medida em que a verdadeira ruptura é entre o apego a si e a abertura para o outro.

envolve o trabalho inteiro do historiador, na medida em que a "história é uma aventura espiritual em que a personalidade do historiador compromete-se inteira; para dizer tudo numa palavra, ela é dotada para ele de um valor existencial, e é daí que ele recebe sua seriedade, seu significado e sua importância" (p. 197). E Marrou acrescenta: "Econstruimos aí... o próprio coração de nossa filosofia crítica, o ponto de vista central em que tudo se ordena e se esclarece" (ibid.). A compreensão é assim incorporada à "verdade da história" (Capítulo IX), isto é, à verdade de que a história é capaz. Ela não é o lado subjetivo de que a explicação seria o lado objetivo. A subjetividade não é uma prisão e a objetividade não é a liberação dessa prisão. Longe de se combaterem, subjetividade e objetividade somam-se: "Com efeito, na verdade da história [é o título do penúltimo capítulo do livro], quando a história é verdadeira, sua verdade é dupla, sendo feita, ao mesmo tempo, da verdade a respeito do passado e do testemunho sobre o historiador" (p. 221).

Em seguida, estando o historiador implicado no conhecimento histórico, este não pode se propor a tarefa impossível de reatualizar o passado⁷. Impossível por duas razões. Primeiro, a história só é conhecimento pela *relação* que estabelece entre o passado vivido pelos homens de outrora e o historiador de hoje. O conjunto dos procedimentos da história fez parte da equação do conhecimento histórico. Daí resulta que o passado realmente vivido pela humanidade só pode ser postulado, tal como o númeno kantiano, na origem do fenômeno empiricamente conhecido. Ademais, se o vivido passado fosse-nos acessível, não seria objeto de conhecimento porque, quando era presente, esse passado era como nosso presente, confuso, multiforme, ininteligível. Ora, a história visa a um saber, a uma visão ordenada, estabelecida sobre cadeias de relações causais ou finalistas, sobre significados e valores. Quanto ao essencial, Marrou junta-se assim a Aron, no momento preciso em que este pronuncia a "dissolução do objeto", no sentido que já mencionamos acima⁸.

7. Aqui, Marrou distancia-se de um dos pensadores que ele mais admira, Collingwood. Mas talvez uma releitura de Collingwood o tornaria mais próximo da tese defendida aqui (cf. adiante na quarta parte).

8. Citando precisamente Aron, Marrou escreve: "Mas não, não existe uma realidade histórica pronta antes da ciência que conviria simplesmente reproduzir com fidelidade" (Aron, p. 120): a história é o resultado do esforço, num sentido criador, pelo qual o historiador, sujeito cognoscente, estabelece essa relação entre o passado que ele evoca e o presente que é o seu" (pp. 50-51).

O mesmo argumento, que proíbe conceber a história como reminiscência do passado, condena também o positivismo que é ovelha negra da nova historiografia francesa. Se a história é a relação do historiador com o passado, não se pode tratar o historiador como um fator perturbador que se acrescentaria ao passado e que seria preciso eliminar. O argumento metodológico, vê-se, duplica exatamente o argumento tirado da compreensão: se a hipercrítica atribui maior valor à suspeita do que à simpatia, seu humor moral está bem de acordo com a ilusão metodológica segundo a qual o fato histórico existiria em estado latente nos documentos e o historiador seria o parasita da equação histórica. Contra essa ilusão metodológica, é preciso afirmar que a iniciativa, em história, não pertence ao documento (Capítulo III), mas à questão colocada pelo historiador. Esta tem a prioridade lógica na investigação histórica.

Assim a obra de Marrou reforça a de Aron em sua luta contra o preconceito do passado *em si*. Ao mesmo tempo, assegura a ligação com a orientação antipositivista da escola dos *Anais*.

A contribuição da escola dos *Anais* a nosso problema difere grandemente da de Aron filósofo e mesmo da de Marrou historiador-filósofo, marcados pela problemática alemã do *Vers-tesen*. Com essa escola⁹, estamos diante da metodologia de historiadores profissionais, bem alheios à problemática da "compreensão". Os ensaios mais teóricos dos historiadores dessa escola são tratados de artesãos refletindo sobre seus ofícios.

O tom fora dado por Marc Bloch em *Apologia da história ou Ofício de Historiador*¹⁰, obra escrita longe das bibliotecas e interrompida aos dois terços de sua redação pelo pelotão nazista de execução em 1944. Esse livro inacabado quer ser "o manual de um artesão que sempre gostou de meditar sobre sua tarefa cotidiana, o caderno de notas de um companheiro, que longamente maneja a toesa e o nivelador, sem por isso considerar-se matemático" (p. 30). As hesitações, as audácias e as prudências do livro constituem ainda hoje seu valor. Tanto que são exata-

9. Para uma breve história da fundação, dos antecedentes e dos desenvolvimentos da escola dos *Anais*, ler-se-á o artigo "L'histoire nouvelle", por Jacques Le Goff em *La Nouvelle Histoire*, enciclopédia dirigida por Jacques Le Goff, Roger Chartier, Jacques Revel, Paris Retz-CEPL, 1978, pp. 210-241.

10. A obra teve até agora sete edições: a última contém um importante prefácio de Georges Duby (*Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*, Paris, Armand Colin, 1974).

mente essas "irresoluções" da própria historiografia que ele se compraz em acentuar¹¹.

Certamente, as narrativas constituem somente a classe dos "testemunhos voluntários" dos quais é preciso limitar o domínio sobre a história, com a ajuda destas "testemunhas a contragosto", que são todos os outros vestígios familiares ao arqueólogo e ao historiador da economia e das estruturas sociais. Mas essa ampliação sem fim das fontes documentais não impede que a noção de testemunho englobe a de documento e permaneça o modelo de toda observação "de vestígios" (p. 73). Daí resulta que a "crítica" será, quanto ao essencial, senão exclusivamente, uma crítica do testemunho, isto é, uma prova de veracidade, uma caça à impostura, quer seja engodo quanto ao autor e à data (isto é, falsidade, no sentido jurídico), quer engodo quanto ao fundo (isto é, plágio, fabulação, retoque, mercancia de preconceitos e de rumores). Esse lugar considerável dado à crítica do testemunho, às custas das questões de causa e de lei, que ocupam na mesma época a epistemologia de língua inglesa, deve-se essencialmente¹² à especificação da noção de traço pelo caráter *psíquico* dos fenômenos históricos: as condições sociais são, "na sua natureza profunda, mentais" (p. 158); daí resulta que "a crítica do testemunho que trabalha sobre realidades psíquicas permanecerá sempre uma arte de sutileza... mas é também uma arte racional, que repousa sobre a prática metódica de algumas grandes operações do espírito" (p.

11. Voltarei, na quarta parte, à questão que ocupa Marc Bloch, no seu Capítulo I, da relação entre "a história, os homens e o tempo". Que o historiador só conheça do passado o que nele é humano e se deixe definir como "ciência dos homens no tempo" (p. 50); que o tempo histórico seja ao mesmo tempo contínuo e dessemelhante; que a história deva se subtrair da obsessão pelas origens; que o conhecimento do presente seja impossível sem o do passado e reciprocamente — todos esses temas retornarão ao primeiro plano quando nos interrogarmos sobre os referenciais da história. Aqui, vamos nos limitar às abordagens epistemológicas que Marc Bloch vincula às suas reflexões rápidas sobre o objeto e, primeiro, ao estatuto das noções de *traço* e de *testemunho*. Sua audácia é seguramente a de ter vinculado suas principais anotações metodológicas à definição de história como "conhecimento por traços", segundo a expressão bem-sucedida de François Simiand. Ora, os traços sobre os quais se estabelece uma ciência dos homens no tempo são essencialmente os "relatórios das testemunhas" (p. 57). Logo, a "observação histórica" — título do Capítulo II — e a "crítica" — título do Capítulo III — serão essencialmente consagradas a uma tipologia e a uma criteriológica do testemunho. É notável que, na *Apologia da história*, a narrativa só apareça como uma das espécies de testemunho de que o historiador faz a crítica, a saber, os testemunhos intencionais, destinados à informação do leitor, e nunca como a forma literária da obra que o historiador escreve (cf. as ocorrências da palavra *narrativa*, pp. 55, 60, 97, 144).

12. O papel considerável do falso na história medieval explica também de modo contingente a amplitude dada à crítica do testemunho.

97). As prudências ou até a timidez da obra são a contrapartida dessa submissão da noção de documento à de testemunho; com efeito, até a subseção intitulada "Ensaio de uma lógica do método crítico" (pp. 97-116) permanece prisioneira de uma análise psicossociológica do testemunho, de resto muito refinada: quer essa arte racional coloque os testemunhos em contradição mútua, quer dose os motivos da mentira, permaneça herdeira dos métodos eruditos forjados por Richard Simon, os bollandistas e os beneditinos. Não é que o autor não tenha percebido e neste sentido antecipado o papel da crítica estatística; mas não viu que a lógica da probabilidade, tratada vinte anos mais cedo por Max Weber e retomada por Raymond Aron alguns anos antes, não se referia mais à crítica do testemunho, mas ao problema da causalidade em história¹³. Usá-la somente para desvelar e explicar as imperfeições do testemunho era, inevitavelmente, limitar seu alcance¹⁴.

A verdadeira abertura operada pela *Apologia da história* deve ser buscada, antes, nas anotações consagradas à "análise histórica" (título do Capítulo IV). Marc Bloch percebeu perfeitamente que a explicação histórica consistia essencialmente na constituição de cadeias de fenômenos semelhantes e no estabelecimento de suas interações. Esse primado da análise sobre a síntese¹⁵ permitiu ao autor estabelecer — sob a autoridade de uma citação de Focillon, o autor da admirável *Vida das formas* — o fenômeno de decalagem entre os aspectos assim distinguidos no fenômeno histórico global: político, econômico, artístico, aos quais retornaremos adiante com Georges Duby. E, princi-

13. "Avaliar a probabilidade de um acontecimento é medir as possibilidades que ele tem de se produzir" (p. 107). Marc Bloch não está longe de Weber e Aron quando observa a singularidade desse modo de raciocínio, que parece aplicar a previsão ao passado findo: "A linha do passado tendo sido, de algum modo, imaginariamente recuada, é um futuro de outrora construído sobre uma porção daquilo que, para nós, é atualmente o passado" (p. 107).

14. "No fim das contas, a crítica do testemunho apóia-se numa metafísica instintiva do semelhante e do dessemelhante, do um e do múltiplo" (p. 101). Resume-se assim no manejo do "princípio de semelhança limitada" (p. 103).

15. Uma única vez, a narrativa é associada à fase de reconstrução; protegida por uma citação de Michelet: "Mas era preciso um grande movimento vital, porque todos esses elementos diversos gravitam juntos na unidade da narrativa" (citado à p. 129). O que talvez faça a maior falta nessa *Apologia da história* é uma reflexão sobre a maneira pela qual a questão da explicação — portanto, da causalidade em história — articula-se com a da observação — portanto, do fato histórico e do acontecimento. E nesse ponto de articulação que uma reflexão sobre a narrativa e sobre o laço entre acontecimento e narrativa poderia ser esclarecedora.

palmente, deu-lhe oportunidade de uma notável discussão do problema da *nomenclatura* (pp. 130-155).

Esse problema é evidentemente ligado ao da classificação dos fatos; mas coloca o problema específico da propriedade da linguagem: seria necessário *denominar* as entidades do passado nos termos em que os documentos já as designam, correndo o risco de esquecer que "o vocabulário dos documentos não passa, ao seu modo, de um testemunho, portanto sujeito à crítica" (p. 138)? Ou então seria preciso projetar sobre elas termos modernos, com o risco de faltar, por anacronismo, à especificidade dos fenômenos passados e de eternizar, por arrogância, nossas categorias? Como se está vendo, a dialética do semelhante e do semelhante rege a análise histórica, assim como a crítica.

Essas visões penetrantes fazem lamentar mais ainda a interrupção violenta da obra no momento em que se engajaria na discussão do temível problema da relação causal em história. Ficamos com uma frase, que a suspensão torna mais preciosa: "As causas em história, não mais que alhures, postulam-se. Elas se buscam..." (p. 160)

O verdadeiro manifesto da escola dos *Anais* devia ser a obra-prima completa de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II*¹⁶.

Por preocupação de clareza didática, retirei dos ensaios de Braudel e dos historiadores de sua escola o que vai diretamente contra o segundo dos nossos pressupostos iniciais, a saber, que os acontecimentos são o que seres agentes fazem acontecer e, em conseqüência, partilham a contingência própria à ação. O que é colocado em questão é o modelo de ação implicado pela própria noção de "fazer acontecer" (e seu corolário, "sofrer") eventos. A ação, segundo esse modelo implícito, pode sempre ser atribuída a agentes individuais, autores ou vítimas dos acontecimentos. Mesmo se incluímos o conceito de interação no de ação, não saímos do pressuposto de que o autor da ação deve ser sempre um agente identificável.

16. Fernand Braudel, *La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, Armand Colin, 1949. A obra sofreu revisões importantes até a quarta edição, de 1979. O autor ademais reuniu num volume, *Écrits sur l'histoire*, Paris, Flammarion, 1969, extratos do prefácio de *Méditerranée...*, a "Aula inaugural" no Collège de France (1950), o artigo famoso dos *Anais* consagrado ao "longo prazo" (1958) e diversos outros ensaios tratando das relações entre a história e as outras ciências do homem.

O pressuposto tácito de que os acontecimentos são o que indivíduos fazem acontecer ou sofrem é arruinado por Braudel, ao mesmo tempo que dois outros pressupostos estreitamente ligados entre si (e que sofrem diretamente o fogo da crítica de Braudel e de seus sucessores): a saber, que o indivíduo é o portador último da mudança histórica e que as mudanças mais significativas são as mudanças pontuais, as mesmas que afetam a vida dos indivíduos em virtude de sua brevidade e instantaneidade. É a estas que Braudel reserva o título de acontecimentos.

Esses dois corolários explícitos acarretam um terceiro, que nunca é discutido por ele mesmo, a saber, que uma história de acontecimentos, uma história factual, só pode ser uma história-narrativa. História política, história factual, história-narrativa são a partir de então expressões quase sinônimas. O mais surpreendente, para nós que questionamos precisamente o estatuto narrativo da história, é que a noção de narrativa nunca seja questionada por si mesma, como o são o primado da história política e o do acontecimento. Limita-se a negar, no meandro de uma frase, a história-narrativa à moda de Ranke (vimos acima que para Marc Bloch a narrativa faz parte dos testemunhos voluntários, logo, dos documentos). Também nunca ocorreu a Lucien Febvre, fundador da escola dos *Anais* com Marc Bloch, que sua crítica veemente da noção de fato histórico¹⁷, concebido como átomo da história inteiramente dado pelas fontes, e a defesa em favor de uma realidade histórica construída pelo historiador aproximavam fundamentalmente a realidade histórica, assim criada pela história, da narrativa de ficção, esta também criada pelo narrador. É pois somente através da crítica de uma história política que põe em primeiro plano o indivíduo e o acontecimento, que se faz a crítica da história-narrativa. Só essas duas concepções são atacadas de frente.

Ao individualismo metodológico em ciências sociais, os novos historiadores opõem a tese de que o objeto da história não é o indivíduo, mas o "fato social total", termo inspirado em Marcel Mauss, em todas as suas dimensões humanas — econômica, social, política, cultural, espiritual etc. À noção de acontecimento, concebido como salto temporal, eles opõem a de um *tempo social* cujas categorias principais — conjuntura, estrutura,

17. "Leçon inaugurale" no Collège de France (1933), in *Combats pour l'histoire*, Paris, Armand Colin, 1953, p. 7. Não existe o verbete "narrativa" ou "narrativo" na enciclopédia *La Nouvelle Histoire*.

tendência, ciclo, crescimento, crise etc — são inspiradas na economia, na demografia, na sociologia.

O importante é apreender a conexão entre os dois tipos de contestação: a do primado do indivíduo como último átomo da investigação histórica e a do primado do acontecimento, no sentido pontual da palavra, como átomo último da mudança social.

Essas duas rejeições não resultam de alguma especulação sobre a ação e o tempo, são a consequência direta do deslocamento do eixo principal da investigação histórica da história política em direção à história social. É, com efeito, na história política, militar, diplomática, eclesiástica que os indivíduos — chefes de Estado, chefes de guerra, ministros, diplomatas, prelados — supostamente fazem a história. É aí também que reina o acontecimento, assimilável a uma explosão. “História de batalhas” e “história factual” (segundo a expressão forjada por Paul Lacombe e retomada por François Simiand e Henri Berr¹⁸) caminham juntas. Primado do indivíduo e primado do acontecimento pontual são os dois corolários obrigatórios da preeminência da história política.

É notável que essa crítica da história factual não resulte absolutamente da crítica filosófica de uma concepção ela própria filosófica da história, como na tradição hegeliana. Resulta antes de um combate metodológico contra a tradição positivista que prevalecia nos estudos históricos na França no primeiro terço do século. Para essa tradição, os acontecimentos principais já estão consignados nos arquivos, os quais aliás já estão instituídos e constituídos em torno de peripécias e de acidentes que afetam a distribuição do poder. É assim que a dupla denúncia da história de batalhas e da história factual constitui o reverso polêmico de uma defesa em favor de uma história do fenômeno humano total, com um forte acento, contudo, nas suas condições econômicas e sociais. Quanto a isso, os trabalhos mais marcantes e sem dúvida mais numerosos da escola histórica francesa são consagrados à história social, na qual grupos, categorias e classes sociais, cidades e campos, burgueses, artesãos, camponeses e operários tornam-se os heróis coletivos da história. Com Braudel, a história torna-se até uma geo-história, da qual o herói é o Mediterrâneo e o mundo

mediterrânico, antes que lhe suceda, com Huguette e Pierre Chaunu, o Atlântico entre Sevilha e o Novo Mundo¹⁹.

É nesse contexto crítico que nasceu o conceito de “longo prazo” oposto ao de acontecimento, entendido no sentido de “prazo breve”. No seu prefácio a *Mediterrâneo...* depois na sua “Aula inaugural” no *Collège de France* em 1950, e ainda no seu artigo dos *Anais*, “O longo prazo”, Braudel não cessou de bater na mesma tecla. A história mais superficial é a história na dimensão do indivíduo. A história factual é a história com oscilações breves, rápidas, nervosas; é a mais rica em humanidade, mas a mais perigosa. Sob essa história e seu tempo individual desenrola-se “uma história lentamente ritmada” (*ibid.*, p. 11) e seu “longo prazo” (*ibid.*, p. 4): é a história social, a dos grupos e das tendências profundas. Esse longo prazo, é o economista quem a ensina ao historiador; mas o longo prazo é também o tempo das instituições políticas e o das mentalidades. Enfim, mais profundamente escondida, reina “uma história quase imóvel, a do homem nas suas relações com o meio que o cerca” (p. 11); para essa história, é preciso falar de um “tempo geográfico” (p. 13).

Essa sobreposição de durações é uma das contribuições mais notáveis da historiografia francesa à epistemologia da história — na falta de uma discussão mais refinada das idéias de causa e de lei.

A idéia de que o indivíduo e o acontecimento exigem ser superados simultaneamente será o ponto forte da Escola. Com Braudel, a defesa da história torna-se uma defesa da “história anônima, profunda e silenciosa” (p. 21) e por isso mesmo, de um “tempo social de mil velocidades, mil lentidões” (“Aula inaugural” in *Escritos sobre a história*, p. 24). Uma defesa e um credo: “Creio assim na realidade de uma história particularmente lenta das civilizações” (p. 24). Mas é o ofício de historiador, não a reflexão filosófica, afirma o autor em “O longo prazo”, que sugere “essa oposição viva”, no coração da realidade social, “entre o instante e o tempo lento a se escoar” (p. 43). A consciência dessa pluralidade do tempo social deve tornar-se um componente da metodologia comum a todas as ciências do homem. Levando o axioma à vizinhança do paradoxo, o autor chega a dizer: “A ciência social tem quase horror do

18.P. Lacombe, *De l'histoire considérée comme une science*, Paris, Hachette, 1894, F. Simiand, “Méthode historique et science sociale”, *Revue de synthèse historique*, 1903, pp. 1-22, 129, 157; H. Berr, *L' Histoire traditionnelle et la Synthèse historique*, Paris, Alcan, 1921.

19.P. Chaunu, *Séville et l' Atlantique (1504-1650)*, 12 vols., Paris, SEVPEN, 1955-1960.

acontecimento. Não sem razão: o tempo curto é o mais caprichoso, o mais enganador dos prazos” (p. 46).

O leitor epistemólogo pode ser surpreendido pela ausência de rigor das expressões características da pluralidade das temporalidades. Assim, o autor não fala somente de tempo curto ou de tempo longo, ou seja, de diferenças quantitativas entre lapso de tempo, mas de tempo *rápido* e de tempo *lento*. Ora, absolutamente falando, a velocidade não se diz dos intervalos de tempo, mas dos movimentos que os percorrem.

Ora, é bem desses movimentos de que se trata, em última análise. Algumas metáforas, induzidas pela imagem da rapidez ou da lentidão, o confirmam. Começamos por aquelas que marcam a depreciação do acontecimento, sinônimo de tempo curto: “Uma agitação de superfície, as vagas que as marés levantam com seu poderoso movimento — uma história de oscilações breves, rápidas, nervosas” (“Prefácio”, *Escritos sobre a história*, (p. 12)); “Desconfiemos dessa história ainda fervente, tal como os contemporâneos a sentiram, descreveram, viveram, no ritmo de sua vida, breve como a nossa” (*ibid.*); “Um mundo cego, como qualquer mundo vivo, como o nosso, despreocupado com histórias profundas, com suas águas vivas sobre as quais nossa barca desliza como o mais ébrio dos navios” (*ibid.*). Todo um grupo de metáforas falam do engodo do tempo curto: “sortilégios”, “fumaça”, “capricho”, “luzes sem claridade”, “tempo curto de nossas ilusões”, “falaciosas ilusões” de Ranke. Outros exprimem sua pretensão tagarela: “reagir contra a história inteiramente reduzida ao papel dos heróis quintessenciais”, “contra a orgulhosa palavra unilateral de Treitschke: os homens fazem a história” (“Aula inaugural”, *Escritos*, p. 21). A história tradicional, a história-narrativa cara a Ranke: “luzes, mas sem claridade, fatos, mas sem humanidade”. E agora, as metáforas que falam do “valor excepcional do tempo longo” (“O longo prazo”, p. 44): “Essa história anônima, profunda e freqüentemente silenciosa, a que faz os homens mais que os homens a fazem” (“Aula inaugural”, *Escritos*, p. 21); “uma história pesada cujo tempo não se coaduna mais com nossas antigas medidas” (*ibid.*, p. 24); “esta história silenciosa, mas imperiosa, das civilizações” (*ibid.*, p. 29).

O que ocultam, o que revelam pois essas metáforas? Primeiro, uma preocupação com a *veracidade* tanto quanto com a *modéstia*: a confissão de que não fazemos a história, quando se entende por “nós” os grandes homens da história mundial, segundo Hegel. Logo, a vontade de tornar visível e audível o impulso de um tempo profundo, que o clamor do drama eclipsou

e reduziu ao silêncio. Se agora escavamos sob essa vontade, o que encontramos? Duas apercepções diversas, mantidas em equilíbrio.

De um lado, a favor da lentidão, do peso, do silêncio do tempo longo, a história tem acesso a uma inteligibilidade que só pertence ao longo prazo, a uma coerência que só é própria dos equilíbrios duráveis, em suma, a uma espécie de estabilidade na mudança: “Realidade de longa, inesgotável duração, as civilizações, readaptadas sem fim a seu destino, superam pois em longevidade todas as outras realidades coletivas; elas sobrevivem a estas” (“História e tempo presente”, em *Escritos*, p. 303). Falando de civilizações, acontece ao autor designá-las como “uma realidade que o tempo usa mal e veicula muito lentamente”. Sim, “as civilizações são realidades de muito longo prazo” (p. 303). O que Toynbee, a despeito de todo o mal que se possa dizer dele, viu perfeitamente: “Vinculou-se a certas destas realidades que não acabam mais de viver; vinculou-se a eventos que repercutem violentamente a séculos de distância e em homens bem acima do homem, ou Jesus, ou Buda, Maomé, homens também de longo prazo” (p. 284). À fumaça do acontecimento opõe-se a rocha da duração. Principalmente quando o tempo se inscreve na geografia, se recolhe na perenidade das paisagens: “Uma civilização é, em primeiro lugar, um espaço, uma era cultural..., um alojamento (p. 292); “O longo prazo é a história interminável, impossível de se desgastar, das estruturas e grupos de estruturas” (“História e Sociologia”, *ibid.*, p. 114). Dir-se-ia que aqui Braudel atinge, através da noção de prazo, menos o que muda que o que permanece: o que o verbo durar diz melhor que o substantivo prazo. Para além desse respeito pela grande lentidão das mudanças verdadeiras, deixa-se adivinhar uma sabedoria discreta, oposta ao frenesi do acontecimento.

Mas a apercepção adversa aparece a partir do momento em que a matemática social propõe aplicar ao longo prazo suas estruturas acrônicas, seus modelos intemporais. Contra essa pretensão e essa tentação, o historiador permanece o guardião da mudança. Pode bem opor ao recitativo tradicional um “recitativo da conjuntura”, permanece que “bem além desse segundo recitativo, situa-se uma história de fôlego mais acentuado ainda, desta vez de amplitude secular: a história de longo, até de muito longo prazo” (pp. 44-45). Mas o prazo, mesmo o mais longo prazo, permanece prazo. E é aí que o historiador vela, no limiar em que a história poderia cair na sociologia. Vê-se isso na seção do ensaio “O longo prazo” (1958) consagrada às matemáticas sociais (*Escritos*, p. 61 ss.) e no ensaio “História e Sociologia” (p.

97 ss.). "Na linguagem da história", protesta Braudel, "quase não pode existir sincronia perfeita" (p. 62). Os sociólogos matemáticos podem bem construir modelos quase intemporais: "quase intemporais, isto é, na verdade, circulam por rotas obscuras e inéditas do muito longo prazo" (p. 66). De fato, os modelos são de duração variável: "Valem o tempo que vale a realidade que registram..., porque mais significativos ainda que as estruturas profundas da vida são os seus pontos de ruptura, sua brusca ou lenta deterioração sob o efeito de pressões contraditórias" (p. 71). O que conta para o historiador é finalmente o percurso de um modelo; a metáfora marinha volta aqui com força: "O naufrágio é sempre o momento mais significativo" (p. 72). Os modelos das matemáticas qualitativas prestam-se mal às viagens no tempo, "antes de tudo porque circulam sobre uma única das inumeráveis rotas do tempo, o do longo, *muito longo* prazo, ao abrigo dos acidentes, das conjunturas, das rupturas" (p. 72). É o caso dos modelos construídos por C. Lévi-Strauss: a cada vez, aplicam-se a "um fenómeno de uma extrema lentidão, como que intemporal" (p. 73); a proibição do incesto é uma dessas realidades de muito longa duração. Os mitos, lentos em se desenvolver, correspondem também a estruturas de uma extrema longevidade. Assim, os mitemas, esses átomos de inteligibilidade, conjugam o infinitamente pequeno ao muito longo prazo. Mas, para o historiador, o muito longo prazo é "o longuíssimo prazo" (p. 75), que não poderia fazer esquecer "o jogo múltiplo da vida, todos os seus movimentos, todas as suas durações, todas as suas rupturas, todas as suas variações" (p. 75).

Eis pois o teórico do longo prazo engajado num combate em duas frentes: do lado do acontecimento, e do lado do longuíssimo prazo. Tentaremos dizer no Capítulo 3 em que medida esta apologia do longo prazo e sua dupla recusa permanecem compatíveis com o modelo narrativo da tessitura da intriga. Se tal fosse o caso, o ataque contra a história factual não seria a última palavra do historiador sobre a própria noção de acontecimento, na medida em que importa mais a um acontecimento que ele contribua para o progresso de uma intriga do que seja breve e nervoso, ao modo de uma explosão²⁰.

Depois de Braudel, toda a escola dos *Anais* engolfou-se na brecha do longo prazo. Gostaria de deter-me num dos desenvol-

20. Compararei mais adiante (Cap. 3 pp. 420-446) a prática braudeliana, em *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico na época de Felipe II*, às declarações teóricas de *Escritos sobre a história*, aos quais me limito aqui.

vimentos mais significativos da historiografia francesa contemporânea, a introdução maciça, na história, dos procedimentos quantitativos tomados emprestado da economia e estendidos à história demográfica, social, cultural e até espiritual. Com esse desenvolvimento, um pressuposto maior quanto à natureza do evento histórico é colocado em questão, a saber, que, sendo único, o evento não se repete.

A história quantitativa, com efeito, é fundamentalmente uma "história social" — segundo a expressão que Pierre Chaunu tornou clássica²¹: ela repousa na constituição de séries homogêneas de *itens*, ou seja, de fatos repetíveis, eventualmente acessíveis ao tratamento por computador. Todas as categorias principais do tempo histórico podem, pouco a pouco, ser redefinidas sobre uma base "serial". Assim, a *conjuntura* passa da história econômica à história social e daí à história geral, a partir do momento em que esta pode ser concebida como um método para integrar *num dado momento* o maior número possível de correlações entre séries distantes²². Do mesmo modo, a noção de estrutura, estendida pelos historiadores ao duplo sentido, estático, de arquitetura relacional de um conjunto dado, e dinâmico, de uma estabilidade durável, só conserva alguma precisão se puder ser relacionada à intersecção de numerosas variáveis que pressupõem, todas, uma colocação em série. Assim, conjuntura tende a designar simplesmente o tempo curto, estrutura, o tempo muito longo, mas numa perspectiva de história "serial". Tomadas conjuntamente, as duas noções tendem também a designar uma polaridade da investigação histórica, caso a vitória sobre o accidental e o factual seja levada até a absorção da conjuntura na estrutura, ou que o longo prazo — geralmente privilegiado pela historiografia francesa — recuse dissolver-se no tempo imóvel das "sociedades frias" (*A Nova História*, p. 527).

Ora, de uma maneira geral, os historiadores — e particularmente os especialistas em história econômica —, diversamente de seus colegas economistas ou sociólogos, insistem em conservar até na noção de estrutura sua coloração temporal. A noção de "longo prazo" ajudou-os, nessa luta em duas frentes, a

21. Pierre Chaunu, *Histoire quantitative, Histoire sérielle*, op. cit.

22. O conceito de conjuntura, forjado pelos economistas, "exprime a vontade de superar o descontínuo das diversas curvas estabelecidas pelos estatísticos para apreender a interdependência de todas as variáveis e dos fatores isolados num momento dado e para seguir — logo, prever — sua evolução no tempo" ("Structure/conjuncture", in *La Nouvelle Histoire*, op. cit., p. 525).

resistir à completa descronologização dos modelos e à fascinação pelo acontecimento acidental e isolado. Mas, como a primeira tentação vinha das ciências sociais vizinhas e a segunda, da própria tradição histórica, é no combate em torno do acontecimento que a luta sempre foi mais ardente; em grande parte, o desenvolvimento da história econômica foi uma resposta ao desafio colocado pela grande depressão de 1929, por meio de uma análise de longo termo que despojaria o acontecimento de sua singularidade catastrófica. Quanto à luta no terreno das estruturas econômicas, ela nunca está inteiramente ausente do quadro: ante o desenvolvimento da economia puramente quantitativa de Simon Kuznets e Jean Marczewski, a história social foi obrigada a se distinguir da história puramente quantitativa, à qual se critica o encerrar-se no quadro *nacional*, adotando como modelo a contabilidade nacional. O que a história quantitativa dos economistas sacrifica no altar das ciências exatas é precisamente o tempo longo, reconquistado a duras penas às custas do tempo dramático do acontecimento. É por isso que a ancoragem nos grandes espaços e a aliança com a geopolítica de Braudel eram necessárias para que a história serial permanecesse fiel ao longo prazo e, graças a essa mediação, permanecesse enxertada no tronco da história tradicional. É por isso também que a conjuntura e estrutura, mesmo quando são colocadas em oposição, marcam na diacronia o primado de uma lógica imanente sobre o acidental e o acontecimento isolado.

Ernest Labrousse, trilhando a senda aberta por François Simiand²³, com sua história dos preços, foi o primeiro historiador a incorporar em sua disciplina a noção de conjuntura e de estrutura²⁴. Ao mesmo tempo, mostrava o caminho da ampliação desse campo aberto à quantidade, conduzindo sua disciplina da história econômica à história social na base de investigações socioprofissionais. Para E. Labrousse, a estrutura é social: concerne ao homem nas suas relações com a produção e os outros homens, nos seus círculos de sociabilidade que chama de classes. Desde 1950, ele enfrenta a quantidade social, marcando assim o êxodo do utensílio estatístico em direção a regiões mais rebeldes à quantificação. A "quantidade social" é a passagem do

23. A "Introdução Geral" a *La Crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution française*, Paris, PUF, 1944, foi o Discurso sobre o Método da história econômica.

24. Segundo o testemunho de Pierre Chaunu, "Labrousse marcava os limites do significado de uma conjuntura que só pode falar no interior de uma estrutura" (*Histoire quantitative, Histoire sérielle, op. cit.*, p. 125).

primeiro nível, o nível econômico, ao segundo nível, o nível social, na linha autêntica de Marx, mas sem preocupação com a ortodoxia marxista. Como modelo de análise, a história econômica revelava-se assim grávida de um desenvolvimento arborescente: do lado da demografia e, até, como se verá adiante, do lado dos fenômenos socioculturais, das mentalidades — o terceiro nível, segundo Labrousse.

A metodologia da história econômica marcava uma continuidade, mais que uma ruptura, com o combate antipositivista de Marc Bloch e de Lucien Febvre. Com efeito, o que os fundadores da escola dos *Anais* gostariam de ter combatido era, primeiro, a fascinação pelo acontecimento único, não-repetível; em seguida, a identificação da história com uma crônica melhorada do Estado, enfim — talvez principalmente —, a ausência de critério de escolhas, logo de *problemática*, na elaboração do que conta como "fatos" na história. Os fatos, esses historiadores não cessam de repeti-lo, não são dados nos documentos, mas os documentos são selecionados em função de uma problemática. Os próprios documentos não são dados: os arquivos oficiais são instituições que refletem uma escolha implícita em favor da história concebida como compilação de acontecimentos e como crônica do Estado. Essa escolha não sendo declarada, o fato histórico pôde parecer ser regido pelo documento e o historiador, receber seus problemas desses dados.

Nessa conquista do campo histórico inteiro pela história quantitativa (ou serial), uma menção especial deve ser feita à história demográfica, em virtude mesmo de suas implicações temporais. Para essa ciência, o que importa é primeiro o número dos homens, e a contagem desses números na escala de substituição das gerações no planeta. A demografia histórica, isto é, a demografia em perspectiva temporal, cataloga a evolução biológica da humanidade considerada como uma única massa²⁵. Ao mesmo tempo, faz aparecer ritmos mundiais de população que instalam o longo prazo na escala do meio milênio e recolocam em questão a periodização da história tradicional. Enfim, a demografia, reassumida pelo historiador, esclarece a ligação entre o nível de povoamento e os níveis de cultura e de civilização²⁶.

25. "No princípio, houve a economia, mas, no coração de tudo, há o homem, o homem ante si mesmo, logo ante a morte, na sucessão das gerações, logo na demografia" (P. Chaunu, "La voie démographique et ses dépassements", in *Histoire quantitative, Histoire sérielle, op. cit.*, p. 169).

26. A obra de P. Goubert, *Beauvais et Beauvaisis de 1600 a 1730*, Paris, SEVPEN, 1960 (reeditada com o título de *Cent Mille Provinciaux au XVII^e siècle*, Paris, Flammarion, 1969), marca, quanto a isso, a total integração

Nesse sentido, a demografia histórica assegura a transição entre uma história serial de nível econômico e uma história serial de nível social, depois de nível cultural e espiritual, para retomar os três níveis de E. Labrousse.

Por nível social é preciso entender um vasto leque de fenômenos, indo do que Fernand Braudel chama em sua outra obra-prima²⁷ de *civilização material* até aquilo que outros chamam de *histórias das mentalidades*. A civilização material constitui um verdadeiro subconjunto por seu caráter englobante (gestos, hábitat, alimentação etc). É por isso que a ordenação por níveis das temporalidades segundo o modelo de *O Mediterrâneo...* mostra-se ser-lhe perfeitamente apropriada, tanto quanto a pertinência do tempo longo e das séries numeradas²⁸.

Essa breve incursão no campo do quantitativo em história só teve um objetivo: mostrar a continuidade da luta da historiografia francesa contra a história factual e, em conseqüência, contra uma maneira diretamente narrativa de escrever a história. Ora, é notável que a história nova, para se liberar do domínio do acontecimento, deva se acoplar com uma outra disciplina, para a qual o tempo não é uma preocupação maior. Vimos a história de longo prazo nascer da acoplagem com a geografia, e a história quantitativa, na medida em que é também uma história de longo prazo, da acoplagem com a economia. Essa acoplagem da história com uma outra ciência torna mais aguda a questão de saber em que a história permanece histórica nesse casamento de conveniência. Ora, a cada vez, a relação com o acontecimento fornece uma pedra de toque apropriada.

É o caso da *antropologia histórica*, que se empenha em transferir à distância histórica o tipo de desarraigamento que dá ao antropólogo a distância geográfica e em reconquistar, para além, pois, da cultura científica, os costumes, o gesto, o imaginário, em suma, a cultura popular. A obra típica é aqui a de J.

da história demográfica e da história econômica no quadro da monografia regional. Nesse sentido, foi talvez principalmente a história demográfica que permitiu unir à idéia de estrutura a de síntese de civilização e delimitar um tal sistema cinco vezes secular, estendendo-se do início do século XVIII ao início do século XX, ou seja, ao fim da Europa rural. Mas o contorno desse sistema de civilização só aparece se a demografia não se limitar a contar homens, se visar destacar características culturais e não naturais, que regulam o difícil equilíbrio desse sistema.

27. *Civilisation matérielle, Économie et Capitalisme (XV^e XVIII^e siècle)*, t. I, *Les structures du quotidien*, t. II, *Les jeux de l'échange*, t. III, *Le Temps du Monde*, Paris, Armand Colin, 1967-1979.

28. Cf. adiante Cap. 3, pp. 420 ss.

Le Goff no *Para uma outra Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente*: o autor nela propõe-se a constituir "uma antropologia histórica do Ocidente pré-industrial"²⁹ (p. 15).

O filósofo não pode deixar de se interessar pelo que aí é dito precisamente do tempo: não do tempo dos eventos narrados, mas precisamente do tempo tal como é *representado* pelos homens da Idade Média. É divertido que seja justamente a representação do tempo que, para o historiador, constitua o acontecimento: "O conflito entre o tempo da Igreja e o tempo dos mercadores afirma-se... no coração da Idade Média, como um dos acontecimentos principais da história mental destes séculos, onde se elabora a ideologia do mundo moderno, sob a pressão do deslizamento das estruturas e das práticas econômicas" (p. 48). Para ter acesso a esse tempo dos homens, tornado objeto para o historiador-antropólogo, e em particular para marcar o avanço do tempo dos mercadores, é preciso interrogar os manuais de confissões nos quais se seguem as mudanças na definição e na categorização dos pecados. Para apreciar o abalo mental e espiritual do quadro cronológico, é preciso demarcar o nascimento e a difusão dos relógios que substituem por um tempo exato a jornada do trabalho rural e as horas canônicas ritmadas pelo som dos sinos. Mas é principalmente quando a oposição entre cultura científica e cultura popular é tomada como eixo da problemática que o historiador torna-se antropólogo. A questão é então de saber em que esta história permanece histórica. Permanece histórica pelo fato de que o longo prazo permanece prazo. Quanto a isso, a desconfiança do autor em relação ao vocabulário da diacronia — problemática importada da semiologia e da antropologia estrutural — recorda a de Braudel quanto aos modelos lévi-straussianos³⁰.

Na verdade o que interessa ao historiador são não somente os "sistemas de valor" e suas resistências às mudanças, mas também suas mutações. Voltarei, no fim do Capítulo 3, a uma

29. J. de Goff, *Pour un autre Moyen Age. Temps, travail et culture en Occident: Dix-huit Essais*, Paris, Gallimard, 1977. A obra pertence à história de longo prazo: o autor se compraz em evocar "a longa Idade Média", "o longo prazo pertinente de nossa história" (p. 10). Retornarei a certas declarações de Le Goff concernentes à relação entre esta Idade Média "total", "longa", "profunda" e nosso presente, na quarta parte de minha exposição.

30. Recusando a "abandonar-se a uma etnologia fora do tempo" (p. 347), Le Goff vê a diacronia operar "segundo sistemas abstratos de transformação muito diferentes dos esquemas de evolução de que se serve o historiador para tentar abordar o *dévir* das sociedades concretas que ele estuda" (p. 346). O problema, segundo ele, é superar o "falso dilema estrutura-conjuntura e, principalmente, estrutura-acontecimento" (p. 347).

sugestão que arrisco agora à espera da discussão: podemos com efeito questionar se, para permanecer histórica, a história não deve elaborar em quase-acontecimentos as mutações lentas que ela abrevia na sua memória, por um efeito de aceleração cinematográfica. Le Goff não trata do conflito principal relativo à própria apreciação do próprio tempo como “um dos eventos principais da história mental destes séculos?” Só poderemos fazer justiça a essa expressão quando estivermos em condições de dar um quadro epistemológico ao que eu chamo aqui, provisoriamente, de um quase-acontecimento³¹.

Um outro tipo de acoplagem da história com ciências para as quais o tempo não é uma categoria primordial exprime-se na *história das mentalidades*. As ciências de referência são aqui principalmente a sociologia das ideologias, de origem marxista, a psicanálise de tipo freudiano (às vezes, mas raramente, de tipo junguiano), a semântica estrutural e a retórica dos discursos. O parentesco com a história antropológica é evidente. A escuta das ideologias, do inconsciente coletivo, das falas espontâneas confere à história um sentido da estranheza, da distância e da diferença comparável ao que dava, há pouco, o olhar do antropólogo. É ainda o homem cotidiano, freqüentemente privado da palavra pelo discurso dominante, que redescobre a palavra através da história. Essa modalidade de racionalidade histórica marca ao mesmo tempo o esforço mais interessante para levar o quantitativo ao terceiro nível, o das atitudes quanto ao sexo, ao amor, à morte, ao discurso falado ou escrito, às ideologias e às religiões. Para permanecer serial, essa história devia encontrar documentos apropriados ao estabelecimento de séries homogêneas de fatos assimiláveis. Aqui, como já na história econômica, o historiador é o inventor de um tipo de documentos: outrora eram os mercuriais, depois os dízimos. Eis agora a produção escrita, os cadernos de condolências, os registros paroquiais, as dispensas eclesiásticas e principalmente os testamentos — “estes velhos documentos adormecidos”, como já foi dito³².

A questão do tempo histórico retorna então sob uma nova forma: segundo Chaunu, o instrumento quantitativo só é o mediador destinado a fazer aparecer uma estrutura, ou melhor, uma mutação ou até mesmo o fim de uma estrutura, cujo ritmo

de desagregação é submetido à pesagem fina. É assim que o quantitativo salva o qualitativo, mas “um qualitativo triado e homogeneizado” (“Um campo para a história serial: a história de terceiro nível”, retomado em op. cit., p. 227). É pois por sua qualidade temporal de estabilidade, de mutação, de desagregação, que as estruturas entram no campo da história.

Georges Duby, cuja obra ilustra excelentemente a história das mentalidades, coloca o problema em termos semelhantes. De um lado, retoma a definição da ideologia por Althusser: “um sistema (possuindo sua lógica e seu rigor próprios) de representações (imagens, mitos, idéias ou conceitos segundo os casos) dotado de uma existência e de um papel histórico no interior de uma determinada sociedade”³³ (p. 149). É então como sociólogo que ele caracteriza as ideologias como globalizantes, deformadoras, concorrentes, estabilizantes, geradoras de ação. Esses traços não se referem à cronologia e à narração. Mas a sociologia cede lugar à história na medida em que os sistemas de valor “possuem sua própria história, cuja aparência e cujas fases não coincidem com as do povoamento e dos meios de produção” (*ibid.*). E é efetivamente o historiador que está interessado na transformação das estruturas, seja sob a pressão das mudanças nas condições materiais e nas relações vividas, seja em favor dos conflitos e das contestações.

Gostaria de terminar essa revisão das contribuições da historiografia francesa para a exploração do tempo histórico pela evocação dos trabalhos consagrados às relações entre o homem e a morte. É talvez o exemplo mais significativo e mais fascinante dessa reconquista do qualitativo pelo quantitativo. O que há de mais íntimo, com efeito, o que há de mais solitário, o que há de mais integrado à vida do que a morte, ou, antes, o morrer? Mas o que há de mais público do que as atitudes em face da morte, inscritas nas disposições testamentárias? O que há de mais social que as antecipações pelo vivo do espetáculo de seus próprios funerais? O que há de mais cultural do que as representações da morte? Compreende-se a partir daí que a tipologia de Philippe Ariès, no seu grande livro *O homem diante da Morte*³⁴, e seu modelo em quatro tempos (morte aceita do patriarca da Antiga Aliança, do bravo cavaleiro das Canções

31. Cf. adiante Capítulo 3, pp. 417 ss.

32. Cf. Vovelle, *Piété baroque et Déchristianisation en Provence au XVIII^e siècle, les attitudes devant la mort d'après les clauses des testaments*, Paris, Plon, 1973. Chaunu, *La Mort à Paris, XVI^e, XVII^e, XVIII^e siècles*, Paris, Fayard, 1978.

33. “Histoire sociale et ideologie des sociétés”, in *Faire de l'histoire*, sob a direção de Jacques Le Goff et Pierre Nora, Paris, Gallimard, 1974, t I, *Nouveaux problèmes*, p. 149.

34. Philippe Ariès, *L'Homme devant la mort*, Paris, Éd. du Seuil, 1977.

de gesta, do camponês de Tolstoi; morte barroca dos séculos XVI e XVII; morte intimista dos séculos XVIII e XIX; morte proibida e dissimulada das sociedades pós-industriais) tenham podido ao mesmo tempo fornecer uma articulação conceitual a estudos seriais, como os de Vovelle e de Chaunu, e receber destes a única verificação de que a história é capaz na ausência de toda experimentação do passado, a saber, a frequência cifrada do repetível. Quanto a isso, a história da morte é talvez não somente o ponto extremo atingido pela história serial, mas talvez de toda história, por razões que eu discutirei na quarta parte³⁵.

2. O eclipse da compreensão: o modelo "nomológico" na filosofia analítica de língua inglesa

Deixando a metodologia dos historiadores franceses pela epistemologia da história nascida do positivismo lógico, mudamos de universo de pensamento (algumas vezes também, mas nem sempre, de continente). Não é a prática da história que alimenta a argumentação, mas a preocupação, mais normativa que descritiva, de afirmar a *unidade da ciência* na tradição do Círculo de Viena. Ora, essa defesa da unidade da ciência é

35. Michel Vovelle propõe um balanço crítico das aquisições e impasses de vinte anos de história de "longo prazo", desde o artigo célebre de Fernand Braudel de 1958 ("A história e o longo prazo") in *La Nouvelle Histoire*, pp. 316-343. Concedendo que "a morte de uma certa história historicizante é hoje um fato consumado" (p. 318), ele se pergunta se o acontecimento combatido por Braudel desapareceu por isso do tempo histórico. Duvida de que o modelo do encaixe do tempo, praticado por Braudel, possa ser transposto aos outros domínios históricos, a começar pela história social. De um lado, a heterogeneidade dos ritmos e as décalagens entre prazos tendem a arruinar a idéia de história total. De outro, a polarização entre a quase imobilidade de grandes estruturas mentais e o retorno do acontecimento, carregado pelo valor recente das idéias de ruptura, de trauma, de corte, de revolução, colocaria em questão a própria idéia de uma escala graduada de prazo. Assim a história mais contemporânea parece em busca de uma nova dialética entre o tempo curto e o tempo longo, de uma "concordância dos tempos" (p. 341). Voltarei, no Capítulo 3 desta segunda parte a este problema que talvez não tenha sua solução no plano do ofício do historiador, mas no de uma reflexão mais sutil sobre a intencionalidade histórica. Fora desta reflexão, a honestidade intelectual do historiador consiste decerto em rejeitar tanto a história imóvel quanto o evento-ruptura e, neste vasto intervalo, em dar livre curso à profusão dos tempos históricos, segundo o objetivo considerado e o método escolhido requieram. Assim vê-se o mesmo autor, Emmanuel Le Roy Ladurie, ilustrar alternativamente o tempo curto e até a forma narrativa com seu famoso *Montaillou, village occitan de 1294 a 1324*, Paris, Gallimard, 1975, e o longo prazo, com o *Paysans du Languedoc*, Mouton, 1966, ed. abreviada, Flammarion, 1959 e até o longuíssimo prazo com o *Histoire du climat depuis l'An Mil*, e com *Le Territoire de l'historien*, quarta parte, a história sem os homens: *Le Climat, nouveau domaine de Clío*, Paris, Gallimard, 1973.

incompatível com a distinção estabelecida por Windelband entre método "idiográfico" e método "nomotético"³⁶. A relação da história com a narrativa não está diretamente em causa durante a primeira fase do debate, nos anos 40 e 50. Mas a própria possibilidade de derivar a história da narrativa é solapada na base por uma argumentação essencialmente dirigida contra a tese da irreducibilidade da "compreensão" à "explicação" que, na filosofia crítica da história do começo do século na Alemanha, prolonga a distinção entre método idiográfico e método nomotético³⁷. Se acreditei poder colocar sob o mesmo título de *eclipse da narrativa* dois ataques vindos de horizontes tão diferentes como a historiografia francesa vinculada à escola dos *Anais* e a epistemologia saída da filosofia analítica de língua inglesa — em continuidade, nesse ponto, à epistemologia herdada do Círculo de Viena — é porque uma e outra tomam como pedra de toque a noção de acontecimento e consideram admitido que a sorte da narrativa está selada ao mesmo tempo que a do evento, compreendido como átomo da mudança histórica. Isso é tão verdadeiro que a questão do estatuto narrativo da história, que nunca foi um desafio na primeira fase de discussão epistemológica, única considerada aqui, só passou ao primeiro plano, ao menos no mundo anglo-saxão, mais tarde, em favor da batalha em torno do modelo nomológico e a título de contra-exemplo oposto a esse modelo. Esse diagnóstico é confirmado pelo caso do único historiador francês — Paul Veyne — que defendeu um retorno à noção de intriga em história: por ele também, veremos, esse retorno está ligado a uma crítica veemente de qualquer pretensão à cientificidade que seria incompatível com o estatuto "sub-lunar" da história (para imitar Aristóteles, reabilitando ao mesmo tempo Max Weber!).

Como a discussão ulterior deveria confirmar, o ataque contra a compreensão entre os partidários do modelo nomológico tem o mesmo resultado, senão o mesmo preço, que o ataque contra o acontecimento entre os historiadores do longo prazo: o eclipse da narrativa.

36. Wilhelm Windelband, "*Geschichte und Naturwissenschaft*", Discurso de Estrasburgo, 1894, reproduzido em *Präudien: Aufsätze und Reden zur Philosophie und ihrer Geschichte*, vol. II, Tübingen, J.B.C. Mohr, 1921, pp.136-160.

37. Cf. Raymond Aron, *La Philosophie critique de l'histoire Dilthey, Rickert, Simmel, Weber*, 1938, 4ª ed., Paris, Vrin, 1969. Ler-se-á a nota sobre as relações entre Windelband e Rickert (*ibid.*, pp. 306-307).

Tomamos como ponto de partida o famoso artigo de Carl G. Hempel, "A Função das Leis Gerais na História"³⁸.

A tese central desse artigo é que "as leis gerais têm funções inteiramente análogas em história e nas ciências naturais"³⁹. Não é que Hempel ignore o interesse da história pelos eventos particulares do passado; ao contrário, sua tese concerne precisamente ao estatuto do acontecimento. Mas ela não tem como importante, senão como decisivo, que em história os acontecimentos recebem seu estatuto propriamente histórico do fato de terem sido inicialmente incluídos numa crônica oficial, num testemunho ocular, ou numa narrativa baseada em lembranças pessoais. A especificidade desse primeiro nível de discurso é completamente ignorada, em benefício de uma relação direta entre a singularidade do acontecimento e a asserção de uma hipótese universal, logo, de uma forma qualquer de regularidade. Foi somente graças à discussão ulterior do modelo nomológico pelos adeptos da tese "narrativista" que pôde ser sublinhado o fato de que, desde o começo da análise, a noção de acontecimento histórico tinha sido despojada de seu estatuto narrativo e colocada no quadro de uma oposição entre particular e universal. Isso pressuposto, o acontecimento histórico alinha-se com um conceito geral de acontecimento que inclui os acontecimentos físicos e qualquer ocorrência notável, tal como a ruptura de um reservatório, um cataclismo geológico, uma mudança de estado físico etc. Uma vez colocada essa concepção homogênea do que é tido como evento, o argumento desenrola-se como se segue:

A ocorrência de um acontecimento de um tipo específico pode ser deduzida de duas premissas. A primeira descreve as condições iniciais: acontecimentos anteriores, condições preva-
lecentes etc. A segunda anuncia uma regularidade qualquer, isto é, uma hipótese de forma universal que, se é verificada, merece ser chamada de lei⁴⁰.

Se essas duas premissas podem ser corretamente estabelecidas, pode-se dizer que a ocorrência do evento considerado foi

logicamente deduzida e, pois, que ela foi explicada. Essa explicação pode ser viciada de três modos: os enunciados empíricos estabelecendo as condições iniciais podem ser falhos; as generalidades alegadas podem não ser leis autênticas; a ligação lógica entre premissas e consequência pode ser viciada por um sofisma ou um erro de raciocínio.

Três observações impõem-se, quanto à estrutura da explicação nesse modelo (que, desde a crítica de W. Dray que evocaremos adiante, é chamado de *covering-law model*; e que, na falta de uma tradução satisfatória dessa expressão, senão talvez por modelo de subsunção, chamarei doravante de "modelo nomológico").

Primeiro, os três conceitos de lei, causa e explicação recobrem-se. Um acontecimento é explicado quando está "coberto" por uma lei e seus antecedentes são legitimamente chamados de suas causas. A idéia-chave é a de regularidade, a saber: todas as vezes que um acontecimento do tipo C se produz num certo lugar e numa certa época, um evento de tipo específico E se produzirá em um lugar e em uma época em relação com os do primeiro evento. A idéia humeana de causa é, pois, assumida sem reserva: o autor fala indiferentemente de "causas" ou de "condições determinantes" (*determining conditions*), (p. 345). É por isso que ele não atribui importância às objeções dirigidas à terminologia causal e à tentativa, sustentada entre outros por Bertrand Russell⁴¹, de usar só os termos de condições e de função. Essa disputa não é contudo um simples caso de semântica: questionaremos adiante se uma explicação causal — precisamente em história não é possível, que seja independente de... ou anterior a..., à idéia de lei no sentido de regularidade verificada⁴².

Importa, ademais, sublinhar que, num modelo nomológico, explicação e previsão andam juntas: pode-se esperar que a ocorrência de tipo C seja seguida pela ocorrência de tipo E. A previsão é somente o enunciado invertido da explicação, em termos de se... então. Daí resulta que o valor de predição de uma

38. Carl G. Hempel, "The Function of General Laws in History", *The Journal of Philosophy* 39, 1942, pp. 35-48; artigo retomado in Patrick Gardiner, *Theories of History*, Nova Iorque, The Free Press, pp. 344-356.

39. "General laws have quite analogous functions in history and the natural sciences" (*op. cit.*, p. 345).

40. "By a general law, we should here understand a statement of universal conditional form which is capable of being confirmed by suitable empirical findings" (*op. cit.*, p. 345).

41. B. Russell, "On the Notion of Cause", *Proc. of the Aristotelian Society*, 13, 1912-1913, pp. 1-26.

42. A recusa de dar um estatuto distinto à relação causal é dirigida contra Maurice Mandelbaum que, no seu *The Problem of Historical Knowledge*, Nova Iorque, Gevright, 1938, cap. 5 VII e VIII tentara distinguir a *causal explanation*, praticada pelos historiadores, da *causal analysis*, idêntica à explicação por leis científicas (Hempel, *op. cit.*, p. 347, n^o1). Retornaremos à tese de Mandelbaum, na sua formulação mais recente, no Capítulo 3.

hipótese torna-se um critério de validade da explicação e que a ausência de valor de predição é um sinal do caráter incompleto da explicação. Essa observação também não pode deixar de concernir à história.

Enfim, ter-se-á notado que só se trata de *acontecimentos de um tipo específico*, não de acontecimentos singulares, logo, de acontecimentos eminentemente repetíveis (a queda da temperatura nesta ou naquela condição etc). O autor não vê aí nenhuma dificuldade: exprimir todas as propriedades de um objeto individual é uma tarefa impossível, a que aliás ninguém se propõe, em física menos que alhures. Não existiria explicação de nenhum evento individual se pedíssemos a esta para explicar todas as características do evento. Podemos somente pedir a uma explicação que seja precisa e acurada, não que esgote o singular. O caráter único do acontecimento é, em consequência, um mito a ser descartado do horizonte científico. A discussão não poderia deixar de voltar ainda e sempre a esse obstáculo imprevisto da teoria da história.

Se é bem esta a estrutura da explicação aplicada a acontecimentos — quer sejam naturais, quer históricos — a questão é agora de saber se a história satisfaz a esse modelo.

Como é fácil notar, esse modelo é fortemente prescritivo: diz o que uma explicação ideal deve ser. O autor não acredita agir incorretamente com relação à história procedendo assim. Ao contrário, assinalando-lhe um ideal tão elevado, reconhecemos sua ambição de ser reconhecida como uma ciência e não como uma arte. O que a história quer é, com efeito, mostrar que os acontecimentos não são devidos ao acaso, mas que ocorrem conforme a previsão que se deveria poder colocar, uma vez conhecidos certos antecedentes ou certas condições simultâneas e uma vez enunciadas e verificadas as hipóteses universais que constituem a maior da dedução do acontecimento. Somente a esse preço a história distingue-se inteiramente da profecia.

Mas o fato é que a história não é ainda uma ciência plenamente desenvolvida, sobretudo porque as propostas gerais que fundamentam sua ambição de explicar não merecem o título de regularidade. Ou — primeiro caso — essas generalidades não são explicitamente enunciadas como é o caso para as explicações incompletas da vida cotidiana, em que se tem como evidentes generalidades tácitas que dizem respeito à psicologia individual ou social. Ou então — segundo caso — as regularidades alegadas não têm confirmação empírica: afora a economia ou a demografia, a história contenta-se com hipóteses aproximativamente universais: entre estas leis, cuja verificação permanece

vaga, é preciso colocar os *enunciados* explicitamente formulados em termos de probabilidade, mas despojados de aparato estatístico. Não é seu estatuto probabilístico que é criticável, mas a falta de exatidão estatística. Quanto a isso, a fronteira não passa entre explicação causal e explicação probabilística, mas entre os níveis de exatidão, quer esta seja empírica, quer estatística. Ou então, finalmente — terceiro caso — as generalidades alegadas são francamente pseudo-leis, inspiradas na sabedoria popular ou na psicologia não-científica, quando não são preconceitos manifestos, resíduos de “explicação” mágica ou mística das realidades humanas e cósmicas. A linha deve pois ser traçada com firmeza entre explicação autêntica e pseudoexplicação.

O único matiz que Hempel traz à sua tese sem compromisso é que, no melhor dos casos, a história só oferece um “esboço de explicação” (*explanation sketch*) (*op. cit.*, p. 351), baseado em regularidades que, apesar de não serem leis explícitas e verificadas, apontam contudo na direção em que regularidades expressas estariam por ser descobertas e que, ademais, prescrevem as condutas a serem empreendidas para satisfazer o modelo de explicação científica. Nesse sentido, tais esboços estão do lado da explicação autêntica e não das pseudoexplicações.

Além dessa única concessão, o autor recusa com veemência conceder algum valor propriamente epistemológico a procedimentos que se valessem do título de empatia, de compreensão ou de interpretação e que fizessem referência a traços ditos distintivos do objeto histórico, tais como significado (*meaning*), pertinência (*relevance*), determinação (*determination*) ou dependência (*dependence*). O pretense método de compreensão por empatia não é um método, no máximo é um procedimento heurístico, que não é nem suficiente, nem mesmo necessário: porque é possível explicar, em história, sem compreender por empatia.

Nada, pois, na construção do modelo, refere-se à natureza narrativa da história ou ao estatuto narrativo do acontecimento, menos ainda a uma especificidade qualquer do tempo histórico em relação ao tempo cosmológico. Essas distinções, como dissemos acima, são tacitamente excluídas a partir do momento em que nenhuma diferença de princípio é admitida entre um evento histórico e um evento físico, que simplesmente acontece, a partir do momento em que não se tem como pertinente para o estatuto histórico do acontecimento que ele tenha sido narrado nas crônicas, narrativas lendárias, memórias etc. Mesmo um autor como Charles Frankel, tão atento, como se verá adiante, à originalidade da problemática da interpretação em história, não incorpora à noção de acontecimento sua contribuição à forma

da narrativa: o acontecimento de que os historiadores tratam nas suas obras inscreve-se, como o evento físico, nos "enunciados singulares que fazem asserções sobre a ocorrência de eventos únicos em lugares e épocas especificadas"⁴³; o historiador se propõe simplesmente a "reportar eventos individuais que aconteceram uma vez e só uma vez"⁴⁴. O típico da explicação é precisamente abolir esse traço. A definição lógica do acontecimento permanece a de uma ocorrência singular, sem relação intrínseca com a narrativa. Essa identificação foi tão tenaz que, num primeiro tempo, os próprios adversários do modelo nomológico concordaram com ele para também eles esperarem explicação, da que ela abolisse esse traço de unicidade, de não-repetibilidade, do acontecimento.

Depois de Hempel, e em sua esteira, os partidários do modelo nomológico entregaram-se essencialmente à tarefa apologética de minimizar as discordâncias entre as exigências do modelo "forte" e os traços específicos do conhecimento histórico de fato. O preço a pagar foi o de "enfraquecer" o modelo para assegurar sua viabilidade⁴⁵.

Não seria necessário que, qualificando de apologético o empreendimento, deprecie-se o trabalho produzido pela escola de Hempel: primeiro porque, fragilizando o seu modelo, esses autores fizeram aparecer traços do conhecimento histórico que pertencem, autenticamente, à *explicação* e que toda teoria adversária deverá levar em conta⁴⁶. Fragilizar um modelo é um trabalho positivo, que aumenta sua aplicabilidade; ademais, esse trabalho de reformulação vai ao encontro do trabalho dos próprios historiadores — com o qual a historiografia francesa familiarizou-nos — visando resolver as dificuldades reais ou pretensas que afligem o conhecimento histórico.

43. Charles Frankel, "Explanation and Interpretation in History", *Philosophy of Science*, 24 (1957), pp. 137-155, retomado in Patrick Gardiner, *op. cit.*, p. 409: "Singular statements asserting the occurrence of unique events at specific places and times".

44. *Ibid.*, p. 410. Quanto ao essencial, os historiadores "give an account of individual events that have occurred once only once".

45. A via tinha sido com efeito aberta pelo próprio Hempel, com sua noção de "esboço de explicação". É preciso compreender essa estratégia para dar todo seu sentido ao efeito de ruptura criado pela obra de William Dray, que abordaremos adiante: *Laws and Explanation in History*, Oxford University Press, 1957.

46. Levar em conta um modelo "fraco" da explicação será, para nós, uma razão suficiente para não ceder a uma tese diretamente narrativista e para recorrer a um método mais indireto de remessa da explicação à compreensão.

A primeira concessão principal, que será explorada diversamente pelos adversários do modelo, é concordar com que as explicações oferecidas pelos historiadores não funcionam em história como nas ciências da natureza. *A história não estabelece as leis* que figuram na maior da dedução hempeliana. Ela as emprega⁴⁷. É por isso que podem permanecer implícitas. Mas é por isso principalmente que podem referir-se a níveis heterogêneos de universalidade e de regularidade. Assim P. Gardiner, em *A Natureza da Explicação Histórica*⁴⁸, admite na lista das regularidades admissíveis em história o que ele chama de *lawlike explanations*; trata-se principalmente das regularidades do tipo "dispositivas", às quais G. Ryle, em *O Conceito de Espírito*, tinha atribuído um papel primordial na explicação do comportamento: uma das funções do conectivo "porque" é, com efeito, colocar a ação de um agente no quadro de seu comportamento "habitual". O caso da explicação em termos de *disposições* abre o caminho a uma reflexão sobre a diversidade dos níveis de imprecisão que a noção de regularidade admite.

Ora, essa heterogeneidade é perfeitamente aceita pelo leitor de obras históricas. Este não vem ao texto tendo em mente um modelo único, monótono, monolítico, de explicação, mas com um leque muito amplo de expectativas. Essa flexibilidade testemunha o quanto a questão referente à *estrutura* da explicação deve ser completada por uma questão referente à sua *função*. Por função deve-se entender a correspondência entre um certo tipo de respostas e um certo tipo de questões. Assim, a questão "por que" é a que abre o leque de respostas aceitáveis da forma "porque...". Quanto a isso, o modelo "forte" só explica um segmento limitado do leque de expectativas aberto pela questão "por que" e do leque das respostas aceitáveis da forma "porque...". O problema, a partir de então, é o de saber de que extensão e, pois, de que fragilização, o modelo nomológico é capaz, se se exclui qualquer retorno vergonhoso a uma concepção intuicionista ou empática da "compreensão" histórica e, de um modo geral, a substituição pura e simples da compreensão pela explicação.

Para os partidários do modelo nomológico ou de subsumção, a única maneira de resistir a uma diluição de explicações nos usos mais variados do "por que" e do "porque..." é relacionar

47. Os adversários do modelo nomológico verão aí o sinal de que a explicação, em história, está inscrita na inteligibilidade prévia da narrativa, que ela reforça como por interpolação.

48. Patrick Gardiner, *The Nature of Historical Explanation*, Londres, Clarendon U. Press, 1952, 1961.

sempre as formas frágeis à forma "forte" do modelo e designar às primeiras a tarefa de unirem-se por aproximação à segunda. Neste sentido, uma atitude liberal quanto ao funcionamento do modelo permite preservar um grande rigor no que se refere à estrutura da explicação. O modelo "forte" permanece então o "logical marker" de toda aproximação por formas mais frágeis do mesmo modelo.

Um segundo debate testemunha o esforço evocado acima para ir ao encontro de historiadores na sua luta para fazerem sua disciplina ter acesso ao nível de ciência completa. Trata-se do papel dos procedimentos de *seleção* em história. Esse debate tem algo de exemplar na medida em que toca numa das dificuldades mais freqüentemente evocadas na tradição do *Verstehen* para recusar à história uma "objetividade" comparável à das ciências da natureza. O livro de Raymond Aron, na França, permanece o testemunho indispensável desta última tese. A epistemologia neopositivista respondeu ao ataque ligando estritamente a sorte da objetividade em história à do modelo nomológico. A partir disso, nessa escola de pensamento, a defesa do modelo equivale a uma defesa da objetividade em história.

A réplica de E. Nagel⁴⁹ a respeito disso é notável, na medida em que mostra, em exercício, o que é um argumento analítico e como, ao caráter maciço da objeção, responde-se por um trabalho de decomposição e de distinção.

Entende-se por seletividade a escolha, pelo historiador, de um campo ou de um problema? Mas nenhum cientista escapa disso. A única questão interessante é a de saber se, uma vez escolhido um campo de estudo, o cientista é capaz de distanciamento quanto aos valores ou às paixões dos quais faz seu objeto. Ora, essa libertação não é inacessível ao historiador: é mesmo ela que define a história como "investigação" (*inquiry*).

Segundo argumento: quer-se falar da limitação da matéria tratada, resultante dessa escolha? Mas ela só seria uma causa necessária de distorção se se supusesse que, para conhecer algo, fosse preciso conhecer tudo. Ora, a tese filosófica subjacente, de origem hegeliana, do caráter "interno" de todas as relações, é desmentida pela prática da ciência que verifica o caráter "analítico" do discurso.

49. Ernest Nagel, "Some Issues in the Logic of Historical Analysis", *The Scientific Monthly*, 1952, pp. 162-169. Retomado in P. Gardiner, *Theories of History*, op. cit., pp. 373-386.

Terceiro argumento: quer-se falar da seleção de hipóteses? Mas toda investigação é, nesse sentido, seletiva. Da interrupção em algum ponto da investigação? Mas o argumento da regressão ao infinito é um sofisma: a um problema definido, resposta definida. A possibilidade de levar mais longe a análise só testemunha o caráter progressivo da investigação.

Último argumento: quer-se enfim dizer que a história não pode libertar-se de preconceitos coletivos ou pessoais? Mas é um truismo afirmar que os ideais de investigação são causalmente ligados a outros traços culturais, sociais, políticos etc. O que é significativo é que os preconceitos possam ser detectados e submetidos à investigação. Só o fato de que se pode distinguir o que é preconceito do que não é prova que é possível ter esperanças no ideal de objetividade. Senão, a tese crítica cairia sob seu próprio juízo e sua validade seria limitada ao circuito dos que a professassem. Mas se ela escapa de seu próprio critério, isso atesta que é possível formular enunciados válidos sobre as coisas humanas⁵⁰.

Um novo obstáculo para a realização de uma explicação "garantida" (*warranted*) resulta da limitação da investigação histórica ao que ela considera a *causa "principal"* de um curso de acontecimentos. Ora, a imputação de uma importância relativa às variáveis causais apela para um "peso" (*weighing*) que não parece suscetível de objetividade. Pode-se responder que a noção de importância não é inacessível à análise. Mesmo se a verdade dos juízos de importância está sujeita a debate, permanece, com efeito, que queremos dizer alguma coisa, falando de importância. Pode-se então fazer uma tábua de significados associados à designação dos graus de importância (E. Nagel, op. cit., pp. 382-385). Só o aperfeiçoamento do material estatístico poderá conceder a prática a essa lógica do "peso" dos graus de importância⁵¹. Enquanto isso, um ceticismo local é obrigatório, que não se tem motivo algum de transformar em ceticismo global:

50. É notável que a questão da *seletividade* nunca tenha sido relacionada a esse traço específico da história, a saber, que o historiador pertence ao campo de seus próprios objetos de um modo diferente que o físico pertence ao mundo físico. Retornaremos a isso na quarta parte.

51. Aqui ainda, é notável que a questão de saber por que há uma questão de importância em história é deixada de lado. Que a pesagem dos graus de importância pertença a uma lógica das garantias relativas está fora de questão. Quanto a esse ponto, Nagel valorizou o modelo, defendendo-o. É uma dialética entre a explicação e a compreensão deverá levar isso em conta. Mas tanto é indiscutível que esta pesagem se refere à história como "investigação" quanto permanece a questão do lugar da investigação no processo total da compreensão histórica.

"Há, com efeito, um acordo substancial entre os homens experientes nessas matérias, a respeito das probabilidades relativas a serem atribuídas a muitas hipóteses"⁵².

Vê-se aqui que o argumento extraído da prática da história alcança o dos defensores da história quantitativa serial na historiografia francesa.

Vamos conduzir essa apologia do modelo nomológico até o ponto em que o enfraquecimento do modelo confina seu abandono. O artigo de Charles Frankel⁵³ é típico quanto a isso. O modelo aí é fragilizado no sentido de que a *interpretação*, tomada num sentido próximo do *Verstehen* da filosofia crítica da história, é *admitido como um momento necessário* do conhecimento histórico; o momento da interpretação é aquele no qual o historiador aprecia, isto é, atribui sentido e valor. Esse momento distingue-se do da explicação, que estabelece conexões causais entre os eventos. Mas o esforço para articular os dois momentos permanece no âmbito do modelo nomológico, na medida em que, de um lado, é admitido que todo bom historiador tem o cuidado de distinguir os dois níveis operatórios e justifica a epistemologia na sua ambição de isolar o núcleo de explicação e, de outro lado, a própria interpretação é submetida às exigências limitadoras da explicação.

Para dizer a verdade, a fragilização do modelo começa com a reformulação do estágio explicativo, embora o autor insista que, idealmente, a história não procede diversamente das outras ciências. As discordâncias com o modelo caracterizam o estado de fato da história, não seu ideal epistemológico. Suas generalizações são, como disse Hempel, da ordem dos esboços de explicação? Mas é um traço contingente que não cria nenhum fosso com as outras ciências e designa, antes, o lugar de uma "necessidade de refinar os detalhes de generalizações vagas"⁵⁴. O laço entre explicação e predição está rompido? O historiador não poderia conseguir dar as condições não só necessárias, mas suficientes, de um acontecimento? O importante não é que a explicação seja incompleta, mas que ela "pareça satisfazer plenamente nossa exigência de explicação"⁵⁵. Assim, aceitamos

como uma explicação um simples relatório das etapas de um processo; nós o fazemos em embriologia e em todas as ciências que tratam de desenvolvimento ou de evolução. O caso da explicação genética sugere que "todas as explicações satisfatórias não nos fornecem exatamente o mesmo tipo de informação e que todos os pedidos de explicação não constituem a exigência desprovida de equívoco de um único tipo de resposta"⁵⁶ (*op. cit.*, p. 412). A fronteira, então, tende a apagar-se, entre a explicação científica, a explicação do senso comum, e o tipo de juízo prudencial que geralmente fazemos sobre os assuntos humanos.

Último traço distintivo do conhecimento histórico, que é compatível com o modelo nomológico: observamos que em história, sendo as generalidades correlações de alta frequência mais que relações invariáveis, os contra-exemplos não enfraquecem as leis gerais (nem sempre o poder corrompe e é inverificável que o poder absoluto corrompa absolutamente). O que faz o historiador quando encontra exceções à sua explicação? Acrescenta cláusulas restritivas e assim restringe o campo de aplicação das generalidades que alega. Desse modo, livra-se dos contra-exemplos.

Levando o argumento ao limite de tolerância do modelo inicial, Frankel aceita que a explicação articula-se com a interpretação. Mas, para não romper com o modelo, sustenta que, para serem aceitáveis, as interpretações globais devem repousar em explicações parciais rigorosas. Como atribuir valores, sem assentá-los em conexões causais bem estabelecidas? Dir-se-á que o inverso é igualmente verdadeiro? Certamente, em história uma causa define não qualquer condição, mas aquela sobre a qual se pode agir⁵⁷; nesse sentido, os valores da ação infiltram-se em toda apreciação das causas: e é preciso dizer que assinalar uma causa é admitir um fato e estipular um valor. Mas então é preciso, ainda uma vez, aplicar ao conceito de interpretação o

52. "There is a substantial agreement among men experienced in relevant matters on the relative probabilities to be assigned to many hypotheses", E. Nagel, artigo citado, p. 385.

53. Charles Frankel, "Explanation and Interpretation in History", in Patrick Gardiner, *Theories of History*, *op. cit.*, pp. 408-427.

54. "They point to the need for filling in the details of sketchy generalizations..." (*ibid.*, p. 411)

55. "Indeed, what is interesting is not that historical explanation fails to meet an ideal of full explanation, but rather that, on many occasions, it seems fully to satisfy our demand for an explanation" (*ibid.*, p. 412).

56. Veremos adiante qual outro uso pode-se fazer dessa concessão importante. Charles Frankel faz algumas outras que fragilizam o modelo a ponto de abandoná-lo. Assim, ele concede a Isaiah Berlin (em "Historical Inevitability", *Four Essays*, Oxford University Press, 1969, *On Liberty* retomado in Patrick Gardiner, *The Philosophy of History*, *op. cit.*, Oxford University Press, pp. 161-186) que, se a história escreve-se na linguagem ordinária e se o leitor não espera linguagem científica especializada, é porque o sucesso da explicação não se mede pelo rigor da teoria, mas "by the account he gives of concrete affairs". As explicações causais, e até de senso comum, avizinham aqui regras de sabedoria (o poder corrompe, o poder absoluto corrompe absolutamente). Não se está muito longe de uma teoria narrativista: "Esperamos do historiador que ele narre bem uma história (story) e lhe insufe vida", p. 414.

57. Retornaremos, no Capítulo 3, à diversidade de significados de que a noção de causa em história se reveste.

mesmo espírito analítico que aplicamos ao juízo de importância. Interpretando faz-se três coisas desigualmente compatíveis com o ideal da explicação. O empreendimento menos compatível consiste em estatuir o sentido da história em termos de *fins*, objetivos ou ideais: põe-se então em jogo uma filosofia implícita das relações "internas", incompatível, como dissemos acima, com o espírito "analítico", e impõe-se de fora um projeto transcendente e oculto ao curso da história. Menos contestável é a designação da *causa mais importante*: econômica ou outra. A interpretação aqui é compatível com a explicação, na medida em que se limita a fornecer à investigação o guia de uma idéia seminal e a assinalar graus de importância. Ela deixa de ser quando se pretende a única interpretação válida, com exclusão de todas as outras. Mas a interpretação mais interessante é a que se propõe como tarefa apreciar uma seqüência de acontecimentos ou um conjunto de instituições em função de "conseqüências terminais" (*terminal consequences*) (*op. cit.*, p. 421) apreciadas por elas próprias em termos de valor e de não-valor⁵⁸. O significado global de um processo são essas próprias conseqüências terminais, algumas das quais coincidem com variáveis de situação presente, sobre a qual se pode agir⁵⁹. Assim, para Marx, a emergência do proletariado industrial é tida como a causa principal, porque este é também portador da "causa" a defender. Isso não impede uma atenção extrema aos fatos, se a escolha das conseqüências terminais deve ser, ela própria, uma escolha responsável. É preciso então confessar que duas interpretações rivais explicam fatos diferentes, os mesmos eventos sendo colocados na perspectiva de conseqüências terminais diferentes. Uma e outra podem ser objetivas e verdadeiras quanto às seqüências causais sobre as quais se edificam. Não se

58. Aqui ainda o argumento avizinha a concepção narrativista: a escolha das conseqüências terminais pelo historiador é chamada de "the frame of his story" (p. 421). Discutindo a questão da "verdadeira" causa, Frankel, seguindo nesse ponto Gardiner, mostra que, quando os desacordos não se referem à perspectiva, mas às conexões, referem-se "ao que seria preciso ou não incluir na história narrada pelo historiador para fazer dessa história narrada uma resposta adequada à questão colocada" ("about what... should or should not be included in the historian's story to make that story an adequate answer to the question that has been raised" (p. 427). Quando um historiador propõe sua interpretação de um período ou de uma instituição, "narra a história (story) de uma seqüência de acontecimentos causalmente ligados que têm conseqüências em termos de valor ou de não-valor" ("he is telling a story of a sequence of causally related events that have consequences of value or disvalue"), p. 421.

59. Voltaremos na quarta parte a esse problema das relações entre a explicação do passado e a ação no presente, que a teoria do progresso fez passar ao primeiro plano da filosofia da história. No estágio presente de discussão, o único desafio é o de saber se a escolha das conseqüências terminais não deve, primeiro, satisfazer a uma boa conexão causal no nível dos fatos.

reescreve a mesma história, escreve-se uma outra história. Mas isso é discutível: a história não está condenada a permanecer um campo de batalha entre pontos de vista irreconciliáveis; há lugar para um pluralismo crítico, o qual, se admite mais de um ponto de vista, não os considera como igualmente legítimos⁶⁰.

É difícil ir mais longe na acolhida do ponto de vista adversário, sem romper com a hipótese de base, de que a explicação em história não difere fundamentalmente da explicação no resto das ciências. Aí reside, finalmente, o ponto crítico de toda a discussão. É para salvar esse desafio essencial que os adeptos do modelo nomológico esforçam-se por reportar ao estado de fato da ciência histórica os traços da metodologia da história que parecem discordantes em relação ao modelo explicativo. Seus argumentos têm como motivação declarada defender a história contra o ceticismo e justificar sua luta pela objetividade. É assim que a defesa da objetividade e a defesa do modelo nomológico, de solidários, tendem a tornar-se indiscerníveis.

60. Um belo texto de Charles Frankel testemunha esse delicado equilíbrio entre um pluralismo metodológico e uma atitude sem complacência quanto ao ceticismo: depois de ter falado favoravelmente das interpretações em função das conseqüências terminais, Charles Frankel nota: se o esquema que propomos da história é ligado como convém aos fatos, às ocasiões limitadas, às possibilidades abertas pelas circunstâncias, se, por outro lado, o historiador não é sectário e limitado, mas aberto e generoso, então "uma história iluminada por uma idéia clara e circunspecta do que pode ser a vida humana é em geral preferida a uma história impassível, sem engajamento, despojada de ideal diretor, privada da ironia ou das lágrimas que acompanham a aplicação desse ideal ao registro das coisas humanas" (*history which is lit by some clear and circumspect idea of what human life can be is generally preferred to the history that is impassive, that never commits itself, and that lacks a guiding ideal or the irony or tears that go with applying such an ideal to the record of human affairs*, p. 424). Todo o liberalismo e todo o humanismo de Charles Frankel está contido nessas frases.

2
EM DEFESA DA NARRATIVA

A questão do estatuto *narrativo* da historiografia não foi um desafio direto da epistemologia das ciências históricas nem na historiografia francesa, nem na primeira fase da discussão no interior da escola analítica. Em particular, ao longo de todo o debate, ficou subentendido que a narrativa é uma forma elementar demais de discurso para satisfazer, mesmo de longe, as exigências de cientificidade colocadas pelo modelo nomológico da explicação. O aparecimento de teses "narrativistas" no campo da discussão nasceu da conjunção de duas correntes de pensamento. De um lado, a crítica do modelo nomológico chegou a um esfacelamento da própria noção de explicação que abriu a brecha para uma abordagem oposta do problema. De outro lado, a narrativa tornou-se o objeto de uma reavaliação relacionada essencialmente às suas fontes de inteligibilidade. A compreensão narrativa achava-se assim supervalorizada, enquanto a explicação histórica perdia sua importância. É à conjunção desses dois movimentos que este capítulo é consagrado.

O esfacelamento do modelo nomológico

1. Uma explicação sem legalidade: William Dray

Vimos, no fim do capítulo precedente, como os partidários do modelo nomológico tentavam explicar o afastamento entre o modelo e o estado de fato da ciência histórica por uma tática dupla: consistindo, de um lado, em enfraquecer o modelo e, de outro, em apoiar-se sobre o esforço dos próprios historiadores para elevar sua disciplina à categoria de ciência. Inteiramente diversa é a atitude dos que discernem no afastamento entre o modelo nomológico e a metodologia de fato da história o sintoma de um erro de base na construção do modelo.

A obra de William Dray, *Laws and Explanation in History*¹ é, quanto a isso, o melhor testemunho da crise de modelo nomológico. A uma problemática desconjuntada, o próprio livro responde com uma estrutura esfacelada. Três frentes estão abertas, relativamente descontínuas. Na primeira, uma crítica puramente negativa é exposta, que conclui por *desligar a noção de explicação daquela de lei*. Numa segunda frente, o autor argumenta a favor de *um tipo de análise causal irreduzível à subsunção a leis*. O tema positivo subjacente à primeira parte, a saber, que se pode explicar, em história, sem recorrer a leis gerais, recebe assim uma primeira aplicação, sem que seja afirmado que toda explicação em história deve assumir a linguagem causal. Enfim, o autor explora um tipo de "explicação por razões" (*rational explanation*), que só cobre uma parte do campo liberado pela crítica da explicação regida por leis empíricas. A argumentação a favor da análise causal e aquela a favor da explicação por razões não derivam logicamente da tese negativa de que a explicação em história não precisa de lei para ser explicação, embora elas a pressuponham. Elas deverão, pois, ser discutidas segundo seu mérito próprio². Subjacente à crítica do modelo nomológico está a convicção segundo a qual "é pouco provável que encontremos algum traço lógico que permita agru-

1. *Op. Cit.*

2. Voltaremos a noção de explicação no Capítulo 3, pp. 367 ss.

par juntas todas as explicações históricas enquanto históricas. Porque as explicações que encontramos nas obras de história formam um lote logicamente disparatado" (p. 85). É o reconhecimento dessa dispersão lógica da explicação em história que abriu o caminho a uma reavaliação da compreensão narrativa.

a) Para começar pela tese negativa de que *a idéia de explicação não implica a de lei*, o autor acha o ponto de ancoragem de sua crítica nas oscilações entre modelo "forte" e modelo "fraco" entre os partidários do modelo que ele batiza de *covering law model* (entendamos: modelo segundo o qual uma lei "cobre" os casos particulares que se tornam exemplos da lei; pode-se traduzir em francês por modelo de subsunção). No plano formal, já a formulação do laço alegado entre uma lei e os casos que ela "cobre" dá lugar, observa Dray, à hesitação. O termo "porque..." não se compromete com nenhuma estrutura lógica determinada, senão nos dicionários escritos pelos lógicos da escola do modelo de subsunção. Quanto ao laço de implicação afirmado pelo caráter "deduzido" do acontecimento, está longe de ser unívoco. Enfim, a noção de explicação não obriga também a afirmar uma relação de cobertura entre leis e instâncias.

A essas oscilações na formulação do lugar de implicação acrescentam-se as variações na formulação do próprio modelo. Vimos que autores preferem antes fragilizar o modelo que colocá-lo em questão. Uma escala decrescente de rigor pode ser assim percorrida, desde a exigência dedutiva mais estrita até a idéia de quase lei, passando pela de lei assumida mas não estabelecida, tácita e não-explicita, esboçada e não-completa.

Essas oscilações são somente o sintoma de uma deficiência lógica do próprio modelo. Pode-se mostrar com efeito que o modelo de subsunção não é nem uma condição necessária, nem uma condição suficiente dos acontecimentos explicados. A condição não é suficiente, posto que a explicação alegada não pode ser convertida em predição. Algo ainda faz falta. O quê? Tomemos o exemplo de um acidente mecânico: o engrupamento de um motor. Para atribuir a causa a uma falta de óleo, não basta que se conheça as diversas leis físicas em jogo; é preciso ainda que se possa considerar uma série contínua de incidentes entre a falta e a deterioração do motor. Dizendo: contínuo, não nos engajamos em nenhuma aporia filosófica concernente à divisibilidade ao infinito do espaço e do tempo; limitamo-nos a identificar acontecimentos de grau inferior e a colocá-los numa série que não admite outros acontecimentos inferiores aos que são

citados. Essa "referência à série dos fatos que constituem a história do que aconteceu entre a falta de óleo e o engripamento do motor explica o engripamento"³. Dá-se o mesmo na história; a divisibilidade do tempo se detém onde termina a análise mais *detalhada*.

Não suficiente, a explicação por leis também não é necessária. Em que condições, com efeito, seria necessária? Tomemos o exemplo de uma explicação que um historiador poderia ter dado: Luís XIV morreu impopular porque seguiu uma política nociva aos interesses nacionais da França. Imaginemos um diálogo entre esse historiador e um lógico da escola hempeliana: como este poderia convencer o historiador que leis são exigidas de fato pela explicação procedente? O lógico dirá: a explicação vale em virtude de uma lei implícita tal que: os governos que seguem políticas nocivas aos interesses de seus governados tornam-se impopulares. O historiador replicará que tinha em vista não uma política qualquer, mas uma política tal como a que foi efetivamente seguida no caso particular considerado. O lógico tentará então superar o afastamento entre a lei e a explicação do historiador precisando a lei por uma série de adendos tais como: os governantes que comprometem seu país nas guerras estrangeiras, que perseguem minorias religiosas, que mantêm parasitas em sua corte tornam-se impopulares. Mas outros esclarecimentos devem ser acrescentados: que certas medidas políticas fracassaram; que estas envolveram a responsabilidade pessoal do rei etc., sem contar as medidas que o rei omitiu de tomar. O lógico deve então confessar que, para ser completa, a explicação requer um processo indefinido de especificações, porque em nenhum estágio pode ser provado que o caso considerado pelo historiador é o único coberto pela lei⁴. Uma única lei que ligaria

3. Para ser inteiramente convincente, o argumento deveria ser enunciado assim: as leis físicas e mecânicas colocadas em jogo pelo acidente, e que não comportam como tais nenhuma ordem temporal, exigem que o acidente seja reconstituído fase por fase, para poder aplicar-lhes *seriatim*. É esta aplicação *seriatim* que faz com que o conhecimento das leis constitua uma condição necessária da explicação. Se o autor não deu essa forma a seu argumento, é porque tomou como modelo o mecânico que compreende perfeitamente cada fase do acidente, sem ser ele próprio um físico. Mas há mecânicos porque há físicos. O autor quer situar o conhecimento do historiador no plano da habilidade do mecânico? Arriscamo-nos então a cair numa concepção sumariamente pragmática da explicação em história, substituída por uma concepção teórica. A obra de W. Dray apresenta numerosos traços dessa concepção (*op. cit.*, pp. 70-76).

4. "No matter how complicated the expression with which we complete a statement of the form 'E because...', it is a part of the 'logic' of such 'because' statement that additions to the explanatory clause are never ruled out by our acceptance of the original statement" (p. 35).

logicamente o historiador seria esta: todo governante que tomasse as mesmas medidas políticas, exatamente nas mesmas circunstâncias que Luís XIV, tornar-se-ia impopular. Mas essa formulação não é mais a de uma lei; ela deve, com efeito, mencionar todas as circunstâncias particulares do caso em questão (por exemplo, falar não de guerra em geral, mas de ataque contra os Jansenistas etc). Ela só adquire um ar de generalidade introduzindo a expressão *exatamente*; o resultado da operação é a produção de um caso-limite vazio; vazio, pois a noção de "exatamente as mesmas medidas nas mesmas circunstâncias" (p. 36) não pode receber sentido em nenhuma investigação concebível.

Em compensação, o historiador aceitará um enunciado geral tal como: todo povo semelhante ao povo francês "quanto às circunstâncias especificadas" detestaria um dirigente semelhante a Luís XIV "quanto aos traços específicos". Essa lei não é vazia, posto que a dialética entre o lógico e o historiador terá fornecido os meios de "preencher" as expressões postas entre aspas. Mas não é o tipo de lei requerida pelo modelo nomológico. Porque, longe de ser vaga e geral como as leis implícitas, é uma lei tão detalhada que equivale a uma "lei" de um só caso.

Na realidade, essa lei de um só caso não é absolutamente uma lei, mas a reformulação, sob a aparência de uma lei empírica, do raciocínio do historiador; este diz: "E posto que $C_1... C_n$ " ("E" designa o acontecimento a ser explicado e " $C_1... C_n$ " os fatores enumerados pelo historiador na sua explicação). O lógico reescreve: "Se $C_1... C_n$, então E", onde "se" equivale a "todas as vezes que..." Mas essa equivalência é enganosa, porque a forma hipotética pode exprimir algo diverso de uma lei empírica. Pode exprimir o princípio da inferência que, em casos semelhantes, *pode-se* razoavelmente predizer um resultado desse tipo. Mas esse *princípio* é só a *permissão* de inferir, enunciada de forma hipotética. O fantasma lógico da "lei" procede assim da confusão entre lei empírica e princípio de inferência.

Duas conclusões provisórias, que me proponho a incorporar mais tarde à minha própria análise das relações entre explicar e compreender em história, impõem-se.

A primeira concerne à noção de acontecimento, a qual é também o desafio da discussão na historiografia francesa. A rejeição do modelo nomológico parece, com efeito, implicar um retorno à concepção do acontecimento como único. A asserção é falsa, se vinculamos à idéia de unicidade a tese metafísica de que o mundo é feito de partículas radicalmente dessemelhantes:

a explicação torna-se então impossível. Mas a asserção é verdadeira, se se quer dizer que, diversamente das ciências nomológicas, o historiador quer descrever e explicar o que efetivamente aconteceu em todos os seus detalhes concretos. Mas então o que o historiador entende como *único* é que não existe nada exatamente semelhante ao seu objeto de estudo. Seu conceito de unicidade é, pois, relativo ao nível de precisão que escolheu para seu estudo. Ademais, essa asserção não o impede de empregar termos gerais tais como revolução, conquista de um país por outro etc. Com efeito, esses termos gerais não o obrigam a formular leis gerais, mas a buscar sob que aspectos os acontecimentos considerados e suas circunstâncias *diferem* daquelas com os quais seria natural agrupá-los sob um termo classificatório. Um historiador não está interessado em explicar a Revolução Francesa enquanto revolução, mas como seu curso diferiu do de outros membros da classe das revoluções. Como indica o artigo definido a Revolução Francesa, o historiador procede não do termo classificatório para a lei geral, mas do termo classificatório para a explicação das diferenças⁵.

A segunda conclusão concerne à própria explicação das diferenças. Na medida em que esta reagrupa fatores únicos no sentido que acabo de dizer, pode-se afirmar que ela diz respeito mais ao *juízo* que à dedução. Entendamos por juízo o tipo de operação à qual um juiz entrega-se quando pesa argumentos contrários e toma uma decisão. Do mesmo modo, explicar, para um historiador, é *defender* suas conclusões contra um adversário que invocaria um outro conjunto de fatores para sustentar sua tese. Ele justifica suas conclusões trazendo novos detalhes em *apoio* a sua tese. Essa maneira de *julgar* casos particulares não consiste em colocar um caso sob uma lei, mas em reagrupar fatores espalhados e em pesar sua importância respectiva na produção de um resultado final. O historiador, aqui, segue mais a lógica da escolha prática que a da dedução científica. É nesse exercício do juízo que uma outra explicação, diferente da explicação por leis, é invocada como "garantia" (*warrant*): será a explicação causal.

b) *A análise causal*. A defesa da análise causal, que ocupa o Capítulo IV da obra, é relativamente independente da crítica

5. Esse argumento, veremos, deixa-se facilmente incorporar à tese de que um acontecimento, sendo o que contribui para a progressão de uma intriga, partilha com esta a propriedade de ser, ao mesmo tempo, singular e típico.

do modelo de explicação por subsunção. A análise causal é somente uma das alternativas à explicação nomológica. Se é discutida em Dray é, primeiro, porque o modelo contestado foi freqüentemente exposto na linguagem da causalidade. É o caso em Popper⁶. Nesse sentido, a versão causal do modelo fornece a transição apropriada da crítica negativa a uma exploração positiva da análise causal. Além dessa filiação oferecida pelo propósito polêmico do livro, a exploração da análise causal encontra sua própria justificação no emprego da linguagem causal em história. O autor considera essa linguagem inevitável e legítima, a despeito de todos os equívocos e de todas as dificuldades vinculadas a seu emprego. Os historiadores, de fato e de direito, usam expressões da forma: "x é por causa de y" (*que distinguiremos adiante da lei causal: "a causa de y é x"*). Usam-nas, de fato, sob numerosas variantes: produzir, conduzir a..., arrastar (ou ao contrário: impedir, omitir de fazer). Usam-nas, de direito, assumindo a força explicativa da causa. É esta que constitui o desafio do debate. A tese subjacente é de que a *polissemia* da palavra "causa" não é um obstáculo ao uso regrado desse termo mais do que a *polissemia* do termo "explicar", pela qual começamos. O problema é ordenar essa polissemia e não concluir pela rejeição do termo⁷.

Se deixamos de lado o caso em que por causa entende-se lei causal, uma discussão sobre a análise causal em história só

6. Cf. *The Open Society and its Enemies*, II, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1952, p. 262, texto citado por W. Dray, *op. cit.*, p. 2; tradução francesa, p. 176. Para muitos autores, interrogar-se sobre a causalidade em história é simplesmente repetir a discussão (pp. 40 ss.) sobre o lugar das leis em história, quer se entenda por causa exatamente a mesma coisa que por lei — então é melhor evitar falar de causa, tanto o termo é equívoco — quer se entenda por causa tipos específicos de leis, as "leis causais" —, então tem-se apenas uma versão causal do modelo: dizer "x por causa de y" é dizer o equivalente a "todas as vezes que x, então y".

7. Collingwood tinha se aplicado a isto em *An Essay on Metaphysics* (Oxford, Clarendon Press, 1948), onde ele distingue um sentido I, um sentido II e um sentido III do termo. Segundo o sentido I, o único que o autor tem como próprio da história, aliás, como primitivo, uma pessoa *faz com que* uma outra aja de um certo modo, fornecendo-lhe um motivo de agir assim. Segundo o sentido II, a causa de uma coisa é a "alavanca" (*the handle*) que nos permite manejá-la: é, pois, por privilégio, o que está em nosso poder produzir ou prevenir (exemplo: a causa da malária é a picada de um mosquito). Deriva-se o sentido II do sentido I, estendendo a noção de efeito resultante das ações humanas ao comportamento de qualquer ser. Collingwood exclui o sentido II da história e o reserva às ciências práticas da natureza, na descoberta das leis causais por experimentação. W. Dray retém, contudo, algo disso no seu critério pragmático da atribuição causal, mas enquadrando-o numa atividade específica de juízo. O sentido III estabelece uma relação termo a termo, em virtude da necessidade lógica, entre dois eventos ou estados de coisa: equivale à noção de condição suficiente.

tem interesse se existem conexões causais *singulares* cuja força explicativa não depende de uma lei.

W. Dray combate aqui em duas frentes: contra os que ligam a sorte da idéia de causa à da idéia de lei e contra os que querem excluir qualquer explicação do campo da historiografia. Sim, os historiadores tentam dar explicações causais. Não, a análise causal de um curso particular de acontecimentos não se reduz a aplicar uma lei causal. Sim, os historiadores empregam de modo legítimo expressões da forma: *x* causa *y*; não, essas explicações não são a aplicação de uma lei da forma: se *x*, então *y*.

Então, o que é uma análise causal? É uma análise essencialmente seletiva, visando verificar os títulos deste ou daquele candidato à função de causa, isto é, seus títulos para ocupar o lugar do "porque..." em resposta à questão: "por quê?" Essa seleção assume pois o caráter de um concurso, onde os candidatos devem satisfazer um certo número de requisitos. A análise causal, eu diria, é uma criteriologia causal. Comporta essencialmente duas provas. A primeira é uma prova *indutiva*: o fator em questão deve ser realmente necessário; em outras palavras: sem ele, o evento a ser explicado não teria acontecido. A segunda é uma prova *pragmática*: deve haver uma razão para selecionar a condição em questão dentre as condições que, juntas, constituem a condição suficiente do fenômeno.

A prova pragmática responde, de um lado, às considerações de manejabilidade com as quais Collingwood define um dos sentidos da idéia de causa, a saber, aquilo a respeito do que a ação humana tem "domínio"; de outro lado, leva em conta o que *deveria* ter sido feito, logo, o que pode ser criticado (por exemplo, quando indagamos sobre as causas de uma guerra). De outro lado ainda, o critério pragmático inclui o que precipitou o curso das coisas: a centelha, o catalisador. Por essência, tal investigação é necessariamente incompleta. Constitui uma indagação eminentemente aberta.

A prova indutiva é a mais difícil de definir corretamente: consiste em *justificar* a afirmação "se não *x*, então não *y*", na ausência de qualquer regra, dizendo: "todas as vezes que *x*, então *y*". O historiador que supostamente usa semelhantes fórmulas quer dizer que, nessa situação particular — todas as coisas sendo iguais aliás (ou melhor, a situação sendo o que ela é) —, se este *x* não tivesse ocorrido, este *y* que ocorreu de fato não teria acontecido ou teria sido diferente. Tal justificação diz respeito ao exercício do juízo descrito acima, o qual, dissermos, não requer nenhuma lei da forma "somente se". O historiador elimina, pelo

pensamento (*thinks away*) (p. 104), a causa alegada, para apreciar — julgar — qual diferença sua não-ocorrência produziria no curso das coisas, à luz do que ele sabe, aliás, pertencer à situação em questão. Essa prova indutiva não equivale a uma explicação suficiente; no máximo, constitui uma explicação necessária, eliminando da lista dos candidatos ao papel de causa os fatores cuja ausência não teria mudado o curso das coisas. Para obter uma explicação completa — ou a mais completa possível — resta justificar positivamente a imputação pelo procedimento de "preenchimento" ou de interpolação (*filling in*) de detalhes descritos acima⁸.

O importante é que a imputação de uma causa em relação a um evento particular não deriva por aplicação de uma lei causal. Na realidade, é frequentemente o inverso que é verdade. Muitas leis causais são só generalizações secundárias baseadas numa certa ordem de diagnósticos individuais de causalidade, estabelecidos por um exercício de juízo, e validados independentemente uns dos outros. A pretensa lei causal: "A tirania é causa de revolução", é sem dúvida dessa ordem. Do mesmo modo: "A causa da guerra é a inveja." Tal lei supõe que se disponha de explicações particulares de guerras particulares; depois, que se observe uma tendência comum a esses casos particulares. É essa tendência que se resume na dita lei. Por mais úteis que sejam essas generalizações para a pesquisa ulterior, não são elas que justificam as explicações individuais sobre as quais repousam.

Se não se trata pois de renunciar à idéia de causa em história, é na medida em que se respeita sua lógica particular, tal como foi esboçada acima.

Concluirei com algumas observações puramente conservatórias.

Primeiro, concernindo à explicação: é preciso, parece-me, aplicar à teoria da análise causal — e também à explicação por razões, de que ainda não falamos — a advertência dirigida aos partidários do modelo nomológico, a saber, que as explicações encontradas nas obras de história constituem uma coleção logicamente dispersa (*a logically miscellaneous lot*) (p. 85). O propósito vale contra qualquer pretensão em considerar um modelo de explicação como exclusivo. Essa polissemia pode

8. Max Weber e Raymond Aron nos ajudarão no Capítulo 3 a levar a análise mais longe.

servir de argumento contra a pretensão inversa de W. Dray, de separar a explicação, em história, do modelo nomológico. Se nos limitamos a dizer que toda explicação não satisfaz o modelo nomológico e que há análises causais que não são explicações pela lei, temos razão. Mas, se concluíssemos da discussão precedente que a análise causal seria a explicação dominante em história, com exclusão de toda explicação por leis, estaríamos errados. É por isso que preferirei, da minha parte, sublinhar o fato de que as leis são intercaladas na trama narrativa, mais que insistir em seu caráter inapropriado. Também W. Dray abre a porta a uma dialética mais sutil entre explicar e compreender, quando considera os procedimentos de justificação da atribuição causal e os aproxima dos procedimentos em curso nos assuntos jurídicos. A busca de "garantias", a "pesagem" e a "apreciação" das causas, a "prova" dos candidatos ao papel de causa, todas essas atividades de juízo dizem respeito a uma analogia entre a argumentação histórica e a argumentação jurídica, que pede para ser explicitada⁹. Quanto a isso, seria preciso mostrar mais claramente o parentesco entre a reconstituição de uma série contínua de acontecimentos, o procedimento de eliminação dos candidatos à causalidade singular e o exercício do juízo. Assim o leque deve ser deixado aberto: explicação por leis, explicação causal singular, procedimento de judiciário, ... e explicação por razões.

De outro lado, apesar de a declaração preliminar de que sempre iremos apoiar-nos na argumentação de fato dos historiadores, os poucos exemplos considerados parecem inspirados no tipo de história que os historiadores franceses combatem. Tanto na dialética entre o lógico e o historiador quanto na descrição da análise causal de eventos singulares, parece tido como certo que a explicação refere-se sempre a eventos particulares. Certamente, estou pronto a admitir que a análise causal particular vale para qualquer mudança, de curto ou longo prazo, contanto que o historiador leve em conta a particularidade da mudança que ele considera. Quanto a isso, tudo o que é dito sobre a relatividade da noção de acontecimento único na escala da investigação deve ser retido. Mas resta elaborar a ampliação

9. H. L. Hart, "The Ascription of Responsibility and Rights", in *Proc. of the Aristotelian Society*, Londres, (49), 1948, pp. 171-194, e Stephen Toulmin, *The Uses of Arguments*, Cambridge, Cambridge University Press, 1958, convidam a aproximar explicação e justificação de um "claim" contra um outro "claim" fornecendo "warrants".

da noção de acontecimento ou de outras mudanças, diversas das que são ilustradas pelo exemplo da morte de Luís XIV¹⁰.

c) A explicação por razões¹¹. A maior parte dos críticos viram, no exame do modelo de explicação por razões, a contribuição positiva de W. Dray ao problema. Isso não é inteiramente errado, na medida em que esse modelo constitui uma alternativa coerente ao modelo nomológico. Mas não é exato, na medida em que a análise causal já constituía uma alternativa à explicação por leis. Ademais, a explicação por razões não cobre todo o campo liberado pela crítica. Não se dirige sequer exatamente aos mesmos exemplos de explicação: a discussão anterior — inclusive a da análise causal — aplicava-se a "eventos ou condições históricas em grande escala" (*offairly large-scale historical events or conditions*, p. 118). A explicação por razões aplica-se a "um leque de casos mais reduzido", a saber, "ao tipo de explicação que os historiadores dão em geral às ações dos indivíduos que são suficientemente importantes para serem mencionados no curso da narrativa histórica" (p. 118).

É por isso que, embora a contestação do modelo nomológico permaneça o fio condutor negativo de toda a obra, é preciso respeitar a autonomia relativa das três frentes nas quais o autor combate: *contra* o modelo nomológico; *pela* análise causal; *pela* explicação por razões. Essa relativa descontinuidade das análises testemunha precisamente o que chamei de esfacelamento do modelo nomológico.

O nome dado pelo autor a esse modo de explicação resume seu programa: de um lado, o modelo aplica-se às ações dos agentes semelhantes a nós; marca, assim, a interseção da teoria da história com a teoria da ação, logo, com o que chamei na minha primeira parte de nossa competência em usar de modo inteligível a trama conceitual da ação; mas, por aí mesmo, corre o risco de confinar a explicação histórica ao campo da "história

10. Retenho esta apologia da imputação causal para minha própria tentativa de articular a explicação histórica com a compreensão narrativa. A imputação causal particular pode constituir a cadeia intermediária entre os níveis, na medida em que, de um lado, já é uma explicação, e em que, de outro lado, se estabelece sobre uma base narrativa. Mas, quanto a esse aspecto do problema, é feita só uma alusão breve no livro de W. Dray: "To give and defend a causal explanation in history is scarcely ever to bring what is explained under a law, and almost always involves a descriptive account, a narrative, of the actual course of events, in order to justify the judgement that the condition indicated was indeed the cause" (*op. cit.*, pp. 113-114). Notar-se-á igualmente a alusão ao diagnóstico como equivalente médico da imputação causal individual em história.

11. "The Rationale of Actions" (*op. cit.*, pp. 118-155).

factual", da qual os novos historiadores precisamente se afastam. Esse ponto deverá ser retido para a discussão ulterior (Capítulo 3). De outro lado, o modelo quer ser ainda um modelo de *explicação*: por isso o autor coloca-se a igual distância daqueles para quem explicar é "cobrir" um caso com uma lei empírica, e daqueles para quem compreender a ação é re-viver, re-atualizar, repensar as intenções, as concepções e os sentimentos dos agentes. Mais uma vez, Dray combate em duas frentes: a dos positivistas, a dos "idealistas", na medida em que os últimos encerram-se numa teoria da empatia, da qual os primeiros denunciam o caráter não-científico. Para dizer a verdade, entre os "idealistas", é de Collingwood que o autor permanece próximo: re-viver, re-atualizar, re-pensar são palavras de Collingwood. O que se trata de demonstrar é que estas operações têm sua *lógica*, que as distingue da psicologia ou da heurística e as estabelece no terreno da explicação. O desafio é pois o de "uma análise lógica da explicação tal como é dada em história"¹² (p. 121).

Explicar uma ação individual por razões é "reconstruir o cálculo (*calculation*), feito pelo agente, dos meios que ele deve adotar em vista do fim que escolheu, à luz das circunstâncias nas quais se encontrou". Em outros termos: para explicar a ação, devemos conhecer as considerações que o convenceram que devia agir como o fez (p. 122).

Estamos, bem evidentemente, no fio condutor da teoria aristotélica da deliberação. Mas entendamos bem o termo *cálculo*; não se trata forçosamente de um raciocínio estritamente dedutivo, posto em forma proposicional: dado que se trata de uma ação intencional, todos os níveis de deliberação conscientes são admitidos, a partir do momento em que permitem a construção de um cálculo, aquele pelo qual o agente teria passado se tivesse tido tempo, se não tivesse visto o que fazer com um só golpe de vista, se se tivesse pedido a ele para explicar depois o que tinha feito etc. Explicar a ação é esclarecer esse cálculo, o qual constitui o *racional* da ação. Donde o termo explicação "racional".

Dray acrescenta um toque importante que vai além da "lógica". Explicar é mostrar que o que foi feito era a coisa que era preciso fazer, em vista das razões e das circunstâncias. Explicar é, pois, justificar, com o matiz de *avaliação* que se liga a esse termo; é explicar de que modo a ação foi *apropriada*. Aqui ainda, entendamos bem o sentido das palavras: justificar não é ratificar

12. Neste sentido a tentativa consiste em "make sense", mas com argumentos independentes do que Collingwood pôde dizer sobre a compreensão histórica (p. 122).

a escolha segundo nossos critérios morais e dizer: "O que ele fez, eu teria feito também"; é *pesar* a ação em função dos objetivos que são os do agente, de suas crenças mesmo errôneas, das circunstâncias tais como ele as conheceu: "Pode-se ver na explicação racional uma tentativa para atingir uma espécie de equilíbrio lógico ao termo do qual uma ação é *adequada* (*matched*) a um cálculo" (p. 125). Buscamos uma explicação precisamente quando não vemos a relação entre o que foi feito e o que acreditamos saber dos agentes; semelhante equilíbrio lógico faz falta: buscamos reconstituí-lo.

O termo *equilíbrio lógico* é o melhor que o autor encontrou para se distanciar da compreensão por empatia, por projeção ou por identificação e, ao mesmo tempo, para subtrair sua explicação da crítica hempellana. Porque, para atingir esse ponto de equilíbrio, é preciso reunir por via indutiva as provas materiais que permitem apreciar o problema tal como o agente o viu. Só um trabalho documental permite essa reconstrução. Daí, o procedimento não tem nada de instantâneo, nem de dogmático. Exige trabalho e está aberto às retificações. Partilha esses traços com a análise causal.

W. Dray não se interrogou sobre as relações de sua análise com a *armação da intriga*. O parentesco das duas abordagens é notável. Num ponto, é particularmente marcante: o autor observa que uma explicação por razões comporta um tipo de generalidade ou de universalidade que não é a de uma lei empírica: "Se y é uma boa razão para A fazer x , y seria uma boa razão para qualquer um suficientemente semelhante a A fazer x em circunstâncias suficientemente semelhantes" (p. 132). Reconhecemos a *probabilidade* invocada por Aristóteles: "O que um homem diria ou faria necessária ou verossimilmente." O autor está ocupado demais em polemizar contra o modelo nomológico e em distinguir o princípio de uma ação de uma generalização empírica para se interessar por esta intersecção da teoria da história com a teoria da narrativa, como o tinha feito com a teoria da ação. Mas não se pode esquecer a distinção aristotélica entre "um por causa do outro" e "um depois do outro", quando William Dray defende a polissemia do termo "porque", contra qualquer redução à univocidade em termos nomológicos¹³.

13. "Taken in isolation, it is very seldom beyond all doubt whether a given explanatory statement of the form, 'He did x because of y ' is to be taken in the rational sense, or not... The particular 'because' does not carry its languages level on its face; this has to be determined by other means" (p. 133). A ambigüidade do termo "porque" cresce, se se leva em conta seu uso na explicação por *disposições* que Gilbert Ryle distingue da explicação por leis empíricas em *The Concept of Mind* e que P. Gardiner retoma em *The Nature of Historical Explanation*, op. cit., pp. 89-90 e 96-97.

Resta, a meu ver, a principal dificuldade, que não é aquela com a qual o autor se bate: na medida em que o modelo da explicação por razões põe a teoria da história em intersecção com a da ação, o problema é explicar a razão de ações que não podem ser atribuídas a agentes *individuais*. Aí, veremos, está o ponto crítico de toda teoria "narrativista".

O autor não ignora a dificuldade e consagra-lhe um parágrafo (137-142). Propõe três respostas que não se superpõe exatamente. Digamos primeiro que presume que uma ação dada presta-se a uma explicação por razões, "caso se a estude de perto" (*If we study it closely enough*, p. 137). Essa presunção é a aposta de que é sempre possível "salvar as aparências" da racionalidade e descobrir, com um labor contínuo, as crenças distantes — e talvez estranhas — que permitem construir o cálculo presumido e atingir o ponto de equilíbrio buscado entre razões e ação. Essa presunção de racionalidade não conhece limites; inclui o recurso a motivos inconscientes; assim, uma explicação "irracional" é ainda um caso da explicação por razões.

Mas esta primeira resposta vale somente na medida em que podemos identificar agentes individuais da ação. O que acontece com a aplicação da explicação por razões a coletividades? Dray sugere que, por um processo de eclipse, os historiadores acham legítimo personificar entidades como a Alemanha e a Rússia e aplicar a esses superagentes uma explicação quase racional. Assim o ataque à Rússia pela Alemanha em 1941 pode ser explicado invocando o temor que a Alemanha tinha de ser atacada pelas costas pela Rússia — como se um cálculo desse tipo fosse válido para as razões de um superagente chamado Alemanha (p. 140). Essa própria elipse justifica-se de duas maneiras: pode-se, por estudos muito detalhados, mostrar que o cálculo em questão é, em última instância, o de indivíduos autorizados a agir "em nome da" Alemanha; em outros casos, estende-se por analogia uma explicação "típica" do indivíduo ao grupo (os Puritanos em luta com o sistema imposto na Inglaterra do século XVIII).

Terceira resposta: com os fenômenos históricos em grande escala, deparamos com o que Whitehead chamava de "o lado insensato" (*senseless side*) da história, a saber, que ações explicáveis em termos de razões produzem efeitos não queridos, não desejados, até efeitos adversos. Assim, da viagem de Cristóvão Colombo pode-se dizer que foi a causa da difusão da civilização européia, num sentido da palavra causa que nada mais tinha a ver com as intenções de Cristóvão Colombo. Dá-se o mesmo

quanto aos fenômenos sociais de grande amplitude. Nesse ponto, a objeção alcança as considerações da historiografia francesa sobre o longo prazo e sobre a história social. W. Dray concorda que o resultado dessas mudanças de grande amplitude não pode ser explicado pelo projeto de um indivíduo que teria encenado todo o negócio. Em outros termos, não é o caso de invocar um equivalente ou um substituto para o ardil da razão, que permitiria falar ainda de resultados não desejados da ação, em termos intencionais. Mas essa confissão não impede uma busca detalhada da contribuição para o resultado final dos indivíduos e dos grupos e, pois, dos cálculos que presidiram às suas atividades. Não há supercálculo, mas um ferverilhar de cálculos a serem tratados segundo um procedimento "*piecemeal*", *fragmento a fragmento*.

Como se vê, o argumento só vale quando se considera o processo social equivalente à soma dos processos individuais analisados em termos intencionais e quando se considera simplesmente "insensato" o desvio que os separa. Ora, é essa equivalência que constitui problema. Trata-se com efeito de saber se o que distingue a explicação histórica da explicação da ação por razões não é, primeiro, a escala dos fenômenos que ela estuda, a saber, a referência a entidades de caráter societário, irreduzíveis à soma de seus indivíduos; em seguida, o aparecimento de efeitos irreduzíveis à soma das intenções de seus membros, logo, àquela de seus cálculos; enfim, mudanças irreduzíveis às variações do tempo vivido pelos indivíduos tomados um a um¹⁴. Em suma, como ligar processos sociais às ações dos indivíduos e a seus cálculos sem professar um "individualismo metodológico" que deve ainda produzir suas próprias cartas de crédito?

William Dray limitou-se aos recursos de uma teoria da ação próxima da que desenvolvi na primeira parte sob o título de mimese I. Resta ver se um tratamento "narrativista" da compreensão histórica, que usaria os recursos da inteligibilidade da narrativa tirados de *mimese II* poderia preencher o fosso que permanece entre a explicação pelas razões de agentes individuais ou quase individuais e a explicação dos processos históricos em grande escala pelas forças sociais não-individuais.

14. Sobre esse ponto, cf. Hermann Lübbe: "Was aus Handlungen Geschichten macht", in *Vernünftiges Denken, Studien zur praktischen Philosophie und Wissenschaftstheorie*, op. cit., pp. 237-268.

2. A explicação histórica segundo Georg Henrik von Wright¹⁵

A crítica do modelo nomológico dá um passo decisivo com a obra de von Wright. Não consiste mais, como em W. Dray, em opor explicação causal à explicação por leis, e em construir, à guisa de modelo alternativo parcial, a explicação por razões. Visa conjugar explicação causal e inferência teleológica no interior do modelo "misto", a *explicação quase causal*, destinada a explicar o modo mais típico de explicação das ciências humanas e da história.

Não é indiferente que o autor, bem conhecido por seus trabalhos de lógica deôntica¹⁶, reconheça, no limiar de seu empreendimento, a dualidade das tradições que presidiram à *formação das teorias* nas disciplinas "humanistas e sociais". A primeira, que remonta a Galileu e até a Platão dá prioridade à explicação causal e mecanicista. A segunda, que remonta a Aristóteles, defende a especificidade da explicação teleológica ou finalista. A primeira exige a unidade do método científico, a segunda defende um pluralismo metodológico. É essa antiga polaridade que von Wright descobre na oposição, familiar à tradição germânica, entre *Verstehen (understanding)* e *Erklären (explanation)*¹⁷. Mas, enquanto o modelo nomológico era condenado a negar todo valor explicativo à *compreensão*, sem contudo conseguir explicar as operações intelectuais realmente atuantes nas ciências humanas, von Wright propõe um modelo suficientemente poderoso para colocar lado a lado, por uma série de extensões sucessivas da linguagem inicial da lógica proposicional clássica, o campo da compreensão histórica, ao qual não

15. Georg Henrik von Wright, *Explanation and Understanding*, op. cit.

16. *Norm and Action*, Routledge and Kegan Paul, Londres, 1963. *An Essay in Deontic Logic and the General Theory of Action*, North Holland, Amsterdã, 1968.

17. Von Wright dá grande importância à triplíce crítica dirigida contra esta dicotomia, que encontra em W. Dray em *Laws and Explanation in History* (1957), em Elizabeth Anscombe em *Intention* (Oxford, B. Blackwell, 1957), em Peter Winch em *The Idea of a Social Science* (Londres, Routledge and Kegan Paul, 1958) e em Charles Taylor em *The Explanation of Behaviour* (Londres, Routledge and Kegan Paul, 1964). Ademais, assinala um vivo interesse pelas convergências entre os desenvolvimentos que permanecem no âmbito da filosofia analítica e as evoluções paralelas que observa no continente europeu, na corrente hermenêutica ou dialética-hermenêutica. Na perspectiva dessas influências cruzadas, von Wright espera da filosofia de Wittgenstein que tenha, sobre a filosofia hermenêutica, um impacto igual ao que teve sobre a filosofia analítica e que contribua assim para a aproximação entre as duas tradições. Interpreta como um sinal favorável a orientação da hermenêutica em direção às questões da linguagem: dissociando "compreensão" e "empatia", a nova filosofia hermenêutica, em particular a de Gadamer, faz da compreensão "uma categoria semântica, mais que psicológica" (p. 30).

cessa de reconhecer uma capacidade originária de apreensão com relação ao sentido da ação humana. O interesse, para nossa investigação, consiste muito exatamente nessa aproximação sem anexação ao campo da compreensão por um modelo nascido do enriquecimento da lógica proposicional com o auxílio da lógica modal e da teoria dos sistemas dinâmicos¹⁸.

Quem diz aproximação diz ao mesmo tempo construção, por extensões sucessivas da linguagem inicial, de um modelo mais rico, mais coerente com as exigências teóricas dessa linguagem — mas também polarização do modelo teórico, em virtude da atração exercida sobre ele por uma apreensão originária de sentido, que permanece, finalmente, exterior ao processo puramente interno de enriquecimento do modelo. A questão será saber se essa aproximação pode chegar até uma reformulação lógica dos conceitos subjacentes à compreensão histórica.

Diversamente do modelo nomológico, que se limitava a sobrepor uma lei abrangente a dados sem laço interno, o modelo de von Wright estende seu domínio às *relações de condicionalidade* entre estados anteriores e estados posteriores, implicados em sistemas físicos dinâmicos. É essa extensão que constitui a estrutura de acolhimento para a reformulação lógica de toda a problemática da compreensão.

Não se trata de reproduzir aqui a argumentação que rege essa passagem da lógica proposicional à lógica dos sistemas físicos dinâmicos. Limitar-me-ei a uma apresentação sucinta do aparato lógico-formal que governa a obra de von Wright¹⁹. Von Wright dá-se os seguintes pressupostos: um conjunto de estados de coisa²⁰ genéricos, logicamente independentes (que o sol brilhe, que alguém abra a porta); a realização desses estados de coisa em determinadas ocasiões (espaciais ou temporais); o pressuposto de que os estados de coisa logicamente independentes combinam-se num número finito de estados, constituindo um *estado total* ou *mundo possível*; a possibilidade de construir uma linguagem que, por uma conjunção de frases, descreve os estados que são os átomos ou elementos desse mundo possível; enfim, a possibilidade de considerar, entre os conjuntos de

18. J.-L. Petit, *La Narrativité et le Concept de l'explication en histoire*, in *La Narrativité*, Paris, éditions du CNRS, 1980, p. 187 ss.

19. *Explanation and Understanding*, op. cit., pp. 43-50.

20. Von Wright inclui a noção de acontecimento na de estado de coisas: "An event one could say, is a pair of successive states" (p. 12). Essa definição é justificada na obra anterior do autor, *Norm and Action*, cap. II, sec. 6.

estados, um espaço-de-estados e, entre estes, espaços-de-estados finitos. O conjunto dos pressupostos resume-se assim: "Admitamos que o estado total do mundo numa determinada ocasião possa ser completamente descrito, estabelecendo, para qualquer dos membros determinados de um espaço-de-estados, se esse membro realiza-se ou não nessa ocasião. Um mundo que satisfaz essa condição poderia ser chamado de um mundo [segundo o] *Tractatus*. É o tipo de mundo que Wittgenstein considerou no *Tractatus*. Constitui uma espécie no interior de uma concepção mais geral do modo pelo qual o mundo é constituído. Podemos chamar essa concepção geral de um atomismo lógico" (p. 44).

Quanto a dizer que o mundo no qual estamos efetivamente colocados satisfaça o modelo, isso permanece "uma questão profunda e difícil, à qual não sei como responder" (p.44). O modelo significa somente que os estados de coisa são os únicos "*ontological building bricks*" dos mundos que estudamos e que não se considera a estrutura interna desses "bricks".

Nessa etapa da análise lógica, quase não se vê que passo demos em direção à compreensão prática e histórica. Uma primeira extensão significativa concerne à adição ao sistema de um princípio de desenvolvimento. O autor o faz do modo mais simples, adicionando uma "*tense-logic*" rudimentar à sua lógica proposicional bivalente. Ao vocabulário desta, acrescentamos um novo símbolo T que se reduz a um conectivo binário. "A expressão " $p T q$ " lê-se: "agora o estado p ocorre, e depois, isto é, na próxima ocasião, o estado q ocorre..." Um interesse particular é atribuído ao caso em que se trata da descrição de estados. A expressão total enuncia, então, que o mundo está agora num certo estado total e que, na próxima ocasião, estará num certo estado total, o mesmo ou diferente, segundo o caso" (p. 45). Caso se considere, ademais, que p e q , que enquadram T , podem também conter o símbolo T , constroem-se cadeias de estados marcados quanto à sucessão, que permitem designar os fragmentos da história do mundo, onde o termo *history* designa, ao mesmo tempo, a sucessão de estados totais do mundo e as expressões que descrevem essa situação. Deve-se, ainda, enriquecer o cálculo do conectivo T , primeiro com um quantificador temporal ("sempre", "nunca", "algumas vezes") e, em seguida, com um operador de modalidade M . Essas adições sucessivas regulamentam a formalização da lógica das condições e daquilo que o autor chamará adiante de *análise causal*.

Na falta de desenvolvimentos referentes a esse cálculo, o autor limita-se a um método quase formal de exposição e de ilustração, pondo em jogo simples figuras topológicas ou árvores (p. 48). A figura só comporta estados totais do mundo (composto de n estados de coisas elementares) representados por pequenos círculos, uma progressão da esquerda para a direita de um estado total a outro, logo uma "história", representada por um traço unindo os círculos, enfim, possibilidades alternativas de progressão, representadas por ramificações.

Por mais formal que seja esse modelo, ele já comporta a marca potencial de todos os desenvolvimentos ulteriores: a condição mais fundamental da história é constituída por essa "liberdade de movimento" — essa indeterminação teoricamente ilimitada — que o mundo tem, ou teria tido, em cada etapa da progressão. Deve-se, pois, jamais perder de vista que, quando se fala de sistema, só se trata de "um *fragmento* da história de um mundo": "um sistema, nesse sentido, é definido por um espaço-de-estados, um estado inicial, um certo número de etapas de desenvolvimento e um conjunto de alternativas na passagem de uma etapa a outra" (p. 49). Longe, pois, de a idéia de sistema excluir a intervenção de sujeitos livres e responsáveis — quer se trate de fazer um plano, quer uma experimentação física —, ela reserva fundamentalmente sua possibilidade e exige seu complemento. Como?

Faz-se necessária aqui uma segunda adição, para que a lógica dos sistemas físicos dinâmicos possa encontrar-se com a compreensão originária que temos da ação e da história. Diz respeito ao estatuto da *explicação* causal em relação à *análise* causal, ficando entendido que é a primeira que interessa à compreensão.

A análise causal é uma atividade que percorre os sistemas em forma de árvores topológicas. Considerando um estado terminal, interroga-se sobre as "causas" do advento e da composição desse estado terminal em termos de condições necessárias e suficientes. Recordemos, sumariamente, a distinção entre condição necessária e condição suficiente. Dizer que p é a condição suficiente de q , é dizer: todas as vezes que p , então q (p basta para assegurar a presença de q). Dizer que p é a condição necessária de q , é dizer: todas as vezes que q , então p (q pressupõe a presença de p). A diferença entre os dois tipos de condições é ilustrada pela dissimetria dos percursos no sentido regressivo e progressivo, em virtude das alternativas abertas pelas ramificações. A *explicação* causal difere da *análise* causal

naquilo que, nesta, dado um sistema, exploramos as relações de condicionalidade no interior do sistema, enquanto naquela é uma ocorrência individual de um fenômeno genérico (acontecimento, processo, estado) que é dada e buscamos em qual sistema esse fenômeno genérico — o *explanandum* — pode ser ligado a um outro, segundo uma certa relação de condicionalidade.

Vê-se o passo operado em direção às ciências humanas pela passagem da *análise* à explicação *causal*, e pela aplicação, a esta última, da distinção entre condição necessária e condição suficiente. A relação de condição suficiente rege a manipulação (produzindo *p*, faz-se acontecer *q*); a relação de condição necessária rege o impedimento (descartando *p*, impedimos tudo aquilo de que *p* é uma condição necessária). É em termos de condição suficiente que se responde à questão: *por que* tal tipo de estado aconteceu necessariamente? Em compensação, é em termos de condição necessária, mas não suficiente, que se responde à questão: como foi possível que tal tipo de estado acontecesse? Na explicação do primeiro grupo, a predição é possível; as explicações do segundo grupo não autorizam a predição, mas a retrodicção, no sentido de que, partindo do fato de que algo aconteceu, inferimos, às avessas do tempo, que a condição antecedente necessária deve ter-se produzido e buscamos seus traços no presente, como é o caso em cosmologia, em geologia, em biologia, mas também, como se dirá adiante, em certas explicações históricas.

Estamos em condições de dar o passo decisivo, a saber, a articulação da explicação causal com o que compreendemos, a título original, como sendo uma *ação* (notaremos que nesse estágio, teoria da ação e teoria da história recobrem-se). O fenômeno da *intervenção* — que acabamos de antecipar, falando de produzir e de fazer acontecer, de descartar e de impedir — requer tal articulação, no sentido de que a intervenção *conjuga* o *poder-fazer* de que um agente tem uma compreensão imediata com as relações internas de *condicionalidade* de um sistema. A originalidade de *Explanation and Understanding* é de buscar, na própria estrutura dos sistemas, a condição da intervenção.

A noção-chave é a de *fechamento* do sistema, que diz respeito à análise causal. Com efeito, um sistema só pode ser dito fechado *ocasionalmente*, para uma determinada exemplificação: uma ocasião — ou uma seqüência de ocasiões — é dada, quando seu estado inicial se produz, e o sistema desenrola-se segundo um de seus cursos possíveis de desenvolvimento, atra-

vés de *n* etapas dadas. Dentre os tipos possíveis de fechamento, pode-se contar a subtração de um sistema a influências causais exteriores; nenhum estado, em nenhum tipo de sistema, tem condição suficiente antecedente fora do sistema. A *ação* realiza um outro tipo notável de fechamento, pelo fato de que é fazendo alguma coisa que um agente aprende a “isolar” um sistema fechado de seu meio e descobre as possibilidades de desenvolvimento inerentes a esse sistema. Isso, o agente aprende pondo em movimento o sistema, a partir de um estado inicial que “isola”. Essa colocação em movimento constitui a intervenção, na interseção de um dos poderes do agente e dos recursos do sistema.

Como se opera essa interseção? Eis o argumento de von Wright. Seja *a* o estado inicial de um sistema numa determinada ocasião: “Admitamos agora que existe um estado (*alfa*) tal que tenhamos a convicção (*we feel confident*), com base na experiência passada, de que *alfa não se transformará* no estado *a*, a menos que o mudemos para *a*. E admitamos que isso seja algo que *podemos fazer*” (p. 60). Nessa frase está contida toda a teoria da intervenção. Atingimos aqui um irreduzível. Estou certo de que posso... Ora, nenhuma ação se produziria e, em particular, nenhuma experimentação científica se faria, sem essa certeza de que, por nossa intervenção, podemos produzir mudanças no mundo. Essa certeza não se refere a uma relação de condicionalidade. *a* marca antes a interrupção da cadeia: “... *alfa*, admitimos, não se transformará em *a* a menos que *nós* o façamos mudar” (p. 61). Inversamente, podemos perfeitamente deixar o mundo sem a nossa intervenção. Assim, “aprendemos a isolar um fragmento da história de um mundo para fazer dele um sistema fechado e chegamos a conhecer as possibilidades (e as necessidades) que governam os desenvolvimentos internos de um sistema..., de um lado, pondo muitas vezes o sistema em ação por meio de atos que consistem em produzir seu estado inicial, depois observando (“passivamente”) as etapas sucessivas de seu desenvolvimento e, de outro lado, comparando essas etapas sucessivas com os desenvolvimentos de sistemas procedentes de estados iniciais diferentes” (pp. 63-64).

Von Wright tem o direito de afirmar que, “com a idéia de colocar os sistemas em movimento, as noções de ação e de causalidade unem-se” (p. 64). Reata, aqui, com um dos significados mais antigos da idéia de causa de que a linguagem conservou o traço. A ciência bem pode lutar contra os usos analógicos e abusivos da idéia de causa, como a de um agente

responsável; esse uso tem sua raiz na idéia de *fazer alguma coisa* e de intervir intencionalmente no curso da natureza²¹.

Quanto à estrutura lógica de *fazer alguma coisa*, von Wright adota as distinções introduzidas por A. Danto²². Com este, distingue entre *fazer alguma coisa* (sem ter outra coisa a fazer no meio tempo) e *fazer acontecer alguma coisa* (fazendo algo diverso). Decidiremos dizer: "A coisa feita é o resultado de uma ação; a coisa que se faz acontecer é sua conseqüência" (p. 67). A distinção é importante porque a interferência no sistema repousa, em última análise, no primeiro tipo de ações, chamadas por Danto de "ação de base". Ora, o laço entre ação de base e seu resultado é intrínseco, lógico e não causal (quando se retém do modelo humeano a idéia de que a causa e o efeito são logicamente extrínsecos). A ação não é, pois, a causa de seu resultado: o resultado é uma parte da ação. Nesse sentido, a ação de pôr um sistema em movimento, reduzida a uma ação de base, identifica o estado inicial do sistema com o resultado de uma ação, num sentido não causal da palavra resultado.

As conseqüências *metafísicas* da noção de intervenção são importantes e concernem indiretamente à história, na medida em que essa relata ações. Poder fazer, diremos, é ser livre: "Na 'corrida' entre a causalidade e o agir, este será sempre o ganhador. É uma contradição nos termos que o agir pode estar inteiramente preso na trama de causalidade" (p. 81). E, se duvidamos disso, é primeiro porque tomamos como modelos os fenômenos de disfunção e de incapacidade, mais que as intervenções bem-sucedidas, que repousam na certeza íntima que temos de poder agir. Ora, essa certeza não deriva dos saberes adquiridos referentes a não-poderes. Se duvidamos de nosso livre poder-fazer, é ainda porque extrapolamos à totalidade do mundo as seqüências regulares que observamos. Esquecemos que as relações causais são relativas a fragmentos da história de um mundo, que têm o caráter de sistema fechado. Ora, a

21. Ademais, a causalidade, mesmo despojada de toda interpretação antropomórfica, conserva um laço implícito com a ação humana, no que chamamos, de bom grado, de causa, quer seja o que bastaria produzir para obter o efeito, quer seja o que é necessário suprimir para o efeito fazer desaparecer. Nesse sentido, conceber uma relação entre eventos em termos de causalidade é concebê-la sob o aspecto da ação possível. O autor concorda, assim, com a descrição da causa como "punhado" (*handle*) por Collingwood. Retornaremos a esse problema dos usos não humeanos da idéia de causa no Capítulo III, com Max Weber, Raymond Aron e Maurice Mandelbaum.

22. Arthur Danto, "What Can We Do?" *The Journal of Philosophy* 60, 1963; "Basic Actions", *American Philosophical Quarterly* 2, 1965.

capacidade de pôr em movimento os sistemas, produzindo seus estados iniciais, é uma condição de seu fechamento. A ação é, pois, implicada na própria descoberta das relações causais.

Detenhamo-nos nesse estágio de demonstração. Seria bem fundamentado dizer que a teoria dos sistemas dinâmicos fornece uma reformulação lógica do que já compreendemos como sendo uma ação, no sentido forte do termo, isto é, implicando a convicção de que um agente tem o poder de fazê-la? Não parece: a antecipação efetuada pela ação em relação à causalidade, como sugere o texto citado há pouco, é definitiva. A explicação causal corre atrás da convicção do poder-fazer, sem nunca apanhá-la. A aproximação, nesse sentido, não é uma reformulação lógica sem mais, mas a redução progressiva do intervalo que permite à teoria lógica explorar a fronteira que tem em comum com a compreensão.

Notamos que, na análise do fenômeno de intervenção, não distinguimos entre teoria da ação e teoria da história. Ou antes, a teoria da história só foi considerada como uma modalidade da teoria da ação.

A extensão do modelo lógico inicial é guiada, na sua aproximação do campo histórico, por um outro fenômeno do qual temos uma compreensão tão originária quanto a do poder-fazer; a saber, a compreensão originária que temos do caráter *intencional* da ação. Esse caráter intencional estava, num sentido, implicitamente contido na análise anterior do "fazer". Com Danto, distinguimos, com efeito, as ações de base, pelas quais fazemos algo sem intervenção de uma ação intermediária, e as outras ações, pelas quais fazemos de *tal modo que* aconteça algo, ou seja, as coisas que fazemos acontecer e, entre elas, as que fazemos fazer por outro. Vamos ver qual extensão do modelo essa apreensão originária do sentido suscita, e perguntar-nos se a nova aproximação que essa extensão suscita pode se prevalecer de uma reformulação lógica integral da compreensão do caráter intencional da ação.

A adição da explicação *teleológica* à explicação *causal* é suscitada pela lógica do "em vista de...", do "de sorte que...". Descartemos o caso da explicação quase teleológica, que é só uma explicação causal disfarçada, como é o caso quando dizemos que uma fera é atraída por sua presa, ou ainda, que um foguetão é atraído por seu alvo. A terminologia teleológica não poderia disfarçar o fato de que a validade dessas explicações repousa integralmente na verdade das conexões nômicas. Os fenômenos de adaptação, e, em geral, as explicações funcionais

em biologia e história natural, dizem respeito a esse tipo de explicação (inversamente, ver-se-á adiante que a história apresenta explicações quase causais que, desta vez, dissimulam num vocabulário causal, no sentido nômico da palavra, segmentos de autêntica explicação teleológica). É às condutas do tipo da ação (*action-like*) que se refere a explicação teleológica. As fases da ação, sob seu aspecto exterior, não estão a ela ligadas por um laço causal; sua unidade é constituída pela subsunção, sob uma mesma intenção, definida pela coisa que o agente tende a fazer (ou se abstém de fazer, ou negligencia fazer).

A tese de von Wright é aqui de que a intenção não pode ser tratada como uma causa humeana da conduta; caso se a defina pelo traço distintivo de que a causa e o efeito são logicamente independentes um do outro, Von Wright adota a tese chamada de "Argumento de conexão lógica", segundo a qual o laço entre uma razão de agir e a própria ação é um laço intrínseco e não extrínseco. "Trata-se aqui de um mecanismo motivacional e, como tal, não causal, mas teleológico" (p. 69).

A questão colocada é a de saber até que ponto a lógica da explicação teleológica explana o que já foi compreendido como intenção. Como há pouco, na análise da intervenção, descobrimos uma nova relação entre compreender e explicar. Não se trata mais de incorporar um "eu posso" a um encadeamento causal, mas uma intenção a uma explicação teleológica. Basta, para compreender isso, tomar a explicação teleológica como uma *inferência prática invertida*. Esta se escreve:

A tem a intenção de fazer acontecer *p*.

A considera que só pode fazer acontecer *p* se fizer *a*.

Logo, A põe-se a fazer *a*.

Na explicação teleológica, a conclusão da inferência prática serve de premissa e sua maior conclusão: A se põe a fazer *a* "porque" A tem a intenção de fazer acontecer *p*. É, pois, a inferência prática que é preciso considerar. Ora, "para tornar-se explicável de modo *teleológico*..., a conduta mencionada na conclusão deve ser primeiro compreendida de modo intencional" (p. 121). "Intencional" e "teleológico" são assim termos que se recobrem sem se identificar. Von Wright chama de intencional a *descrição* sob a qual a ação de explicar é enunciada, e teleológica a própria *explicação* que põe em jogo uma inferência prática. Os dois termos recobrem-se na medida em que a explicação inten-

cional é exigida para constituir a premissa de uma inferência prática. Distinguem-se na medida em que a explicação teleológica aplica-se aos objetos longínquos de uma intenção, os quais são precisamente atingidos ao termo de uma inferência prática. Por um lado, pois, a descrição intencional só constitui a forma rudimentar de uma explicação teleológica, só a inferência prática fazendo passar da descrição intencional à explicação teleológica propriamente dita. Por outro lado, não haveria nenhuma necessidade de uma lógica do silogismo prático, se uma apreensão imediata de sentido, referente ao caráter intencional da ação, não a suscitasse. Do mesmo modo que, na corrida entre a experiência viva de agir e a explicação causal, a ação fosse sempre a ganhadora, não seria preciso dizer que, na corrida entre a interpretação intencional da ação e a explicação teleológica, a primeira é sempre a ganhadora? Von Wright não está longe de concedê-lo. "Para se tornar explicável de modo teleológico, a conduta mencionada na conclusão [do silogismo prático] deve primeiro ser compreendida de modo intencional" (p. 121). E ainda: "Uma explicação teleológica da ação é normalmente precedida por um ato de compreensão intencional, aplicado a uma dada conduta" (p. 132)²³.

Vamos fazer mais uma vez uma avaliação: será que completando a explicação causal pela explicação teleológica, aproximamo-nos da compreensão da história que, de minha parte, vinculo à inteligência narrativa²⁴? Para dizer a verdade, ainda

23. Deixo de lado a longa análise com a qual von Wright empenha-se em melhorar a teoria da inferência prática nascida de Aristóteles e retomada na época moderna por E. Anscombe, Charles Taylor e Malcolm. O argumento que von Wright chama de "Argumento da conexão lógica" — em oposição ao da conexão causal não lógica, isto é, extrínseca — não foi apresentado, segundo ele, de modo convincente por seus predecessores. É em termos de verificação que von Wright coloca o problema. A questão é dupla: como, perguntaremos, garantimos que um agente tem certa intenção? Ademais, como descobrimos que sua conduta é daquelas em que se supõe a intenção como sendo a causa? O argumento é então este: se parece que não se pode responder à primeira questão sem responder à segunda, então a intenção e a ação não serão logicamente independentes: "E nessa dependência mútua entre a verificação das premissas e a verificação das conclusões nos silogismos práticos que consiste, na minha opinião, a verdade do argumento da conexão lógica" (p. 116). Não resumirei a demonstração dessa relação circular que não é necessária a meu propósito.

24. Negligencio aqui a discussão concernente à compatibilidade entre explicação teleológica e explicação causal. Só falo disso na medida em que o argumento confirma a irreduzibilidade da primeira à segunda. O argumento consiste essencialmente em dizer que as duas explicações não têm o mesmo *explanandum*; trata-se de fenômenos colocados sob descrições diferentes: movimentos corporais, do lado da explicação causal, uma conduta intencional, do outro. Não tendo o mesmo *explanandum*, as duas explicações são compatíveis. O que está excluído, em compensação, é que eu adote, ao mesmo tempo, as duas explicações: assim, não posso ao

não explicamos o que distingue a teoria da história da teoria da ação. O silogismo prático apenas permitiu prolongar, se ousar, o alcance da orientação intencional da ação. É por isso que a explicação teleológica, por si só, não permite distinguir a história da ação. De fato, só falamos, até aqui, de história num sentido extremamente formal: um sistema, dissemos, é “um fragmento da história de um mundo” (p. 49). Mas essa asserção valia para todo o mundo possível satisfazendo os critérios de um “*Tractatus-world*”. Uma só vez, o termo história, no sentido concreto de “*story*”, aparece na análise da explicação teleológica. É introduzido do seguinte modo: pode-se observar com Wittgenstein que uma conduta intencional se parece com o emprego da linguagem — “É um gesto pelo qual significo (*mean*) algo” (p. 114). Ora, o uso e a compreensão da linguagem supõem o contexto de uma comunidade lingüística que é uma comunidade de vida: “Uma intenção, lemos em *Investigações filosóficas* (seção 337), é inserida na sua situação, nos costumes e instituições”. Daí resulta que não podemos compreender ou explicar teleologicamente uma conduta que nos seria completamente estranha. E essa referência ao contexto da ação que pede a observação de que “a intencionalidade da conduta é seu *lugar* numa história (*story*) concernente ao agente” (p. 115). Não basta, pois, estabelecer a equivalência entre intencionalidade e explicação teleológica para dar conta da explicação em história. É preciso dar ainda um equivalente lógico à relação da intenção com seu contexto, o qual, em história, é feito de todas as circunstâncias e de todos os efeitos não desejados da ação.

É para se aproximar de um grau suplementar do estatuto particular da explicação em história que von Wright introduz o conceito de explicação quase causal.

De um modo geral, a explicação quase causal é da forma: “isto aconteceu porque”. Exemplo: o povo sublevou-se porque o governo era corrupto. A explicação é dita causal, porque o

mesmo tempo levantar meu braço e observar, por exemplo sobre uma tela, as mudanças que ocorrem em meu cérebro. Quando observo, deixo as coisas acontecerem; quando ajo, faço-as acontecer. E, pois, uma contradição nos termos deixar acontecer e ao mesmo tempo fazer acontecer a mesma coisa na mesma ocasião. Ninguém, em consequência, pode observar as causas dos resultados de suas próprias ações de base, no sentido da palavra resultado adotado acima. Irredutíveis uma à outra, compatíveis entre si, a explicação causal e a explicação teleológica se fundem, no sentido que atribuímos à ação: “A base conceitual da ação, poder-se-ia dizer, é, de um lado, nossa ignorância (nossa não-consciência) da operação das causas, e, de outro, nossa certeza de que certas mudanças só se produzirão se viermos a agir” (p. 130).

explanans refere-se a um fator que precedeu o *explanandum*. Mas a explicação é somente quase causal, por duas razões. Razão negativa: a validade dos dois enunciados não requer — como na explicação causal e na explicação quase teleológica — a verdade de uma conexão nômica. Razão positiva: o segundo enunciado tem uma estrutura teleológica implícita — o objetivo do levante era livrar-se do mal de que o povo sofria.

Qual é, pois, a relação entre a explicação quase causal e a explicação teleológica?

Digamos primeiro que ela não é o único modo de explicação. A história parece, antes, do ponto de vista explicativo, constituir um gênero misto. Assim, se há lugar para explicações de tipo causal, “esse lugar é particular e, num sentido característico, subordinado a outros tipos de explicação” (p. 135)²⁵.

A explicação causal acha-se sob duas formas principais: a explicação em termos de condições suficientes (por que tal tipo de estado aconteceu necessariamente?); a explicação em termos de condições necessárias (como foi possível...?). A subordinação dessas duas formas de explicação causal aos outros tipos de explicação pode ser demonstrada do seguinte modo. Sejam as ruínas de uma cidade. Qual foi a causa da sua destruição: uma inundação ou uma invasão? Temos uma causa humeana — um acontecimento físico —, e um efeito humeano — outro acontecimento físico (a conquista considerada como agente físico). Mas esse fragmento de explicação causal não é, como tal, da alçada da história. Refere-se só indiretamente à história, na medida em que, por trás da causa material, esboça-se um bastidor de rivalidades políticas entre cidades e onde, além do efeito material, desenvolvem-se as consequências políticas, econômicas e culturais do desastre. É essa causa não humeana e este efeito não humeano que a explicação histórica pretende ligar. Nesse primeiro tipo, pois, “o papel da explicação causal propriamente dita é freqüentemente o de ligar as causas humeanas de seu *explanans* aos efeitos não humeanos de seu *explanandum*” (p. 137)²⁶.

25. Numa importante nota (pp. 200-201), von Wright, fiel nisto a Wittgenstein, resiste a qualquer reforma lingüística que quisesse excluir a terminologia causal da história, em virtude da confusão possível entre as categorias causais excessivas e exclusivamente dependentes do modelo hempeliano. Uma coisa é perguntar-se se a terminologia causal é apropriada à história, outra, se tal categoria causal se aplica a essa disciplina.

26. Esse primeiro tipo pode ser esquematizado assim (p. 137): explicação histórica {causa não-humeana — efeito não-humeano} {causa humeana — efeito humeano} explicação causal.

Eis, agora, a explicação em termos de condições necessárias: Como os habitantes de tal cidade puderam construir uma muralha tão colossal? O *explanandum* é um efeito humeano: esses muros que se mantêm de pé. O *explanans* é também uma causa humeana: os meios materiais aplicados na construção. Mas a explicação só é histórica se faz o desvio pela ação (urbanismo, arquitetura etc.). O *explanandum* é, então, o resultado dessa ação, no sentido em que dissermos que o resultado da ação não era um efeito humeano. Uma vez ainda, a explicação causal é um segmento da explicação histórica, a qual comporta também um segmento não nômico (causal)²⁷.

Quanto à explicação quase causal, é singularmente mais complexa que as precedentes. A resposta à questão *por quê?* aí está extraordinariamente ramificada. O exemplo introduzido acima (o povo sublevou-se porque o governo era corrupto) mascara a complexidade real do trabalho do historiador. Seja a tese segundo a qual a Primeira Guerra mundial explodiu "porque" o arqueduke da Áustria foi assassinado em Sarajevo em julho de 1914. Que tipo de explicação assume-se desse modo? Admitamos, pelas necessidades do argumento, que a causa e o efeito são logicamente independentes; em outros termos, que os dois acontecimentos são considerados como diferentes²⁸. Nesse sentido, a explicação é de fato de forma causal. Mas a *mediação* verdadeira é a assegurada por todos os cursos de motivação afetando todas as partes em jogo. Esses cursos de motivação devem ser esquematizados por meio de inferências práticas, que engendram fatos novos (em virtude do laço que citamos entre intenção e ação no silogismo prático); esses fatos constituem situações novas para todos os agentes; estes apreciam sua situação incorporando o fato acabado às premissas de suas novas inferências práticas às quais, por sua vez, engendram novos fatos, que afetam as premissas de novas inferências práticas operadas pelas diversas partes presentes²⁹.

27. Esse segundo tipo pode ser esquematizado assim (p. 138): {*explanans* (antecedente causal) → ação → *explanandum* (resultado da ação)} explicação causal.

28. A explicação quase causal pode ser esquematizada assim (p. 143): *explanans* → premissas práticas → → *explanandum*.

29. A independência dos dois acontecimentos, nota von Wright, é discutível se o acontecimento descrito é que a Primeira Guerra Mundial "explode"; não é um termo de "colligation", cuja descrição completa inclui o incidente de Sarajevo? A discussão não teria fim se perdéssemos de vista que é sempre sob uma certa descrição que um evento é dependente ou independente. Nesse sentido, a explicação quase causal é tributária de uma descrição particularmente analítica dos eventos. Mandelbaum recordaria certamente aqui que esse uso atomístico da causalidade deriva da apreensão global de processos interrompidos, que afetam as entidades contínuas do gênero da nação (cf. adiante, Capítulo III, p. 268 ss.).

A explicação quase causal revela-se, assim, ser mais complexa que a explicação por razões no sentido de W. Dray. Essa última só recupera os segmentos teleológicos de um modelo "misto": causal-teleológico. Alguns desses segmentos derivam decerto "de um conjunto de enunciados singulares que constituem as premissas de inferências práticas" (p. 142). Mas, se é verdade que esses segmentos de inferências não se reduzem a conexões nômicas, a explicação quase causal, em compensação, não se reduz à reconstrução de um cálculo como na explicação por razões.

Ao todo, a explicação quase causal restitui corretamente muitos caracteres específicos da explicação em história. Primeiro, a junção entre a explicação causal e a teoria da ação em favor do fenômeno de *intervenção* permite incluir no modelo misto a referência da história a *ações* humanas, cujo significado enquanto ação é atestado pela convicção de que o próprio agente tem o poder de fazer o que ele faz. Ademais, os segmentos teleológicos do esquema explicativo testemunham o fato de que é razoável interrogar-se como historiador sobre as intenções dos atores da história, nos termos de uma inferência prática que diz respeito a uma lógica específica, a mesma que foi inaugurada pela teoria aristotélica do silogismo prático. Enfim, o modelo exprime a necessidade de coordenar esses núcleos do poder-fazer e esses segmentos da inferência prática a segmentos não práticos e não teleológicos de tipo propriamente causal.

Em compensação, podemos perguntar-nos se, a despeito do extraordinário esforço para vincular os diversos modos de explicação a um modelo lógico de grande potência, os tipos de explicação não estão mais dispersos que nunca.

Propusemos, com efeito, ao menos três esquemas de explicação histórica, sem que mostrássemos como os dois primeiros são incorporados ao terceiro. Ademais, um fator importante de dispersão aparece no nível causal: numa abordagem propriamente analítica, é-se levado a distinguir entre fatores "externos" (clima, tecnologia etc.) e fatores "internos" (motivos, razões de agir), sem que se possa dizer quais são "causas", quais são "efeitos". Um fator de integração parece faltar aqui, o de que as ideologias marcam a importância e talvez a inelutabilidade. Por seu lado, o campo de motivação contém fatores tão díspares quanto ordens, impedimentos, pressões normativas, marcas de autoridade, sanções etc., que se acrescem à dispersão da explicação. Quase não se vê de que modo essas causas heterogêneas são incorporadas às premissas dos silogismos práticos. Toca-se

aqui na pretensão das explicações globais como as do materialismo histórico. Como é igualmente impossível prová-lo por razões a priori ou refutá-lo só pela da experiência, é preciso confessar que "a medida primordial de sua verdade reside na sua fecundidade" (p. 145). A fronteira entre explicação científica e ideologia revela-se aqui bem frágil, na ausência de um esforço, que só se encontrará em Hayden White, de integrar à explicação histórica variáveis mais numerosas que as consideradas por von Wright e para conferir a todos esses modos explicativos a unidade de um *estilo*.

Para nos atermos ao modelo de explicação quase causal, na sua apresentação mais elementar, podemos questionar o que assegura a unidade entre os segmentos nômicos e os segmentos teleológicos no interior do esquema de conjunto: essa descontinuidade no interior do modelo, unida aos outros fatores de dispersão da explicação evocada há pouco, conduz a nos perguntarmos se não falta um fio condutor da ordem da compreensão para manter juntos os segmentos nômicos e os segmentos teleológicos da explicação quase causal. Esse fio condutor, na minha opinião, é a intriga, enquanto *síntese do heterogêneo*. A intriga, com efeito, "compreende", numa totalidade inteligível, circunstâncias, fins, interações, resultados não desejados. Não se pode dizer, então, que a intriga é para a explicação quase causal o que a certeza do poder-fazer era, acima, para a intervenção de um agente em um sistema nômico e o que a intencionalidade era para a explicação teleológica? Não será preciso, da mesma maneira, que a explicação causal seja precedida pela compreensão narrativa, no sentido em que se pôde dizer que "uma explicação teleológica da ação é normalmente precedida por um ato de compreensão intencional aplicada aos *dados* de conduta" (p. 132)? Não é porque, compreendendo uma intriga, consideramos juntos segmentos nômicos e segmentos teleológicos que buscamos um modelo de explicação apropriado a esse encadeamento causal eminentemente heterogêneo que o diagrama da explicação quase causal põe em relevo?

Encontro, na própria análise de von Wright, uma certa justificação de minha interpretação: cada resultado de um silogismo prático cria um fato novo que muda "o bastidor de motivação" aferente à ação dos diversos agentes históricos. Essa mudança não é o que chamamos constantemente de circunstâncias da ação e que a narrativa incorpora à unidade da intriga? A virtude do esquema explicativo não é, a partir de então, a de generalizar a noção de *circunstância*, a ponto de fazê-la designar não só uma situação inicial, mas todas as situações intercalares

que, por sua novidade, constituem um bastidor de motivação no campo das interações? Que um fato afete as premissas de uma inferência prática, que um fato novo emerja da conclusão das premissas, eis o que deve ser compreendido como síntese do heterogêneo, antes que a lógica da explicação proponha sua reformulação mais adequada. Mas essa reformulação, longe de substituir a compreensão narrativa, permanece a aproximação de uma operação mais originária, do mesmo nível que a certeza do poder-fazer e que a descrição intencional de uma conduta.

Argumentos "narrativistas"

A aproximação entre história e narrativa, dissemos começando este capítulo, nasceu da conjunção de dois movimentos do pensamento; ao enfraquecimento e à explosão do modelo nomológico corresponderam uma reavaliação da narrativa e de suas fontes de inteligibilidade. O fato é que, para os advogados do modelo nomológico, a narrativa era um modo de articulação elementar e pobre demais para pretender explicar. Direi, no vocabulário proposto na primeira parte, que para esses autores a narrativa só tem um caráter episódico e não tem caráter configurante³⁰. É por isso que, entre história e narrativa, viam uma ruptura epistemológica.

A questão é, então, saber se a reconquista dos traços configurantes da narrativa justifica a esperança de que a compreensão narrativa adquira valor de explicação, na própria medida em que paralelamente a explicação histórica cessa de ser medida pelo padrão do modelo nomológico. Minha própria contribuição a esse problema nascerá, veremos³¹, da confissão de que uma concepção "narrativa" da história só responde parcialmente a essa expectativa. Essa concepção nos diz em qual modalidade *prévia* de compreensão a explicação está engastada, mas não nos dá um equivalente ou o substituto narrativo da explicação. É por isso que estaremos em busca de um laço mais *indireto* entre explicação histórica e compreensão narrativa. A presente investigação não terá, contudo, sido vã, na medida em que terá permitido

30. Cf. primeira parte, Capítulo III, sobre as implicações temporais de *mimese* II.

31. Cf. adiante, Capítulo III.

isolar um componente necessário, mas não suficiente, do conhecimento histórico. Um meio-fracasso permanece um meio-sucesso.

1. A "frase narrativa" segundo Arthur Danto

É notável que a primeira defesa em favor de uma interpretação narrativa da história tenha sido formulada no próprio quadro da filosofia analítica. Lê-se-a na obra de Arthur C. Danto, *Filosofia Analítica da História*³².

O fio condutor do argumento não é tanto a epistemologia da historiografia, tal como é praticada pelos historiadores, quanto o quadro conceitual que rege nosso emprego de um certo tipo de frases que se chama de narrativas. A investigação compete à filosofia analítica, caso se entenda por esse termo a descrição de nossos modos de pensar e de falar a respeito do mundo, e correlativamente a descrição do mundo tal como esses modos obrigam-nos a concebê-lo. A filosofia analítica, assim compreendida, é, quanto ao essencial, uma teoria das descrições.

Aplicada à história, essa concepção analítica da filosofia consiste em perguntar em que medida nossos modos de pensar e de falar a respeito do mundo comportam frases que usam verbos no passado e enunciados irredutivelmente narrativos. Ora, é o tipo de questão que, segundo Danto, é cuidadosamente escamoteado pelo empirismo, que só conhece verbos no presente, correspondendo a enunciados de percepção. A análise lingüística implica de certa maneira uma *descrição metafísica* da existência histórica³³. Por seu torneado quase kantiano, a filoso-

fia analítica da história exclui, em compensação, por princípio e por hipótese, o que o autor chama de "filosofia substantiva" da história, grosso modo a filosofia da história de tipo hegeliano. Ela lhe atribui a pretensão de apreender a totalidade da história, o que é verdade; mas interpreta do seguinte modo essa pretensão: falar da totalidade da história é compor uma visão de conjunto do passado e do futuro; ora, pronunciar-se sobre o futuro é extrapolar configuração e encadeamentos do passado em direção ao futuro; e essa extrapolação, por sua vez, constitutiva da profecia, consiste em falar do futuro em termos apropriados ao passado. Mas não pode existir história do futuro (nem tampouco, como veremos adiante, história do presente) em virtude da natureza das frases narrativas, que redescrevem os acontecimentos passados à luz de acontecimentos ulteriores, desconhecidos dos próprios atores. Por sua vez, tal significado só pode ser conferido aos acontecimentos "no contexto de uma história narrada (*story*)" (p. 11). O vício das filosofias substantivas da história, em conseqüência, é escrever no futuro frases narrativas que só podem ser escritas no passado.

O argumento é impecável enquanto é formulado em termos negativos: se a filosofia da história é o pensamento da totalidade da história, não pode ser a expressão do discurso narrativo apropriado ao passado. Mas o argumento não pode eliminar a hipótese de que o discurso sobre a totalidade da história não seja de natureza narrativa e constitua seu sentido por outros meios. A filosofia hegeliana da história não é seguramente narrativa. A antecipação do futuro numa filosofia ou numa teologia da esperança também não é narrativa. Ao contrário, a narração aí é reinterpretada a partir da esperança, certos acontecimentos fundadores — o êxodo, a Ressurreição — sendo interpretados como balizando a esperança.

Enquanto se conserva o argumento sob sua forma negativa, ele tem a dupla virtude, de um lado, de delimitar ao modo de certa forma kantiano o espaço de validade de frases narrativas, de outro, de impor-lhes um limite. Não somente como o diz muito exatamente Danto, o discurso narrativo é *intrinsecamente incompleto*, posto que toda frase narrativa é sujeita à revisão por um historiador ulterior, mas tudo o que se diz de sensato sobre a história não é forçosamente de caráter narrativo. Essa segunda implicação volta-se contra o que resta dogmático na filosofia analítica da história, a despeito de seu aspecto deliberadamente crítico quando estabelece os limites internos do conhecimento histórico. Não é certo que "o que os filósofos da história substantiva tentam seja fazer sobre o futuro o mesmo gênero de asserções que os historiadores tentam fazer sobre o passado" (p. 26).

32. Arthur C. Danto, *Analytical Philosophy of History*, Cambridge University Press, 1965.

33. Essa definição da tarefa da filosofia analítica aparenta-se à defesa, pronunciada por Strawson, no início de *Indivíduos*, em favor de uma metafísica descritiva, que ele opõe a uma metafísica revisionista. Em compensação, essa implicação de uma metafísica descritiva numa análise da trama conceitual e de linguagem, opõe-se fortemente à tendência que o estruturalismo francês tem de conceber a trama conceitual e de linguagem como encerrada em si mesma e excluindo toda referência extralingüística. Aplicada à história, essa concepção tende a fazer do acontecimento um simples "efeito de discurso". Esse idealismo lingüístico é inteiramente estranho à filosofia analítica, para a qual a análise de nossos modos de pensar e de falar do mundo e a metafísica descritiva são mutuamente conversíveis. Nesse ponto, a filosofia analítica aproxima-se mais da filosofia hermenêutica, embora esta proceda mais naturalmente de uma explicitação do ser histórico em direção à linguagem apropriada a esse ser histórico.

Colocados os pressupostos de uma filosofia analítica da história, o estudo das frases narrativas dá-se como o estudo de uma classe de frases. Ela estabelece o traço *diferencial* do conhecimento histórico e, nesse sentido, satisfaz à característica *mínima* da história. Não diria, contudo, que atinge o núcleo da compreensão histórica, na medida em que o “contexto de uma história” não é definido pela estrutura da frase narrativa. Falta aí o traço propriamente discursivo de que falaremos adiante.

O estudo repousa sobre a teoria das descrições aplicada a um setor particular da realidade, a saber, as mudanças produzidas pela ação humana. Ora, uma mesma mudança, nascida da ação humana, pode ser colocada sob muitas descrições. A frase narrativa é uma das descrições possíveis da ação humana. Dir-se-á, adiante, o que a distingue dos relatórios que se faz da ação, no quadro do que ordinariamente é chamado de teoria da ação.

A idéia engenhosa de Danto é abordar a teoria da frase narrativa por um desvio: a crítica do preconceito segundo a qual o passado é determinado, fixo, eternamente detido no seu ser, enquanto só o futuro seria aberto, não decidido (no sentido dos “futuros contingentes” de Aristóteles e dos estóicos). Esse pressuposto repousa sobre a hipótese de que os acontecimentos são recolhidos num receptáculo onde se acumulam sem que possam ser alterados, sem que sua ordem de surgimento possa mudar, ou sem que possa ser acrescentado o que quer que seja a seu conteúdo, senão acrescentando algo à sua seqüência. Uma descrição completa de um acontecimento deveria, então, registrar tudo o que aconteceu na ordem em que aconteceu. Mas quem poderia fazê-lo? Só um Cronista Ideal poderia ser a testemunha absolutamente fiel e absolutamente certa desse passado inteiramente determinado. Esse Cronista Ideal seria dotado da faculdade de dar uma transcrição instantânea do que acontece, de aumentar de modo puramente aditivo e cumulativo seu testemunho na medida em que os acontecimentos reúnem-se aos acontecimentos. Em relação a esse ideal de descrição completa e definida, a tarefa do historiador seria somente eliminar frases falsas, restabelecer a ordem perturbada das frases verdadeiras e acrescentar o que faltasse ao testemunho.

A refutação dessa hipótese é simples. Falta uma classe de descrições a essa crônica absoluta: é precisamente aquela sob a qual um acontecimento não pode ser atestado por nenhuma testemunha, a saber, que a verdade inteira concernente a esse acontecimento só pode ser conhecida *depois* e freqüentemente muito tempo depois que ocorreu. Ora, é justamente a espécie de

história (*story*) que só um historiador pode contar. Em suma, o que omitimos foi equipar o Cronista Ideal com o conhecimento do futuro.

Podemos agora definir as frases narrativas: “Elas se referem a menos a dois eventos, separados no tempo, embora descrevam somente o primeiro evento ao qual se referem” (p. 143). Ou mais exatamente: “Elas se referem a dois eventos E1 e E2, distintos e separados no tempo, mas descrevem o primeiro dos eventos ao qual é feita referência” (p. 152). A que é preciso acrescentar: os dois acontecimentos devem ser, ambos, passados em relação ao tempo da enunciação. *Três posições temporais* estão pois implicadas na frase narrativa: a do acontecimento descrito, a do acontecimento em função do qual o primeiro é descrito, a do narrador — as duas primeiras concernem ao enunciado, a terceira à enunciação.

O exemplo paradigmático sobre o qual a análise repousa é a seguinte frase: em 1717 nasceu o autor de *O sobrinho de Rameau*. Ninguém nessa data podia pronunciar tal frase, que redescrive o acontecimento do nascimento de uma criança à luz de um outro acontecimento, a publicação, por Diderot, de sua obra famosa. Em outras palavras, escrever *O sobrinho de Rameau* é o acontecimento sob a descrição do qual o primeiro acontecimento — o nascimento de Diderot — é redescrito. Colocaremos adiante a questão de saber se essa frase, por si só, é típica da narrativa histórica.

Essa análise da frase narrativa tem muitas implicações epistemológicas. A primeira reveste a forma de um paradoxo sobre a causalidade. Se um acontecimento é significativo à luz de acontecimentos futuros, a caracterização de um acontecimento como causa de um outro pode advir após o próprio acontecimento. Pode parecer, então, que um acontecimento ulterior transforma um acontecimento anterior em causa, portanto, que uma condição suficiente do acontecimento anterior produz-se depois do próprio acontecimento. Mas isso é um sofisma: porque, o que é determinado mais tarde não é algo do evento, mas o predicado; “ser causa de...”. É preciso pois dizer: E2 é uma condição necessária para que E1, sob a descrição apropriada, seja uma causa. Repetiu-se simplesmente, sob uma outra forma, que “ser causa de...” não é um predicado acessível ao Cronista Ideal e caracteriza somente as frases narrativas. Os exemplos desses empregos retrospectivos da categoria de causa são numerosos. Um historiador dirá de bom grado: “Aristarco antecipou em 270 antes de nossa era a teoria publicada por

Copérnico em 1543 de nossa era.” As expressões similares — antecipar, começar, preceder, provocar, suscitar — só aparecem em frases narrativas. Uma grande parte do conceito de significação diz respeito a essa particularidade das frases narrativas. Para quem visita o lugar de nascimento de um homem célebre, o lugar só tem significado ou importância à luz de acontecimentos futuros. Nesse sentido, para o Cronista Ideal, testemunha perfeita, contudo, a categoria de significado é vazia de sentido.

Uma segunda implicação epistemológica é mais interessante, porque permite distinguir a descrição *propriamente narrativa* da descrição ordinária da ação. E é aqui que Danto diz alguma coisa que Dray não podia antecipar com seu modelo de explicação por razões, que só conhecia o cálculo dos atores da história no momento em que ela se produz. Certamente, os dois modos descritos têm em comum fazer uso de verbos que se pode chamar de verbos de projeto (*project verbs*). Esses verbos fazem mais que simplesmente descrever uma ação particular; as expressões tais como “fazer a guerra” ou “criar gado”, “escrever um livro” contêm verbos que cobrem numerosas ações de detalhe, que podem ser inteiramente descontínuas e implicar numerosos indivíduos numa estrutura temporal de que o narrador tem a responsabilidade. Encontramos em história inumeráveis empregos de tais verbos de projeto, que organizam numerosas microações numa única ação global. Mas, no discurso ordinário sobre a ação, o sentido de um verbo de projeto não é afetado pelo *desenlace* da ação: quer ela seja realizada, quer não, quer seja bem-sucedida, quer fracasse. Em compensação, se a história caracteriza-se por enunciados que explicam a verdade numa ocorrência particular, em função de certos eventos posteriores — em particular, em função de suas conseqüências não desejadas —, a verdade desses enunciados referentes aos acontecimentos posteriores importa para o próprio sentido da descrição narrativa.

A teoria de frase narrativa tem, assim, um valor discriminatório em relação ao discurso da ação na linguagem ordinária. O fator discriminante reside no “realinhamento retroativo do passado” (p. 168) operado pela descrição propriamente narrativa da ação. Esse realinhamento vai muito longe: à medida que a colocação em perspectiva temporal do passado acentua as conseqüências não desejadas, a história tende a enfraquecer o acento intencional da própria ação: “Freqüentemente e quase tipicamente, as ações dos homens não estão intencionalmente sob as descrições que se dão delas por meio de frases narrativas” (p. 182). Esse último traço acentua o distanciamento entre teoria da ação e teoria da história: “porque o desafio principal da

história não é reconhecer as ações como poderiam fazê-lo testemunhas, mas como os historiadores o fazem, em relação a acontecimentos posteriores e enquanto partes de totalidades temporais” (p. 183)³⁴. Essa separação entre teoria da ação e teoria narrativa faz compreender melhor em que sentido a descrição narrativa é somente uma descrição entre outras.

Última conseqüência: *não há história do presente* no sentido estritamente narrativo do termo. Isso só poderia ser uma antecipação do que os historiadores futuros poderiam escrever sobre nós. A simetria entre explicar e predizer, característica das ciências nomológicas, é quebrada no próprio nível do enunciado histórico. Se tal narração do presente pudesse ser descrita e conhecida por nós, poderíamos, por nossa vez, falsificá-la, fazendo o contrário do que ela prediz. Não sabemos absolutamente nada do que os historiadores do futuro dirão de nós. Não somente não sabemos quais acontecimentos ocorrerão, como tampouco sabemos quais acontecimentos serão considerados importantes. Seria preciso prever os interesses dos futuros historiadores para prever as descrições sob as quais colocarão nossas ações. A asserção de Peirce de que “o futuro está aberto” significa o seguinte: “ninguém escreveu a história do presente”. Essa última observação nos reconduz a nosso ponto de partida: o limite interno dos enunciados narrativos.

Em que medida a análise da frase narrativa esclarece o problema das relações entre a compreensão narrativa e a explicação histórica?

Danto não declara em parte alguma que a teoria da história esteja esgotada pela análise de frases narrativas. Em nenhum lugar é dito que um texto histórico se reduz a uma seqüência de frases narrativas. As coerções impostas à descrição verdadeira de um acontecimento pela estrutura temporal da frase narrativa constituem apenas uma “caracterização mínima de atividade histórica” (p. 25).

É verdade que a própria escolha da frase narrativa como coerção mínima poderia dar a entender que os enunciados que descrevem eventos pontuais ou, em todo caso, datados, constituem os átomos lógicos do discurso histórico. Só se trata, pelo menos até o capítulo X, de “descrições verdadeiras de eventos no seu passado” (em oposição à pretensão dos filósofos da história de descreverem também acontecimentos no seu futuro) (p. 25).

34. Retornarei, na quarta parte, à questão do testemunho como categoria irreduzível da relação com o passado.

Parece admitido que os acontecimentos históricos, tomados um a um, são todos da forma: "O que aconteceu a X durante este e aquele intervalo de tempo?" Nada indica que o discurso histórico exige conectivos distintos da estrutura, aliás em si mesma complexa, da frase narrativa. É por isso que *explicar* e *descrever* — no sentido da frase narrativa — são tidos muito tempo como indiscerníveis. Danto não quer ouvir nada nem da distinção croceana entre crônica e história³⁵, nem da distinção de Walsh entre uma narrativa pura e simples (*plain*), que se limitaria a relatar o que aconteceu, e uma narrativa significativa (*significant*), que estabeleceria conexões entre os fatos. Porque uma simples narrativa já faz mais que relatar acontecimentos na sua ordem de aparecimento. Uma lista de fatos sem ligações entre si não é uma narrativa. É por isso, também, que descrever e explicar não se distinguem. Ou segundo a forte expressão de Danto, "a história é de uma só peça" (*History is all of a piece*). O que se pode distinguir é a narrativa e as provas materiais que a justificam: uma narrativa não se reduz a um sumário de seu próprio aparato crítico, quer se entenda por isso seu aparato conceitual, quer seu aparato documental. Mas a distinção entre narrativa e seu suporte conceitual ou documental não consiste em distinguir dois níveis de composição. Explicar porque alguma coisa aconteceu e descrever o que aconteceu coincidem. Uma narrativa que fracassa em explicar é menos que uma narrativa; uma narrativa que explica é uma narrativa pura e simples.

E nada indica que o algo a mais que a narrativa faz em relação a uma simples enumeração de acontecimentos seja diferente da estrutura de dupla referência da frase narrativa, em virtude da qual o sentido e a verdade de um acontecimento são relativos ao sentido e à verdade de um outro acontecimento. É por isso que a noção de intriga ou de estrutura narrativa não parece faltar à lógica da frase narrativa; é como se a descrição de um acontecimento anterior em função de um acontecimento posterior, já fosse uma intriga em miniatura.

Podemos nos perguntar, contudo, se as duas noções sobrepõem-se. Assim, quando o autor considera a atividade inclu-

tivamente seletiva da narrativa histórica, parece invocar um fator estrutural mais complexo: "Toda narrativa é uma estrutura imposta a acontecimentos, agrupando alguns dentre eles com outros e excluindo certos outros como sem pertinência" (p. 132); "uma narrativa menciona somente os acontecimentos significativos" (*ibid.*). Mas a organização narrativa que confere aos eventos um significado ou uma importância (o termo "*significance*" tem as duas conotações) é simplesmente uma expansão da frase narrativa³⁶?

Na minha opinião, se a questão da relação entre texto e frase não é colocada enquanto tal, é em virtude da ênfase excessiva conferida à querela que o autor conduz contra o fantasma da descrição completa e do fato de que esse fantasma é exorcizado pela análise da frase narrativa.

O problema ressurgiu, contudo, com a questão de saber se a explicação por leis tem ainda um lugar na história, a partir do momento em que "uma narrativa já é, pela natureza das coisas, uma forma de explicação" (p. 201). Danto, com efeito, não se opõe frontalmente a Hempel: limita-se a observar que os partidários do modelo nomológico, tão preocupados com a estrutura forte do *explanans*, não vêem que esse *explanans* funciona num *explanandum*, que já é uma narrativa, logo, que já está "coberto" por uma descrição que vale como explicação. Só se pode cobrir um acontecimento com uma lei geral se ele figura na linguagem como um fenômeno sob uma certa descrição, logo, inscrito numa frase narrativa. A partir de então, Danto pode ser muito mais liberal e ambivalente que William Dray quanto ao modelo nomológico³⁷.

2. Seguir uma história

A obra de W. B. Gallie, *Filosofia e a Compreensão Histórica*³⁸, centrada no conceito da *followability* de uma história narrada (*story*), conduz-nos um grau adiante em direção ao

35. Retornaremos a essa distinção que não cabe aqui: não concerne a uma diferença de grau epistemológico, mas a uma relação diferente com o passado; para Croce, a crônica é a história destacada do presente vivo e, nesse sentido, aplicada a um passado morto. A história propriamente dita é visceralmente ligada ao presente e à ação: é nesse sentido que toda história é história contemporânea. Essa afirmação não tem como quadro nem um conflito de método, nem um conflito entre método e verdade, mas o problema mais vasto das relações entre a retrospectiva histórica e a antecipação do futuro ligada à ação, que será discutido na quarta parte.

36. Parece o caso da "*consequential significance*": "Se um acontecimento anterior não é significativo em relação a um acontecimento ulterior numa história, não pertence a essa história" (p. 134). Mas há outros modos de significação ou de importância para os quais a estrutura textual e a estrutura da frase sobrepõem-se menos facilmente: significado ou importância pragmática, teórica, reveladora etc.

37. A. Danto, cap. X: "Historical Explanation: the Problem of General Laws" (*op. cit.*, p. 201 ss.).

38. *Op. cit.*

princípio estrutural da narrativa. Esse conceito, na minha opinião, preenche uma lacuna deixada pela análise da frase narrativa. Se a dupla referência da frase narrativa ao acontecimento que ela descreve e a um acontecimento ulterior, à luz do qual a descrição é feita, constitui um bom discriminador em relação a outras descrições da ação, por exemplo em função das intenções e das razões dos próprios agentes, contudo a menção de uma diferença entre duas datas, entre duas localizações temporais, não basta para caracterizar uma narrativa como *conexão* entre acontecimentos. Subsiste uma separação entre a *frase* narrativa e o *texto* narrativo. É essa separação que a noção de uma história "que se pode seguir" tenta superar.

Mas é bem no interior da mesma hipótese fundamental que Gallie propõe sua análise: a saber que, "o que quer que a compreensão ou a explicação de uma obra de história contenha, esse conteúdo deve ser avaliado (*assessed*) em relação à narrativa da qual procede e ao desenvolvimento para o qual contribui" (prefácio p. XI). A tese é tão prudente quanto firme. Não nega que a explicação faça algo além de simplesmente narrar; limita-se a afirmar, de um lado, que a explicação não nasce do nada, mas "procede", de um modo ou de outro, de algum discurso que já tem a forma narrativa; de outro lado, que, de um modo ou de outro, permanece "a serviço da" forma narrativa. Essa é, pois, ao mesmo tempo a matriz e a estrutura de acolhimento da explicação. Nesse sentido, a tese narrativista nada diz da estrutura da explicação. Contudo, nesses limites precisos, sua tarefa é dupla: mostrar, de um lado, com quais recursos de inteligibilidade a compreensão fundamenta a explicação; de outro, qual falta inerente à compreensão exige o suplemento da explicação. A noção de *followability* tem a ambição de satisfazer a essa dupla exigência.

Logo, o que é uma história que se conta (*story*)? E o que é "seguir" uma história?

Uma história descreve uma seqüência de ações e de experiências feitas por um certo número de personagens, quer reais, quer imaginários. Esses personagens são representados em situações que mudam ou a cuja mudança eles reagem. Por sua vez, essas mudanças revelam aspectos ocultos da situação e das personagens e engendram uma nova prova (*predicament*) que apela para o pensamento, para a ação ou para ambos. A resposta a essa prova conduz a história à sua conclusão (p. 22).

Vê-se que esse esboço da noção de história (*story*) não está longe daquilo que chamamos acima de tessitura da intriga. Se

Gallie não considerou útil relacionar seu conceito de história com o de intriga, foi sem dúvida porque se interessou menos pelas coerções *estruturais* imanentes à narrativa que pelas condições subjetivas sob as quais uma história é *aceitável*. São essas condições de aceitabilidade que constituem a aptidão da história a ser seguida.

Seguir uma história, com efeito, é compreender as ações, os pensamentos e os sentimentos sucessivos enquanto apresentam uma direção particular (*directedness*): entendamos por isso que somos impulsionados para frente pelo desenvolvimento, a partir do momento em que respondemos a esse impulso por expectativas concernentes ao remate e ao desenlace do processo inteiro. Percebe-se desde esse instante como compreensão e explicação estão inextricavelmente misturadas no processo: "idealmente, uma história deveria explicar-se por si mesma" (*Ideally, a story should be self-explanatory*, p. 23). É somente na medida em que o processo é interrompido ou bloqueado que pedimos uma explicação suplementar.

Dizer que somos orientados numa certa direção, é reconhecer à "conclusão" uma função teleológica, aquela mesma que sublinhamos na nossa análise do "ponto final"³⁹. Mas, em resposta ao modelo nomológico, deve-se acrescentar que uma "conclusão" narrativa não tem nada que possa ser deduzido ou predito. Uma história que não comportasse nem surpresas, nem coincidências, nem encontros, nem reconhecimentos, não reteria nossa atenção. É por isso que é preciso seguir a história até sua conclusão, o que é algo inteiramente diferente de seguir um argumento cuja conclusão é obrigatória. Mais que previsível, uma conclusão deve ser *aceitável*. Dirigindo nosso olhar para trás, da conclusão em direção aos episódios intermediários, devemos poder dizer que esse fim exigia esses acontecimentos e essa cadeia de ações. Mas esse olhar lançado para trás torna-se possível pelo movimento teleologicamente orientado de nossas expectativas quando seguimos a história. A incompatibilidade, abstratamente colocada, entre a contingência dos incidentes e a aceitabilidade das conclusões é precisamente o que a aptidão da história em ser seguida desmente. A contingência só é inaceitável para um espírito que vincula a idéia de compreensão à de domínio: seguir uma história, é "encontrar [os acontecimentos]

39. Primeira parte, cap. III, mimese II.

intelectualmente aceitáveis, *afinal de contas*" (p. 31). A inteligência exercida aqui não é a que se vincula à legalidade de um processo, mas aquela que responde à coerência interna de uma história que conjuga contingência e aceitabilidade.

O leitor não deixará de notar o parentesco surpreendente desse propósito com a noção de concordância-discordante que extraí do tratamento aristotélico da *péripétia* no quadro da teoria do *muthos*. A diferença principal da linhagem dos críticos aristotelizantes deveria certamente ser buscada do lado do fator subjetivo introduzido pela noção de expectativa, de atração pela meta: em suma, pela teleologia subjetiva que faz o papel de análise estrutural. Nesse sentido, o conceito de "*followability*" é atraído para o lado de uma psicologia da recepção, mais que para o de uma lógica da configuração⁴⁰.

Se agora passamos do conceito de "*story*" ao de "*history*", é primeiro a continuidade de uma à outra que deve ser sublinhada. A estratégia de Gallie é precisamente a de inscrever a descontinuidade epistemológica — que ele não nega — no quadro da continuidade do *interesse* narrativo. É essa estratégia que, evidentemente, choca-se frontalmente com a problemática exposta no capítulo precedente. A questão será a de saber se a análise que se segue tem uma aplicação fora da história narrativa, que Gallie considera exemplar: tem como objeto as ações passadas que puderam ser registradas ou que se pode inferir por meio de autos ou de memórias; a história que escrevemos é a de ações cujos projetos ou resultados podem ser reconhecidos como aparentados aos de nossa própria ação; nesse sentido, toda história é fragmento ou segmento de um só mundo da

40. O espaço concedido à simpatia no que eu chamo de teleologia subjetiva confirma o diagnóstico: o que, diz Gallie, regula nossa expectativa não é qualquer verdade de natureza indutiva, mas nossa simpatia ou nossa antipatia: uma vez embarcados numa história de qualidade, "*we are pulled along by, and pulled at by a far more compelling part of our human make-up than our intellectual presumptions and expectations*" (p. 45). A preocupação de demarcar a análise da lógica do modelo nomológico corre o risco, com efeito, de fazê-la oscilar para o lado de uma psicologia centrada na resposta emocional; é infelizmente essa escorregadeira em direção à psicologia que facilitou a crítica da obra de Gallie pelos sucessores de Hempel. Da minha parte, semelhante interesse pelas condições psicológicas de recepção de uma obra (narrativa ou outra) não me parece condenável; tem seu lugar numa hermenêutica para a qual o sentido de uma obra se conclui na leitura; mas, segundo as análises que propus na primeira parte, das relações entre *mimêse* II e *mimêse* III, as regras da aceitabilidade devem ser construídas ao mesmo tempo na obra e fora da obra. Assim também, a noção de interesse, à qual retornarei na quarta parte, não pode ser eliminada de uma teoria da narrativa. Aceitar, receber, é estar interessado.

comunicação; é por isso que esperamos das obras de história, mesmo se permanecem obras isoladas, que designem, nas suas margens, a única história que, contudo, ninguém pode escrever.

Se essa continuidade narrativa entre "*story*" e "*history*" foi tão pouco notada no passado, é porque os problemas colocados pela ruptura epistemológica entre ficção e história, ou entre mito e história, fizeram com que toda a atenção fosse colocada na questão da prova (*evidence*), às custas da questão fundamental de saber o que constitui o *interesse* de uma obra de história. Ora, é esse interesse que assegura a continuidade entre a história no sentido de historiografia e a narrativa ordinária.

Como narrativa, toda história refere-se a "algum sucesso ou a algum fracasso maior de homens que vivem e trabalham juntos, em sociedades ou nações, ou em qualquer outro grupo organizado de modo durável" (p. 65). É por isso, a despeito de sua relação crítica com a narrativa tradicional, que as histórias que tratam da unificação ou da desintegração de um império, da ascensão e da queda de uma classe, de um movimento social, de uma seita religiosa ou de um estilo literário, são narrativas. Quanto a isso, a diferença entre indivíduo e grupo não é decisiva: as *sagas* e as antigas epopéias já eram centradas em grupos e não só em figuras isoladas: "Toda história (*history*) é, como a *saga*, fundamentalmente uma narrativa de acontecimentos, nos quais o pensamento e a ação humana exercem um papel predominante" (p. 69). Mesmo quando a história refere-se a correntes, tendências, "trends", é o ato de seguir a narrativa que lhes confere uma unidade orgânica. O "trend" só se manifesta na sucessão de acontecimentos que seguimos. É uma "qualidade de forma desses acontecimentos particulares" (p. 70). É por isso que: 1) a leitura dessas histórias de historiadores deriva de nossa competência em seguir histórias (*stories*); seguimo-las de ponta a ponta; e as seguimos à luz do desenlace prometido ou entrevisto através da seqüência dos acontecimentos contingentes; 2) correlativamente, o tema dessas histórias merece ser narrado e suas narrativas merecem ser seguidas, porque esse tema impõe-se aos interesses que são os nossos, na qualidade de seres humanos, por mais afastado que esse tema possa estar dos nossos sentimentos do momento. Por esses dois traços, "a historiografia é uma espécie do gênero história narrada (*story*)"⁴¹ (p. 66).

41. "*History is a species of the genus story*" (*op. cit.*, p. 66).

Como se vê, Gallie atrasa o momento em que é preciso considerar o problema pelo outro lado: por que os historiadores buscam explicar de modo diverso dos contadores de histórias tradicionais, com os quais rompem? E como articular a descontinuidade introduzida pela razão crítica entre história, de um lado, e a ficção ou as narrativas tradicionais, de outro?

É aqui que a noção de *followability* oferece um outro aspecto. Toda história, dissemos, explica-se em princípio por si mesma: em outras palavras, toda narrativa responde à questão *por que?* ao mesmo tempo que responde à questão *que?*; dizer o que aconteceu, é dizer porque isso aconteceu. Do mesmo modo, seguir uma história é um processo difícil, penoso, que pode ser interrompido ou bloqueado. Uma história, dizemos ainda, deve ser aceitável, afinal de contas; seria preciso dizer: apesar de tudo. Ora, isso, que sabemos a partir de nossa interpretação de Aristóteles, é verdade para qualquer narrativa: o "um por causa do outro" nem sempre é fácil de extrair do "um depois do outro". A partir de então, a compreensão narrativa mais elementar já confronta nossas expectativas, regadas por nossos interesses e por nossas simpatias, às razões que, para adquirirem sentido, devem corrigir nossos preconceitos. A descontinuidade crítica incorpora-se, por aí mesmo, à continuidade narrativa. Percebe-se, assim, de que modo a fenomenologia aplicada a esse traço de toda história narrada, de "poder ser seguida", é capaz de expansão, a ponto de incluir um momento crítico no próprio coração do ato de base de seguir uma história.

Esse jogo, entre expectativas regidas pelos interesses e razões reguladas pelo entendimento crítico, fornece um quadro apropriado para se atacar os dois problemas especificamente epistemológicos expostos no primeiro capítulo: a saber, a mudança de escala das entidades de que a história contemporânea trata e o recurso a leis, ao nível da história científica.

O primeiro problema parece obrigar o narrador a tomar partido numa querela entre duas escolas de pensamento. Para a primeira, que podemos chamar de "nominalista", as proposições gerais que se referem a entidades coletivas e lhes atribuem predicados de ação (falamos de política do governo, do progresso de uma reforma, de uma mudança de constituição etc.) não têm sentido autônomo; certamente, tomadas ao pé da letra, essas proposições não se referem às ações identificáveis de indivíduos singulares; em última instância, contudo, uma mudança institucional é somente o resumo de uma multidão de fatos ultimamente individuais. Para a segunda escola de pensamento, que

se pode chamar de "realista", as instituições e todos os fenômenos coletivos comparáveis são entidades reais, que têm uma história própria, irreduzível aos fins, aos esforços, aos empreendimentos atribuíveis a indivíduos agindo sós ou concertadamente, em seu próprio nome ou em nome de grupos que representam; inversamente, para compreender ações atribuíveis a indivíduos, é preciso fazer referência aos fatos institucionais no interior dos quais elas se exercem; e, finalmente, não estamos absolutamente interessados no que fazem os indivíduos enquanto indivíduos.

Contra toda expectativa, Gallie evita tomar partido a favor da tese nominalista. O nominalista, com efeito, não explica porque é do interesse do historiador proceder a um resumo dos fatos individuais que os subordina à abstração de um fato institucional, nem porque é indiferente enumerar todas as ações e reações individuais para compreender a evolução de uma instituição. Ele não percebe o laço estreito entre o emprego de abstrações e o caráter eminentemente seletivo do interesse histórico; não percebe também que, em grande parte, as ações atribuíveis a indivíduos não são feitas por eles na qualidade de indivíduos, mas na medida em que cumprem um papel institucional; enfim, o nominalista não vê que, para compreender fenômenos globais tais como "descontentamento social", "instituições econômicas", é preciso recorrer a "*dummy variables*": a qualquer *x* que marca o lugar vazio de todas as interações ainda inexploradas que seriam suscetíveis de preencher o lugar desse *x*⁴². Quanto a tudo isso, o método weberiano dos "tipos ideais" mostra-se o mais próprio para explicar esse tipo de abstração.

Mas se a prática do historiador desmente a tese extrema, segundo a qual só existem coisas individuais e entre elas pessoas, ela tampouco justifica a tese realista, segundo a qual qualquer ação humana implica uma referência tácita a algum fato social ou institucional de caráter geral e acha-se suficientemente explicada quando se explicitou essa referência institucional. A tese nominalista, apesar de sua inadequação epistemológica, designa o objetivo do pensamento histórico, que é o de explicar mudanças sociais que nos interessam (porque

42. Gallie não está longe de juntar-se, por sua crítica do nominalismo, à assunção dos historiadores da escola dos *Anais*: "*Historical understanding therefore is not founded on individual kings — or chaps — but on those changes in a given society which can be seen to make sense in the light of our general knowledge of how institutions work, of what can be and what cannot be done by means of them*" (op. cit., p. 83).

dependem das idéias, das escolhas, dos lugares, dos esforços, dos sucessos e dos fracassos de homens e mulheres individuais) (p. 84). Mas já o realista explica melhor o modo pelo qual a história realiza esse objetivo; a saber, recorrendo a qualquer conhecimento disponível referente à vida em sociedade, desde os truísmos tradicionais, até os teoremas e os modelos abstratos das ciências sociais.

Longe, pois, de alinhar a teoria narrativista com a tese nominalista, Gallie inclina-se a buscar uma combinação entre a epistemologia implicada pela tese realista e a ontologia fundamentalmente individualista implicada pela tese nominalista. Esse ecletismo seria frágil se não representasse com bastante exatidão o que o historiador de ofício faz praticamente, quando aborda os momentos *cruciais* de sua obra; todo seu esforço consiste então em determinar tão exatamente quanto possível como este ou aquele indivíduo ou grupo de indivíduos adotou, manteve, abandonou ou fracassou em manter certos papéis institucionais. Em compensação, entre esses momentos cruciais, o historiador contenta-se com sumários gerais, formulados em termos institucionais, porque nesses intervalos o anônimo prevalece até que alguma ruptura digna de ser narrada venha a alterar o curso do fenômeno institucional ou social. Este é amplamente o caso da história econômica e social, onde reina o anonimato maciço das forças, das correntes, das estruturas. Mas nem mesmo tal história que, nos casos extremos, escreve-se sem data nem nome próprio, deixa de explicar as iniciativas, as disposições de espírito, a coragem, o desespero, a argúcia de homens individuais, "mesmo se seus nomes foram normalmente esquecidos" (p. 87).

Quanto ao segundo problema — o da função das *leis* na explicação histórica —, importa evitarmos, aí, uma falsa interpretação do que o historiador espera de suas leis. Ele não espera a eliminação das contingências, mas uma compreensão melhor de sua contribuição à marcha da história. É por isso que seu problema não é nem de deduzir, nem de predizer, mas de compreender melhor a complexidade dos encadeamentos que, cruzando-se, convergiram para a ocorrência de tal acontecimento. Nisso, o historiador difere do físico; não busca ampliar o campo das generalidades às custas da redução das contingências. Quer compreender melhor o que aconteceu. Há até campos onde são essas contingências que retêm seu interesse, quer se trate dos conflitos entre Estados/nações, de lutas sociais, de

descobertas científicas ou de inovações artísticas⁴³. O interesse por esses acontecimentos, que compararei à *péripétéia* aristotélica, não significa que o historiador cede ao sensacionalismo: seu problema é precisamente incorporar esses acontecimentos a uma narrativa aceitável, logo, inscrever a contingência num esquema de conjunto. Esse traço é essencial à *followability* de todo fato suscetível de ser contado.

Resulta desse primado do conceito de *followability* que as explicações de que o historiador toma emprestado as leis das ciências com as quais acopla sua disciplina, não têm outro efeito senão o de nos permitir seguir melhor uma história, quando nossa visão de seu encadeamento está obscurecida ou quando nossa capacidade de aceitar a visão do autor é solicitada até o ponto de ruptura.

É, pois, um erro completo ver aí formas fracas de um modelo nomológico forte: elas trazem simplesmente seu auxílio à nossa aptidão de seguir uma história. Nesse sentido, sua função em história é "ancilar" (p. 107).

Semelhante tese seria aceitável se não soubéssemos que toda narrativa explica-se por si mesma, no sentido de que contar o que aconteceu já é explicar porque isso aconteceu. Nesse sentido, a menor história incorpora generalizações, quer sejam de ordem classificatória, de ordem causal ou de ordem teórica. Nada se opõe, então, a que generalizações e explicações, sempre mais complexas e inspiradas nas outras ciências, venham inserir-se e, de certo modo, interpolar-se na narrativa histórica. Se pois toda *narrativa* explica-se por si mesma, num outro sentido, nenhuma narrativa *histórica* se explica por si mesma. Toda narrativa histórica está em busca da explicação a ser interpolada, porque fracassou em se explicar por si mesma. É preciso, então, recolocá-la nos trilhos. Daí o critério de uma boa explicação ser pragmática: sua função é eminentemente corretiva. A explicação por razões de W. Dray satisfazia a esse critério; reconstruímos o cálculo de um agente quando um curso de ação nos surpreende, nos intriga, nos deixa perplexos.

Quanto a isso, a história não faz algo diferente da filologia ou da crítica textual: quando a leitura de um texto recebido ou a de uma interpretação recebida aparece como discordante em

43. Gallie (*op. cit.*, p. 98) se compraz em citar essa frase do general De Gaulle em *O Fio da Espada*: "É sobre as contingências que é preciso construir a ação" (ed. 1959, p. 98).

relação a outros fatos aceitos, o filólogo ou o crítico reordenam o detalhe para tornar de novo inteligível o conjunto. Escrever é reescrever. Para o historiador, tudo o que constitui enigma torna-se desafio quanto aos critérios daquilo que, a seus olhos, constitui uma história para ser seguida e aceita.

É nesse trabalho de refundição (*recasting*) dos modos anteriores de escrever a história que o historiador aproxima-se mais da explicação de tipo hempeliano: confrontado com um curso estranho de acontecimentos, construirá o modelo de um curso normal de ação e se perguntará o quanto o comportamento dos atores concernidos se afasta dele; toda exploração dos cursos possíveis de ação recorre a tais generalizações. O caso mais freqüente e mais notável de refundição é aquele em que um historiador tenta uma explicação que não somente não era acessível aos atores, mas difere das explicações oferecidas pelas histórias anteriores, tornadas, para ele, opacas e enigmáticas. Explicar, nesse caso, é justificar a reorientação da atenção histórica, que conduz a uma re-visão geral de todo um curso da história. O grande historiador é aquele que consegue tornar aceitável uma nova maneira de seguir a história.

Mas em caso algum a explicação excede sua função ancilar e corretiva em relação à compreensão aplicada à *followability* da narrativa histórica.

Perguntaremos, no Capítulo III, se essa função "ancilar" da explicação basta para explicar o *desnivelamento* operado pela investigação histórica em relação às entidades e aos procedimentos da narrativa.

3. O ato configurante

Com Louis O. Mink, aproximamo-nos do argumento principal da concepção "narrativista", segundo o qual as narrativas são *totalidades altamente organizadas*, exigindo um ato específico de compreensão da natureza do juízo. O argumento é tanto mais interessante quanto não faz nenhum uso do conceito de intriga em crítica literária. Em compensação, essa ausência de referência aos recursos estruturais da narrativa de ficção pode explicar uma certa insuficiência da análise de Mink, que discutirei no fim desta seção. Permanece que ninguém foi tão longe quanto Mink no reconhecimento do caráter sintético da atividade narrativa.

Já num artigo de 1965⁴⁴, os argumentos opostos ao modelo nomológico abrem caminho a uma caracterização da compreensão histórica como ato do juízo, no duplo sentido que a primeira e a terceira *Crítica* kantiana conferem a esse termo: a função sintética de "considerar junto" e a função reflexiva vinculada a toda operação totalizadora. Nesse artigo, Mink passa em revista as principais discordâncias, já sublinhadas por outros, entre as exigências altamente prescritivas do modelo e a compreensão efetiva empregada pela historiografia corrente; mostra que só se pode explicar essas discordâncias se a autonomia da compreensão histórica for corretamente estabelecida.

Por que os historiadores podem ambicionar explicar, quando não podem predizer? Porque explicar nem sempre é equivalente a subsumir fatos a leis. Em história, explicar é freqüentemente operar "*colligations*" — para empregar o termo de Whewell e de Walsh —, o que consiste em "explicar um acontecimento retraçando suas relações intrínsecas com outros acontecimentos e em situá-lo no seu contexto histórico". Esse procedimento é, pelo menos, característico da explicação seqüencial. Por que as hipóteses não são falsificáveis em história da maneira como o são em ciências? Por que as hipóteses não são o alvo, mas os pontos de referência para delimitar um campo de investigação, guias a serviço de um modo de compreensão que é fundamentalmente o da narrativa interpretativa, a qual não é nem crônica, nem "ciência". Por que os historiadores recorrem de bom grado à reconstrução imaginativa? Porque a tarefa de uma visão global é "compreender" [os acontecimentos constitutivos] num ato de juízo que visa apreendê-los juntos, mais que passá-los em revista *seriatim*. Essa visão global, a partir de então, não é um "método", nem uma técnica de prova, nem mesmo um simples *organon* de descoberta, mas um "tipo de juízo reflexivo" (p. 179). Por que não se pode "destacar" as conclusões de um argumento ou de uma obra de historiador? Porque é a narrativa, considerada como um todo, que sustenta as conclusões. E elas são exibidas pela ordem narrativa, mais que demonstradas: "O significado efetivo é fornecido pelo contexto total" (p. 181). A noção de síntese compreensiva, de juízo sinótico, semelhante à operação que nos permite interpretar uma frase como um todo, passa claramente ao primeiro plano com este argumento: "A lógica de confirmação é aplicável à

44. Louis O. Mink, "The Autonomy of Historical Understanding", artigo citado. Retomado em William Dray, *Philosophical Analysis and History*, Harper and Row, 1966, pp. 160-192 (cito essa edição).

avaliação de conclusões destacáveis; mas significados integráveis requerem uma teoria do juízo" (p. 186). Por que acontecimentos históricos podem ser únicos e semelhantes a outros? Porque similaridade e unicidade são alternativamente acentuados em função dos contextos disponíveis. Mais uma vez: a compreensão histórica consiste em "compreender um acontecimento complexo apreendendo juntos esses eventos num juízo total e sinótico que não pode substituir nenhuma técnica analítica" (p. 184). Por que os historiadores ambicionam dirigir-se a um auditório potencialmente universal e não simplesmente a um fórum científico? Porque o que eles se propõem a comunicar é uma espécie de juízo mais próximo da *phronésis* de Aristóteles que da "ciência": o problema do historiador "torna-se inteligível... se nele se discerne a tentativa de comunicar a experiência que consiste em ver-as-coisas-junto no estilo necessariamente narrativo onde uma coisa-vem-depois-da-outra" (p. 188).

A conclusão desse artigo merece ser citada: o historiador "cultiva o hábito especializado de compreender o que converte amontoados de acontecimentos em encadeamentos e o que sublinha e aumenta o alcance do juízo sinótico da nossa reflexão sobre a experiência" (p. 191). O autor admite, de bom grado, que essa identificação entre o pensamento histórico e o "juízo sinótico" deixa em aberto os problemas epistemológicos propriamente ditos, tais como "a questão de saber se 'sínteses interpretativas' podem ser logicamente comparadas, se há razões gerais de preferir uma à outra e se estas últimas constituem critérios da objetividade e da verdade histórica" (p. 191). Mas essas questões epistemológicas pressupõem que tenhamos identificado "o que distingue o pensamento histórico elaborado, tanto das explicações cotidianas do senso comum quanto das explicações teóricas da ciência natural" (pp. 191-192).

É principalmente num artigo de 1968⁴⁵ que Mink especifica sua própria abordagem, baseando-se na crítica de Gallie. A *fenomenologia aplicada à capacidade de uma história de ser seguida é indiscutível* desde que tratamos de histórias cujo resultado é desconhecido do ouvinte ou do leitor, como é o caso quando seguimos uma partida de um jogo. O conhecimento das regras aqui em nada nos auxilia para predizer o resultado. Temos de seguir a série dos incidentes até sua conclusão. As contingên-

cias, para uma compreensão fenomenológica, limitam-se a incidentes surpreendentes e inesperados em determinadas circunstâncias. Esperamos uma conclusão, mas ignoramos qual, entre os muitos resultados possíveis, produzir-se-á. Por isso é necessário que sigamos de uma ponta a outra. É por isso, também, que nossos sentimentos de simpatia ou de hostilidade devem manter o dinamismo do processo inteiro. Mas, sustenta Mink, essa condição de ignorância e, em consequência, a atividade irrefletida que consiste em seguir a história não são características dos procedimentos do historiador: "A história não é a escrita, mas a reescrita das histórias" (1967). O leitor, em compensação, entrega-se a um "seguir reflexivo", que responde à situação do historiador em vias de re-narrar e de reescrever. A história advém depois que *a partida terminou*⁴⁶. Sua tarefa não é acentuar os incidentes, mas reduzi-los. O historiador não cessa de percorrer de novo as pistas de frente para trás: "Não há contingência na progressão regressiva (p. 687). É somente quando renarramos a história que "nossa marcha para adiante repassa pelo caminho já percorrido às avessas"⁴⁷. Isso não quer dizer que, conhecendo o resultado, o leitor poderia predizê-lo. Segue, a fim de "ver" a série dos acontecimentos "como configuração inteligível de relações" (p. 688). Essa inteligibilidade retrospectiva repousa sobre uma construção que nenhuma testemunha teria podido operar quando os acontecimentos ocorreram, posto que essa marcha regressiva era-lhe então inacessível⁴⁸.

45. "Philosophical Analysis and Historical Understanding", *Review of Metaphysics* 20 (1968), pp. 667-698. Mink reconhece sua dívida para com Morton White, *Foundations of Historical Knowledge* (1965), Arthur Danto, *Analytical Philosophy of History* (1965) e W. B. Gallie, *Philosophy and the Historical Understanding* (1964), em termos sem ambigüidade.

46. Esse argumento concorda perfeitamente com a análise da "frase narrativa" em Danto em função de uma teoria original da descrição; a história, recordamos, é uma das descrições das ações (ou das paixões) humanas, a saber, a descrição de acontecimentos anteriores sob a descrição de acontecimentos ulteriores desconhecidos dos agentes (ou dos pacientes) da primeira ocorrência. Segundo Mink, há mais a dizer, em relação à compreensão histórica, mas não menos. Há mais a dizer na medida em que a redescrisção do passado implica técnicas de conhecimento de aquisição recente (econômica, psicanalítica, etc.) e principalmente novos instrumentos de análise conceitual (por exemplo, quando falamos do "proletariado romano"). Logo, à assimetria temporal sustentada por Danto entre o acontecimento anterior que é descrito e o acontecimento ulterior sob a descrição do qual o primeiro é descrito, é preciso acrescentar a assimetria conceitual entre os sistemas de pensamento acessíveis aos agentes e os introduzidos pelos historiadores ulteriores. Esse tipo de redescrisção é, como a de Danto, uma descrição *post eventum*. Mas ele acentua o processo de reconstrução em andamento, mais que a dualidade dos acontecimentos implicados por frases narrativas. Dessa maneira, o "juízo histórico" diz mais que a "frase narrativa".

47. "We retrace forward what we have already traced backward" (*op. cit.*, p. 687).

48. Num artigo de 1970 ("History and Fiction as Modes of Comprehension", *New Literary History*, 1979, pp. 541-558), lemos: "... a diferença entre seguir uma história e ter seguido uma história marca mais que uma diferença acidental entre uma experiência presente e uma experiência passada" (p. 546); o que reflete a lógica da narração, não é "o que são as estruturas ou os traços genéricos das narrativas, nem o que significa 'seguir', mas o que significa 'ter seguido uma história'" (*ibid.*).

Mink acrescenta duas observações: numa fenomenologia que se limita à situação em que uma história é seguida pela primeira vez, a função da explicação corre o risco de ser pouco sublinhada e de ser reduzida à arte de preencher lacunas ou de afastar as obscuridades que obstruem o fluxo narrativo. A explicação parece menos ancilar e, em conseqüência, menos retórica, se a tarefa do historiador é de proceder de modo regressivo e se, como se disse, "não há contingência quando se procede por via regressiva". "A lógica da explicação deveria ter algo a ver com a fenomenologia da compreensão; a primeira, esperamos, deveria servir para corrigir a segunda, e a segunda para enriquecer a primeira."⁴⁹

A segunda observação é mais discutível: "Gallie, diz Mink, quer transferir a abertura e a contingência de nosso futuro presente para a narrativa dos acontecimentos passados, posto que, segundo ele, não podemos concebê-los de outro modo senão como tendo sido futuros uma vez" (p. 688). Fazendo isso, Gallie professaria uma ontologia errônea do tempo, guiada pelo princípio segundo o qual passado e futuro não são categoricamente diferentes um do outro; o passado consistindo em futuro passado e o futuro em passado futuro" (p. 688). O argumento não parece convincente. Primeiro, não acho que futuros passados e passados futuros sejam categorialmente semelhantes; ao contrário, a ausência de simetria entre eles nutre o que Mink chama muito justamente de "o caráter pungente da consciência histórica" (*ibid.*). Em seguida, o caráter determinado do passado não é tal que exclua o tipo de mudanças retroativas de significado para as quais Danto atraiu a atenção com sucesso. Em terceiro lugar, o processo que consiste em percorrer de novo, no sentido progressivo, o caminho que já percorremos no sentido regressivo pode muito bem reabrir, se é possível dizer, o espaço de contingência que certa vez pertenceu ao passado, quando este era presente; pode restituir uma espécie de admiração instruída, graças à qual as "contingências" encontram uma parte de seu poder inicial de surpresa. Esse poder pode muito bem dizer respeito ao caráter de *ficção* da compreensão histórica, que discutiremos mais tarde. Mais precisamente, pode estar ligado a esse aspecto da ficção que Aristóteles caracteriza como a *mimese* da ação. É no nível das *contingências* iniciais que certos acontecimentos gozam do estatuto de terem sido futuros quanto ao curso da ação que é reconstruído retrospectivamente.

49. "Philosophical Analysis and Historical Understanding", art. citado, p. 686.

Nesse sentido, deve haver aí um lugar para os futuros passados, mesmo numa ontologia do tempo, na medida em que nosso tempo existencial é forjado pelas configurações temporais que a história e a ficção estabelecem juntas. Retornaremos a essa discussão na quarta parte de nossa investigação.

Prefiro sublinhar o tipo de unilateralidade que resulta da substituição por uma fenomenologia da apreensão retrospectiva daquela da apreensão direta de uma história seguida pela primeira vez. Não estaria Mink se arriscando a abolir, no nível do ato de renarrar, os traços da operação narrativa que narrar e renarrar têm em comum, na realidade, porque dizem respeito à própria estrutura da narrativa: a saber, a dialética entre contingência e ordem, entre episódio e configuração, entre discordância e concordância? Por meio dessa dialética, não é a *temporalidade* específica da narrativa que corre o risco de ser desconhecida? O fato é que se observa nas análises de Louis O. Mink uma tendência a despojar de todo caráter temporal o próprio ato de "considerar junto", característico da operação configurante. A recusa de atribuir aos eventos narrados o fato de terem sido futuros já permitia prever essa orientação. Esta parece reforçada pela insistência no ato de renarrar *às custas* do de seguir uma história pela primeira vez. Um terceiro artigo de Louis O. Mink ostenta claramente esse propósito⁵⁰.

O ponto forte desse artigo é o de construir o modo *configurante* como um dos três modos da "compreensão" (*comprehenstion*) no sentido amplo, ao lado do modo *teórico* e do modo *categorial*. Segundo o modo teórico, os objetos são "compreendidos" como casos ou exemplos de uma teoria geral: o tipo ideal desse modo é representado pelo sistema de Laplace. Segundo o modo categorial, muitas vezes confundido com o precedente, compreender um objeto é determinar a que tipo de objeto ele pertence, qual sistema de conceitos *a priori* dá forma a uma experiência que, na sua ausência, permaneceria caótica. É a essa compreensão categorial que Platão visou e a que as filosofias mais sistemáticas aspiram. O modo configurante tem como típico colocar elementos num complexo único e concreto de relações. É o tipo de compreensão que caracteriza a operação narrativa. Mas os três modos têm um desígnio comum, que não está menos implícito no modo configurante que nos dois outros modos. A *compreensão no sentido amplo* é definida como o ato de "apreender junto, num único ato mental, coisas que não são

50. "History and Fiction as Modes of Comprehension", art. citado.

experimentadas juntas ou mesmo não são capazes de sê-lo, porque são separadas no tempo, no espaço ou de um ponto de vista lógico. A capacidade de produzir esse ato é uma condição necessária (embora não suficiente) da compreensão" (p. 547). A compreensão, nesse sentido, não se limita nem ao conhecimento histórico nem a atos temporais. Compreender uma conclusão lógica como sendo resultado de suas premissas é uma espécie de compreensão que não tem traço narrativo: evidentemente, implica alguns pressupostos temporais, na medida em que o que tentamos pensar junto consiste nas "relações complexas entre partes que só podem ser experimentadas *seriatim*" (p. 548). Mas é somente um modo de repetir, depois de Kant, que toda experiência se produz no tempo, mesmo a que se produz também no espaço, posto que nos é preciso "percorrer", "reter", "reconhecer" todos os componentes e todas as etapas da experiência relatada. Em suma, "a compreensão é o ato individual de ver-coisas-junto e nada mais" (p. 553).

Ademais, a compreensão no sentido amplo apresenta um traço fundamental que tem implicações consideráveis para o modo narrativo de compreensão. Toda compreensão, declara Mink, tem como ideal, mesmo se o objetivo está fora de alcance, apreender o mundo como *totalidade*. Em outros termos, o objetivo está fora de alcance porque esta compreensão seria divina, mas está carregada de sentido porque o projeto humano é tomar o lugar de Deus (p. 549). Essa súbita intrusão de um tema teológico não é absolutamente marginal. Esse último objetivo alegado dos três modos de compreensão procede da transposição para a epistemologia da definição que Boécio deu do "conhecimento que Deus tem do mundo como *totum simul* em que os momentos sucessivos do tempo inteiro estão copresentes numa única percepção, que faria desses momentos sucessivos uma paisagem de acontecimentos"⁵¹ (p. 549).

Mink não hesita em reportar ao modo configurante a perspectiva da compreensão *no sentido amplo*: "O *totum simul* que Boécio atribui ao conhecimento que Deus tem do mundo seria seguramente (*of course*) o grau mais elevado de compreen-

são configurante" (p. 551). À luz dessa declaração, a crítica anterior de uma fenomenologia limitada ao ato de seguir uma história adquire um novo relevo. O que parece ultimamente recusado à compreensão narrativa, em nome do *totum simul*, é a forma seqüencial das histórias que esta fenomenologia tinha conseguido preservar. Pergunto-me se o argumento, inteiramente válido, segundo o qual a história consiste mais em ter seguido que em seguir não foi levado longe demais, e até enfraquecido, pela tese ulterior que pretende que, no ato de compreensão configurante, "ação e acontecimento, embora representados como se produzindo na ordem do tempo, podem ser percebidos, se é possível dizer, com um só olhar, como ligados juntos numa ordem de significação-aproximação do *totum simul* que nunca podemos operar senão parcialmente" (p. 554).

Pergunto-me se o que se considera como o grau superior da compreensão configurante não marca, antes, sua abolição. Para evitar essa conseqüência aborrecida para a teoria narrativa, não será preciso designar uma função inversa à idéia de *totum simul*: a saber, *limitar* precisamente a ambição da compreensão de abolir o caráter seqüencial do tempo subjacente ao lado episódico da armação da intriga. O *totum simul* deveria, então, ser reconhecido como Idéia no sentido kantiano: idéia-limite, mais que meta ou guia. Retornaremos a esse ponto na quarta parte. Por ora, bastará questionarmos se esse objetivo ideal é realmente a extrapolação apropriada do que está implicado na compreensão *efetiva* das narrativas.

O que é discutível, num nível simplesmente fenomenológico — nível no qual "*ter-seguido*" é propriamente oposto a "seguir" — é a asserção de que, "na compreensão de uma narrativa, o pensamento da sucessão temporal enquanto tal se desvanece — ou, poder-se-ia dizer, atrasa-se, como o sorriso do Gato Cheshire" (p. 554). Recuso-me a crer que, "na compreensão configurante de uma história que se seguiu... a necessidade de referências regressivas elimina (*cancela out*), por assim dizer, a contingência das referências progressivas" (*ibid.*). Nenhum dos argumentos adiantados é convincente.

O argumento segundo o qual na historiografia corrente a cronologia recua — e com ela a preocupação de datar — é perfeitamente razoável. Mas a questão fica em aberto, de saber até que ponto a superação da simples cronologia implica a abolição de qualquer modo de temporalidade. De Agostinho a Heidegger, toda a ontologia do tempo visa a extrair do tempo puramente cronológico propriedades *temporais* construídas

51. É verdade, Mink matiza de dois modos a tese de que é em função desse objetivo ideal que toda compreensão parcial pode ser julgada. Primeiro, existem diferentes descrições desse objetivo ideal de compreensão: o modelo segundo Laplace de um mundo predizível no menor detalhe não coincide com a *synopsis* de Platão no livro VIII da *República*. Em segundo lugar, essas descrições são extrapolações dos três modos diferentes e mutuamente exclusivos de compreensão. Mas essas duas correções não afetam o argumento principal, a saber, que o objetivo da compreensão é abolir o caráter *seriatim* da experiência no *totum simul* da compreensão.

sobre a sucessão, mas irreduzíveis ao mesmo tempo à pura sucessão e à cronologia.

O argumento que pretende que a compreensão seja completa quando se apreende uma certa ação como a resposta a um acontecimento ("enviar um telegrama" responde a "receber uma oferta") é igualmente correto; mas o laço entre enviar um telegrama e recebê-lo é assegurado por um termo mediador: "aceitar a oferta", o qual engendra uma *mudança* do estado de coisas inicial ao estado de coisas terminal. Não temos o direito, por conseguinte, de generalizar a partir da "resposta" dizendo que "a ação e os acontecimentos de uma história compreendida como um todo são ligados por uma trama de descrições se sobrepondo umas às outras" (p. 556). A abolição das frases marcadas pelos tempos verbais, nessa trama de descrições sobrepostas, é o sinal de que a qualidade narrativa da história desapareceu com o laço temporal. Pode-se bem dizer que, na retrospectiva, todos os incidentes que se produziram na *história* de Édipo podem ser apreendidos juntos no *retrato* de Édipo. Mas esse retrato é equivalente ao "pensamento" da tragédia de Édipo. Ora, o "pensamento", que Aristóteles chamava de *dianoia*, é um aspecto derivado da intriga assim como os caracteres.

Resta-nos ver de que maneira uma transferência do conceito de intriga da crítica literária à epistemologia da história pode esclarecer a dialética concreta entre discordância e concordância na narrativa; dialética da narração narrativa que não se levou suficientemente em conta numa análise do modo configurante da compreensão que tende a dissolver sua qualidade temporal em nome do fim que se lhe atribui, de igualar-se ao *totum simul* do conhecimento divino.

4. A explicação pela armação da intriga

Com a obra de Hayden White⁵², os procedimentos de armação da intriga que coloquei acima sob o título de *mimese* II são atribuídos, pela primeira vez, à estrutura narrativa da historiografia. Mesmo se não cobrem todo seu campo.

52. Hayden White, *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1973. O autor intitula sua introdução: "The Poetics of History" (p. 1-42).

O que constitui a força das análises de H. White é a lucidez com a qual ele explicita os pressupostos de suas análises de grandes textos históricos e define o universo de discurso no qual esses pressupostos, por sua vez, se encontram.

Primeiro pressuposto: aprofundando o sulco aberto por Louis O. Mink, White reorganiza a relação entre história e ficção segundo linhas diversas das de uma epistemologia, para a qual a problemática da objetividade e da prova é o que determina o critério de base de toda classificação dos modos de discurso. O que quer que ocorra com essa problemática, à qual retornaremos na quarta parte, o primeiro pressuposto de uma "poética" do discurso histórico é que *ficção e história pertencem à mesma classe* quanto à estrutura narrativa. Segundo pressuposto: a aproximação entre história e ficção envolve uma outra, entre história e literatura. Essa reviravolta das classificações usuais pede que seja levada a sério a caracterização da *história como escrita*. "A escrita da história", para retomar um tema de Michel de Certeau⁵³, não é exterior à concepção e à composição da história; não constitui uma operação secundária, que diz respeito apenas à retórica da comunicação e que se poderia negligenciar como sendo de ordem simplesmente redacional. É constitutiva do modo histórico de compreensão. A história é intrinsecamente historiografia, ou, para dizê-lo de um modo deliberadamente provocador, um artifício literário⁵⁴ (*a literary artifact*). Terceiro pressuposto: a fronteira traçada pelos epistemólogos entre a história dos historiadores e a *filosofia da história* deve também ser recolocada em questão, na medida em que, de um lado, toda grande obra histórica exhibe uma visão de conjunto do mundo histórico e em que, de outro, as filosofias da história recorrem aos mesmos expedientes de articulação que as grandes obras históricas. É por isso que, na sua grande obra, *Metahistory*, H. White não hesita em colocar no mesmo quadro Michelet, Ranke, Tocqueville, Burckhardt e Hegel, Marx, Nietzsche, Croce.

Essa "poética" da historiografia é chamada por seu autor de *Metahistory*, para distingui-la de uma epistemologia centrada

53. Michel de Certeau, *L'Écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975.

54. No artigo de 1974 intitulado "The Historical Text as Literary Artifact" *Clio* III/3, 1974, pp. 277-303, reproduzido no *The Writing of History* de Robert A. Canary & Henry Kozicki, 1978, University of Wisconsin Press, H. White define assim um artifício verbal: "a model of structures and processes that are long past and cannot therefore be subjected to either experimental or objectal controls" (*Clio*, p. 278). Nesse sentido, as narrativas históricas são "verbal fictions, the contents of which are as much invented as found and the forms of which have more in common with their counterparts in literature than they have with those in the sciences" (*ibid.*).

no caráter de "inquiry" da história, e, pois, fixada nas condições de objetividade e de verdade que instauram a ruptura epistemológica entre a história como ciência e a narrativa tradicional ou mítica.

Os três pressupostos que acabam de ser enunciados acarretam, com efeito, um deslocamento e uma reclassificação da problemática. A atenção exclusiva dada às condições de "cientificidade" da história é tida como responsável pelo desconhecimento das estruturas que colocam a história no espaço da ficção narrativa. Só uma meta-história pode ousar considerar as narrativas históricas como *ficções verbais*, próximas, por seu conteúdo e sua forma, de sua contrapartida literária. Pôr-se-á mais tarde, para nós, a questão de saber se é possível reclassificar assim a história como artifício literário, sem desclassificá-la como conhecimento com pretensão científica.

É inegável que esse deslocamento e essa reclassificação da problemática implicam uma transferência, para a historiografia, de categorias inspiradas na crítica literária.

A ironia da situação é que esses empréstimos são feitos de autores que precisamente se opuseram a isso. Não esquecemos a firmeza com a qual Aristóteles exclui a *história* da problemática do *muthos*. Para avaliar o tamanho do gesto que infringe a interdição aristotélica, é preciso compreender bem as razões deste último. Aristóteles não se limita a constatar que a história é "episódica" demais para satisfazer às exigências da *Poética* (afinal, esse juízo é facilmente revogável, desde a obra de Tucídides). Ele diz também porque a história é episódica: porque ela relata o que realmente aconteceu; ora, o real, diferentemente do possível concebido pelo poeta e ilustrado pela *péripétée*, implica uma contingência que escapa ao controle do poeta. É, finalmente, porque este é o autor de sua intriga, que pode se extrair do real contingente e elevar-se ao possível verossímil. A transferência da história para o círculo da poética não é, pois, um ato inocente e não pode ser sem conseqüências quanto ao tratamento da contingência real.

A transgressão da proibição aristotélica deixa de encontrar resistência do lado da crítica literária, da qual a obra de H. White é, contudo, próxima. Para Auerbach, Wayne Booth, Scholes e Kellogg, o imaginário define-se em oposição ao "real", e a história continua a oferecer o modelo do realismo da representação. O cúmulo da ironia é que Northrop Frye, ao qual serão feitos tantos empréstimos por H. White, é um dos guardiães mais vigilantes dessa fronteira: à ficção, segundo ele, concerne o possível; à

história, o real; retomando Aristóteles, Frye dirá que o poeta opera a partir de (*from*) uma forma de unificação, o historiador, em direção a (*towards*) esta⁵⁵. Segundo ele, só as filosofias da história como as de Spengler, Toynbee ou H.G. Wells podem parecer pertencer à mesma categoria "poética" que o drama ou a epopéia.

A meta-história, segundo White, deve, pois, quebrar duas resistências: a dos historiadores, que insistem em que a ruptura epistemológica entre a história e a narrativa tradicional e mítica arranca a primeira do círculo da ficção, e a dos críticos literários, para quem a distinção entre o imaginário e o real é uma evidência inquestionável.

Não esgotaremos a discussão nesse capítulo: reservamos para a quarta parte os aspectos da ficção verbal que obrigam a reexaminar a noção de representação do real em história, problema que escolhemos encarar sob o título de *mimese* III. Nós nos manteremos pois aqui nos limites da ficção entendida como configuração no sentido de *mimese* II. Estou consciente da injustiça que estou cometendo com a obra de H. White, estabelecendo um corte entre suas análises mais formais e aquelas que concernem ao real histórico (a linha de demarcação passará assim entre suas considerações sobre a tessitura da intriga e as que concernem à prefiguração do campo histórico que ele designa para uma teoria dos tropos: metáfora, metonímia etc.). Mas esse dano pareceu-me compensado pela vantagem de não ligar a sorte das análises formais⁵⁶, que me parecem mais sólidas, ao da tropologia, que me parece mais frágil.

É importante que a armação da intriga só receba em H. White o tratamento de honra que se vai enunciar, contanto que não se identifique inteiramente com ela a noção de "*historical narrative*". O autor toma bastante cuidado, tanto em *Metahistory* quanto em seus artigos, de enquadrar a armação da intriga (*emplotment*) entre muitas operações, cuja enumeração varia aliás, de uma obra a outra. É por isso que, por preocupação didática, considerarei primeiro tudo o que não é "intriga" (*plot*), a fim de concentrar em seguida sobre esta o essencial de minhas observações.

55. N. Frye, "New Directions from Old", in *Fables of Identity*, Nova Iorque, Harcourt, Brace and World, 1963, p. 55.

56. "My method in short is formalist..." (*Metahistory*, p. 3). Ver-se-á em que sentido a teoria do *emplotment* distingue esse formalismo do estruturalismo francês e o aproxima do de Northrop Frye, que discutiremos na terceira parte.

Num artigo de *Clio* (1972)⁵⁷, a intriga (*plot*) é colocada entre a história contada (*story*) e o argumento (*argument*).

Story é tomada aqui num sentido limitativo — “telling stories”: no sentido de uma narrativa essencialmente seqüencial, com começo, meio e fim. Para dizer a verdade, é o conceito de “*story line*” que traduzo por “o fio da história”, mais que o de *story*, que serve aqui de ponto de referência. O autor quer, assim, visivelmente se livrar do argumento segundo o qual a história, tal como se a escreve hoje, não é mais narrativa: a objeção, segundo ele, só vale se se reduz a história (*story*) ao fio da história (*story line*).

A delimitação entre *story* e *plot*, desconcertante para muitos críticos, parece a H. White ter mais urgência em história que em crítica literária; porque em história, os acontecimentos que constituem a linha da história narrada não são produzidos pela imaginação do historiador, mas são submetidos aos procedimentos da prova. Vejo, da minha parte, nesse argumento uma maneira de responder à proibição de Aristóteles: o preço a pagar por essa liberação é a própria distinção entre *story* e *plot*.

Ora, essa distinção nem sempre é fácil de manter, na medida em que a *story* já é um modo de organização em que ela se distingue de uma simples crônica de acontecimentos, e organiza-se em função de “motivos” ou de “temas” que unificam e delimitam nela subconjuntos⁵⁸. É por isso que a história

narrada já é capaz de um “efeito explicativo”. É precisamente para fazer justiça a esse efeito explicativo próprio da *story* que *Metahistory* a distingue da “crônica”, que se torna, então, a primeiríssima articulação do campo histórico. Quanto à noção de “campo histórico” (*Metahistory*, p. 30), que reencontraremos em Paul Veyne, ela mesma põe o problema de uma articulação ainda prévia. Só se pode, com efeito, falar do interior da narrativa já organizada de um *unprocessed historical record* (*Metahistory*, p. 5), isto é, de um bastidor pré-conceitual aberto aos processos de seleção e de arranjo⁵⁹.

A armação da intriga (*emplotment*) conserva um efeito explicativo distinto da história narrada (*story*), no sentido de que ela explica não os acontecimentos da história narrada, mas essa própria história, identificando a classe à qual ela pertence. O fio da história narrada permite identificar uma configuração única, a armação da intriga convida a reconhecer uma classe tradicional de configurações. Essas categorias de intriga, em função das quais a própria história, não os acontecimentos da história, é codificada, são parentes dos “criptogramas de relação”⁶⁰ que, segundo E.H. Gombrich em *Art and Illusion*, regulam nossa maneira de “ler” a pintura.

H. White pensa escapar, assim, dos argumentos antinarrativistas dos partidários de Hempel: abandonando-lhes a organização da história em termos de causas e de leis, e subtraindo-lhes a explicação categorial própria à armação da intriga. Mas é à custa da desunião entre explicação da história e explicação do acontecimento.

A fronteira entre intriga (*plot*) e argumento tampouco é fácil de traçar. O argumento designa tudo aquilo em torno de que a história gira (“*the point of it all*” or “*what it all adds up to*”) (*Metahistory*, p. 11), em suma, a tese da narrativa. Aristóteles incluía o argumento na intriga sob a proteção da probabilidade

57. Hayden White, “The Structure of Historical Narrative”, *Clio* I (1972), pp. 5-19. Em *Metahistory*, “story” será precedida por “chronicle” e o “modo do argumento” será completado pelo “modo de implicação ideológica”.

58. “A organização por motivos é então um aspecto da elaboração da *story*, fornece um tipo de explicação, aquele no qual Mink pensa quando diz que os historiadores fornecem uma ‘compreensão dos acontecimentos’ nas suas histórias, ‘configurando-os’” (“The Structure of Historical Narrative”, p. 15). *Metahistory* confirma: “a transformação da crônica em história narrada (*story*) é efetuada pela caracterização de certos eventos contidos na crônica em termos de motivos inaugurais, terminais ou de transição” (p. 5). A *story*, em oposição à crônica, é “*motifally encoded*” (p. 6). Não estou de acordo com essa redução do campo do ato configurante, segundo Mink, à *story*. White acredita encontrar uma confirmação dessa correlação entre o ato configurante e a explicação por *story* na distribuição que Mink faz entre compreensão configurante, compreensão categorial e compreensão teórica. Pensa poder destinar o modo categorial à explicação por *emplotment* e o modo temático à explicação por argumento (“The Structure of Historical Narrative”, p. 18). Além de as duas tripartições — a de Mink e a de White — não se deixarem sobrepor, não faz absolutamente justiça à análise do ato configurante por Mink reduzindo seu campo de aplicação à organização da *story*, com exclusão do *emplotment* e do *argument*. Como meu conceito de intriga, o ato configurante de Mink parece-me cobrir os três campos que White distingue. A chave da divergência reside, na minha opinião, na redução inversa que White impõe à explicação por tessitura da intriga, a saber, a identificação da intriga com um tipo, a saber, a *categorial* da intriga à qual a história narrada pertence. Essa redução parece-me arbitrária.

59. Essa regressão da *story* à crônica, depois da crônica ao campo histórico, na *Metahistory*, parece com a regressão, que conduz Husserl, na sua Fenomenologia genética, das sínteses ativas às sínteses passivas, sempre prévias. Nos dois casos põe-se a questão daquilo que precede toda síntese ativa ou passiva. Essa questão perturbadora conduziu Hegel à problemática do *Lebenswelt*. Conduziu H. White a uma problemática inteiramente diferente, que remetemos à quarta parte, a saber, a da articulação tropológica que “prefigura” (*ibid.*) o campo histórico e a abre às estruturas narrativas. O conceito de campo histórico não serve, pois, somente de limite inferior à classificação das estruturas narrativas, marca fundamentalmente a transição entre o estudo dos “efeitos explicativos” da narrativa e o de sua função “representativa”.

60. “The Structure of History Narrative”, p. 16.

e da necessidade da intriga. Pode-se dizer, contudo, que é a historiografia, diversamente da epopéia, da tragédia, da comédia, que pede essa distinção no nível dos "efeitos explicativos". É precisamente porque a explicação por argumento pode ser distinguida da explicação por tessitura da intriga, que os lógicos inventaram o modelo nomológico. O historiador argumenta de modo formal, explícito, discursivo. Mas, o que os partidários do modelo nomológico não viram é que o campo da argumentação é consideravelmente mais vasto que o das leis gerais, inspiradas nas ciências conexas já constituídas fora do campo histórico. O historiador tem sua maneira própria de argumentar, que pertence ainda ao campo narrativo. E esses modos de argumentar são numerosos, a ponto de exigir uma tipologia. Se é assim, é porque cada modo de argumentar exprime, ao mesmo tempo, um pressuposto de caráter meta-histórico sobre a própria natureza do campo histórico e sobre o que se pode esperar da explicação em história. Quanto à própria tipologia, H. White a toma emprestado de Stephen Pepper em *World Hypotheses*. Assim ele distingue quatro grandes paradigmas: formista, organicista, mecanicista, contextualista⁶¹. Ele se compraz em sublinhar que, se os dois primeiros são tidos como mais ortodoxos e os segundos como mais heterodoxos e mais metafísicos (a despeito dos mestres do gênero: Ranke e Tocqueville), é porque nos enganamos a respeito do estatuto epistemológico dessas hipóteses globais. Esquecemos que "a história não é uma ciência; é, no máximo, uma protociência que inclui na sua constituição elementos não científicos especificamente determináveis" (*Metahistory*, p. 21).

Para dizer a verdade, a explicação por meio desses grandes paradigmas confina à explicação por implicação *ideológica* que *Metahistory* coloca no quinto nível das estruturas narrativas. H. White distingue esse último modo explicativo do precedente pela tomada de posição ética característica de um modo particular de escrever a história. Os pressupostos do modo precedente referiam-se, mais, à natureza do campo histórico. Esses pressupostos do modo ideológico referem-se mais à natureza da consciência histórica e, pois, ao elo entre a explicação dos fatos passados e a prática presente⁶². É por isso que o modo ideológico

de explicação tem também uma estrutura conflitual, que exige uma tipologia apropriada. H. White inspira-se para nessa última, remanejando-a largamente, na classificação das ideologias, por Karl Mannheim em *Ideologia e Utopia*. Postula, assim, quatro posições ideológicas básicas: anarquismo, conservadorismo, radicalismo, liberalismo. Qualquer que seja a conveniência dessa tipologia para as grandes obras históricas do século XIX, cujo exame constitui precisamente o objetivo principal da *Metahistory*, é importante sublinhar que, pela adjução do modo ideológico, H. White satisfaz a duas solicitações distintas, senão opostas. De um lado, dá provas de veracidade reintroduzindo, através do conceito pós-marxista de ideologia, componentes do conhecimento histórico que a tradição do *Verstehen*, representada na França por Aron e Marrou, não tinha cessado de sublinhar: a saber, a implicação do historiador no trabalho histórico, a consideração dos valores e o laço da história com a ação no mundo presente. As preferências ideológicas, referindo-se em última análise à mudança social, à sua amplitude desejável e ao seu ritmo ambicionável, concernem à meta-história na medida em que se incorporam à explicação do campo histórico e à construção do modelo verbal pelo qual a história ordena acontecimentos e processos em narrativas. De outro lado, distinguindo entre argumento e ideologia, o autor marca o lugar da própria crítica da ideologia e submete a ideologia à mesma regra de discussão que o modo de explicação por argumentos formais.

Assim, enquadrada pelo fio da história (*story-line*) (nível ele próprio desdobrado em crônica e cadeia de motivos) e pelo argumento (ele próprio desdobrado em argumentos formais e implicações ideológicas), a explicação por *armação da intriga* (*emplotment*) toma, em H. White, um sentido estrito e limitativo, que permite dizer ao mesmo tempo que ela não é a totalidade da estrutura narrativa, e, contudo, que ela é seu pivô⁶³.

de K. O. Apel e J. Habermas, assim como às de muitos antropólogos, como Clifford Geertz — e mesmo de certos marxistas como Gramsci e Althusser —, para liberar o conceito de ideologia das conotações puramente pejorativas de que Marx o tinha coberto na *Ideologia Alemã*.

* Ricoeur utiliza os termos *désirable* e *souhaitable*, cuja tradução para o português é feita pela mesma palavra, *desejável*. Escolhemos traduzi-los por *desejável* e *ambicionável*, para mantermos, até certo ponto, um sinônimo ou matiz próximos do texto de Ricoeur (N. do T.).

63. Podemos questionar o que constitui a unidade do narrativo, tanto seu campo parece desmembrado. Como sempre, o recurso à etimologia ("The Structure of Historical Narrative", pp. 12-13) é pouco esclarecedor; a *narratio* dos Romanos é polissêmica e dependente demais de seus contextos próprios; quanto à raiz *na*, suposta comum a todos os modos de cognoscibilidade, não fornece mais nenhum critério determinante.

61. Para o detalhe dessa construção e sua ilustração pelos grandes historiadores do século XIX, cf. *Metahistory*, pp. 13-21 *et passim*.

62. "Por 'ideologia' entendo um conjunto de prescrições para tomar posição no mundo presente da prática social e para agir sobre ele... Essas prescrições são sustentadas por argumentos que reivindicam a autoridade da 'ciência' ou do 'realismo'" (*Metahistory*, p. 22). H. White une-se aqui às tentativas dos filósofos da escola de Frankfurt, seguidos

Por armação da intriga (*emplotment*) o autor entende bem mais que a simples combinação entre o aspecto linear da história narrada e o aspecto argumentativo da tese sustentada; entende o tipo (*kind*) ao qual a história narrada pertence, logo, uma dessas categorias de configuração que aprendemos a distinguir por nossa cultura. Digamos, para esclarecer esse problema, que H. White apela para o tema que desenvolvi longamente na primeira parte sobre o papel dos paradigmas na armação da intriga e sobre a constituição de uma tradição narrativa pelo jogo da inovação e da sedimentação. Mas enquanto eu caracterizo a tessitura da intriga pela gama inteira das permutas entre paradigmas e histórias singulares, H. White retém exclusivamente para sua noção de *emplotment* sua função de categorização: o que explica, em compensação, que ele relacione à noção de *story* o aspecto puramente linear. A tessitura da intriga assim concebida constitui um modo de explicação: "a explicação por tessitura da intriga" (*Metahistory*, pp. 7-11). Explicar, aqui, é fornecer um guia para identificar progressivamente a classe da tessitura da intriga ("The Structure of Historical Narrative", p. 9). "Ela consiste em fornecer o sentido de uma história identificando o tipo de história que foi contada" (*Metahistory*, p. 7). "Um dado historiador é forçado a tecer numa intriga o conjunto das histórias (*stories*) que compõem sua narrativa numa única forma inclusiva ou arquetípica" (*ibid.*, p. 8).

É na *Anatomia da Crítica* de Northrop Frye que H. White inspira-se para a tipologia da armação da intriga: *romanesca* (*romance*), *trágica*, *cômica*, *satírica*. (O épico é posto de lado em virtude da epopéia aparecer como a forma implícita da crônica). O gênero satírico tem uma posição original, na medida em que, segundo Frye, as histórias construídas no modo irônico tiram seu efeito do fato de frustrar o leitor quanto ao tipo de solução que ele espera das histórias construídas no modo romanesco, cômico ou trágico. A sátira, nesse sentido, é polarmente oposta ao gênero romanesco, que mostra o triunfo final do herói; mas

Muito mais interessante é a sugestão seguinte: atrás de toda aptidão para conhecer, há um cognoscente; atrás de toda narração, um narrador; não seria então do lado da voz narrativa que seria preciso buscar a unidade e a diversidade dos efeitos explicativos? "We might say then that a narrative is any literary form in which the voice of the narrator rises against a background of ignorance, incomprehension, or forgetfulness to direct our attention, purposefully, to a segment of experience organized in a particular way" (*ibid.*, p. 13). Mas então a unidade do gênero narrativo não deve mais ser buscada do lado das estruturas narrativas, de seu enunciado, mas da narração como enunciação. Retornaremos a isso na terceira parte.

opõe-se também, ao menos parcialmente, ao trágico, onde na falta de celebrar a transcendência última do homem sobre o mundo decaído, é preparada uma reconciliação, para o espectador, a quem é dado perceber a lei que governa os destinos; a sátira, enfim, também se distancia da reconciliação dos homens entre si, com a sociedade e com o mundo, que a comédia opera, com seu desenlace feliz; a oposição é, contudo, parcial: pode existir um trágico satírico e um cômico satírico. A sátira parte da inadequação última das visões do mundo dramatizadas pelo romanesco, pelo cômico e pela tragédia.

Que benefício a epistemologia do conhecimento histórico pode retirar dessa distinção entre todos esses "modos de explicação" (e seus "efeitos explicativos" correspondentes) e das três tipologias propostas no nível respectivamente da intriga, do argumento e da ideologia? Essencialmente uma teoria do *estilo* historiográfico, caso se entenda por estilo uma intersecção notável entre as potencialidades abertas pelas diversas categorias narrativas implicadas (*Metahistory*, pp. 29-31).

Pode-se compor etapa por etapa essa teoria do estilo, seguindo a ordem de complexidade da combinatória.

Num primeiro nível, a teoria do estilo joga com a trilogia básica: *story*, *emplotment*, *argument*. Assim, no artigo de 1972, a tripartição é ilustrada por três obras: a explicação em função do fio da história (*story-line*) pela obra de Ranke, *História da Alemanha na Época da Reforma*, a explicação em termos de argumento pela *Democracia na América* de Tocqueville, a explicação em termos de intriga por *A Cultura do Renascimento na Itália*, de Burckhardt. Cada uma dessas obras comporta, certamente, fio da história, intriga e argumento, mas em proporções variáveis. A ordem linear prevalece em Ranke: a história tem um começo, um meio e um fim, que já ocorreu antes do presente do leitor. Seu argumento reduz-se às mudanças advindas à entidade alemã que conserva sua identidade. E a intriga limita-se a mostrar "como uma coisa conduz a outra" (p. 6). Nesse sentido, tudo é *story* para Ranke, que ilustra o tipo "narrativista" da historiografia. Tocqueville tem também uma *story*, mas aberta pela extremidade que ela volta em direção a nós, que estamos encarregados de dar-lhe um fim pela nossa ação. Caso se queira, tudo o que ele narra é só o extenso "meio" de uma história narrada. Mas a ênfase é colocada sobre o tipo de estrutura que liga classes sociais, democracia política, cultura, religião etc. Poder-se-ia dizer, em compensação, que em Burckhardt tudo é

argumento: a história narrada só serve para ilustrar a tese do individualismo na Renascença.

Mas, insensivelmente, a teoria do estilo histórico passa a um segundo nível, combinando a tripartição história narrada, intriga, argumento com a tipologia da armação da intriga. Se Burckhardt ilustra o primado do argumento sobre a intriga e sobre a história narrada, ilustra também o modo irônico da armação da intriga: porque a história que não chega a lugar nenhum destrói a expectativa de uma conclusão moral ou intelectual, tal como a teriam forjado os outros paradigmas da armação da intriga: romanesca, cômica ou trágica. Michelet, em compensação, constrói sua história no modo romanesco; Ranke, no modo cômico; Tocqueville, no modo trágico.

Enfim, a teoria do estilo passa a um terceiro nível, combinando as três tipologias respectivas da armação da intriga, da argumentação e da implicação ideológica. Obtém-se assim uma combinatória que leva em conta, senão todas as combinações possíveis, ao menos as "afinidades eletivas" que esboçam a trama de compatibilidade de onde emergem estilos historiográficos identificáveis: "Na minha opinião, um estilo historiográfico representa uma *combinação* particular entre modos de armação da intriga, de argumento e de implicação ideológica" (*Metahistory*, p. 29)⁶⁴. Mas estaríamos muito enganados se vissemos num estilo histórico uma combinação necessária entre modos de explicação. O estilo é, antes, um jogo flexível entre afinidades: "A tensão dialética que caracteriza a obra de todo grande historiador resulta, de ordinário, de um esforço para casar um modo de tessitura da intriga com um modo de argumento ou de implicação ideológica que não é consoante com ele" (p. 29)⁶⁵.

Somos assim reconduzidos, por um longo desvio, ao nosso tema da consonância dissonante⁶⁶: uma primeira fonte de consonância dissonante procede da oposição entre os três modos

64. O autor propõe, em *Metahistory*, p. 29, um quadro das afinidades que regulam sua própria leitura dos quatro grandes historiadores e dos quatro grandes filósofos da história aos quais a obra é principalmente consagrada.

65. O deslizar de uma configuração a outra permanece sempre possível. O mesmo conjunto de acontecimentos pode conduzir a uma história trágica ou cômica, segundo a escolha da estrutura de intriga feita pelo historiador, da mesma maneira que, para uma classe, como diz Marx, "O 18 Brumário de Luís Napoleão Bonaparte" pôde ser tragédia, mas, para outra, uma farsa (*The Historical Text as Literary Artifact*", art. citado, p. 281).

66. Hayden White fala, a respeito disso, de sua dívida para com Frank Kermode, *The Sense of an Ending*, no final de "Structure and Historical Narrative", p. 20.

que, considerados juntos, conferem às estruturas narrativas uma função explicativa⁶⁷. Uma outra fonte de consonância dissonante deve-se ao confronto entre muitas maneiras de armação da intriga, não somente entre historiadores diferentes, mas no coração de uma grande obra.

Ao todo, a noção de estrutura narrativa, da qual partimos, acha-se cobrindo um terreno mais vasto do que aquele que os autores "narrativistas" lhe concedem, enquanto a noção de intriga recebe de sua oposição às de história narrada (*story*) e de argumento, uma precisão incomum.

Mas, principalmente, não se deve perder de vista que a triplíce tipologia, sobre a qual repousa essa teoria do estilo historiográfico, não reivindica nenhuma autoridade "lógica". Os modos de armação da intriga, em particular, são os produtos de uma tradição de escrita que lhes transmite a configuração de que se serve o historiador. Esse aspecto de tradicionalidade é finalmente o mais importante: o historiador, na qualidade de escritor, dirige-se a um público suscetível de reconhecer as formas tradicionais da arte de narrar. As estruturas não são, pois, regras inertes. Não são classes oriundas de uma taxionomia *a priori*. São as formas de uma herança cultural. Se é possível dizer que nenhum acontecimento é, em si, trágico e que só o historiador o faz parecer assim, codificando-o de uma certa maneira, é porque o arbitrário da codificação é limitado, não pelos acontecimentos narrados, mas pela expectativa do leitor de encontrar formas conhecidas de codificação: "A codificação dos acontecimentos em função desta ou daquela estrutura da intriga é um dos procedimentos dos quais uma cultura dispõe para conferir um sentido a um passado pessoal ou público" (*The Historical Text as Literary Artifact*", p. 283). A codificação é, assim, regulada mais pelos efeitos de sentido esperados que pelo material a codificar.

Esse efeito de sentido consiste essencialmente em tornar familiar o não-familiar. A codificação contribui para isso na medida em que o historiador partilha com seu público a inteligência das formas "que situações humanas significativas

67. A teoria dos tropos, sobre a qual nada digo aqui, acrescenta uma dimensão suplementar ao estilo histórico. Mas nada acrescenta à explicação propriamente dita (*Metahistory*, pp. 31-52, e "The Historical text as literary Artifact", pp. 286-303 sobre o aspecto mimético da narrativa). Voltarei a isso na quarta parte, no quadro da discussão sobre as relações entre o imaginário e o real na noção de passado.

devem tomar em virtude da participação do historiador no processo específico de formação do sentido que fazem dele o membro de uma herança cultural, mais que de uma outra" (*Ibid.*, p. 283)⁶⁸.

Assim é restituído, através de seu caráter de tradicionalidade, o caráter dinâmico da armação da intriga, mesmo se seu caráter genérico é o único considerado. De resto, esse traço acha-se compensado pela continuidade que a noção de *estilo* historiográfico restabelece entre crônica, cadeia de motivos, intriga, argumento, implicação ideológica. É por isso que é permitido — um pouco contra H. White, mas muito graças a ele — considerar a armação da intriga como a operação que *dinamiza* todos os níveis da articulação da narrativa. A armação da intriga é muito mais que um nível entre outros: é ela quem faz a transição entre narrar e explicar.

5. "Como se escreve a história"⁶⁹

Pareceu-me interessante voltar, no fim deste capítulo, à historiografia francesa: a obra — isolada, na paisagem francesa — de Paul Veyne, *Como se escreve a história*, tem a notável vantagem de conjugar um rebaixamento científico da história com uma apologia da noção de intriga. Paul Veyne acha-se, assim, curiosamente situado na confluência de duas correntes de pensamento que acabamos de descrever, embora proceda de Max Weber e não da corrente "narrativista" anglo-saxônica e conserve com o positivismo lógico um laço que essa corrente rompeu. Colocando-o, contudo, nessa encruzilhada estratégica, espero acrescentar algo ao caráter estimulante de uma obra que já não é desprovida disso.

68. Esse papel da tradição na codificação narrativa fornece uma resposta à objeção de que as três tipologias empregadas por essa teoria do estilo historiográfico são *emprestadas*. É preciso dizer das formas herdadas de codificação o que se disse das leis: o historiador não as estabelece, ele as emprega. E por isso que o reconhecimento de uma forma tradicional pode assumir, em história, valor de explicação: White compara, quanto a isso, esse processo de refamiliarização com acontecimentos, dos quais o sujeito se desfamiliarizou, com o que se passa em psicoterapia ("The Historical Text...", pp. 284-285). A comparação funciona nos dois sentidos, na medida em que os acontecimentos com os quais o historiador procura familiarizar-nos foram frequentemente esquecidos, em virtude de seu caráter traumático.

69. Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire*, ampliada com "Foucault revoluciona a história", Paris, Ed. du Seuil, 1971. Encontramos um exame mais completo no meu ensaio *The Contribution of French Historiography to the Theory of History*. Cf., ademais, Raymond Aron, "Comment l'historien écrit l'épistémologie: à propos du livre de Paul Veyne", in *Annales*, 1971, n° 6, nov-dez., pp. 1319-1354.

O livro pode, com efeito, ser lido como um hábil entrecruzamento de dois motivos: a história "não passa de uma narrativa verídica" (p. 13), a história é uma ciência por demais "sublunar" para ser explicada por leis. Rebaixar a pretensão explicativa, elevar a capacidade narrativa: os dois movimentos equilibram-se num incessante jogo de báscula.

Elevar a capacidade narrativa: o fim é atingido se acoplarmos como convém narrativa e intriga, o que nunca tentaram fazer nem Marc Bloch, nem Lucien Fèbvre, nem Fernand Braudel, nem mesmo Henri-Irénée Marrou, para quem a narrativa é aquilo que os próprios atores fariam, entregues à confusão e à opacidade de seu próprio presente. Mas, precisamente porque a narrativa é construída, não faz reviver nada: "A história é uma noção livresca e não um existencial; é a organização, pela inteligência, de dados que se relacionam a uma temporalidade que não é a do *Dasein*" (p. 90); e ainda: "A história é uma atividade intelectual que, por meio de formas literárias consagradas, serve a fins de simples curiosidade" (p. 103). Nada vincula essa curiosidade a algum fundamento existencial⁷⁰.

Num sentido, Veyne chama de narrativa o que Aron e Marrou chamavam de reconstrução. Mas a mudança de terminologia tem sua importância. Vinculando a compreensão histórica à atividade narrativa, o autor permite levar mais longe a descrição do "Objeto da história" (título de sua primeira parte). Se, com efeito, atemo-nos ao caráter intrínseco da noção de acontecimento — a saber, qualquer ocorrência individual e não repetível —, nada o qualifica como histórico ou físico: "A verdadeira diferença não se passa entre os fatos históricos e os fatos físicos, mas entre a historiografia e a ciência física" (p. 21). Esta subsume fatos sob leis, aquela os integra nas intrigas. O fato de figurar numa intriga é o que qualifica um acontecimento como histórico: "Os fatos só existem em intrigas e através delas, onde eles assumem a importância relativa que lhes impõe a história humana do drama" (p. 70). E ainda: "Posto que qualquer acontecimento é tão histórico quanto um outro, pode-se recortar o campo de acontecimentos com toda a liberdade" (p. 83). Aqui, Veyne une-se aos autores "narrativistas" de língua inglesa que acabamos de estudar. Um acontecimento histórico não é somente o que acontece, mas o que pode ser narrado ou o que já foi narrado nas crônicas ou lendas. Ademais, o historiador não

70. Nem Aron, nem sobretudo Marrou, cortariam tão nitidamente o cordão vital que liga ainda história à compreensão do outro, logo, a um certo aspecto do vívido.

ficará angustiado por só trabalhar com documentos parciais: só se faz uma intriga com o que se sabe; a intriga é, por natureza, "conhecimento mutilado".

Vinculando assim o *acontecimento à intriga*, Paul Veyne pode desdramatizar a querela da factualidade e da não-factualidade*, aberta pela escola dos *Anais*. O longo prazo pertence tanto à factualidade quanto o curto, se a intriga é a única medida do acontecimento. A não-factualidade marca somente a separação entre o campo indeterminado dos acontecimentos e o domínio já sulcado de intrigas: "A não-factualidade são os acontecimentos ainda não saudados como tais: histórias dos torrões, das mentalidades, da loucura ou da busca da segurança através dos tempos. Chamaremos, pois, de não-factualidade a historicidade de que não temos consciência como tal" (p. 31).

Bem mais, se se define bastante amplamente o que conta como intriga, mesmo a história quantitativa entra na sua órbita: há intrigas todas as vezes que a história reúne as finalidades, as causas materiais, os acasos: uma intriga é uma mistura muito humana e muito pouco 'científica' de causas materiais, de fins e de acasos" (p. 46). A ordem cronológica não lhe é essencial. Na minha opinião, essa definição é inteiramente compatível com a noção de síntese do heterogêneo, proposta na nossa primeira parte.

Desde que se pode reconhecer essa combinação heterogênea, há intriga. Nesse sentido, as séries não cronológicas, as séries por *itens* dos historiadores quantitativistas, continuam pertencendo ao campo da história em virtude de sua relação, tão tênue quanto se quiser, com a intriga. A relação entre intriga e séries de *itens*, que não é claramente explicitado pelo autor, parece-me assegurado pela noção inspirada em Cournot (à qual Aron remetia, no princípio de seu livro de 1937), do entrecruzamento de séries causais: "O campo dos acontecimentos é um entrecruzamento de séries" (p. 35). Mas todo entrecruzamento de séries é uma intriga?

P. Veyne acredita poder estender a noção de intriga até o ponto em que o conceito de tempo não lhe é indispensável: "O que se tornaria uma historiografia que acabasse por se libertar dos últimos restos de singularidades, de unidades de tempo e

* Ricouer utiliza os termos *événementiel* e *non-événementiel*, que podem ser traduzidos por (não-)eventualidade, (não-)evento, (não-)acontecimento, (não-)feito. O adjetivo *événementiel* não tem correspondente em português (N. do T.).

lugar, para se entregar por inteiro só à unidade da intriga? É o que aparecerá ao longo desse livro" (p. 84). O autor quer assim ir até o fim de uma das possibilidades abertas pela noção aristotélica de intriga que, vimos, ignora também o tempo, mesmo quando implica começo, meio e fim. Essa possibilidade de acronicidade foi explorada também por diversos autores de língua inglesa (cf. acima Louis O. Mink). Ora, essa possível acronicidade está ligada ao traço fundamental da intriga sobre o qual Aristóteles construiu sua *Poética*, a saber, a capacidade de ensinar o universal. Vimos acima como H. White explora a fundo esse recurso genérico categorial da armação da intriga.

Encontro o mesmo tom em Paul Veyne, quando ele desenvolve o paradoxo aparente de que a história não tem como objeto o indivíduo, mas o específico. É ainda a noção de intriga que nos dissuade de qualquer defesa da história como ciência do concreto. Fazer um acontecimento entrar numa intriga é enunciar algo inteligível, portanto específico: "Tudo o que se pode enunciar sobre um indivíduo possui uma espécie de generalidade" (p. 73); "A história é a descrição do que é específico, isto é, compreensível, nos acontecimentos humanos" (p. 75). Essa tese condiz com a da descrição por *itens* e com a de entrecruzamento das séries. O indivíduo é um cruzamento de séries de *itens*; contanto que um conjunto de *itens* seja ainda uma intriga.

Com esse componente inteligível da intriga, passamos à outra vertente da obra: rebaixar a pretensão explicativa.

Rebaixar a pretensão explicativa: Veyne aqui se torna provocador: a história, diz ele, *tem uma crítica e uma tópica, mas não um método*. Não tem método? Entendamos: não tem regra para fazer a síntese dos fatos. Se o campo histórico é, como se disse, completamente indeterminado, tudo o que aí se encontra realmente ocorreu, mas numerosos itinerários podem ser aí traçados. Quanto à arte de traçá-los, ela depende do gênero histórico, com os diferentes modos que se teve de concebê-lo através de todos os séculos.

A única "lógica" que é compatível com a noção da intriga é uma *lógica do provável*, cujo vocabulário Veyne toma emprestado de Aristóteles: a ciência e as leis só reinam na ordem supralunar, enquanto "o sublunar é o reino do provável" (p. 44). É a mesma coisa dizer que a história diz respeito ao sublunar e que procede por intrigas: a história "será sempre intriga, porque será humana, sublunar, porque não será um pedaço de determinismo" (p. 46). O probabilismo é um corolário da capacidade que o historiador tem de recortar livremente o campo dos acontecimentos.

Mas como o provável é uma característica da própria intriga, não é o caso de distinguir entre narrativa, compreensão e explicação: "O que se chama de explicação é somente a maneira que a narrativa tem de se organizar numa intriga compreensível" (p. 111). Era possível esperarmos isso: na ordem do sublunar, não existe explicação no sentido científico da palavra, isto é, no sentido em que uma lei explica um fato: "Explicar, da parte de um historiador, quer dizer 'mostrar o desenrolar da intriga, fazer com que se o compreenda'" (p. 112). A explicação da Revolução "é o resumo desta e nada mais" (p. 114). Assim, a explicação sublunar não se distingue da compreensão. Ao mesmo tempo, *desaparece o problema da relação entre compreensão e explicação* que tanto pôs à prova Raymond Aron. Quanto à palavra causa, desvinculada da palavra lei, Veyne a emprega como Maurice Mandelbaum⁷¹: "As causas são os diversos episódios da intriga" (p. 115); e ainda: "A narrativa é de imediato causal, compreensível" (p. 118). Nesse sentido "explicar mais, é narrar melhor" (p. 119). É a única profundidade que se pode destinar à história. Se a explicação parece levar mais longe que a compreensão imediata, é porque ela pode explicitar os fatores da narrativa segundo as três linhas do acaso, da causa material e da liberdade. "O menor 'fato' histórico comporta esses três elementos, se é humano." (p. 121). É dizer que a história não se explica inteiramente nem pelos encontros acidentais, nem por causas econômicas, nem pelas mentalidades, projetos ou idéias; e que não há regra para ordenar esses três aspectos. O que é um outro modo de dizer que a história não tem método.

Uma exceção aparente à tese que pretende que, em história, explicar é fazer compreender, é representada pela *retrodição* (pp. 176-209), essa operação indutiva pela qual o historiador preenche uma lacuna em sua narrativa pela analogia com um encadeamento semelhante, mas sem falha, em uma outra série. É aí que a explicação parece distinguir-se mais nitidamente da compreensão, na medida em que a retrodição coloca em jogo uma explicação causal. Ora, esta parece intervir precisamente quando os documentos não fornecem intriga; remontamos então por retrodição a uma causa presumida (dir-se-á, por exemplo: uma tributação muito pesada tornou Luís XIV impopular). Raciocinamos aqui do semelhante para o semelhante, sem garantia de que, numa circunstância particular, a analogia não nos trairá. É o caso de recordar que a causalidade sublunar é irregular, confusa e só vale "na maioria das vezes" e "... salvo

71. Cf. adiante, cap. III.

exceção"! É nesses limites estreitos do verossímil que a retrodição compensa as lacunas de nossos documentos. O raciocínio com o qual a retrodição mais se parece é a seriação praticada pelos epigrafistas, os filólogos e os iconoclastas. O que fornece ao historiador o equivalente da série é a semelhança assegurada pela estabilidade relativa dos costumes, das convenções, dos tipos de uma civilização ou época à outra. É ela que permite saber, grosso modo, o que esperar em relação às pessoas de determinada época.

A retrodição não faz, pois, sair das condições do conhecimento sublunar. Nada tem em comum com uma lei da sub-sunção. Está mais próxima da explicação causal no sentido de Dray e de Mandelbaum (voltaremos a isso no capítulo seguinte): "A explicação histórica não é nomológica, é causal" (p. 201). Definitivamente, é o que Aristóteles diz da intriga: ela faz prevalecer o "um por causa do outro" sobre o "um depois do outro".

Podemos questionar, contudo, se a explicação causal e a compreensão pela intriga sempre coincidem. Esse ponto não é seriamente discutido. Quando a ação desenvolve efeitos não intencionais, o que é a situação normal para um historiador, como Danto e Lübbe o sublinham com argumentos diferentes, a explicação parece de fato marcar a derrota da intriga. O autor parece concedê-lo: "Este intervalo entre a intenção e o efeito é o lugar que reservamos à ciência, quando escrevemos a história e quando a fazemos" (p. 208). Talvez se possa responder que a intriga, não coincidindo com a perspectiva de um agente, mas exprimindo o "ponto de vista" daquele que a narra — a "voz narrativa", por assim dizer —, não ignora nada dos efeitos não desejados.

É preciso, agora, fazer justiça a duas teses complementares: que a história não tem método, mas uma crítica e uma tópica.

O que ocorre com a crítica? Ela não constitui o equivalente ou o substituto de um método. Como seu nome — kantiano — o diz, ela é antes a vigilância que o historiador exerce com respeito aos conceitos que emprega. Quanto a isso, P. Veyne professa um nominalismo sem concessão: "As abstrações não podem ser causas eficientes, por que elas não existem... Não existem tampouco forças de produção, existem somente homens que produzem." (p. 138). Essa declaração abrupta não deve, creio, ser separada da tese enunciada acima, que a história não conhece o individual, mas o específico. Simplesmente, o genérico não é o específico. Aqui, o autor tem em vista algo como os "tipos

ideais" de Max Weber, de que sublinha o carácter heurístico e não explicativo. É porque eles dizem respeito a uma heurística que o historiador nunca acaba de reajustá-los para escapar dos contra-sensos que suscitam. Os conceitos em histórias são, antes, representações compostas, extraídas de denominações anteriores e estendidas, a título exploratório, a casos análogos; mas as continuidades que sugerem são enganosas e as genealogias, abusivas. Tal é bem o regime dos conceitos sublunares, perpetuamente falsos, porque constantemente vagos. A vigilância, a respeito disso, deve ser particularmente severa quando a história entra, como deve, na via do comparatismo. Marc Bloch tinha razão, em *A sociedade feudal*, de comparar a servidão na Europa e no Japão. Mas a comparação não faz descobrir uma realidade mais geral e não dá lugar a uma história mais explicativa. É só uma heurística que remete às intrigas particulares: O que fazemos além de compreender intrigas? E não há duas maneiras de compreender. (p. 157)

Resta a *tópica*. A história não tem método, mas tem uma crítica e também uma *tópica* (p. 207). A palavra é retomada, a exemplo de Vico, a teoria aristotélica dos *topoi* ou "lugares comuns", ela própria aparentada à retórica. Esses lugares comuns, como se sabe, constituem a reserva de questões apropriadas de que um orador deve se abastecer para falar eficazmente perante uma assembleia ou um tribunal. Para que pode servir a *tópica* em história? Só tem uma função: "o *prolongamento do questionário*" (pp. 253 ss); e o prolongamento do questionário é o único progresso de que a história é capaz. Ora, como isso pode ser feito, senão por um enriquecimento paralelo dos conceitos? É preciso, pois, compensar o nominalismo, tão fortemente associado à teoria da compreensão, com uma apologia do progresso conceitual, graças ao qual a visão do historiador moderno é mais rica que a de Tucídides. Certamente, Veyne não se contradiz formalmente, na medida em que remete a *tópica* histórica à heurística, logo, à arte de interrogar; e não à explicação, quando se entende por explicação a arte de responder às questões. Mas permanece a *tópica* contida na heurística e não extravaza ela também para o lado explicação? No caso mais freqüente hoje em dia, da história não-factual, digamos da história "estrutural" (p. 263), é a *tópica* que permite ao historiador separar-se da ótica de suas fontes e conceituar os acontecimentos diversamente do que o teriam feito os agentes históricos ou seus contemporâneos, e, pois, racionalizar a leitura do passado. Veyne o diz, aliás, muito bem: "Essa racionalização traduz-se por uma conceituação do mundo vivido, pelo prolongamento da *tópica*. (p. 268)

Veyne pede-nos aqui para aceitar juntas duas teses, à primeira vista discordantes: que não há nada a compreender na história senão *intrigas*; que o prolongamento do questionário equivale a uma *conceitualização* progressiva. É verdade que o contraste entre as duas teses é menos forte quando se interpreta corretamente as duas asserções. De um lado, é preciso admitir que a noção de *intriga* não está ligada à história factual, que há *intriga* igualmente na história estrutural; assim ampliada, a compreensão da *intriga* não somente não contradiz, mas reivindica o progresso na conceitualização. De outro lado, é preciso admitir que a conceitualização não autoriza nenhuma confusão entre o conhecimento sublunar e uma ciência no sentido forte da palavra. É nesse sentido que a *tópica* permanece uma heurística e não muda o carácter fundamental da compreensão, que permanece compreensão de *intrigas*.

Para ser completamente convincente, Paul Veyne deveria explicar como a história pode permanecer uma narrativa quando cessa de ser factual, seja porque se torna estrutural, seja porque se torna comparativa, seja, enfim, porque reagrupa em série *itens*, extraídos do *continuum* temporal. Em outras palavras, a questão que o livro de Paul Veyne coloca é a de saber até onde se pode estender a noção de *intriga* sem que ela cesse de ser discriminante. Essa questão dirige-se, hoje, a todos os adeptos de uma teoria "narrativista" da história. Os autores de língua inglesa puderam escamoteá-la, porque seus exemplos permanecem na maioria das vezes ingênuos e não ultrapassam o nível da história factual. É quando a história cessa de ser factual que a teoria narrativista é verdadeiramente posta à prova. A força do livro de Paul Veyne é ter conduzido até esse ponto crítico a idéia de que a história é só construção e compreensão de *intrigas*.

Introdução

O capítulo que se abre tem como ambição explorar o laço *indireto* que deve ser preservado, na minha opinião, entre a historiografia e a competência narrativa tal como ela foi analisada no terceiro capítulo da primeira parte.

Que tal laço deva ser preservado, mas que esse laço não possa ser direto, é o resultado do confronto entre os dois capítulos precedentes.

As análises do primeiro capítulo impõem a idéia de uma *ruptura epistemológica* entre o conhecimento histórico e a competência em seguir uma história. A ruptura afeta essa competência em três níveis: o dos procedimentos, o das entidades, o da temporalidade.

No nível dos *procedimentos*, a historiografia nasce, como investigação — *história, Forschung, enquiry* —, do uso específico que faz da explicação. Mesmo quando se admite, com W.B. Gallie, que a narrativa é "auto-explicativa", a história-ciência destaca o processo explicativo da trama da narrativa e erige-o em problemática distinta. Não é que a narrativa ignore a forma do por que e do porque; mas suas conexões permanecem imanentes à tessitura da intriga. Com o historiador, a forma explicativa torna-se autônoma, torna-se o desafio distinto de um

processo de autenticação e de justificação. Quanto a isso, o historiador está na situação de juiz: é posto numa situação real ou potencial de contestação e tenta provar que tal explicação vale mais que outra. Busca, pois, "garantias" no primeiro plano das quais vem a prova documental. Uma coisa é explicar narrando. Outra é problematizar a própria explicação para submetê-la à discussão e ao julgamento de um auditório, senão universal, ao menos reputado como competente, composto sobretudo por pares do historiador.

Essa autonomização da explicação histórica com relação aos esboços de explicação imanentes à narrativa tem muitos corolários que acentuam, todos, a ruptura entre história e narrativa.

Primeiro corolário: ao trabalho de explicação está ligado um trabalho de *conceitualização* que alguns consideram até como o principal critério da historiografia¹. Esse problema crítico só pode pertencer a uma disciplina que, se não tem método, segundo Paul Veyne, tem precisamente uma crítica e uma tópica. Não há epistemologia da história que não chegue num momento ou noutro a tomar partido na grande querela dos universais (históricos) e a refazer penosamente, como os medievais, o vaivém entre o realismo e o nominalismo (Gallie). Com isso o narrador não se importa: emprega certamente universais, mas não faz sua crítica, ignora a questão colocada pelo "prolongamento do questionário" (P. Veyne)².

Outro corolário do estatuto crítico da história como investigação: quaisquer que sejam os limites da objetividade histórica, há um *problema de objetividade* em história.

Segundo Maurice Mandelbaum³, um juízo é chamado de "objetivo" "porque vemos sua verdade como excluindo a possibilidade de que sua negação possa ser igualmente verdadeira" (p. 150). Pretensão sempre frustrada, mas pretensão inclusa no próprio projeto de investigação histórica. A objetividade visada tem duas faces: primeiro, pode-se esperar que os fatos de que tratam as obras históricas, tomados um a um, *ajustem-se uns*

aos outros ao modo de mapas geográficos, caso se respeitem as mesmas regras de projeção e de escala, ou ainda como as facetas de uma mesma pedra preciosa. Enquanto não há nenhum sentido em colocar lado a lado, extremidade contra extremidade contos, romances, peças de teatro, é uma questão legítima e inelutável indagarmos como a história de tal período se encaixa com a de tal outro período, a história da França com a história da Inglaterra etc., ou como a história política ou militar de tal país em tal época ajusta-se à sua história econômica, à sua história social, cultural etc. Um sonho secreto de cartógrafo ou de diamantista move o empreendimento histórico. Mesmo se a idéia de história universal deve permanecer para sempre uma Idéia no sentido kantiano, na falta de constituir um geometral no sentido leibniziano, o trabalho de aproximação, suscetível de aproximar dessa idéia os resultados concretos atingidos pela investigação individual ou coletiva, não é vão nem insensato. A esse desejo de ajustamento, do lado do fato histórico, corresponde a esperança de que os resultados atingidos por diferentes pesquisadores possam se acumular, por um efeito de complementaridade e de retificação mútuas. O *credo* da objetividade não é outra coisa senão essa convicção dupla de que os fatos relatados por histórias diferentes possam se ajustar e de que os resultados dessas histórias possam se completar.

Último corolário: precisamente porque a história tem um projeto de objetividade, ela pode colocar como um *problema* específico, o dos *limites* da objetividade. Essa questão é estranha à inocência e à ingenuidade do narrador. Este espera antes de seu público, segundo a palavra tão frequentemente citada de Coleridge, que ele "suspenda de pleno acordo sua incredulidade" (*a willing suspension of disbelief*). O historiador dirige-se a um leitor desconfiado, que espera dele não somente que narre, mas que autentifique sua narrativa. Nesse sentido, reconhecer entre os modos explicativos da história uma "implicação ideológica" (Hayden White)⁴ é ser capaz de reconhecer uma ideologia como tal, logo de discerni-la dos modos propriamente argumentativos, logo, também, de colocá-la sob a perspectiva de uma crítica das ideologias. Esse último corolário poderia ser chamado de *reflexividade crítica* da investigação histórica.

1. Paul Veyne, "L'Histoire conceptualisante", in *Faire de l'histoire*, I, sob a direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora, Paris, Gallimard, 1974, pp. 62-92. Cf. acima a lembrança das longas análises que Marc Bloch consagra ao problema da "nomenclatura" em história (cap. 1, I).

2. Cf. acima, p. 243.

3. Maurice Mandelbaum, *The Anatomy of Historical Knowledge*, Baltimore e Londres. The John Hopkins University Press, 1977, p. 150.

4. Cf. acima, p. 233.

Conceitualização, busca de objetividade e repetição crítica marcam as três etapas da autonomização da explicação em história, em relação ao caráter "auto-explicativo" da narrativa.

A essa autonomização da explicação responde uma autonomização semelhante das *entidades* que o historiador considera como seu objeto suficiente. Enquanto na narrativa tradicional ou mítica, e ainda na crônica que precede a historiografia, a ação é relacionada a agentes que é possível identificar, designar com um nome próprio, ter como responsáveis das ações relatadas, a história-ciência refere-se a objetos de um tipo novo, apropriados a seu modo explicativo. Quer se trate de nações, de sociedades, de civilizações, de classes sociais, de mentalidades, a história põe no lugar do sujeito da ação entidades anônimas, no sentido próprio do termo. Essa ruptura epistemológica no plano das entidades é consumada na escola francesa dos *Anais*, com o desaparecimento da história política em benefício da história econômica, social e cultural. O lugar outrora ocupado por esses heróis da ação histórica, que Hegel chamava de os grandes homens da história mundial, é doravante ocupado por forças sociais, cuja ação não poderia ser imputada de maneira distributiva a agentes individuais. A história nova parece, assim, não ter personagens. Sem personagens, não poderia permanecer uma narrativa.

A terceira ruptura resulta das duas precedentes: diz respeito ao estatuto epistemológico do *tempo histórico*. Esse parece sem vínculo direto com o da memória, o da expectativa e o da circunspeção de agentes individuais. Não parece mais relacionado ao presente vivo de uma consciência subjetiva. Sua estrutura é exatamente proporcional aos procedimentos e às entidades que a história-ciência emprega. De um lado, o tempo histórico parece se resolver numa sucessão de *intervalos homogêneos*, portadores da explicação causal ou nomológica; de outro, dispersa-se numa *multiplicidade de tempos* cuja escala se ajusta à das entidades consideradas: tempo curto do acontecimento, tempo semilongo da conjuntura, longo prazo das civilizações, longuíssimo prazo dos simbolismos fundadores do estatuto social como tal. Esses "tempos de história", segundo a expressão de Braudel⁵, parecem sem relação discernível com o tempo da ação, com esta "intra-temporalidade da qual dizíamos, com Heidegger, que é sempre tempo favorável ou desfavorável, tempo "para" fazer⁶.

5. Cf. acima, p. 146 ss.

6. Cf. acima, primeira parte, cap. III (*Mimese II*).

E, contudo, a despeito dessa tríplice ruptura epistemológica, a história não poderia romper todo laço com a narrativa sem perder seu caráter histórico. Inversamente, esse laço não poderia ser direto, a ponto de que a história possa ser considerada como uma espécie do gênero "story" (Gallie⁷). As duas metades do capítulo II, convergindo sem se encontrar, acrescentaram a exigência de uma dialética de um novo gênero entre a investigação histórica e a competência narrativa.

De um lado, a crítica do modelo nomológico pela qual começamos chegou a uma diversificação da explicação que a torna menos estranha à inteligência narrativa, sem que contudo seja negada a vocação explicativa pela qual a história mantém-se no círculo das ciências humanas. Vimos, primeiro, o modelo nomológico enfraquecer-se sob a pressão da crítica; fragilizando-se, tornou-se menos monolítico, admitindo níveis mais diversificados de cientificidade para as generalidades citadas, desde as leis dignas deste nome até as generalidades de senso comum, que a história partilha com a linguagem ordinária (I. Berlin), passando pelas generalidades de caráter dispositivo, invocadas por G. Ryle e P. Gardiner⁸. Depois, vimos a explicação "por razões" fazer valer seus direitos com as mesmas exigências de conceitualização, de autenticação e de vigilância crítica que todos os outros modos de explicação. Enfim, vimos, com G.H. von Wright, a *explicação causal* distinguir-se da *análise causal*, e o tipo de explicação *quase causal* separar-se da explicação causal-nomológica e assumir em seu interior segmentos de explicação teleológica. Nessas três vias, a explicação própria da investigação histórica bem parece fazer uma parte do caminho que a separa da explicação imanente à narrativa.

Ao enfraquecimento e à diversificação dos modelos de explicação propostos pela epistemologia "responde", do lado da análise das estruturas narrativas, uma tentativa simétrica para elevar os recursos explicativos de narrativas e levá-los de algum modo ao encontro do movimento de explicação em direção à narração.

Disse acima que o semi-sucesso das teorias narrativistas era também um semifracasso. Essa confissão não deve enfraquecer o reconhecimento do semi-sucesso. As teses narrativistas, na minha opinião, têm fundamentalmente razão em dois pontos.

7. Cf. acima, p. 215.

8. Cf. acima, p. 166.

Primeira aquisição: os narrativistas demonstram, com sucesso, que *narrar já é explicar*. O *di' alléla* — o “um pelo outro” — que, segundo Aristóteles, constitui a conexão lógica da intriga — é doravante o ponto de partida obrigatório de toda discussão sobre a narração histórica. Essa tese básica tem numerosos corolários. Se toda narrativa emprega, em virtude mesmo da operação de armação da intriga, uma conexão causal, essa construção já é uma vitória sobre a simples cronologia e torna possível a distinção entre a história e a crônica. Ademais, se a construção da intriga é de um ato de juízo, liga a narração a um narrador e permite, pois, do “ponto de vista” deste último, dissociar-se da compreensão que os agentes ou os personagens da história podem ter tido de sua contribuição à progressão da intriga; contrariamente à objeção clássica, a narrativa não está absolutamente ligada à perspectiva confusa e limitada dos agentes e das testemunhas imediatas dos acontecimentos; ao contrário, o distanciamento, constitutivo do “ponto de vista”, torna possível a passagem do narrador ao historiador (Scholes e Kellogg)⁹. Enfim, se a armação da intriga integra numa unidade significativa componentes tão heterogêneos quanto as circunstâncias, os cálculos, as ações, os auxílios e os obstáculos, os resultados, enfim, então é igualmente possível que a história leve em conta os resultados não desejados da ação e produza descrições da ação distintas de sua descrição em termos simplesmente intencionais (Danto)¹⁰.

Segunda aquisição: as teses narrativistas respondem a uma diversificação e a uma hierarquização dos modelos explicativos por uma *diversificação* e uma *hierarquização* comparáveis aos *recursos explicativos da narrativa*. Vimos assim a estrutura da frase narrativa adaptar-se a um certo tipo de narrativa histórica, baseada numa datação documentada (Danto). Assistimos, em seguida, a uma certa diversificação do ato configurante (Mink)¹¹; vimos, com o mesmo autor, como a explicação configurante torna-se uma modalidade explicativa entre outras, em ligação com a explicação categorial e a explicação teórica. Enfim, com H. White¹², num primeiro momento, o “efeito explicativo” característico da tessitura da intriga situa-se a meio caminho do “efeito explicativo” da argumentação e do fio da história (*story-*

line), a ponto de não ser mais somente uma diversificação, mas um esfecelamento da função negativa que se produz aqui. Num segundo momento, a explicação por armação da intriga, já dissociada da explicação inerente à história narrada, entra numa nova configuração explicativa, unindo-se à explicação por argumento e à explicação por implicação ideológica. O redesdobramento das estruturas narrativas equivale então a uma recusa das teses “narrativistas”, realinhadas no nível inferior do fio da história.

Um destino comparável ao do modelo nomológico apropriou-se, assim, da tese narrativista simples: para alcançar o plano da explicação propriamente histórica, o modelo narrativista se diversificou a ponto de se desintegrar.

Essa aventura conduz ao limiar da dificuldade maior: uma tese narrativista, refinada a ponto de tornar-se antinarrativista, tinha alguma possibilidade de substituir o modelo explicativo? É preciso responder francamente pela negativa. *Subsiste uma separação* entre a explicação narrativa e a explicação histórica, que é a *própria investigação*. Essa separação exclui que se considere, com Gallie, a história como uma espécie de gênero “*story*”.

E, contudo, os índices cruzados de uma convergência entre o movimento pelo qual o modelo explicativo inclina-se para a narração e o movimento pelo qual as estruturas narrativas apontam na direção da explicação histórica testemunham a realidade do problema ao qual a tese narrativista dá uma resposta breve demais.

A solução do problema refere-se ao que se pode chamar de um método de questionamento às avessas. Esse método, praticado por Husserl na *Krisis*, é da alçada de uma fenomenologia genética, no sentido não de uma gênese psicológica, mas de uma gênese de sentido. As questões que Husserl se colocava a propósito da ciência galileiana e newtoniana, nós as colocamos a propósito das ciências históricas. Nós nos interrogamos, por nossa vez, sobre o que chamarei doravante de *intencionalidade do conhecimento histórico* ou, por abreviação, *intencionalidade histórica*. Entendo por isso o sentido do desígnio poético que constitui a qualidade histórica da história e a preserva de se dissolver nos saberes aos quais a historiografia vem se juntar, por seu casamento de conveniência, com a economia, a geografia, a demografia, a etnologia, a sociologia das mentalidades e das ideologias.

A vantagem que podemos ter sobre Husserl, na sua investigação do “mundo da vida” ao qual remete, segundo ele, a ciência galileiana, é que o questionamento retrospectivo aplicado

9. Cf. adiante, terceira parte.

10. Cf. acima, p. 203.

11. Cf. acima, p. 224-225.

12. Cf. acima, p. 231.

ao saber historiográfico remete a um mundo cultural já estruturado e de modo algum a uma vivência imediata. Remete a um mundo da ação, já configurado por uma atividade narrativa, e anterior quanto ao sentido à historiografia científica.

Essa atividade narrativa, com efeito, já tem sua dialética própria, que a faz percorrer os estágios sucessivos da *mimese*, desde as prefigurações inerentes à ordem da ação, por meio de configurações constitutivas da armação da intriga — no sentido amplo do *muthos* aristotélico — até as configurações suscitadas pela colisão entre o mundo do texto e o mundo da vida.

A partir daí, minha hipótese de trabalho precisa-se: proponho-me a explorar por que vias *indiretas o paradoxo do conhecimento histórico* (no qual desembocam os dois capítulos precedentes) *transpõe para um grau superior de complexidade o paradoxo constitutivo da operação de configuração narrativa*. Em virtude de sua posição mediana entre o prévio e o posterior do texto poético. A operação narrativa já apresenta os traços opostos, de que o conhecimento histórico redobra o contraste: de um lado, ela nasce da ruptura que abre o reino da fábula e o cinde da ordem da ação efetiva; de outro, remete à compreensão imanente à ordem da ação e às estruturas pré-narrativas da ação efetiva¹³.

A questão é, pois, esta: por que mediações o conhecimento histórico consegue transpor na sua ordem própria a constituição dupla da operação configurante da narrativa? Ou seja: por quais derivações indiretas a tríplice ruptura epistemológica, que faz da história uma investigação, procede da ruptura instaurada pela operação configurante no plano de *mimese* II — e continua, contudo, a visar obliquamente a ordem da ação, segundo seus próprios recursos de inteligibilidade, de simbolização e de organização pré-narrativa no plano de *mimese* I?

A tarefa é tanto mais árdua quanto a conquista da autonomia científica da história bem parece ter como corolário, senão como condição, um *esquecimento* concertado de sua derivação indireta a partir da atividade de configuração narrativa e de sua remessa, por meio de formas cada vez mais distanciadas da base narrativa, ao campo prático e a seus recursos pré-narrativos. Esse traço aproxima, mais uma vez, meu empreendimento ao de

13. Reservo para a quarta parte a outra vertente do paradoxo: o retorno da composição narrativa à ordem da ação, o qual tem em germe o problema clássico da relação da história, ciência do passado, com a ação presente, principalmente política, aberta para o futuro.

Husserl na *Krisis*: a ciência galileana também rompeu suas amarras com o mundo pré-científico, a ponto de tornar quase impossível a reativação das sínteses ativas e passivas, constitutivas do “mundo da vida”. Mas nossa investigação pode ter uma segunda vantagem com relação aos empreendimentos husserlianos da fenomenologia genética, essencialmente orientados em direção à “constituição da coisa”, através do fenômeno perceptivo: a vantagem de encontrar, no próprio seio do conhecimento histórico, uma série de *etapas* para o questionamento às avessas. Nesse sentido, o esquecimento da derivação nunca é tão completo que esta não possa ser reconstruída com alguma segurança e algum rigor.

Essa reconstrução seguirá a ordem na qual apresentamos um pouco acima as modalidades da ruptura epistemológica: autonomia dos *procedimentos* explicativos, autonomia das *entidades* de referência, autonomia do *tempo* — ou, antes, *dos tempos* — da história.

Começando pelos *procedimentos* explicativos, gostaria de retomar com o encorajamento das análises de von Wright, a questão disputada da *causalidade* em história, mais precisamente da atribuição ou da *imputação causal singular*: não mais para opô-la, num espírito polêmico, à explicação por leis, mas, ao contrário, para discernir nela a estrutura de transição entre a explicação por leis, freqüentemente identificada simplesmente com a explicação, e a explicação por inclusão na intriga, com freqüência identificada com a compreensão. Nesse sentido, a imputação causal singular não constitui uma explicação entre outras, mas o nexo de qualquer explicação em história. Para isso, constitui a *mediação* que se busca entre os pólos opostos da explicação e da compreensão, para conservar um vocabulário agora envelhecido; ou melhor, entre a explicação nomológica e a explicação por armação da intriga. A afinidade preservada entre a imputação causal singular e a armação da intriga autorizará a falar da primeira, por transferência analógica, em termos de *quase-intriga*.

Continuando pelas *entidades* constituídas pelo discurso histórico, gostaria de mostrar que não são todas da mesma categoria, mas que se deixam ordenar segundo uma hierarquia precisa. A história, na minha opinião, permanece histórica, na medida em que todos os seus objetos remetem a *entidades de primeira ordem* — povos, nações, civilizações — que carregam a marca indelével da pertinência participativa dos agentes concretos referentes à esfera praxica e narrativa. Essas entidades de primeira ordem servem de *objeto transicional* entre todos os artefatos produzidos pela historiografia e os personagens de

uma narrativa possível. Constituem *quase-personagens*, suscetíveis de guiar a remessa intencional do nível da história-ciência ao nível da narrativa e, através desta, aos agentes da ação efetiva.

Entre a etapa por imputação causal singular e a etapa pelas entidades de primeira ordem — entre o nexo da explicação e o objeto transicional da descrição —, as permutas são estreitas. A distinção entre as duas linhas de derivação — derivação dos procedimentos, derivação das entidades — apresenta, a esse respeito, um caráter simplesmente didático, tanto que as duas linhas estão emaranhadas. Importa, contudo, mantê-las distintas para compreender melhor a sua complementariedade e, se podemos dizer, a gênese recíproca. O retorno às entidades primeiras, que chamo de pertencer participativo, faz-se principalmente pelo canal da imputação causal singular. Reciprocamente, o desígnio que atravessa a imputação causal é guiado pelo interesse que o historiador conserva pela contribuição dos agentes históricos para seu destino, enquanto este lhes escapa na seqüência dos efeitos perversos que, precisamente, distinguem o conhecimento histórico da simples compreensão do sentido imanente da ação. Por aí, quase-intriga e quase-personagens pertencem ao mesmo plano intermediário e têm uma função similar de etapa no movimento da questão de retorno da historiografia em direção à narrativa e, para além da narrativa, em direção à prática efetiva.

Uma última comprovação de minha hipótese de trabalho concernente à intencionalidade histórica impõe-se à evidência: refere-se ao estatuto epistemológico do *tempo histórico* em relação à temporalidade da narrativa. Nossa investigação sobre a historiografia deve avançar até esse ponto, se quiser permanecer fiel ao propósito principal desta obra: narrativa e temporalidade. Importa mostrar duas coisas: de um lado, que o tempo construído pelo historiador é *construído* no segundo, no terceiro, no enésimo nível sobre a temporalidade construída, da qual fizemos a teoria na primeira parte, sob o título de *mimese* II; de outro, que esse tempo construído, por mais artificial que seja, não cessa de *remeter* à temporalidade práxica de *mimese* I. Construído sobre..., remetendo a...: essas duas relações emaranhadas são também as que caracterizam os procedimentos e as entidades edificadas pela historiografia. O paralelismo com as duas outras mediações vai mais longe ainda. Do mesmo modo que busco na causalidade e nas entidades de primeira categoria as etapas capazes de guiar a remessa das estruturas do conhecimento histórico ao trabalho da configuração narrativa — que ele próprio remete às prefigurações narrativas do campo práxico —, de modo similar, gostaria de mostrar, no *destino do acontecimen-*

to histórico ao mesmo tempo o índice do afastamento crescente do tempo histórico em relação ao tempo da narrativa e ao tempo vivido, e o índice da remessa inapagável do tempo histórico ao tempo da ação, por meio do tempo da narrativa.

Nesses três registros sucessivos, iremos apelar apenas para o testemunho da historiografia, quando esta vai até o fim da reflexão crítica sobre si mesma.

1. A imputação causal singular

A imputação causal singular é o procedimento explicativo que faz a transição entre a causalidade narrativa — a estrutura do “um pelo outro”, que Aristóteles distinguia do “um depois do outro” — e a causalidade explicativa que, no modelo nomológico, não é distinguida da explicação por leis.

A investigação dessa transição encontra um apoio nas análises de W. Dray e de H. von Wright, expostas no início do capítulo precedente. O primeiro familiarizou-nos com a tese de que a análise causal de um curso particular de acontecimentos não se reduz a aplicar uma lei causal. A dupla prova, indutiva e pragmática, pela qual são verificados os direitos deste ou daquele candidato à função de causa não está distante da lógica da imputação causal de Max Weber e Raymond Aron. Mas falta uma ligação entre a teoria da análise causal e a da análise por razões. Essa ligação é operada por H. von Wright, em sua análise da explicação quase causal. A explicação por razões é identificada com os segmentos de inferência teleológica encadeados nesse tipo específico de explicação. Ora, a inferência teleológica, por sua vez, repousa sobre a compreensão prévia que temos da intencionalidade da ação. E esta, igualmente, remete à familiaridade que temos com a estrutura lógica do fazer alguma coisa (fazer acontecer alguma coisa, fazer de modo que alguma coisa aconteça). Ora, fazer acontecer alguma coisa é intervir num curso de acontecimentos, pondo em movimento um sistema e assegurando, por isso mesmo, sua delimitação. Por essa série de encaixes — inferência teleológica, compreensão intencional, intervenção prática —, a explicação *quase causal* que, como explicação causal, só se aplica às ocorrências individuais de fenômenos genéricos (acontecimentos, processos, estados), remete ultimamente ao que agora iremos designar pelo termo *imputação causal singular*.

Lê-se a exposição mais precisa da lógica da imputação causal singular no estudo crítico que Max Weber consagrou à

obra de Edouard Meyer, *Zur Theorie und Methodik der Geschichte* (Halle, 1901)¹⁴, ao qual é preciso acrescentar os desenvolvimentos, decisivos para nossa investigação, de Raymond Aron, na terceira seção de sua *Introdução à filosofia da história*¹⁵. Essa lógica consiste essencialmente na construção, pela imaginação, de um curso diferente dos acontecimentos, depois na avaliação das conseqüências prováveis desse acontecimento real, enfim na comparação dessas conseqüências com o curso real dos acontecimentos. “Para esclarecer as relações causais reais (*wirkliche*), construímos relações irreais (*unwirkliche*)” (Max Weber, *op. cit.*, [p. 287] (p. 319). E Aron: “*Todo historiador, para explicar o que foi, pergunta-se o que poderia ter sido*” (p. 164).

É essa construção imaginária probabilística que oferece uma dupla afinidade, de um lado com a armação da intriga, que também é uma construção imaginária provável; de outro lado, com a explicação segundo leis.

Sigamos de perto a argumentação de Max Weber¹⁶.

14. “Études critiques pour servir à la logique des sciences de la ‘culture’”, *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, t. XXII, retomado em *Ges. Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, 2ª ed., Tübingen, Mohr, 1951; trad. fr. Julien Freund, in *Essais sur la théorie de la science*, Paris, Plon, 1965, pp. 215-323.

15. O lugar atribuído por R. Aron à causalidade histórica é significativo. Gaston Fessard, em *A filosofia histórica de Raymond Aron*, Juillard, 1980, torna-nos sensíveis à ordem das razões na *Introdução...*, em favor de uma comparação ousada com os “Exercícios espirituais” de Inácio de Loyola (cf. em particular as pp. 55-86, consagradas à reconstrução das etapas e do movimento da *Introdução...*). A análise da causalidade histórica segue imediatamente a teoria de compreensão, à qual é consagrada a segunda seção, a conclusão da segunda seção referindo-se “aos limites da compreensão” (pp. 153-156). Colocada no início da terceira seção, intitulada “O determinismo histórico e o pensamento causal”, inaugura uma investigação conduzida em três etapas, colocadas sucessivamente sob o signo do juiz, do cientista, do filósofo. A primeira é consagrada à causalidade de uma consecução única, a segunda, às “regularidades e às leis”, a terceira à “estrutura do determinismo histórico” (p. 160). Essa última etapa, por sua vez, conduz ao umbral da quarta parte, propriamente filosófica: “História e verdade”. A investigação sobre a causalidade é assim duplamente delimitada, primeiro pelo lugar da terceira seção na economia de conjunto da obra, em seguida pelo lugar, no interior da terceira seção, da causalidade histórica em relação à causalidade sociológica e às pretensas leis da história. Não se poderia sublinhar melhor o papel de transição, atribuído à causalidade histórica entre a compreensão, que tem todas as características da inteligência narrativa, e a causalidade sociológica, que tem todas as características da explicação nomológica.

16. Ela se encontra na segunda parte do ensaio de Max Weber sob o título: “Possibilidade objetiva e causalidade adequada em história” [pp. 266-323] (pp. 290-323). (Índice pelos colchetes a paginação da obra em alemão e pelos parênteses a paginação da tradução francesa). Voltaremos adiante à primeira parte do ensaio. Raymond Aron começa seu próprio estudo por uma exposição do “esquema lógico” do argumento que ele denomina de “probabilidade retrospectiva” (pp. 163-169). Veremos adiante o que Aron acrescenta à análise propriamente lógica.

Seja a decisão de Bismarck de empreender a guerra contra a Áustria-Hungria, em 1866: “Não há absolutamente nada de ‘ocioso’ — observa Max Weber — em colocar a questão: *o que teria acontecido*, se Bismarck não tivesse tomado a decisão de fazer a guerra?” [p. 266] (p. 291). Compreendamos bem a questão. Ela consiste em perguntar: “Qual *significado* causal é preciso atribuir, no fundo, a essa decisão individual no interior da totalidade dos elementos infinitamente numerosos que deviam precisamente ser dispostos dessa maneira e não de outra para conduzir a esse resultado, e qual é o lugar dessa decisão na exposição histórica?” (*ibid.*). É a cláusula “dessa maneira e não de uma outra” que marca a entrada em cena da imaginação. O raciocínio, desde este momento, move-se entre os condicionais irreais passados. Mas a história só se transporta ao irreal para melhor discernir, aí, o necessário. A questão torna-se: “Quais conseqüências seria preciso ‘esperar’, se uma outra decisão tivesse sido tomada?” [p. 267] (p. 292). Intervém então a exploração dos encadeamentos prováveis ou necessários. Se o historiador pode afirmar que, modificando ou omitindo em pensamento um acontecimento singular num complexo de condições históricas, seguir-se-ia um desenvolvimento diferente de acontecimentos, “relativos a certas relações históricas desse acontecimento”, então o historiador pode exercer o juízo de imputação causal, que decide o significado histórico do dito acontecimento.

É esse raciocínio que, na minha opinião, tem a ver com os dois lados: de um, a armação da intriga, do outro, a explicação científica.

Nada no texto de Max Weber, para dizer a verdade, indica que o autor tenha percebido a primeira conexão. Somos nós que devemos estabelecê-la, com os recursos contemporâneos da narratologia. Mas duas observações de Max Weber vão nesse sentido. O historiador, diz ele primeiro, está e não está na posição do próprio agente que, antes de agir, pesa as maneiras possíveis de agir, tal fim e tais meios estando à sua disposição. É de fato uma questão que talvez Bismarck tenha se colocado que formulamos, salvo que conhecemos seu resultado; é porque a colocamos “com chances mais favoráveis” [p. 267] (p. 292) que o herói. A expressão “chances mais favoráveis” anuncia certamente a lógica da probabilidade que vamos evocar adiante; mas ela não reenvia, primeiro, a esse extraordinário laboratório do provável que são os paradigmas da armação da intriga? Max Weber nota ainda que o historiador se parece com o criminalista e difere dele: investigando a culpa, investiga também a causalidade.

dade; mas, à imputação causal, acrescenta a imputação ética; ora, o que é a imputação causal despojada da imputação ética, senão o ensaio de esquemas de intrigas alternativas?

Mas a imputação causal diz respeito a todas as etapas da explicação científica. Primeiro, a explicação supõe uma análise fina por fatores, visando “à seleção das cadeias de causalidade a serem incluídas na exposição histórica” [p. 269, nº 1] (p. 295). Certamente, esse “isolamento em pensamento” é orientado por nossa curiosidade histórica, isto é, por nosso interesse numa certa classe de resultados. É um dos sentidos do termo importância: no assassinato de César, o historiador só se interessa pelas conseqüências consideráveis do acontecimento para o desenvolvimento da história do mundo, que julga mais significativo. Mas uma discussão que se atolasse de novo na querela da subjetividade e da objetividade em história passaria ao largo do caráter altamente intelectual da operação de abstração que precede a possibilitação. Em seguida, modificar em pensamento, num sentido determinado, este ou aquele fator previamente isolado, é construir cursos alternativos de acontecimentos, entre os quais o acontecimento do qual se avalia a importância produz a decisão. É então a avaliação das conseqüências do acontecimento supostamente suprimido que dá sua estrutura lógica ao argumento causal. Ora, como construímos as conseqüências que seria preciso esperar da suposta supressão de um fator, senão inserindo no raciocínio o que Max Weber chama de as “regras da experiência” [p. 276] (p. 304), isto é, em última instância, um saber que é preciso chamar de “nomológico” [p. 277] (p. 305)? Certamente, essas regras da experiência frequentemente não ultrapassam o nível de um saber disposicional, como diriam G. Ryle e P. Gardiner: Max Weber tem em vista especificamente as regras “que concernem à maneira pela qual os homens têm o hábito de reagir a determinadas situações” (*ibid.*). Contudo, bastam para mostrar como leis podem ser, como se disse acima, empregadas em história, mesmo quando não são estabelecidas pela história.

Esses dois primeiros traços, análise por fatores e recurso a regras da experiência, não são, contudo, absolutamente estranhos à “lógica” narrativa, principalmente quando se desloca esta última da superfície do texto para sua gramática profunda, como se verá na terceira parte. A verdadeira marca da cientificidade de que uma construção é capaz, ao mesmo tempo irreal e necessária, resulta da aplicação, à avaliação comparada das causas, da *teoria da “possibilidade objetiva”* que Max Weber

toma emprestado do fisiologista von Kries¹⁷. É esse terceiro traço que marca a verdadeira distância entre a explicação pela narrativa e a explicação por imputação causal.

A teoria em questão visa essencialmente elevar as construções irrealis à categoria do juízo de possibilidade objetiva que afeta os diversos fatores de causalidade com um índice de *probabilidade relativa* e permite, assim, situar esses fatores numa mesma *escala*, embora as gradações às quais esse juízo dá lugar não possam ser quantificadas como no que se chama, no sentido estrito, de “cálculo de probabilidades”. Essa idéia de uma causalidade graduada dá à imputação causal uma precisão que a probabilidade invocada por Aristóteles, na sua teoria da intriga, ignora. Os graus de probabilidade escalonam-se, assim, entre um limiar inferior, o que define a *causalidade acidental* (como, por exemplo, entre os movimentos da mão que lança os dados e os números que aparecem), e um limiar superior, que define, nos termos de von Kries, a *causalidade adequada* (como no caso da decisão de Bismarck). Entre esses dois extremos, pode-se falar da influência mais ou menos favorável de um certo fator. O perigo é evidentemente que, por um antropomorfismo insidioso, materializemos os graus de probabilidade relativa referentes às causas que nosso raciocínio põe em concorrência, sob a forma de tendências antagônicas que lutam pela transformação da possibilidade em realidade. A linguagem ordinária brota aí, quando nos faz dizer que tal acontecimento favoreceu ou contrariou o aparecimento de outro acontecimento. Para dissipar esse mal-entendido, basta recordarmos que os possíveis são relações causais irrealis que construímos pelo pensamento e que a objetividade das probabilidades pertence ao juízo de possibilidade.

É somente no termo dessa comprovação que um fator recebe o estatuto de causa suficiente. Esse estatuto é objetivo no sentido de que o argumento não resulta de uma simples psicologia da descoberta de hipóteses mas, qualquer que seja a genialidade que não deve faltar nem ao grande historiador nem ao grande matemático, constitui a estrutura lógica do conhecimento histórico ou, segundo o próprio Max Weber, “o sólido esqueleto da imputação causal” [p. 279] (p. 307).

Vê-se onde reside a continuidade e onde se situa a descontinuidade entre tessitura da intriga e imputação causal singular.

17. Cf. as longas notas da página [269] (295) sobre o uso feito por von Kries do argumento probabilístico e de sua transposição ao plano da criminologia e da jurisprudência.

A *continuidade* está no nível do papel da imaginação. Quanto a isso, poder-se-ia dizer da armação da intriga o que Max Weber diz da construção, pelo pensamento, de um curso diferente de acontecimentos: "Para desentranhar as relações causais reais, construímos as *irreais*" [287] (319). A *descontinuidade* refere-se à análise por fatores, à inserção das regras da experiência e principalmente à atribuição de graus de probabilidade, que regula a determinação da causalidade adequada.

É por aí que o historiador não é um simples narrador: dá as razões pelas quais considera tal fator, *mais que tal outro*, como causa suficiente de tal curso de acontecimentos. O poeta cria uma intriga que também se mantém em virtude de seu esqueleto causal. Mas este não constitui o objeto de uma argumentação. Nesse sentido, Northrop Frye tem razão¹⁸: o poeta procede a partir da forma, o historiador em direção à forma. Um produz, o outro argumenta. E argumenta porque sabe que se pode explicar *de modo diverso*. E o sabe, porque está, como o juiz, numa situação de contestação e de processo e porque sua defesa nunca está terminada: pois a prova é mais conclusiva para eliminar candidatos à causalidade, como diria William Dray, que para coroar um só para sempre.

E contudo, digamos novamente, a filiação da explicação histórica a partir da explicação narrativa não é rompida, na medida em que a causalidade adequada permanece irreduzível à necessidade lógica considerada isoladamente. A mesma relação de *continuidade* e de *descontinuidade* encontra-se entre explicação causal singular e explicação por leis e entre a primeira e a tessitura da intriga.

Primeiro, a *descontinuidade*. Ela é mais fortemente acentuada na análise de R. Aron que na de M. Weber. No parágrafo que consagra à relação entre causalidade e acaso, R. Aron não se limita a situar o acidente numa das extremidades da escala da probabilidade retrospectiva, no pólo oposto da probabilidade adequada. A definição do acidente como aquilo cuja possibilidade objetiva é quase nula só vale para séries isoladas. A consideração, inspirada em Cournot, dos fatos de coincidência entre séries, ou entre sistemas e séries, dá relevo à noção de acidente, sublinhada pela relatividade da teoria probabilista de Weber: "Um acontecimento pode ser dito accidental em relação a um conjunto de antecedentes, adequado em relação a um outro.

18. Cf. acima, p. 230.

Causal, posto que séries múltiplas se cruzaram, racional, posto que, num nível superior, redescobrimos um conjunto ordenado" (p. 178). É preciso, ademais, contar "com a incerteza que se liga às delimitações dos sistemas e das séries, à pluralidade das estruturas fortuitas que o cientista tem liberdade de construir ou de imaginar" (p. 179). Por todas essas razões, uma reflexão sobre o acaso não se deixa encerrar numa simples oposição à causalidade adequada, no centro de um raciocínio de probabilidade retrospectiva.

Quanto à continuidade entre a explicação causal singular e a explicação por leis, não está menos marcada que a *descontinuidade*. A relação entre história e sociologia é, quanto a isso, exemplar. Raymond Aron define-a nestes termos: "A sociologia caracteriza-se pelo esforço de estabelecer leis (ou pelo menos regularidades ou generalidades), enquanto a história limita-se a narrar os acontecimentos na sua seqüência singular" (p. 190). No mesmo sentido: "A investigação histórica prende-se aos antecedentes de um fato singular, a investigação sociológica às causas de um fato suscetível de reproduzir-se" (p. 229). Mas então a palavra causa muda de sentido. "A causa, aos olhos dos sociólogos, é o *antecedente constante*" (p. 191). Contudo, as inferências entre as duas modalidades de causalidade — causalidade histórica e causalidade sociológica — são mais notáveis que suas disjunções. Também o estabelecimento, pelo historiador, da probabilidade retrospectiva de qualquer constelação histórica que seja inclui, como segmento nomológico, generalizações empíricas que suscitam a investigação de regularidades por aquele que Raymond Aron chama de "cientista" para opô-lo ao "juiz". Todo o estudo que a *Introdução...* consagra à causalidade sociológica tende a mostrar ao mesmo tempo a originalidade do empreendimento e sua dependência quanto à causalidade histórica, logo, quanto à imputação causal singular. Assim, a causalidade histórica tem o estranho estatuto de uma investigação, falha em relação à investigação de regularidades e de leis, e excessiva em relação às abstrações da sociologia. Constitui um limite interno à pretensão de cientificidade da sociologia, exatamente no momento em que lhe toma regularidades que embasam seu probabilismo.

Essa ambivalência epistemológica faz com que, por sua vez, o determinismo histórico, que pretenderia se elevar a um grau ainda superior ao da explicação sociológica, seja roído, do interior, pela contingência que a causalidade histórica preserva: "As relações causais são dispersas, não se organizam em sistema, de tal maneira que não se explicam umas às outras como

leis hierárquicas de uma teoria física" (p. 127). Nesse sentido, a causalidade sociológica remete à causalidade histórica, mais do que a absorve em si: "O determinismo parcelar só se desenrola regularmente numa constelação singular que nunca se reproduz exatamente" (p. 226). E ainda: "As relações abstratas nunca esgotam a constelação única" (p. 230).

É preciso, pois, concluir que, na segunda vertente da mediação operada pela imputação causal singular entre o nível narrativo e o nível epistêmico, observa-se a mesma dialética de continuidade e de descontinuidade que na primeira vertente: "Ao mesmo tempo complementares e divergentes, a causalidade sociológica e a causalidade histórica atraem-se reciprocamente" (p. 190).

Ainda aqui, a originalidade de R. Aron em relação a Max Weber afirma-se. Resulta da intenção filosófica que perpassa toda a obra. Assim, a insistência com que é sublinhada a dependência do determinismo parcelar em relação à causalidade histórica está em profunda harmonia com "a filosofia histórica" (para retomar o título de Gaston Fessard) à qual é consagrada a epistemologia de *Introdução à filosofia da história*: a saber, a luta contra a ilusão de fatalidade criada pela retrospectiva histórica e a defesa da contingência do presente requerida pela ação política. Recolocada no plano de fundo desse grande esboço filosófico, a lógica da probabilidade retrospectiva reveste-se de um significado preciso que interessa diretamente a nossa investigação sobre a temporalidade histórica: "A investigação causal do historiador, diz Aron, tem menos como sentido esboçar os grandes traços de relevo histórico que conservar ou restituir ao passado a incerteza do futuro" (pp. 181-182). E ainda: "As construções irreais devem permanecer parte integrante da ciência, mesmo se não ultrapassam uma verossimilhança equívoca, porque oferecem o único meio de escapar à *ilusão retrospectiva da fatalidade* (pp. 186-187). Como é possível? É preciso compreender que a operação imaginária pela qual o historiador supõe, pelo pensamento, um dos antecedentes desaparecidos ou modificados, depois trata de construir o que teria se passado nessa hipótese, tem um significado que ultrapassa a epistemologia. O historiador comporta-se aqui como narrador que redefine, em relação a um presente fictício, as três dimensões do tempo. Sonhando que um acontecimento é outro, opõe a ucronia à fascinação do tempo findo. A estimativa retrospectiva das probabilidades se reveste assim de um significado moral e político, que excede seu significado puramente epistemológico: recorda aos leitores de história que "o passado do

historiador foi o futuro dos personagens históricos" (p. 187). Por seu caráter probabilista, a explicação causal incorpora ao passado a imprevisibilidade que é a marca do futuro e introduz na retrospectiva a incerteza do acontecimento. As últimas linhas do parágrafo intitulado "Limites e significado da causalidade histórica" (pp. 183-189), que encerra a análise da causalidade histórica, ocupam assim uma posição estratégica na economia da *Introdução*...: "O cálculo antecipado é a condição da conduta razoável, as probabilidades retrospectivas da narração verídica. Quando se negligencia as decisões e os instantes, substitui-se o mundo vivido por uma natureza ou uma fatalidade. Nesse sentido, a ciência histórica, ressurreição da política, faz-se contemporânea de seus heróis" (p. 187).

Não quero terminar essa defesa em favor do papel mediador da causalidade histórica entre armação da intriga e explicação por leis, sem responder a uma objeção que ligará a presente discussão à que teremos no parágrafo seguinte, concernente às entidades características do conhecimento histórico.

Pode-se com efeito objetar que, se podemos ainda perceber um laço de filiação entre armação da intriga e imputação causal singular, é em virtude dos limites do exemplo escolhido por Max Weber: a decisão de Bismarck de atacar a Áustria-Hungria em 1866. Essa escolha não confina, desde o início, toda a argumentação à esfera política, logo ao plano da história *factual*? Não a condena a não ser senão uma variante da explicação por "razões"? Não, se o argumento pode ser estendido analogicamente a acontecimentos históricos de grande amplitude onde a causa, permanecendo singular, não é mais o indivíduo.

Essa extensão analógica torna-se possível pela própria natureza da questão colocada a propósito do exemplo *princeps*¹⁹. Mesmo quando o historiador inquire-se sobre a responsabilidade de um indivíduo num curso de acontecimentos, distingue expressamente a imputação causal, por um lado, da responsabilidade ética, por outro, da explicação nomológica. No que concerne ao primeiro ponto, é preciso dizer que "a análise causal jamais emite juízos de valor e que um juízo de valor não é absolutamente uma explicação causal" [p. 225] (p. 231). No exemplo escolhido por Max Weber, na esteira de E. Meyer, a imputação causal consiste em se indagar "por que a decisão de

19. A discussão que se segue nos remete para trás, à primeira parte do ensaio de Max Weber, intitulada "Elementos para uma discussão das idéias de Edouard Meyer" [pp. 215-265] (pp. 217-289).

declarar guerra foi, precisamente naquele momento, o meio apropriado de atingir o fim que consistia na unificação da Alemanha" [p. 223] (p. 228). O emprego das categorias de meio e de fim não deve iludir: o argumento comporta certamente um segmento teleológico, mas é globalmente causal. Concerne ao valor causal que é preciso atribuir à decisão num curso de acontecimentos que comporta outros fatores além do núcleo racional da decisão considerada e, dentre esses, as motivações não-rationais de todos os protagonistas do curso da ação e, ademais, fatores "despojados de sentido", referentes à natureza física. É só a imputação causal que pode dizer até que ponto o resultado da ação decepcionou ou traiu as intenções dos atores. A separação entre a intenção e as conseqüências é precisamente um dos aspectos do valor causal atribuído à decisão.

Essas observações concordam com a tese que enunciamos muitas vezes, a saber, que a explicação causal, mesmo quando concerne ao papel histórico de uma decisão individual, distingue-se de uma fenomenologia da ação, na medida em que avalia as intenções, não somente em termos de fins, mas de resultados. Nesse sentido, a imputação causal, segundo Max Weber, coincide com a explicação quase causal de von Wright, que compõe segmentos teleológicos e segmentos epistêmicos²⁰.

Se, pois, o argumento da imputação causal singular estende-se de direito a encadeamentos de acontecimentos nos quais a causa não é a ordem individual, mas coletiva, é porque já no exemplo *princeps* (o significado histórico de uma ação individual) a imputação histórica é irreduzível à imputação moral.

A objeção, é verdade, poderia renascer sob uma outra forma: por que, perguntaremos, falar ainda de *imputação*, quando nenhuma responsabilidade moral está mais em jogo? A noção

20. É no mesmo sentido que Aron distingue responsabilidade moral, responsabilidade jurídica, responsabilidade histórica: "O moralista visa as *intenções*, o historiador aos atos, o jurista confronta *intenções e atos* e os compara com os *conceitos jurídicos*" (p. 170). "É responsável *historicamente* aquele que, por seus atos, desencadeou ou contribuiu para desencadear o acontecimento do qual se busca as origens" (*ibid.*). Ao fazer isso, o historiador contribui, eu diria, para dissociar a noção de imputação da de incriminação: "A guerra... aos olhos do historiador, não é um crime" (p. 173). Se se acrescenta que a imputação causal deve ainda ser distinguida da interpretação psicológica das intenções, é preciso confessar que estas distinções são sutis e frágeis. Isso explica o tom de Raymond Aron, bastante diferente do de Max Weber: este conduz sua análise com bastante segurança. Raymond Aron é mais sensível ao que complica, e até certo ponto obscurece, "o esquema lógico". Já o vimos, com a análise do acaso.

de imputação, parece, conserva uma função diacrítica, dado que fornece um critério à distinção entre explicação causal e explicação nomotética. Mesmo quando o curso dos acontecimentos oferecido à explicação causal põe em jogo fatores não individuais, como se verá adiante com outros exemplos, esse curso de acontecimentos é considerado, pelo historiador, na sua singularidade. Nesse sentido, eu diria que o indivíduo (a decisão individual) é só o primeiro análogo da causa singular. É por isso que o argumento extraído do exame do significado histórico de uma decisão individual se reveste de um valor exemplar. Sejam as cartas de Goethe à Senhora de Stein (também esse exemplo é tomado emprestado do ensaio de Max Weber sobre a teoria da história de Edouard Meyer): uma coisa é interpretá-las causalmente, isto é, mostrar como os fatos que estas cartas manifestam são "anéis reais num encadeamento causal", a saber, o desenvolvimento da personalidade da obra de Goethe; outra é concebê-las como um exemplo de um modo de conceber a vida, ou como um caso para uma psicologia do erotismo. A explicação causal não é limitada ao ponto de vista individual, embora permaneça singular, posto que esse tipo de conduta pode, por sua vez, integrar-se num conjunto causal da história da cultura alemã: nesse caso, não é o próprio fato individual que entra na série causal histórica, mas serve para "revelar os fatos que merecem ser integrados nas séries causais" [p. 244] (p. 259). Essas séries causais, por sua vez, são singulares, embora integrem fatos típicos. É essa *singularidade das séries causais* que constitui a diferença entre imputação causal e explicação nomotética²¹. É porque a explicação causal é singular e, nesse sentido, *real*, que se coloca a questão da importância de um fator histórico. A noção de importância só intervém na linha da explicação causal, não naquela da explicação nomotética²².

A tese de que a noção de imputação causal singular pode, em princípio, estender-se além da imputação causal a indivíduos recebe uma confirmação de um outro exemplo, que Max Weber toma emprestado, mais uma vez, de E. Meyer. O historia-

21. Max Weber faz aqui alusão à distinção estabelecida por Windelband no discurso de reitorado de Estrasburgo (*Geschichte und Naturwissenschaft*, 1984), entre procedimento nomotético (próprio das ciências da natureza) e procedimento ideográfico (próprio das ciências da cultura).

22. Max Weber marca essa diferença opondo *Real-Grund*, razão de ser, e *Erkenntnisgrund*, razão de conhecimento: "Em história, os elementos singulares e individuais entram em conta não somente como *meios de conhecimento*, mas simplesmente como *objeto* do conhecimento, do mesmo modo que as relações causais têm importância não como *razão de conhecer*, mas como *razão de ser*" [p. 237] (p. 249).

dor pode se interrogar sobre o alcance histórico da batalha de Salamina, sem decompor esse acontecimento numa poeira de ações individuais. A batalha de Salamina é, para o historiador, numa certa situação de discurso, um acontecimento único, na medida em que pode constituir, como tal, o objeto de uma imputação causal singular. É o caso, na medida em que se pode mostrar que esse acontecimento produz a decisão entre duas possibilidades cuja probabilidade pode ser apreciada, sem ser quantificada: de um lado, a de uma cultura teocrático-religiosa, que se teria imposto à Grécia se a batalha tivesse sido perdida, e que se pode reconstruir com base em outros fatores conhecidos, assim como por comparação com situações similares, em particular, com o protetorado persa sobre os judeus de volta do exílio; de outro lado, o espírito helênico livre, tal como efetivamente se desenvolveu. Daí a vitória de Salamina poder ser considerada como a causa adequada deste desenvolvimento; com efeito, suprimido o acontecimento pelo pensamento, suprime-se uma cadeia de outros fatores: a construção da frota ática, o desenvolvimento das lutas para a liberdade, a curiosidade historiográfica etc., todos fatores que resumimos sob o título da "possibilidade" eleita pelo acontecimento. É, sem dúvida, o valor que atribuímos aos valores culturais insubstituíveis do espírito helênico livre que faz com que nos interessemos pelas guerras médicas. Mas é a construção do "quadro imaginário" criado por abstração e a avaliação das conseqüências do acontecimento supostamente suprimido, que constituem a estrutura lógica do argumento causal. Assim, este permanece uma imputação causal singular, mesmo quando não se aplica mais a uma decisão individual.

Mas a própria obra de Max Weber oferece-nos um exemplo notável de imputação causal singular, fora do campo da decisão individual e da história político-militar. A argumentação empregada em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* satisfaz exatamente o método de inferência causal que se acaba de descrever. A conexão alegada entre certos traços da ética protestante e certos traços do capitalismo constitui um encadeamento causal singular, embora não se refira aos indivíduos considerados um a um, mas a papéis, mentalidades e instituições. Mais ainda, a conexão causal estrutura um processo único que torna a diferença entre acontecimento pontual e longa duração não pertinente. A tese sustentada nessa obra de Max Weber é, nesse sentido, um caso notável de imputação causal singular.

Ora, como o argumento é articulado? Fiel ao método de abstração, Weber isola, do lado do fenômeno religioso, o compo-

nente específico da ética do trabalho e, do lado do fenômeno econômico, o espírito de aquisição caracterizado pelo cálculo racional, a adaptação precisa dos meios disponíveis a fins desejados e a valorização do trabalho enquanto tal. O problema é então bem delimitado: não se trata de explicar o nascimento do capitalismo como fenômeno global, mas a visão particular do mundo que ele implica. A concepção religiosa do protestantismo ascético só é considerada na sua relação de causalidade adequada em relação ao espírito do capitalismo. Sendo assim delimitado o problema, a questão é a da adequação da imputação causal na ausência de toda regularidade de tipo nomológico. Generalizações empíricas são certamente postas em jogo — como, por exemplo, a asserção de que uma doutrina como a da predestinação, que despoja o indivíduo de sua responsabilidade última, só pôde ser suportável quando compensada por alguns fatores geradores de segurança, tais como a crença na eleição pessoal, atestada pelo engajamento ativo no trabalho. Mas generalizações empíricas desse tipo são só segmentos argumentativos incorporados à inferência indutiva que conclui pela imputação do espírito do capitalismo à ética protestante, logo, a uma imputação causal singular, na medida em que essas duas configurações permanecem únicas na história. Para sustentar a imputação causal, a conduta de Max Weber é exatamente a que ele preconiza no artigo consagrado a Edouard Meyer. Imagina um curso histórico no qual o fator espiritual considerado estaria ausente e onde outros fatores teriam desempenhado o papel assumido, por hipótese, pela ética protestante do trabalho. Entre esses outros fatores, é preciso contar a racionalização do direito, a organização do comércio, a centralização do poder político, a invenção tecnológica, o desenvolvimento do método científico etc. Um cálculo de probabilidade sugere que, na ausência do fator espiritual considerado, esses outros fatores não teriam sido suficientes para produzir o efeito em questão. Por exemplo, o advento do método científico teria conseguido engendrar a fixação da energia num fim específico, a articulação precisa entre meios e fins. Mas teria faltado o poder emocional e a força de difusão que só a ética protestante podia trazer. Nesse sentido, a probabilidade de que o método tivesse podido transformar a ética tradicional em ética burguesa do trabalho é pequena. O mesmo raciocínio deve ser reproduzido com os outros candidatos à causalidade antes que se possa considerar a ética protestante causa adequada do desenvolvimento do espírito do capitalismo. É por isso que a adequação da imputação causal não equivale a um argumento de necessidade, mas somente de probabilidade.

Com essa extensão da imputação causal singular a desenvolvimentos históricos onde não se pode mais discernir decisões individuais, nem mesmo eventos pontuais, atingimos o ponto em que a explicação histórica parece ter rompido suas amarras com a narrativa. E, contudo, a filiação, cujas etapas acabamos de reconstruir por uma leitura livre do texto de Max Weber e com o concurso da *Introdução à filosofia da história* de Raymond Aron, autoriza-nos a aplicar *analogicamente* a noção de intriga a todas as imputações causais singulares. É, na minha opinião, o que justifica o emprego do termo intriga por Paul Veyne, designando por isso todas as configurações singulares que satisfazem ao critério da armação da intriga que, de minha parte, propus: a saber, a síntese do heterogêneo entre circunstâncias, intenções, interações, adversidade, fortuna ou infortúnio. É, aliás assim, como vimos, que Paul Veyne define mais ou menos a intriga: a conjunção de fins, causas e acasos. Contudo, para permanecer coerente com meu argumento da relação *indireta* da explicação histórica com a estrutura da narrativa, falarei de *quase-intriga*, para marcar o caráter *analógico* da extensão da imputação causal singular, a partir de seu exemplo *princeps*, a implicação causal dos resultados de uma decisão individual.

É essa analogia que vamos tomar como tema, passando da questão dos procedimentos explicativos à das entidades de base do conhecimento histórico.

2. As entidades de primeira ordem da historiografia

Distingui, por razões didáticas, três encaminhamentos do questionamento às avessas: o que remete procedimentos explicativos da história científica à força explicativa inclusa na *armação da intriga* da narrativa; o que remete entidades construídas pelo historiador aos personagens da narrativa; o que remete tempos múltiplos da história à dialética *temporal* da narrativa.

Esses três encaminhamentos são inseparáveis, como eram as três modalidades da ruptura epistemológica descrita na introdução a esse capítulo e caracterizadas não somente 1) por um mesmo estilo de *filiação indireta*, ligando a historiografia à inteligência narrativa, mas ainda 2) por um mesmo recurso a *pontos de apoio* que a própria historiografia oferece ao trabalho de reconstrução da intencionalidade histórica.

1) Insistiremos primeiro nesse caráter indireto da filiação narrativa, caráter que se verifica tanto no plano das entidades quanto no dos procedimentos. A *ruptura* epistemológica entre entidades historiográficas e personagens narrativos é, na minha opinião, o pressuposto do qual é preciso partir aqui. Um personagem pode ser identificado, designado por um nome próprio, tido como responsável por ações que lhe são atribuídas; é seu autor ou vítima; torna-se, por elas, feliz ou infeliz. Ora, as entidades às quais a história relaciona as mudanças que ela se empenha em explicar não são personagens, se nos atemos à sua epistemologia explícita: as forças sociais que agem nos bastidores das ações individuais são, no sentido próprio da palavra, anônimas. Eis aí um pressuposto cujo valor me parece negligenciado por essa forma de "individualismo epistemológico" segundo a qual qualquer mudança social pode, em princípio, ser resolvida em ações elementares, atribuíveis a indivíduos que são seus autores e que carregam sua responsabilidade última. O erro do individualismo metodológico é exigir, em princípio, uma operação redutora que não pode nunca ser efetivamente conduzida a bom termo. Vejo aí a expressão de uma exigência de derivação *direta* que negligencia a natureza específica do questionamento às avessas, único praticável nesse campo. Só uma derivação indireta pode respeitar a ruptura epistemológica sem quebrar o caráter intencional do conhecimento histórico.

2) A questão é então de saber se essa perspectiva intencional dispõe efetivamente, no plano das entidades historiográficas, de um ponto de apoio semelhante à da imputação causal singular no plano dos procedimentos explicativos.

Ora, esse ponto de apoio existe, sob a forma das entidades de primeira ordem do conhecimento histórico, isto é, de *entidades sociais* que, ao mesmo tempo que são *indecomponíveis* numa poeira de ações individuais, fazem contudo *menção*, na sua constituição e na sua definição, a indivíduos suscetíveis de serem tidos como personagens de uma narrativa. Na introdução a este capítulo, chamei essas entidades de primeira ordem de *entidades de pertinência participativa*. A seqüência da discussão justificará essa designação.

É a essas entidades de primeira ordem que se aplicam, de modo privilegiado, os procedimentos explicativos que colocamos sob o título da imputação causal singular. Dito de outro modo, aos procedimentos de *mediação* entre a explicação científica e a explicação por tessitura da intriga correspondem *objetos transicionais*, que fazem a mediação entre as entidades historiográficas e as entidades narrativas que denominamos de personagens da

narrativa. A pertinência participativa é para as entidades o que a imputação causal singular é para os procedimentos da historiografia.

Todo historiador — e o exemplo de Braudel, ao qual retornaremos na terceira seção, confirma-o amplamente — é conduzido, num momento ou noutro, mesmo se desconfia da epistemologia concebida por filósofos, a *ordenar* as entidades que põe em cena no seu discurso. Esse trabalho de ordenação, a fenomenologia genética quer *acompanhá-lo* e torná-lo explícito. Enquanto, para o historiador profissional, a ordenação das entidades é suficientemente justificada por sua fecundidade heurística, a fenomenologia genética busca relacionar a *hierarquização* dos níveis de discurso à *intencionalidade* do conhecimento histórico, ao seu desígnio noético constitutivo. Para tanto, ela empenha-se em mostrar que a ordenação praticada pelo historiador não se reduz a um expediente metodológico, mas comporta uma *inteligibilidade* própria, que é possível explicar reflexivamente. Essa inteligibilidade concentra-se na possibilidade de percorrer nos dois sentidos a hierarquia estabelecida pelo discurso histórico entre suas entidades de referência. O primeiro percurso — ascendente, caso se queira — demarcará o *afastamento* crescente entre o plano da narrativa e o plano da história-ciência. O segundo — descendente — demarcará a série de *remessas* que reconduzem das entidades anônimas do discurso histórico aos personagens de uma narrativa possível. A inteligibilidade da ordenação resulta da reversibilidade dos dois percursos.

É nessa busca de inteligibilidade que se insere a determinação das entidades de base do discurso histórico. Essas entidades de pertinência participativa situam-se no ponto de cruzamento do itinerário ascendente e do itinerário descendente. É essa posição estratégica que faz de sua determinação o pivô da questão às avessas.

1. Para levar a bom termo o empreendimento de derivação indireta, vamos encontrar algum auxílio na obra de Maurice Mandelbaum, *The Anatomy of Historical Knowledge*, a despeito de sua hostilidade às teses narrativistas²³. Dele retive um duplo ensinamento que incorporo ao método de questionamento às avessas. O primeiro concerne à ordenação das entidades assumidas pelo discurso do historiador. O segundo concerne à

correlação entre o que Mandelbaum considera como as entidades de primeira ordem do conhecimento histórico, e o procedimento de imputação causal de que fizemos, aliás, a teoria: esse segundo ensinamento permitirá vincular entre si as duas linhas do questionamento às avessas, a linha das entidades e a linha dos procedimentos. Mas começemos pela reflexão sobre as *entidades* de base.

A epistemologia de Maurice Mandelbaum situa-o a igual distância dos defensores do modelo de subsunção e dos defensores da versão narrativista. *Contra os primeiros*, sustenta que, a despeito do caráter típico das situações e acontecimentos dos quais a trata história e a despeito de seu recurso a generalizações, a história trata fundamentalmente “daquilo que foi verdadeiro de modo característico de alguns lugares particulares durante um lapso particular de tempo... Assim, a tese familiar, segundo a qual os historiadores preocupam-se com o particular mais que em estabelecer generalizações explicativas, parece-me bem fundamentada” (p. 5). Em outros termos, Mandelbaum leva em conta a distinção estabelecida por Windelband entre ciência ideográfica e ciência nomotética²⁴. *Contra os segundos*, o autor sustenta que a história é uma investigação, isto é, uma disciplina preocupada em autenticar seus enunciados, em explicar as razões das relações que ela estabelece entre os acontecimentos: é por isso que seu interesse pelas constelações singulares não poderia excluir que intercale regularidades nas suas cadeias de relações. Não discutirei esses pressupostos que concordam bastante bem com as conclusões de nossos capítulos I e II.

É sobre esse pano de fundo que se destaca a tese que vai reter, aqui, minha atenção: a saber, que o objeto irreduzível da história é de ordem *societal*. A história vê os pensamentos, os sentimentos e as ações dos indivíduos no contexto específico de seu meio social: “é somente na medida em que os indivíduos são considerados em referência à natureza e às mudanças de uma sociedade existente, em um tempo e um lugar particulares, que interessa aos historiadores” (p. 10). À primeira vista, tomada isoladamente, essa tese confirma somente a descontinuidade entre o nível da história e o da narrativa, cujos personagens devem poder ser identificados como indivíduos responsáveis por sua ação. Mas uma determinação mais precisa do termo *sociedade* coloca-nos no caminho da problemática específica das entidades de base. Ela resulta da distinção entre duas modali-

23. M. Mandelbaum, *The Anatomy of Historical Knowledge*, Baltimore, The Johns Hopkin's University Press, 1977.

24. W. Windelband, *Präudien* (5ª ed., Tübingen, Mohr, 1915), 2, pp. 144-145.

dades da historiografia: a “*história geral*” e as “*histórias especiais*” (p. 11). A história geral tem como tema sociedades particulares, tais como povos e nações, cuja existência é *contínua*. As histórias especiais têm como tema aspectos *abstratos* da cultura, tais como a tecnologia, a arte, a ciência, a religião, que, na falta de uma existência contínua própria, só são ligadas entre si pela iniciativa do historiador responsável pela definição do que conta como arte, como ciência, como religião etc.

A noção de sociedade, como referência última da historiografia, recebe de sua oposição à de *cultura* uma determinação que me permitirá ulteriormente caracterizá-la como *objeto transicional* entre o plano da narrativa e o plano da história explicativa.

Precisemos esse conceito de sociedade, na sua oposição ao de cultura: “Uma *sociedade*”, eu diria, “consiste em indivíduos vivendo numa comunidade organizada, senhora de um território particular; a organização de tal comunidade é assegurada por instituições que servem para definir o estatuto assumido por diferentes indivíduos e destina-lhes os papéis que devem representar, enquanto perpetuam a existência ininterrupta de comunidade” (p. 11).

Os três componentes dessa definição são importantes: o primeiro liga a comunidade e, portanto, sua duração, a lugares; o segundo a vincula a indivíduos, destinando-lhes um papel institucionalizado; o terceiro caracteriza a comunidade por sua existência ininterrupta. Esse terceiro componente permitirá adiante lançar uma ponte entre as entidades de base e os procedimentos de conexão causal que lhes correspondem nesse nível.

A noção de *cultura* recobre todas as aquisições, oriundas de uma criação social e implicadas no uso individual, e que são transmitidas por uma tradição: a linguagem, as técnicas, as artes, as atitudes e crenças religiosas ou filosóficas, na medida em que essas diversas funções fazem parte da herança social dos indivíduos que vivem no interior de uma sociedade particular.

A diferença é certamente difícil de sustentar em todos os casos. Por que, perguntaremos, as *instituições*, incluindo aí os sistemas de parentesco, a distribuição de bens e a organização do trabalho, que definem os papéis individuais, são postas do lado da sociedade e não da cultura? A resposta é fornecida pelo terceiro traço da sociedade: a saber, que ela é particular e existe continuamente; daí resulta que uma instituição pertence à sociedade e não à cultura, na medida em que ela constitui o fator

de integração de uma sociedade particular que existe de maneira contínua. Em compensação, as atividades que definem a cultura são abstraídas das sociedades particulares, e suas modalidades são reagrupadas sob um mesmo conceito classificatório pela definição que os historiadores lhes dão e que pode diferir grandemente de um autor para outro.

Essa distinção entre a história das *sociedades particulares* e a de *classes de atividades* marca os dois pólos extremos de uma gama de casos intermediários. Assim, o fenômeno societal deixa-se analisar sob aspectos — político, econômico, social etc. — cuja delimitação, definição e relações procedem de escolhas metodológicas que fazem deles artefatos, tanto quanto as atividades colocadas sob o signo da cultura. Mas desde que esses aspectos são concebidos como “*facetas*” de uma sociedade particular, em última instância, elas a caracterizam; as facetas deixam-se relacionar ao fenômeno societal global em virtude de um traço notável deste, a saber, que é constituído por um feixe de instituições e de poderes cuja *densidade indefinida* se presta a investigações de escala variável, ao modo dos mapas geográficos. Essa capacidade que o fenômeno societal tem de se deixar analisar em aspectos, dimensões ou facetas assegura a transição da história geral (preferiria dizer: global) às histórias especiais (ou melhor: especializadas). Mas uma coisa é abstrair esses aspectos e reagrupá-los sob *classes* que se tornam o propósito tópico dominante de uma história especializada; outra é relacionar esses aspectos a uma sociedade particular, caracterizá-la de modo cada vez mais denso e mais fino, e assim restituir sua identidade singular. Pode-se fazer o raciocínio inverso no que se refere às histórias especializadas; tomam, a cada vez, como tema diretor, uma “*classe*” de atividades separadas — técnicas, ciência, arte, literatura, filosofia, religião, ideologia; ora, uma classe não é uma totalidade concreta, é um artefato do método; assim, um historiador da arte arranja como coleção obras descontinuas, segundo critérios dependentes da concepção que ele tem de arte; contudo, essa delimitação por estipulação não está à inteira disposição do historiador da arte; as obras inscrevem-se nas tradições e nas tramas de influências, que marcam seu enraizamento na continuidade histórica das sociedades particulares e recebem desta uma continuidade de *empréstimo*. Por esse meio, as histórias especializadas remetem à história geral ou global.

Em conseqüência, segundo se acentue o caráter artificial das conexões entre produtos culturais ou as tradições que os fazem participar da continuidade real de sociedades particula-

res, a investigação pende para o lado da história especializada ou para o lado da história global. É a semi-autonomia das instituições e das atividades que permite relacioná-las, seja às constelações singulares que definem um fenômeno societal, seja às classes de produtos e de obras que definem um fenômeno cultural²⁵.

Por que meio a noção de sociedade, no sentido de Mandelbaum, oferece um *ponto de apoio* para a derivação das entidades históricas a partir dos personagens da narrativa? Do mesmo modo que a imputação causal singular apresenta uma afinidade com a tessitura da intriga — que justifica que se fale a propósito dela como de quase-intriga, ou até de intriga segundo uma acepção ampla da palavra —, do mesmo modo a sociedade, quando é tratada como uma entidade singular, figura no discurso histórico como um *quase-personagem*. E essa transferência analógica não se reduz a um efeito retórico. É duplamente fundamentada na teoria da narrativa e na estrutura do fenômeno societal.

De um lado, com efeito, nada na noção de personagem, entendido no sentido daquele que faz a ação, exige que este seja um indivíduo. Como a análise literária de nossa terceira parte verificará amplamente, o lugar do personagem pode ser tomado por *qualquer um* designado na narrativa como sujeito gramatical de um predicado da ação, na frase narrativa de tipo “X faz R”. Nesse sentido, a história só prolonga e amplifica a dissociação operada pela armação da intriga entre personagem e ator real. Pode-se até dizer que ela contribui para dar ao personagem sua inteira dimensão narrativa. O indivíduo responsável é somente o primeiro de uma série de análogos entre os quais figuram os

25. Não se deve duvidar de que Maurice Mandelbaum tenha introduzido essa distinção com o propósito de pôr fogo nos debates que ele próprio tinha suscitado sobre a objetividade na história, com sua obra de 1938, *The Problem of Historical Knowledge*. Podemos, com efeito, esperar mais objetividade da história “geral” que da história “especial”, porque a existência contínua de seu objeto é dada anteriormente ao trabalho de delimitação e de correlação do historiador; é, pois, possível aqui, em princípio, *ajustar* (*overlocking*) entre eles pontos de vista diferentes sobre os mesmos acontecimentos ou ajustar entre elas as facetas (política, econômica, social, cultural) dos mesmos acontecimentos. As histórias especializadas são muito mais nitidamente relativas às concepções controversas dos historiadores, tanto variam de um a outro os critérios de classificação. E por isso que é muito mais difícil aplicar-lhes os procedimentos de corroboração, de retificação, de refutação sobre os quais se estabelece a objetividade da história geral. De minha parte, não é o debate sobre a objetividade que me interessa aqui, mas os recursos que são oferecidos pela distinção entre a singularidade das sociedades e a generalidade dos fenômenos de cultura para uma fenomenologia genética aplicada às entidades do discurso histórico.

povos, as nações, as classes e todas as comunidades que exemplificam a noção de sociedade singular.

De um outro lado, o próprio fenômeno societal comporta um traço decisivo, que organiza a extensão analógica do papel de personagem. A definição que Mandelbaum dá de uma sociedade singular não poderia ser completa sem uma referência *oblíqua* aos indivíduos que a compõem. Essa referência oblíqua, por sua vez, permite tratar a própria sociedade como um grande indivíduo, *análogo* aos indivíduos que a compõem. É nesse sentido que Platão falava da Cidade como de uma alma escrita com letras capitais, e Husserl, na *Quinta Meditação cartesiana*, chama as comunidades históricas de “personalidades de nível superior”.

Dois pontos devem ser assinalados nesse argumento.

O primeiro concerne em qualquer definição do fenômeno societal, à referência *oblíqua*, aos indivíduos que a compõem. O segundo concerne à complementação dessa referência oblíqua à extensão analógica do papel de personagens às entidades de primeiro grau do discurso histórico.

A referência *oblíqua* a indivíduos é inscrita nos traços pelos quais Mandelbaum define a sociedade: organização territorial, estrutura institucional, continuidade temporal. As três remetem a indivíduos que habitam o território, cumprem os papéis designados pelas instituições e asseguram, pela substituição das gerações, a continuidade histórica da sociedade considerada. Chamo de *oblíqua* essa referência porque não faz parte do discurso *direto* do historiador, que pode, sem escrúpulos excessivos, ater-se a entidades coletivas, sem referência explícita a seus componentes individuais. Mas, se não é à história, enquanto disciplina de ambição científica, que compete tematizar essa referência oblíqua, é, em compensação, a tarefa de uma fenomenologia genética descobrir, no fenômeno do ser-em-comum, a origem do laço entre os indivíduos e as sociedades particulares. Ela o encontra no fenômeno do *pertencer* a uma comunidade que liga as entidades históricas de primeira ordem à esfera da ação. Esse laço qualifica os portadores da ação como *membros de...* Pode-se dizer que esse laço é real, ontológico, na medida em que ele tem prioridade sobre a consciência que os membros dele tomam; e cabe, certamente, a esse laço poder ser reconhecido como tal, isto é, ser experimentado e declarado; mas esse reconhecimento é fundamentado no próprio laço que ele

traz à linguagem. Deve-se afirmar com a mesma força a anterioridade ontológica do laço da pertinência e o papel das mediações simbólicas — norma, costumes, ritos etc. — pelas quais se atesta seu reconhecimento. Daí resulta que nem os graus de consciência, nem as modalidades de sua tomada de consciência são constitutivos desse laço. Com essa reserva na memória, coloquemo-nos por um momento no ponto de vista dos graus de consciência: o laço de pertencer a uma comunidade pode ser experimentado com uma grande intensidade de sentimento, como no patriotismo, na consciência de classe ou no partidarismo; mas pode também ser esquecido, negligenciado, dissimulado, até negado com veemência por aqueles que o resto da sociedade qualifica de renegados ou de traidores, ou aqueles que consideram a si mesmos como dissidentes, exilados ou foras-dalei. Pode ser, então, a tarefa de uma crítica das ideologias desmascarar sua dependência oculta; mas essa crítica, por sua vez, pressupõe a anterioridade do laço em relação à consciência (e à possibilidade de levá-lo à consciência explícita). Quanto ao que ocorre, agora, com as modalidades de consciência explícita, a atestação do pertencer participativo pode se matizar com as valorizações mais diversas, até opostas; a gama desdobra-se entre os pólos extremos da aprovação e da rejeição, da comemoração e da execração (segundo uma expressão de François Furet, em *Penser de la révolution française*²⁶, à qual retornarei na terceira seção).

A tríplice referência do fenômeno societal ao indivíduo, extraída acima de sua definição por Mandelbaum, deriva claramente do laço de pertencer participativo destacado pela fenomenologia genética. À organização territorial corresponde o ato de habitar, isto é, de qualificar o espaço humano por um conjunto de gestos instauradores: construir um abrigo, marcar e transpor um limiar, viver junto, exercer a hospitalidade etc. À atribuição de um estatuto aos indivíduos pelas instituições correspondem as modalidades múltiplas de assumir um papel pelos membros do grupo, isto é, as maneiras de trabalhar, de exercer um ofício, de ligar trabalho e lazer, de situar-se nas relações de classe, de nível e de poder. À perpetuação da existência societal corresponde o laço entre gerações que

26. Paris, Gallimard, 1978; cf. adiante, pp. 309 ss.

entrelaça o amor e a morte e dá aos vivos não somente contemporâneos, mas predecessores e sucessores²⁷.

Resta a segunda parte do argumento: a saber, que a referência *oblíqua* do fenômeno societal aos indivíduos justifica a extensão *analógica* do papel de personagens às entidades de primeira ordem da história. Em virtude dessa analogia, as entidades hitóricas de primeira ordem podem ser designadas como os sujeitos lógicos de verbos de ação e de paixão. Em compensação, a analogia não exige nada além da referência *oblíqua* do fenômeno societal aos indivíduos. Dizer que a França *faz* isto ou *sofre* aquilo não implica absolutamente que a entidade coletiva em questão deva *se reduzir* aos indivíduos que a compõem e que suas ações possam ser destinadas distributivamente a seus membros, considerados um a um. É preciso dizer da transferência de vocabulário do indivíduo às entidades de primeira ordem da historiografia, que ela é ao mesmo tempo *somente analógica* (e portanto não implica nenhum reducionismo) e *bem fundamentada* no fenômeno de pertencer participativo.

O reconhecimento desse laço entre o caráter *oblíquo* da referência ao indivíduo e o caráter *analógico* da transferência de vocabulário não deixa de ter conseqüências epistemológicas: permite à história e às outras ciências sociais escaparem das dificuldades do individualismo metodológico. Dando um peso igual ao momento ontológico e ao momento reflexivo, o laço de pertinência participativa dá um peso igual ao grupo e ao indivíduo. Mostra o indivíduo situado de imediato no que Hannah Arendt gostava de chamar de a “esfera pública de aparecimento”. Nesse sentido, nenhum dos três laços constitutivos do fenômeno societal deixa-se derivar do indivíduo isolado: nem a organização de um território, nem a instituição dos papéis, nem a continuidade da existência. Em compensação, nenhum desses três

27. Voltarei, na quarta parte, a essa estrutura temporal tripla da realidade social, *tripla da realidade social*, tão magistralmente analisada por Alfred Schutz. Encontramos no próprio Maurice Mandelbaum um argumento a favor dessa referência oblíqua. Ele concorda que a explicação, com seu estilo analítico e descontínuo, não poderia se propor a reconstruir o processo totalizante e contínuo de uma sociedade particular, se o historiador já não estivesse familiarizado com tais mudanças globais por sua própria experiência de vida em sociedade: “*The original basis of our understanding of societal structure is then the experience of an individual in growing up in his society, and the enlargement of horizons that comes through a knowledge of other societies*” (p. 116). A historiografia, recorda Maurice Mandelbaum, não nasce do nada. Não parte de uma poeira de fatos que esperariam o trabalho de síntese da história para receber uma estrutura; a história nasce sempre de uma história anterior que ela vem corrigir. E no bastidor dessa história primordial perfila-se a prática social, com suas contradições internas e seus desafios externos.

traços deixa-se definir *sem referência* à ação individual e à interação entre indivíduos. Daí resulta que o objeto transicional do conhecimento histórico apresenta uma polaridade insuperável, que resume a expressão do pertencer participativo²⁸.

A noção de *quase-personagem*, que adoto por simetria com a quase-intriga, deve tanto a um quanto a outro argumento: é porque *cada sociedade é composta de indivíduos* que ela se comporta na cena histórica como um grande indivíduo, e o historiador pode atribuir a essas entidades singulares a iniciativa de certos cursos de ações e a responsabilidade histórica — no sentido de Raymond Aron — de certos resultados, mesmo não intencionalmente visados. Mas é porque a *técnica da narrativa nos ensinou a destacar o personagem do indivíduo* que o discurso histórico pode gerar essa transferência no plano sintático. Em outros termos, as entidades historiográficas de primeira ordem só constituem um ponto de apoio entre as entidades historiográficas de segunda e até de terceira ordem e o plano da ação real, porque a própria noção narrativa de personagem constitui um *ponto de apoio* no plano da configuração entre essas entidades de primeira ordem de que a história trata e os indivíduos atuantes que a prática real implica. As entidades de primeira ordem do historiador só visam as entidades da esfera da ação, as de que falamos na primeira parte sob o signo de *mimese I*, através da categoria narrativa de personagem, que diz respeito ao registro de *mimese II*.

2. A simetria entre a teoria do quase-personagem e a da quase-intriga resulta muito naturalmente do fato de que a imputação causal singular, na qual vimos o procedimento de transição entre a explicação histórica e explicação narrativa, tem seu campo privilegiado de aplicação precisamente no plano das entidades de primeira ordem do discurso histórico. Uma função

28. Retornaremos, na quarta parte, à ontologia do ser em comum, pressuposta pelo presente argumento. Perguntar-nos-emos se Husserl poderia ser bem-sucedido, no fim da *Quinta Meditação*, ao derivar da intersubjetividade as personalidades de nível superior. Questionaremos até se a definição da "ação social" por Max Weber, no início de *Economia e Sociedade*, permite escapar às dificuldades do individualismo metodológico, confesso de imediato, minha dívida quanto ao pensamento e à obra de Alfred Schutz na sua *Fenomenologia do ser social*. Schutz não se limitou, com efeito, a conciliar Husserl e Weber, integrou seus conceitos de intersubjetividade e de ação social a um conceito de ser em comum herdado de Heidegger, sem perder a força das análises dos dois primeiros, nem se limitar a um ecletismo cômodo entre todos esses mestres. A fenomenologia do ser social de Alfred Schutz recebe, ademais, um reforço decisivo da antropologia de um Herbert Mead, de um Richard Turner e de um Clifford Geertz, em relação aos quais minha dívida não é menor do que para com Alfred Schutz.

essencial da atribuição causal, com efeito, é restabelecer a *continuidade* de um processo cuja unidade de desenvolvimento, por uma razão ou outra, parece interrompida e até inexistente. Ora, recordamos que a existência contínua é, no vocabulário de Maurice Mandelbaum, um traço primordial da distinção entre a sociedade e a cultura.

Essa função da explicação causal é uma das teses mestras da obra de Maurice Mandelbaum. Essa tese rompe deliberadamente com a tradição empirista nascida de Hume, segundo a qual a causalidade exprime uma ligação regular entre dois tipos de acontecimentos logicamente distintos; segundo essa tradição, o caráter nomotético da relação de causalidade é estritamente solidário do caráter atomista das noções de causa e de efeito. Esse caráter atomista da ligação causal, é atacado pelo autor em relação com sua caracterização do fenômeno social básico pela existência contínua²⁹.

Desde o nível perceptivo, a causalidade traduz a continuidade de um processo singular: a causa é o processo inteiro, o efeito, seu ponto terminal; para o observador, o fato de se bater uma bola é a causa de seu movimento; e a causa está incluída no acontecimento completo. É somente por razões de comodidade que isolamos do processo inteiro o fator mais variável e fazemos dele uma causa distinta de seu efeito: assim, o mau tempo para a má colheita. Contra Hume, é preciso dizer que "analisar a causa de uma ocorrência particular consiste em remontar aos fatores variáveis que são conjuntamente responsáveis por ter a ocorrência sido tal como foi e não diferente" (p. 74)³⁰.

29. A tese de Maurice Mandelbaum deve muito à obra de H.L.A. Hart e A.M. Honoré, *Causation in the Law* (Oxford, Clarendon Press, 1959): "It is no exaggeration to say that since its appearance in 1959 the whole tenor of discussions of causation in anglo-american philosophy has changed" (p. 50). Maurice Mandelbaum não segue, contudo, esses autores em sua tese segundo a qual a explicação causal e a formulação de leis gerais se aplicariam a dois campos diferentes do conhecimento: a história e o direito de um lado, as ciências do outro. Seguindo antes as análises de J.L. Mackie em *The Cement of the Universe: a Study of Causation* (Oxford, Clarendon Press, 1974), M. Mandelbaum percebe, mais que uma dicotomia entre dois campos de aplicação, uma sucessão de níveis explicativos indiferentes aos campos de aplicação, partindo da percepção da causalidade, passando pela atribuição causal ao nível do juízo e elevando-se ao estabelecimento das leis, como "cimento" do laço causal. Essa tese se distancia da de W. Dray, depois de ter-se aproximado dela: com ele e contra os defensores do modelo nomotético, Mandelbaum afirma o primado e a irredutibilidade da atribuição causal singular; contra ele, recusa o por definitivamente causalidade singular e regularidade e admite que a explicação por leis vem "cimentar" a atribuição causal.

30. A precisão: um efeito não diferente autoriza uma aproximação entre essa análise e a constituição de seqüências irrealis, no raciocínio de probabilidade retrospectiva segundo Weber e Aron.

A explicação causal equivale sempre a "reconstituir os aspectos de um processo único de curso ininterrupto" (*to constitute aspects of a single ongoing process*, p. 76). Inversamente, a explicação por um antecedente discreto é o sinal de uma explicação abreviada e truncada. A vantagem pragmática de tais explicações truncadas não deve fazer esquecer que "a causa é o conjunto completo de ocorrências ou de acontecimentos efetivamente em curso (*actually ongoing*), que chegam a esse efeito particular e a nenhum outro" (p. 93). Nesse sentido, há um abismo lógico entre a explicação causal, que se refere sempre aos fatores responsáveis por uma ocorrência *particular*, e a enunciação de uma lei, que se refere à conexão invariável entre *tipos* de acontecimentos ou de propriedades. As leis têm uma gama de aplicações ilimitadas, precisamente "porque não visam estabelecer laços entre ocorrências efetivas, mas entre propriedades características e ocorrências de determinados tipos" (p. 98) ou se preferirmos, "entre tipos de fatores mais que entre tipos de acontecimentos efetivos" (p. 100).

Resultam daí duas conseqüências, cuja importância para a teoria da história não poderia ser subestimada. A primeira concerne à inserção de regularidades numa atribuição causal singular. Se, no curso da explicação de um processo singular, recorre-se a generalidades, a leis, essa generalidade das leis não substitui a singularidade da explicação causal; se se diz "X foi morto por uma bala que lhe atravessou o coração", as leis fisiológicas relativas à circulação do sangue encadeiam fatores abstratos, não fases concretas do processo efetivo; fornecem a argamassa, não os materiais. As leis só se aplicam *seriatim* à seqüência das condições: é preciso, pois, explicar causalmente séries de ocorrências que conduzem ao resultado final, para poder aplicar leis a essas séries³¹.

Segunda conseqüência: a explicação faz aparecer o efeito de um processo contínuo como necessariamente determinado, uma vez dado o estado inicial do sistema; nada diverso desse resultado particular poderia se produzir. Mas isso não quer dizer que o acontecimento, enquanto todo, foi determinado. Pois é sempre *num sistema fechado* que um processo pode ser dito determinado. Seria preciso poder considerar o universo inteiro

31. O argumento vale como exemplo, em Hempel, da explosão de um radiador de água de baixa temperatura: as leis físicas postas em jogo não se aplicam *todas ao mesmo tempo* (*all at once*) às condições iniciais; aplicam-se a uma série de ocorrências; são instrumentos da explicação causal, não substitutos dessa explicação (p. 104).

como um sistema único, para identificar a idéia de determinação causal à de determinismo. Não podemos dizer que as condições iniciais acarretam logicamente seu efeito, posto que este último resulta do fato contingente de que cada uma das ocorrências consideradas no ponto de partida aconteceu em determinado momento e em determinado lugar. A necessidade causal é, pois, uma necessidade condicional: *dado* o conjunto completo de condições causais que ocorreram (e não outras), foi *necessário* que o *efeito* efetivamente produzido adviesse. Essas duas conseqüências confirmam a posição irreduzível, mas não exclusiva, da explicação causal³².

O traço decisivo — e que eu saiba sem equivalente alhures — da teoria da explicação causal em Maurice Mandelbaum, é, como anunciei, sua afinidade estreita com a análise das entidades de primeira categoria em história. De fato, é a história geral — no sentido definido acima — que ilustra mais completamente a tríplice tese concernente à explicação causal: a saber, que a causalidade é o laço interno de um processo contínuo; que as generalizações em forma de leis devem ser inseridas na explicação causal singular; que a necessidade é condicional e não implica nenhuma crença no determinismo. Retomemos cada um desses três pontos.

A afinidade entre o raciocínio causal e o caráter contínuo dos fenômenos sociais explica-se facilmente: como dissemos acima, a história passa da descrição à explicação a partir do momento em que a questão do *por que* liberta-se da questão do *que* e torna-se um tema distinto da investigação; e a questão do *por que* que autonomiza-se quando a própria análise em fatores, fases, estruturas liberta-se da apreensão global do fenômeno social total. A explicação causal deve então *reconstruir a continuidade* rompida pela análise.

Essa reconstrução pode ela própria seguir dois caminhos, segundo acentue a continuidade temporal ou a unidade estrutural. No primeiro caso, o da análise longitudinal, se assim podemos dizer, o fenômeno social exige a análise e o trabalho de reconstrução, já que a trama de eventos tem a propriedade notável de constituir "uma série indefinidamente densa" (p. 123); essa propriedade permite todas as mudanças de escala; todo acontecimento pode assim ser analisado em sub-acontecimentos ou integrado a um acontecimento de maior escala.

32. Esse argumento lembra o de Henrick von Wright relativo à explicação em sistemas fechados, ver acima p. 194.

Nesse sentido, a diferença entre termo curto, termo médio, termo longo é só o aspecto temporal da relação da parte com o todo, que domina a explicação em história³³.

A essas mudanças de escala na análise longitudinal correspondem graus igualmente variáveis na análise estrutural: uma sociedade é uma trama institucional com malhas mais ou menos grossas, que permite graus variáveis de abstração na tópica institucional; assim, pode-se tomar como termo da análise a distinção maciça entre a economia e a ideologia, como faz Marx, ou entre fenômenos políticos, econômicos, sociais, culturais; mas podemos também colocar cada um desses termos no ponto de partida de uma análise funcional.

As duas linhas de análise são amplamente autônomas, pelo fato de que "é improvável que todos os aspectos da vida social e que todos os aspectos da cultura mudem de maneira sincrônica" (p. 142). Essas discordâncias encorajam o esfacelamento da história geral em histórias especiais. Em compensação, esse esfacelamento torna mais urgente e mais específica a tarefa da história geral: "O grau de unidade que se pode encontrar em qualquer época torna-se o contrário de um princípio explicativo: é um traço que ele próprio pede para ser explicado" (*ibid*). Mas esse grau de unidade não deve ser buscado senão na relação entre as partes: "A explicação do todo dependerá da compreensão dos laços que existem pelo fato de serem suas partes integradas numa forma" (p. 142).

Quanto à segunda tese, a inserção necessária das generalidades na explicação causal singular, ela resulta do caráter analítico da explicação: o campo histórico é um campo relacional no qual nenhuma conexão, longitudinal ou transversal, é considerada como adquirida. É por isso que generalizações de toda ordem, de todo nível epistemológico e de toda origem científica são exigidas para "cimentar" a causalidade; concernem tanto às estruturas institucionais quanto às disposições que conferem à conduta humana uma estabilidade e uma relativa acessibilidade à predição. Mas essas generalizações só funcionam *historicamen-*

33. O conceito de densidade variável e limitada permitir-nos-á, no parágrafo seguinte, retomar com novo fôlego a questão da história não-factual. Permite-nos já afirmar que o termo curto e o termo longo são sempre permutáveis em história. Quanto a isso, *O Mediterrâneo...*, de Braudel, e o *O Carnaval dos Romanos*, de Le Roy Ladurie, ilustram maravilhosamente essa permuta permitida pelos graus de densidade da trama temporal da história.

te caso sejam capazes de explicar estruturas e seqüências temporais cuja coesão resulta de serem partes de um todo contínuo.

Enfim, a distinção entre necessidade causal condicional e determinismo universal é perfeitamente homogênea com a distinção entre história geral e histórias especiais. As sociedades singulares, que constituem o termo último de referência da história geral, sendo inelutavelmente múltiplas, a necessidade à qual o historiador pode pretender, reconstruindo a continuidade de sua constituição seqüencial ou estrutural, permanece fragmentária e, de certo modo, regional. O raciocínio de Mandelbaum junta-se ao de H. von Wright no que concerne ao fechamento dos sistemas, ao papel da intervenção dos agentes na própria operação de fechamento e à impossibilidade para qualquer sujeito de ser ao mesmo tempo o observador das ligações sistêmicas e o operador ativo que põe o sistema em movimento. Mandelbaum concorda também com a distinção feita por Max Weber entre causalidade adequada e necessidade lógica. Enfim, reforça o argumento de Raymond Aron contra a ilusão retrospectiva de fatalidade e sua defesa de um determinismo fragmentado, aberto a uma ação política livre.

Mas a raiz da distinção entre necessidade causal condicional e determinismo universal deve ser buscada na própria natureza das entidades de primeira ordem, que são sempre sociedades singulares. O que quer que se ponha atrás dessa palavra — nação, classe, povo, comunidade, civilização —, a pertinência participativa que fundamenta o laço societal engendra quase-personagens que são tão múltiplos quanto as quase-intrigas de que estes são os heróis. Do mesmo modo que não há para o historiador uma intriga única que englobaria todas as intrigas, não há para ele tampouco um personagem histórico único, que seria o super-herói da historiografia. O *pluralismo* dos povos e das civilizações é um fato incontornável da experiência do historiador, porque é um fato incontornável da experiência daqueles que fazem ou sofrem a história. É por isso que a atribuição causal singular, que opera nos limites desse pluralismo, só pode pretender a uma necessidade causal condicionada pela hipótese de que determinada sociedade singular é dada onde existem homens agindo em comum.

3. Falarei brevemente de entidades de segunda e terceira ordens, construídas pelo historiador, assim como da correlação entre os procedimentos explicativos e essas entidades derivadas.

A passagem da história geral às histórias especiais, em Maurice Mandelbaum, é aqui ainda um bom guia. Recordamos

as características que ele atribui aos fenômenos culturais aos quais se referem as histórias especiais: tecnologia, ciências, artes, religiões etc. São fenômenos: 1) *descontínuos*; 2) *delimitados pelo próprio historiador*, que estabelece por estipulação o que vale como fenômeno cultural desta ou daquela classe; 3) em conseqüência *menos suscetíveis de objetividade* que a história geral. Posto que meu propósito não é aqui o debate entre objetividade e subjetividade em história, mas o estatuto epistemológico das entidades construídas pelo historiador, colocarei entre parênteses tudo o que concerne ao grau de arbitrário permitido pelas histórias especiais e vou me concentrar na relação de derivação que vincula as histórias especiais à história geral.

Essa derivação torna-se possível pela análise por fases e por estruturas que já prevalece no plano da história geral, assim como pelo recurso a termos gerais no curso da explicação causal.

A partir desse duplo trabalho de abstração, o interesse do historiador não tem dificuldade em se deslocar o fenômeno societal, em sua continuidade e sua singularidade, aos fenômenos culturais e genéricos. Novas entidades ocupam então a cena histórica; são os simples correlatos do trabalho de *conceitualização* característico da história científica. Essas entidades, é preciso que nos convençamos, são classes, seres genéricos, e não singularidades; são, quanto ao essencial, inspiradas nas ciências sociais com as quais a história forma par: economia, demografia, sociologia das organizações, sociologias das mentalidades e das ideologias, ciência política etc. O historiador será tanto mais tentado a tomar essas entidades como realidades históricas quanto conseguir tratá-las como invariantes, das quais as sociedades singulares não são mais do que variantes, ou melhor, variáveis.

Assim faz Paul Veyne no *Inventário das diferenças*³⁴. Ele constrói a invariante *imperialismo* e, entre suas variantes, um imperialismo que consiste em ocupar todo o espaço disponível para adquirir o monopólio do poder; a singularidade romana será localizada, sem considerações de espaço nem de tempo, no trajeto de especificação da invariante tomada como ponto de partida. O mecanismo do pensamento é perfeitamente legítimo

34. Paul Veyne, *L'Inventaire des Différences*, "Aula inaugural" no Collège de France, Ed. du Seuil, 1976. Falo mais longamente dessa obra em *The Contribution of French Historiography to the Theory of History*, op. cit..

e de grande força heurística e explicativa. Só se torna errado quando *esquecemos* que as entidades de segundo grau, tais como o imperialismo, *derivam* — quanto à sua existência — de entidades de primeira ordem, às quais indivíduos atuantes pertenceram e das quais participaram com suas ações e interações. Talvez o historiador só possa "crer" nesses seres de razão esquecendo e derrubando a verdadeira ordem de derivação. É a virtude do argumento de Maurice Mandelbaum combater esse esquecimento, recordando que uma história da arte, da ciência, ou de qualquer outra função de uma sociedade dada só conserva um significado histórico se, ao menos implicitamente, o historiador conserva, no seu campo de visão, as entidades concretas de onde ela foi abstraída. Em outros termos, essa história não tem significado em si mesma, mas somente em referência às entidades continuamente existentes que são as *portadoras* dessa função.

A derivação das entidades de segunda ordem a partir das entidades de primeira ordem tem como corolário a derivação que observamos constantemente da explicação nomológica à explicação causal singular. Não volto ao próprio argumento, mas a um de seus aspectos, que exprime mais diretamente o parentesco entre as duas linhas de derivação, a dos procedimentos e a das entidades. Penso nesse tipo de querela dos universais que suscita, no campo dos estudos históricos, o trabalho de *conceitualização*, do qual dizíamos, na introdução deste capítulo, que é um dos corolários da ruptura epistemológica que engendra a história como investigação científica. A tese de Maurice Mandelbaum, segundo a qual os objetos próprios das histórias especiais são classes e não singularidades, traz um reforço ao nominalismo moderado, professado por muitos epistemólogos, concernente ao estatuto do aparato conceitual posto em operação pelos novos historiadores.

Henri-Irénée Marrou, num capítulo intitulado "O uso do conceito" (*op. cit.*, p. 140 ss.), distingue cinco grandes categorias de conceitos: a) a história, diz ele, utiliza "conceitos de ambição universal", menos raros do que a crítica relativista admite, referentes ao que há de menos variável no homem: juntarei a isso, da minha parte, o feixe conceitual constitutivo de uma semântica da ação (*mimese* I); b) a história faz, além disso, "um uso analógico ou metafórico... de uma imagem singular": assim, o adjetivo barroco, tomado fora de contexto e transposto com base em uma comparação racional com outros períodos diversos do barroco propriamente dito; c) vem em seguida a nomenclatura dos "termos especiais designando instituições, instrumentos

ou utensílios, modo de agir, de sentir ou de pensar, em suma, fatos de civilização" (p. 151); seu limite de validade nem sempre é percebido, por exemplo, quando são extrapolados de um setor determinado do passado a um outro setor: assim, cônsul, virtude romana etc.; d) mais importante é a classe de ideais-tipos de Max Weber, caso se entenda por ideal-tipo "um esquema de valor relativamente geral construído pelo historiador com elementos observados no estudo dos casos particulares, esquema orgânico de partes dependentes mutuamente..., expresso enfim com rigor e precisão pelo historiador numa definição que esgota o seu conteúdo" (pp. 153-154): é por exemplo a noção de Cidade antiga, tal como foi elaborada por Fustel de Coulanges; ora, observa Marrou, "O *Ideal-Typus*" só é de uso legítimo se, como Max Weber sublinhava com insistência, o historiador conserva sempre plenamente a consciência de seu caráter estritamente nominalista" (p. 156); não se poderia, pois, estar excessivamente em alerta contra a tentação de reificar os "tipos ideais"; e) vêm enfim as designações, tais como Antigüidade Clássica, Atenas, a Renascença, o Barroco, a Revolução Francesa: "Trata-se dessa vez de termos singulares, não suscetíveis de uma definição exaustiva, denotando um conjunto, por exemplo, um período mais ou menos vasto da história de um meio humano determinado, ou da história da arte, do pensamento etc., isto é, a totalidade do que chegamos a conhecer do objeto assim definido" (p. 159).

Na minha opinião, essa última classe é heterogênea com respeito às precedentes, porque designa entidades de terceira ordem, que integram, em novas entidades holísticas, os temas, os procedimentos e os resultados das histórias especiais. Essas totalidades não são absolutamente comparáveis às totalidades concretas características das entidades de primeira ordem. São separadas delas pelos procedimentos complexos das histórias especiais. Seu caráter sintético é a contrapartida do espírito deliberadamente analítico que regula a construção de entidades de segunda ordem. Nesse sentido, a despeito de uma aparência concreta, essas entidades são as mais abstratas de todas. É por isso que os procedimentos que reinam nesse nível são tão afastados quanto possível dos procedimentos de tessitura da intriga, que podem ser estendidos analogicamente aos "heróis" coletivos da história geral³⁵.

35. Henri Marrou: "Aos termos de sua elaboração, o conhecimento histórico revela seu nominalismo radical, bem mais radical que Max Weber o imaginava, a despeito de sua profissão de fé" (pp. 158-159). Falando mais

O nominalismo dos *conceitos* históricos é, na nossa opinião, um corolário epistemológico do caráter derivado das *entidades* de segunda e de terceira ordem. Com essas entidades, temos diante de nós "construtos" cuja base narrativa e, com maior razão ainda, cuja base de experiência é cada vez menos reconhecível. Não podemos mais discernir nesse construtos o equivalente do que chamamos de projeto, fim, meio, estratégia, ou até de ocasião e circunstância. Em suma, nesse nível derivado, não se pode *mais* falar de quase-personagem. A linguagem apropriada para as entidades de segunda ou terceira ordem é muito distante da linguagem da narrativa, e mais ainda da linguagem da ação real, para conservar traços de sua derivação indireta. É somente através da relação de derivação das entidades de segunda ordem, a partir das entidades de primeira ordem, que essa filiação pode ser reativada.

Só, pois, o método muito refinado da questão em sentido inverso pode reconstruir os canais pelos quais, não somente os procedimentos, mas as entidades da investigação histórica remetem indiretamente ao plano da compreensão narrativa. Só a questão em sentido inverso explica a inteligibilidade da história como disciplina *histórica*³⁶.

3. Tempo da história e destino do acontecimento

O leitor não ficará surpreso se termine minha investigação sobre a epistemologia da historiografia pela questão do tempo

precisamente dos termos singulares que povoam sua quinta classe de conceitos: "O uso de tais noções é perfeitamente legítimo, se pelo menos tomamos o cuidado de conservar-lhes um caráter estritamente nominalista" (p. 159).

36. O leitor pode lamentar que se tenha tratado da análise causal em história em três contextos diferentes: uma primeira vez com William Dray, no quadro da discussão do modelo nomológico; uma segunda vez com Max Weber e Raymond Aron, sob o título dos procedimentos transicionais entre narrativa e explicação; uma terceira vez com Mandelbaum, em ligação com o estatuto das entidades de primeira ordem. Não achei que deveria evitar essa meta tripla. Trata-se bem de três problemáticas diferentes; a primeira é determinada pelo aparecimento, em filosofia analítica, de um modelo de subsunção com o qual Max Weber e Aron não tiveram que se confrontar; a segunda é determinada pela questão colocada na tradição do *Verstehen*, pelo grau de cientificidade ao qual podem pretender as ciências ideográficas cuja autonomia não é contestada; a terceira diz respeito ao novo ciclo de problemas oriundos da correspondência entre dois tipos de continuidade, a das entidades últimas colocadas pelo historiador no plano da existência e a do processo causal no plano epistemológico.

histórico: este é, com efeito, o desafio de toda esta segunda parte. O que é o estatuto epistemológico do tempo histórico em relação à temporalidade da narrativa foi constantemente antecipado nos dois parágrafos precedentes. A imputação causal singular revelou-se estreitamente aparentada com a posição, pelo historiador, de entidades de primeira ordem, das quais um dos traços distintivos é, por sua vez, a *existência contínua*. Mesmo se esse traço não se reduz à continuidade temporal, posto que concerne a todos os aspectos estruturais das relações entre partes e todo, a noção de mudança, aplicada às relações estruturais, não cessa, contudo, de reconduzir à questão do tempo histórico.

A tese, segundo a qual os procedimentos e as entidades oriundas da ruptura epistemológica característica da história-ciência remetem, por via indireta, aos procedimentos e às entidades do nível *narrativo*, tem igualmente seu equivalente nesse terceiro registro? Pode-se demonstrar que o tempo construído pelo historiador nasceu, por uma série de separações, da temporalidade própria da narrativa? Aqui ainda, busquei um *ponto de apoio* apropriado. Pensei encontrá-lo no uso, extremamente ambíguo, que os historiadores fazem da noção de *acontecimento*.

Para essa demonstração, apoiar-me-ei de novo na historiografia francesa. É claro que considero válido o que foi amplamente demonstrado acima, a saber, que a história de longo prazo hoje ganhou a partida e tende a ocupar todo campo dos estudos históricos³⁷. Retomando a defesa da longa duração, do ponto de vista do destino do acontecimento, vou me empenhar em nela discernir uma expansão — própria da história — da dialética entre a configuração do tempo pela composição narrativa e as reconfigurações temporais do vivido prático.

Recordemos primeiro o que a configuração “mítica” — no sentido aristotélico da palavra — faz do acontecimento. Lembremos os postulados epistemológicos e ontológicos que se vinculam a essa noção de acontecimento. Deixemos de lado, por ora, os postulados ontológicos, que reencontraremos na quarta parte, quando debateremos a referência da história ao passado. Limitemo-nos aos postulados epistemológicos implícitos no uso

corrente do termo *acontecimento* — singularidade, contingência, separação — e empenhemo-nos em reformulá-los no quadro de nossa teoria da intriga, sob o título de *mimese II*. Essa reformulação procede da conexão primordial entre acontecimento e narrativa por meio da intriga. Como mostramos acima, os *próprios acontecimentos* recebem uma inteligibilidade derivada de sua contribuição para a progressão da intriga. Daí resulta que as noções de singularidade, de contingência e de separação devem ser seriamente modificadas...

As intrigas, com efeito, são em si mesmas ao mesmo tempo singulares e não singulares. Falam de acontecimentos que só ocorrem nessa intriga; mas há tipos de armação da intriga que universalizam o acontecimento.

As intrigas, além disso, combinam contingência com verossimilhança e até mesmo necessidade. Como a *péripétia*, segundo a *Poética* de Aristóteles, os acontecimentos ocorrem de surpresa, transformando, por exemplo, a fortuna em infortúnio; mas a intriga faz da própria contingência um componente do que Gallie chama, com justiça, de *followability* da história narrada; e, como Louis O. Mink observa, é antes na situação em que se re-narra que, lendo a história às avessas, de sua conclusão a seu começo, compreende-se que as coisas deviam “virar” como fizeram.

As intrigas, enfim, combinam submissão aos paradigmas e desvio. O processo de tessitura da intriga oscila entre a conformidade servil em relação à tradição narrativa e a rebelião em relação a qualquer paradigma recebido. Entre esses dois extremos, estende-se toda a gama das combinações entre sedimentação e invenção. Os acontecimentos, quanto a isso, seguem o destino da intriga. Também eles seguem a regra e quebram a regra, sua gênese oscilando de um lado e do outro do ponto médio da “deformação regradada”.

Assim, pelo fato de que são narrados, os acontecimentos são singulares e típicos, contingentes e esperados, desviantes e tributários de paradigmas, mesmo que de modo irônico.

Minha tese é que os acontecimentos históricos não diferem radicalmente dos acontecimentos enquadrados por uma intriga. A derivação indireta das estruturas da historiografia, a partir das estruturas de base da narrativa, estabelecida nas seções precedentes, permite pensar que é possível, por procedimentos apropriados de derivação, estender à noção de *acontecimento histórico* a reformulação que a noção de *acontecimento-armado-na-intriga* impôs aos conceitos de singularidade, de contingência e de desvio absolutos.

37. Para estabelecer o laço com os problemas discutidos nas duas seções precedentes, recordarei somente o estreito parentesco entre esse pressuposto maior e as outras inovações reivindicadas pela escola dos *Anais*: a revolução documental, a ampliação do questionário, o primado da problemática sobre o determinado “fato” histórico, o aspecto deliberadamente conceitualizante da investigação. Nesse sentido, o longo prazo é só um componente do deslocamento global da frente da investigação histórica. Mas ele tem seus próprios critérios, que exigem discussão.

Gostaria de voltar aos *Escritos sobre história*, de Fernand Braudel, a despeito — ou a favor — do processo que empreendem contra a história factual, para mostrar em qual sentido a *própria noção de história de longo termo deriva* do acontecimento dramático, no sentido que acabamos de dizer, isto é, do *acontecimento-armado-na-intriga*.

Partirei da conquista irrecusável da metodologia braudeliana: a saber, a idéia da *pluralidade* do tempo social. A “decomposição da história em planos sobrepostos”, para retomar os termos do prefácio a *O Mediterrâneo...* (*Escritos*, p. 13), permanece uma contribuição primordial à teoria do tempo narrativo. É, pois, dela que o método de questionamento às avessas deve partir. Devemos nos perguntar o que torna pensável a própria distinção entre uma “história quase imóvel”, “uma história lentamente ritmada” e uma “história na dimensão do indivíduo”, a saber, essa história factual que a história de longa duração deve destronar.

Parece-me que a resposta deve ser buscada do lado do princípio de *unidade* que, a despeito da distinção das durações, mantém juntas as três partes da obra. O leitor não pode se contentar em reconhecer o direito de cada uma dessas partes de existir separadamente — “Cada uma”, diz o prefácio, “sendo em si uma tentativa de explicação” (p. 11). Também o título da obra, por sua dupla referência, de um lado ao Mediterrâneo e de outro a Felipe II, convida o leitor a perguntar-se de que maneira a longa duração faz transição entre a estrutura e o acontecimento. Compreender essa mediação da função da longa duração é, na minha opinião, reconhecer o caráter de *intriga* que se prende ao conjunto constituído pelas três partes da obra.

Gostaria de apoiar minha interpretação, não mais nas declarações de método reunidas em *Escritos sobre a história*, mas numa leitura paciente de *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II* (leitura que fiz da terceira edição, em 1976). Essa leitura revela o papel considerável de estruturas de transição que asseguram a coerência do conjunto da obra. São essas estruturas que, por sua vez, autorizam a tratar o arranjo da obra inteira em termos de quase-intriga.

Por estrutura de transição, entendo todos os procedimentos de análise e de exposição que fazem com que a obra deva ser lida da frente para trás e de trás para frente. Quanto a isso eu diria, de bom grado, que se a própria primeira parte conserva um caráter histórico, a despeito da predominância da geografia, é em virtude de todas as marcas que anunciam a segunda e a terceira

parte e que erguem a cena na qual o resto da obra dispõe os personagens de seu drama. Por sua vez, a segunda — propriamente consagrada ao longo prazo dos fenômenos de civilização — tem como função juntar os dois pólos: o Mediterrâneo, referencial do primeiro volume, e Felipe II, referencial do terceiro. Nesse sentido, constitui ao mesmo tempo um objeto distinto e uma estrutura de transição. É essa última função que a torna solidária dos dois painéis que a enquadram.

Demonstremos isso com mais detalhes.

Consideremos o primeiro nível: o espaço, mais que o tempo, parece ser seu tema. O que é imóvel, é o Mar Interior. E, contudo, nada está escrito já que não pertença a uma história do Mediterrâneo³⁸. Sejam os três primeiros capítulos consagrados a esse mar entre as terras. Só se trata de espaços habitados ou inabitáveis, inclusive das planícies líquidas. O homem está aí presente em toda a parte, e com ele, uma profusão de acontecimentos sintomáticos: a montanha aí figura como refúgio e como abrigo para os homens livres. Quanto às planícies costeiras, não são evocadas sem a colonização, o trabalho de drenagem, a melhoria das terras, a disseminação das populações, os deslocamentos de todos os tipos: transumância, nomadismo, invasões³⁹. Aí estão agora os mares, seus litorais e suas ilhas: é ainda na escala dos homens e de sua navegação que figuram nessa geo-história. Estão aí para serem descobertos, explorados, sulcados. Não é possível, mesmo no primeiro nível, falar deles sem evocar as relações de dominação econômico-política (Veneza, Gênova etc.). Os grandes conflitos entre os impérios espanhol e

38. Colocada sob o signo de uma certa geografia atenta principalmente aos dados humanos, a investigação de primeiro nível é “também e sobretudo a investigação de uma certa história” (I, p. 21). Uma “história em câmara lenta, reveladora de valores permanentes” (ibid.), que usa pois a geografia como um meio. Quanto a isso, é surpreendente que o autor tenha retardado até as cercanias da p. 200 suas reflexões sobre “a unidade física” do Mediterrâneo; é possível de fato confessar que “o próprio Mediterrâneo não é responsável pelo céu que o ilumina” (I, p. 212), mas a unidade física de que se trata aqui é antes de mais nada a permanência das forças — hostilidade do mar, rudeza dos invernos, intensidade do sol — e tudo o que constitui a identidade do homem mediterrânico, suprimindo todas essas carências, ajustando às estações suas guerras, seus negócios e suas conspirações sob o signo da trindade inamovível, trigo, oliveira, vinha: “Seja a mesma civilização agrária, a mesma vitória dos homens sobre o meio físico” (I, p. 215).

39. “O homem é o agente dessa longa história” (I, p. 57). “Toda a Espanha desenraíza seus homens em favor desses países do sul abertos ao mar” (I, p. 75). “Todos esses movimentos exigem séculos para se realizar” (I, p. 92). Em suma, “a observação geográfica do longo termo conduz-nos às mais lentas oscilações que a história conhece” (I, p. 93).

turco já lançam sua sombra sobre as paisagens marinhas. E com as relações de força, já despontam os acontecimentos⁴⁰.

É assim que o segundo nível é, não somente implicado, mas antecipado no primeiro: a geo-história converte-se rapidamente em geopolítica. Com efeito, a primeira parte situa essencialmente a polaridade dos impérios turco e espanhol⁴¹. As zonas marítimas são, de imediato, zonas políticas⁴². O olhar pode tentar fixar-se sobre a vida silenciosa das ilhas, sobre seu ritmo lento de arcaísmo e novidade. A grande história não cessa de acostar as ilhas e de acoplar as penínsulas⁴³, enquanto a primazia política passa de uma a outra “e, com essa, todas as outras primazias, as da economia e as da civilização” (I, p. 151). A geografia é tão pouco autônoma que os confins do espaço considerado não cessam de ser redesenhados pela história⁴⁴. O Mediterrâneo é medido por suas irradiações. O fenômeno mercantil já está implicado ao mesmo tempo. E é preciso estender o espaço mediterrânico até o Saara e os istmos europeus. O autor não teme declarar bem no meio de seu primeiro volume: “Repitamos: não são os espaços geográficos que fazem a história, mas os homens, senhores ou inventores desses espaços” (I, p. 206). Também o último capítulo desse primeiro nível conduz abertamente da unidade física à unidade humana “em direção à qual se orienta todo nosso livro” (I, p. 252). Eis o trabalho dos homens (“Não é a água que liga as regiões do Mediterrâneo, mas os povos do mar”): ele engendra um espaço-movimento feito de rotas, mercados, tráficos. É por isso que é preciso, já, evocar o banco e as famílias de industriais e de mercadores e principalmente as cidades, cuja instalação remodela todas as paisagens⁴⁵.

40. “O acontecimento novo é a chegada maciça dos navios nórdicos a partir dos anos 1590” (I, p. 109). Não é possível também deixar de citar já a guerra de Granada...

41. “Cada um desses grandes Mediterrâneos veiculou, criou, de certo modo, esse duplo imperialismo” (I, p. 125).

42. “A política só decalca uma realidade subjacente. Esses dois Mediterrâneos, comandados por senhores inimigos, são física, econômica, culturalmente diferentes um do outro; cada um é uma zona de história” (I, p. 125).

43. “Essas ligações, essas vidas duplas, umas que se desfazem, outras que se estabelecem, resumem a história do mar” (I, p. 151).

44. “O Mediterrâneo (I, e o Mediterrâneo maior que o acompanha) é tal como o fazem os homens, a roda do seu destino fixa o deles, amplia e restringe seu campo”.

45. A cidade acarreta, no discurso do geógrafo-historiador, um florescimento de datas (I, pp. 310-312), tanto é fecunda a história das cidades, enfrentando os empreendimentos dos estados territoriais, inflando-se ou extenuando-se ao sabor da conjuntura econômica. Sim, as cidades “falam de evolução, de conjuntura” (I, p. 322) sobre o fundo das constâncias, das permanências e das repetições que o primeiro patamar da análise estabelece.

O segundo nível é evidentemente aquele em que o historiador do longo prazo move-se com maior êxito. Mas é preciso constatar a que ponto a esse nível, considerado em si mesmo, falta coerência. Oscilando entre o registro da estrutura e da conjuntura, põe em cena três sistemas concorrentes de organização: o da conjuntura econômica, em crescimento geral; o da físico-política, governada pela polaridade oscilante da Espanha e da Turquia; o das civilizações. Ora, esses três sistemas não se recobrem exatamente; o que explica, talvez, a tentação crescente, de uma edição a outra, de ceder ao materialismo unificador da conjuntura econômica.

Já, sob o título “economias” — primeiro sistema organizador —, problemas relativamente díspares são considerados: as imposições do espaço e do número de homens quanto à gestão dos impérios, o papel do afluxo dos metais preciosos, os fenômenos monetários e a evolução dos preços, enfim, o comércio e os transportes. É por ocasião do estabelecimento desse primeiro sistema que Braudel coloca com uma insistência crescente a questão de saber em que nível situa-se o fator de totalização, se existe um: “Pode-se construir o modelo da economia mediterrânica?” Sim, se for possível dar corpo à noção de uma “economia-mundo”, considerada como uma “zona coerente em si” (I, p. 383), apesar de seus limites incertos e variáveis. Mas isso permanece um empreendimento aleatório, na falta de medidas monetárias para contabilizar as trocas. Além disso, uma profusão de acontecimentos datados, referentes aos quatro cumes do quadrilátero Gênova-Milão-Veneza-Florença e à história das outras praças mercantes, atesta que o nível III não cessa de interferir no nível II. E é o impulso dos Estados, junto com o do capitalismo, que faz com que a longa história das economias não cesse de se entregar ao factual⁴⁶. Falando do comércio e dos transportes, o autor reitera seu propósito: “o que nos interessa, é um esboço

46. No capítulo sobre os metais preciosos, as moedas e os preços (I, p. 420 ss.), não se pode não datar as mudanças das práticas comerciais, os afluxos e as saídas dos metais: “É um acontecimento importante, a progressão dos portugueses ao longo da alta costa da África” (I, p. 427). É adiante: “Durante os duros anos da guerra, 1557-1558, as chegadas de navios carregados de metais foram os grandes acontecimentos do porto de Antuérpia” (I, p. 437). As datas pululam com o ciclo dos metais em todas as rotas ocidentais. As bancarrotas reais são datadas (1596, 1607 etc.). Trata-se certamente de apreender os seus motores permanentes, para verificar o esquema explicativo; mas é preciso atravessar a história factual com suas datas, seus nomes próprios, mencionar Felipe II e considerar suas decisões. Assim, o nível III lança sua sombra sobre o nível II, em favor das interferências entre, de um lado, a política e a guerra, e, de outro lado, as economias.

de conjunto" (I, p. 493). Mas comércio de pimenta, crise do trigo, invasão do Mediterrâneo pelos navios do Atlântico etc. obrigavam ao mesmo tempo a atravessar muitos acontecimentos (a história da pimenta portuguesa, os contratos dos Welsler e Fugger, a luta das rotas rivais) e, contudo, a ir além das aparências da narrativa⁴⁷. Os equilíbrios e as crises do trigo mediterrânico, o "drama do trigo mercantil" (I, p. 530), a chegada dos veleiros atlânticos, tornando-se invasão, eis alguns dos acontecimentos datados ("Como os holandeses tomaram Sevilha sem disparar um único tiro, a partir de 1570", I, p. 573). A história nunca cessou de voltar a subir a ladeira do acontecimento em direção à grande economia, à dinâmica das economias-mundos, encarregadas de explicar os acontecimentos do porte daquele que acabamos de evocar.

E o segundo nível ainda deve ceder lugar, a outros princípios organizadores: os impérios, as sociedades, as civilizações. Parece, às vezes, que são os impérios que fornecem a trama da história: "o drama do Mediterrâneo no século XVI é, antes de mais nada, um drama de crescimento político, esse estabelecimento dos colossos" (II, p. 9): Osmanlis a leste, Habsburgo a oeste. Certamente as personagens — Carlos Quinto, Solimão — são acidentes, não seus impérios. Mas, sem negar indivíduos e circunstâncias, é melhor voltar a atenção para a conjuntura obstinadamente favorável aos vastos impérios, com a ascensão econômica dos séculos XV e XVI, e de modo mais geral para os fatores favoráveis ou desfavoráveis às vastas formações políticas de que o século XVI vê a ascensão e o começo do declínio⁴⁸. Pode-se bem dizer que a unidade ibérica está no ar, no próprio sentido da conjuntura, e também a criação de uma mística imperial, a da reconquista e da expansão em direção à África, depois à América. Mas como é difícil não exclamar, diante dos acontecimentos do porte da tomada de Constantinopla, depois da Síria, depois do Egito, pelos turcos: "Que grande acontecimento!" (II, p. 17). Como não seguir, uma primeira vez, personagens tão consideráveis quanto Carlos Quinto e Felipe II, mesmo se é possível escrever que "o recuo de Felipe II em favor da Espanha é um recuo necessário voltado para o dinheiro da

47. "Todos esses acontecimentos, em suma, da guerra da pimenta e das especiarias, correm o risco de esconder o conjunto do problema visível em escala mundial, das minas de prata da América às Molucas ou à ponta oeste da ilha de Sumatra" (I, p. 515).

48. "Nada mais difícil que essa cronologia que não é sumário de acontecimentos, mas somente diagnóstico, auscultação, com as habituais possibilidades de erros médicos" (II, p. 10).

América" (II, p. 25)? Isso não impede o historiador de lamentar, de passagem, que Felipe II não tenha mudado sua capital para Lisboa ao invés de se encerrar em Madri. Se, apesar de tudo, o longo prazo prevalece, é na medida em que o destino dos estados e o das economias estão em relação recíproca. Contra Schumpeter, que enfatiza demais a economia, é preciso dar um peso igual à política e a suas instituições⁴⁹. Mas a política não se revela sem revelar os agentes de sua grandeza, os legistas e sua venalidade, as dificuldades financeiras dos Estados, as guerras fiscais. O empreendimento político tem seus homens.

Mais ainda, nem as economias nem os impérios ocupam toda a cena do segundo nível. Há também as civilizações: "As civilizações são as personagens mais complexas, mais contraditórias do Mediterrâneo" (p. 95), tanto são ao mesmo tempo fraternais e exclusivas, móveis e permanentes, prontas para brilhar e obstinadas em não tomar emprestado. A Espanha tem seu Barroco. A Contra-Reforma é sua Reforma: "A recusa foi, pois, voluntária, categórica" (II, p. 105). Para falar "dessas surpreendentes permanências", Braudel tem uma frase magnífica: "Uma civilização é, na base, um espaço trabalhado, organizado pelos homens e pela história. É por isso que há limites culturais, espaços culturais de uma extraordinária perenidade: todas as misturas do mundo nada podem quanto a isso" (II, p. 107). Mortais? Certamente as civilizações o são, "mas os fundamentos permanecem. Se eles não são indestrutíveis, pelo menos são mil vezes mais sólidos do que se crê. Resistiram a mil supostas mortes. Mantêm suas massas imóveis sob a passagem monótona dos séculos" (II, p. 112). Contudo, um outro fator intervém: as civilizações são múltiplas; é em seus pontos de contato, de fricção e de conflito que nascem de novo os acontecimentos: se a recusa pela hispanidade de toda mistura é sua causa, é preciso contar "o lento naufrágio do Islão ibérico" (II, p. 118) e o "drama de Granada" e até as sobrevivências e as infiltrações que fazem falar ainda de "Granada após Granada" (p. 126), até a extirpação⁵⁰. É preciso tratar, em seguida, do destino dos judeus segundo o mesmo esquema, estabelecer um paralelo entre a

49. O Estado "é, com os mesmos direitos que o capitalismo, o fruto de uma evolução múltipla. Na realidade, a conjuntura, no sentido amplo, carrega também em seu movimento os fundamentos políticos, favorece-os ou abandona-os" (II, p. 28).

50. "De todas as soluções, a Espanha escolheu a mais radical: a deportação, a extirpação completa da planta fora de seu solo" (II, p. 130).

obstinação dos marranos e a dos mouriscos. Mas, aí ainda, é preciso voltar a subir a ladeira do factual e apreender o vínculo oculto entre o martirologio judeu e o movimento da conjuntura: "A culpa principal é a da recessão inteira do mundo ocidental" (p. 151). A data de 1492 perde assim um pouco de seu brilho sombrio, recolocada no fim de um período de regressão lenta. Mesmo a condenação moral se acha, senão enfraquecida, ao menos matizada por ela⁵¹. As conjunturas longas das civilizações entrelaçam-se com as das economias. Permanece que a rejeição do Islão e a do Judaísmo dão testemunho da especificidade das civilizações em relação às economias. Enfim, e principalmente, convém situar no nível dos fenômenos de longo prazo as formas da guerra, sem retornar à história-batalhas. E, contudo, é preciso freqüentar os acontecimentos para apreciar as técnicas guerreiras, pesar as despesas de guerra — ruína dos impérios — e, principalmente, discernir na guerra a própria prova da longevidade das civilizações. Conjunturas ideológicas de sinais contrários, que se afirmam e depois se substituem, permitem dar seu peso relativo aos acontecimentos, tais como a batalha de Lepanto, que os protagonistas e testemunhas superestimaram em demasia. São essas conjunções sobrepostas, portadoras de acontecimentos, que inscrevem no mar e nas terras o choque das economias, dos impérios, das sociedades e das civilizações. Essa concorrência entre muitos princípios organizadores operando no segundo nível não escapou a Braudel. Ao termo do segundo volume — e nas últimas edições — ele pesa o pró e o contra de uma história regulada só pela conjuntura econômica ou, antes, pela história de conjunturas múltiplas: porque não há uma, mas conjunturas. Não há sequer uma conjuntura econômica, mas um "trend" * secular (o limite de seu refluxo é, aliás, datado diferentemente de uma edição a outra) e toda uma hierarquia de conjunturas longas, semilongas e curtas. Mas, principalmente, é preciso confessar que as conjunturas culturais deixam-se sobrepor mal às conjunturas econômicas, mesmo sobre o "trend" secular. O século de ouro espanhol não floresceu além do grande desmoronamento secular? Como explicar essas florações fora de estação? O historiador hesita: apesar das

sirenas da conjuntura econômica, ele confessa que a história se torna multidão, incerteza..., talvez seja o conjunto que vai fugir de nossas mãos...

Tudo, pois, conspira, nas duas primeiras partes, para coroar o edifício com uma história dos acontecimentos que põe em cena "a política e os homens". Essa terceira parte da obra não é de modo algum uma concessão à história tradicional: numa história global, as estruturas estáveis e as evoluções lentas constituem talvez o essencial, mas "esse essencial não é totalidade" (II, p. 223). Por quê? Primeiro, porque os acontecimentos dão testemunho das massas profundas da história. As duas primeiras partes, vimos, fazem um consumo enorme desses "sinais factuais" (II, p. 223), ao mesmo tempo sintomas e testemunhos. O grande historiador não teme, aqui, declarar: "Não sou o inimigo, sem mais, do acontecimento" (II, p. 223). Mas há uma outra razão, a saber, que os acontecimentos colocam o problema de sua coerência, em seu próprio nível. O próprio Braudel dá à seleção inevitável que esse nível de explicação requer uma dupla justificação. De um lado, o historiador só retém os acontecimentos importantes, os que suas consequências tornaram importantes. Braudel descobre, aqui, sem dar-lhe nome, o problema da explicação causal singular, tal como foi colocado por Weber e Aron, com sua lógica de retrodicção e sua busca de "adequação"⁵². Por outro lado, o historiador não pode negligenciar o julgamento dos contemporâneos sobre a importância dos acontecimentos, sob pena de não explicar a maneira pela qual os homens do passado interpretaram sua história (Braudel evoca aqui a ruptura que representa a noite de São Bartolomeu para os franceses). Essas interpretações fazem também parte do objeto histórico.

Torna-se, assim, impossível fazer coincidir os dois encadeamentos, o das conjunturas econômicas e o dos acontecimentos políticos no sentido amplo, o que os contemporâneos conside-

51. "Qual seria a civilização que, uma única vez no passado, teria preferido outra a si mesmo?... A conjuntura tem também sua parcela de responsabilidade" (II, p. 153).

* *Trend*: tendência, direção (em inglês no original) (N. do T.).

52. É assim que Lepanto, de que Voltaire já havia escarnecido as poucas consequências, foi "o mais retumbante dos acontecimentos militares do século XVI no Mediterrâneo. Mas essa imensa vitória da técnica e da coragem situa-se dificilmente nas perspectivas ordinárias da história" (p. 383). Lepanto teria provavelmente tido consequências se a Espanha tivesse se empenhado em lhes dar prosseguimento. Ao todo, "Lepanto não serviu para nada" (II, p. 423). Quanto a isso, notaremos as belas páginas consagradas aos cálculos de Dom João - "operário do destino" (II, p. 395): a mola explicativa satisfaz exatamente ao modelo de explicação de William Dray, assim como ao modelo weberiano de explicação pelas suposições contrárias.

ram preferencial, principalmente em um século em que, apesar de tudo, a política conduz o jogo. Ainda, essas duas cadeias deixam entre elas grandes intervalos que vimos serem preenchidos pela história dos impérios, das sociedades, das civilizações e da própria guerra⁵³.

A arte de Braudel, aqui é de estruturar sua história dos acontecimentos — e sua história não é avara de datas, de batalhas e de tratados —, não somente dividindo-os em períodos, como todos os historiadores fazem, mas reenraizando-os nas estruturas e conjunturas, da mesma maneira que outrora convocara os acontecimentos para testemunhar estruturas e conjunturas. Aqui, o acontecimento recolhe e encerra conjunturas e estruturas: “Por si só Felipe era a súpula desse império, das suas forças e das suas fraquezas” (II, p. 327). O que estrutura essa história política é o tipo de “física política que estabelece compensações necessárias entre as grandes frentes de ataque, pela qual a potência turca pesa no mundo exterior” (II, p. 451). Uma vasta translação de força se faz, a partir do momento em que o império de Felipe se volta para o lado do Atlântico e da América. Então, “a Espanha deixa o Mediterrâneo” (II, p. 467). O Mediterrâneo, ao mesmo tempo, sai da grande história⁵⁴.

Se é essa história que se conta, por que seria preciso terminar com as páginas suntuosas sobre a morte de Felipe II, a 13 de setembro de 1598? Do ponto de vista da grande história do Mediterrâneo, essa morte não é um grande acontecimento⁵⁵. Mas era um acontecimento de primeira grandeza para todos os

protagonistas, “no anoitecer de um longo reinado que pareceu interminável a seus adversários” (II, p. 512). Ora, não dissemos que a perspectiva dos contemporâneos também é um objeto para a história? Talvez seja preciso ir mais longe — e a observação corre o risco de recolocar em questão a bela disposição das três partes: a morte revela um destino individual que não se inscreve exatamente na trama de uma explicação cujas medidas não são as do tempo mortal⁵⁶. E sem a morte e que interrompe um determinado destino, saberíamos ainda que a história é história dos homens?

Chego à minha segunda tese, a saber, que é *juntos* que os três níveis da obra constituem uma *quase-intriga*, uma intriga no sentido amplo de Paul Veyne.

Seria um erro limitar ao terceiro nível o parentesco da obra com o modelo narrativo da tessitura da intriga; perderíamos assim o principal benefício desse trabalho, que é o de abrir uma carreira nova para a noção de intriga e, por isso mesmo, para a de *acontecimento*.

Não estarei tampouco disposto a buscar só no nível mediano essa nova fórmula de intriga, embora certas declarações do próprio Braudel o sugiram: ele não fala “do recitativo da conjuntura”? O que poderia constituir intriga na história econômica é seu caráter cíclico e o papel que aí exerce a noção de crise⁵⁷. O duplo movimento de crescimento e de decréscimo representa assim um interciclo completo, medido pelo tempo da Europa e mais ou menos pelo do mundo inteiro. O terceiro tomo de *Civilização Material e Capitalismo*, sob o título de *Tempo do Mundo*, é inteiramente construído sobre essa visão da ascensão e do declínio das economias-mundo,

53. Vê-se, de tempos em tempos, Braudel declarar guerra de novo à história factual e deixar-se tentar pela história conjuntural, não somente por ocasião de Lepanto, como se disse, mas quando é confrontado com o fenômeno maciço da renúncia dos dois monstros políticos à luta e com o declínio geral da guerra: a Espanha teria então falhado em sua missão geográfica, renunciando à África? “Mas resta defender todos esses processos bastante vão. Amanhã, os historiadores de conjuntura terão que retomá-los e talvez lhes dar um sentido” (p. 430).

54. Falando da ocasião perdida em 1601: “Ao seu modo, a decadência da grande guerra é como o sinal precursor da própria decadência do Mediterrâneo, que seguramente se precisa e já se torna visível, nos últimos anos do século XVI” (II, p. 512).

55. “Não creio que a palavra Mediterrâneo tenha jamais passado por seu espírito com o conteúdo que lhe sugerimos. Uma verdadeira geografia não fazia parte da educação dos príncipes. Todas razões suficientes para que essa longa agonia, terminada em setembro de 98, não seja um grande acontecimento da história mediterrânica... Para que se marquem de novo as distâncias entre a história biográfica e a história das estruturas, e, mais ainda, entre estas e a dos espaços” (II, p. 514).

56. “Esse homem, é na vertical da vida religiosa que deve ser compreendido, talvez na própria atmosfera da revolução carmelita” (II, p. 513).

57. No artigo “História e ciências sociais”, lê-se: “Um modo novo de narrativa histórica aparece, digamos o “recitativo” da conjuntura, do ciclo, até do interciclo, que propõe à nossa escolha uma dezena de anos, um quarto de século e, no limite extremo, o meio século do ciclo clássico da Kondratieff” (*Escritos sobre a história*, p. 48). No *The Cambridge Economic History of Europe* vol. IV, Braudel define assim o ciclo: “Because the word cycle might be applied to a seasonal movement we should not be misled. The term designates a double movement, a rise and a fall with a peak in between which, in the strictest sense of the term, is called a crisis” (p. 430). Devo a Reep, num artigo inédito, a referência a esse texto, assim como a sugestão de que a noção de ciclo partilha com o *muthos* aristotélico o duplo traço de constituir uma *mimese* da vida econômica (no sentido de *mimese* II, é claro) e de apresentar uma articulação mediana, uma peripécia, a que precisamente a noção de crise introduz entre dois interciclos.

segundo os ritmos lentos da conjuntura. A noção de "trend" tende então a ocupar o lugar da intriga⁵⁸.

Contudo, não estou inclinado a me fechar nessa equação; não somente porque faz tanta violência ao conceito de ciclo quanto ao de intriga, mas porque não explica o que se passa na obra em seus três níveis. A história econômica presta-se a uma intriga quando se escolhe um termo inicial e um termo final, os quais são fornecidos por outras categorias diversas da própria história conjuntural, a qual, em princípio, é sem fim, ilimitada no sentido próprio. Uma intriga deve comportar não somente uma ordem inteligível, mas uma extensão que não deve ser excessiva sob pena de não poder ser abarcada com o olhar, como o sublinha Aristóteles na *Poética* (1451 a 1). Ora, o que delimita a intriga do Mediterrâneo? Pode-se dizer, sem hesitar: o declínio do Mediterrâneo como herói coletivo na cena da história mundial. O fim da intriga, quanto a isso, não é a morte de Felipe II, é o fim do confronto dos dois colossos políticos e o deslocamento da história em direção ao Atlântico e à Europa do Norte.

58. O próprio título, *Le Temps du Monde* (Paris, Armand Collin, 1979), promete mais do que pode dar, segundo a própria confissão de seu autor ("Prefácio", p. 8). Se ele tem a ambição de apreender "nos seus desenvolvimentos cronológicos e suas temporalidades diversas" (*ibid.*), a história do mundo, não esconde que esse tempo do mundo não abraça a totalidade da história dos homens. "Esse tempo excepcional governa, segundo os lugares e as épocas, certos espaços e certas realidades. Mas outras realidades, outros espaços escapam-lhe e permanecem-lhe estranhos... Mesmo nos países avançados, econômica e socialmente falando, o tempo do mundo não abarcou tudo" (p. 8.). A razão é que a linha da obra privilegia uma história setorial, material e econômica. Nesses limites confessos, o historiador se exercita "em raciocinar por comparações, na escala do mundo — a única válida" (p. 9). Dessa altura, o historiador pode tentar "dominar o tempo, a partir de então nosso principal ou até nosso único adversário" (p. 10). É ainda o longo prazo que permite encadear as experiências sucessivas da Europa que merecem ser consideradas como *economias-mundo*, 1) num espaço que varia lentamente, 2) em torno de algumas capitais dominantes (Veneza, Amsterdã etc.) cujas primazias se sucedem, 3) enfim, segundo um princípio de hierarquização das zonas postas em comunicação. Esse projeto é, pois, o da divisão do tempo (e do espaço) em função dos ritmos conjunturais cujo *trend* secular — "o mais negligenciado de todos os ciclos" (p. 61) — mostra-se ser o mais fecundo. Para minha própria reflexão sobre o tempo, retenho que "o *trend* é um processo *cumulativo*. Acrescenta-se a si mesmo; tudo se passa como se erguesse pouco a pouco a massa dos preços e das atividades econômicas até o momento em que, no sentido inverso, com a mesma obstinação, põe-se a trabalhar para sua baixa geral, imperceptível, lenta, mas prolongada. Ano após ano, pouco conta; século após século, demonstra um ator importante" (p. 61). A imagem da maré, com a sobreposição de suas vagas, intriga mais que explica: "A última palavra escapa-nos e, ao mesmo tempo que ela, o significado exato desses ciclos longos que parecem obedecer a certas leis ou regras de tendência que ignoramos" (p. 65). É preciso dizer, então, que o que parece explicar melhor é ao mesmo tempo o que faz compreender menos? Será um problema para nós na quarta parte tentar dar um sentido ao que aqui é só uma confissão, ou um truismo, de que "tempo curto e tempo longo coexistem e são inseparáveis... Porque vivemos ao mesmo tempo no tempo curto e no tempo longo" (p. 68).

Ora, para essa intriga global concorrem os três níveis. Mas enquanto um romancista — Tolstoi em *Guerra e Paz* — os teria abarcado numa única narrativa, Braudel procede analiticamente, por distinção de planos, deixando às interferências o cuidado de engendrar uma imagem implícita do todo. É assim que se obtém uma quase-intriga *virtual*, dividida em muitas sub-intrigas, que, embora explícitas, permanecem parciais e, nesse sentido, abstratas.

A obra é colocada em bloco sob o signo da *mimese* da ação, pela recordação incessante de que "não são os espaços geográficos que constituem a ação, mas os homens, senhores ou inventores desses espaços" (I, p. 206). Quanto a isso, a história da conjuntura não pode constituir, por si só, intriga. No próprio plano da economia, é preciso estabelecer economias e, mais precisamente, o antagonismo de duas economias-mundo. Já citamos esse texto da primeira parte: "A política só decalca uma realidade subjacente. Os dois Mediterrâneos, comandados por senhores inimigos, são física, econômica e culturalmente diferentes um do outro, cada um é uma zona da história" (I, p. 125). Ao mesmo tempo, a trama da intriga já é sugerida: a grande oposição entre os dois Mediterrâneos e o declínio de seu confronto⁵⁹. Se essa é bema história que Braudel conta, compreende-se que seu segundo nível — que supostamente também ocupa todo o campo do longo prazo — exige mais que o sobrevôo das economias, a adunção da física política que comanda sozinha a sub-intriga do confronto dos impérios e do destino desse confronto. Na sua fase ascendente, "o drama do Mediterrâneo no fim do século XV é, antes de mais nada, um drama de crescimento político, esse estabelecimento de colossos" (II, p. 9). Além disso, um grande desafio se esboça: o Atlântico pertencerá à Reforma ou aos espanhóis? Quando turcos e espanhóis se dão ao mesmo tempo as costas, a voz narrativa interroga: mais cedo que alhures, no Mediterrâneo, não soará a hora do recuo dos impérios? A interrogação impõe-se porque, como no drama, a peripécia é portadora de contingência, isto é, de acontecimentos que teriam podido ocorrer de outro modo: "Declínio do Mediterrâ-

59. "Porque foi por essas necessidades profundas, essas rupturas e esses restabelecimentos de equilíbrio, essas trocas forçadas, que tudo foi movido e comandado de longe" (I, p. 126). Um pouco mais longe, o autor fala do "esquema de conjunto" (II, p. 210): a retirada do Mediterrâneo da história principal, seu recuo retardado até a metade do século XVII. Falando ainda da substituição progressiva das cidades-estados pelas cidades-capitais, ele escreve: "Elas revelam evolução, conjuntura, deixando-nos previamente adivinhar a linha do destino: esse recuo anunciado por tantos sinais do século XVI que se extingue e que o século XVII acentuará (I, p. 322).

neo? Sem dúvida alguma. Mas não somente. Porque a Espanha estava completamente à vontade para se voltar vigorosamente em direção ao Atlântico. Por que não o fez?" (II, p. 48). Por sua vez, a sub-intriga do conflito dos impérios e da retirada desse conflito para fora do espaço mediterrânico, exige ser coordenada com a sub-intriga do choque das civilizações monolíticas. Recordamos a sentença: "As civilizações são os personagens mais complexos, mais contraditórios do Mediterrâneo" (II, p. 95)⁶⁰. Falamos acima das peripécias destes confrontos: destinos dos mouriscos, destino dos judeus, guerras exteriores etc. É preciso falar agora da contribuição dessas sub-intrigas à grande intriga. Evocando a alternância das guerras exteriores e interiores "numa ordem bastante nítida" (II, p. 170), o dramaturgo escreve: "Sugere perspectivas no meio de uma história confusa e que se esclarece de uma só vez, sem que haja fraude ou ilusão. Não escapamos à convicção de que conjunturas ideológicas de sinal contrário se afirmam, depois se substituem" (II, p. 170). Assim, do mesmo modo que Homero recortou nas histórias da Guerra de Tróia o conjunto que escolheu narrar na *Iliada*, Braudel recorta, no grande conflito das civilizações que faz alternar o Ocidente e o Oriente, o conflito cujos protagonistas são a Espanha e a Turquia na época de Felipe II e cuja trama é o declínio do Mediterrâneo como zona de história.

Dito isso, devo confessar que a grande intriga que constitui a unidade da obra permanece uma intriga virtual; o didatismo exige que as "três temporalidades diferentes" (II, p. 515) permaneçam disjuntas, a finalidade sendo a "de apreender, nos seus mais amplos distanciamentos, todos os tempos diversos do passado, sugerir a sua coexistência, as interferências, as contradições, a múltipla espessura" (II, p. 515)⁶¹. Mas a intriga, para

60. Falando das formas da guerra, principalmente das guerras exteriores (Cruzadas, Djihads), o autor evoca ainda uma vez o engajamento das civilizações, esses "amplos personagens" (II, p. 170). Os personagens, como os acontecimentos, são muito classicamente definidos por uma contribuição à intriga principal.

61. Pergunto-me se Braudel não acreditou poder evitar o problema da unidade de conjunto de sua obra, entregando ao tempo físico o cuidado de reunir os fragmentos do prazo fragmentado. Lê-se nos *Escritos*: "Ora, esses fragmentos se juntam no termo de nosso trabalho. Longa duração, conjuntura, acontecimentos imbricam-se sem dificuldade, porque todos se medem pela mesma escala" (p. 76). Qual escala, senão a do tempo físico? "Para o historiador, tudo começa, tudo termina pelo tempo, um tempo matemático e demiurgo, do qual seria fácil sorrir, tempo como que exterior aos homens, "exógeno", diriam os economistas, que os impulsiona, força-os, envolve seus tempos particulares de colorações diversas: sim, o tempo imperioso do mundo" (pp. 76-77). Mas, então, o longo prazo torna-se um dos caminhos pelos quais o tempo histórico é reconduzido ao tempo cósmico, e não mais uma maneira de multiplicar suas durações e velocidades. Certamente, é sobre esse fundo do tempo

ser virtual, nem por isso é menos atuante. Só poderia tornar-se real se a história global se deixasse integrar sem violência⁶².

Finalmente, Braudel, por seu método analítico e disjuntivo, inventou um *novo tipo de intriga*: se é verdade que a intriga é sempre, em algum grau, uma síntese do heterogêneo, a intriga virtual do livro de Braudel, conjugando temporalidades heterogêneas, cronologias contraditórias, ensina-nos a conjugar estruturas, ciclos e acontecimentos⁶³. Essa estrutura virtual permite, contudo, arbitrar entre duas leituras opostas de *O Mediterrâneo*... A primeira subordina a história factual à história de longo prazo, e o longo prazo ao tempo geográfico: o acento principal recai então sobre o Mediterrâneo; mas, então, o tempo geográfico corre o risco de perder seu caráter histórico. Para a segunda leitura, a história permanece histórica na medida em que o próprio primeiro nível é qualificado como histórico por sua referência ao segundo, e em que o segundo deriva sua qualidade histórica de sua capacidade de carregar o terceiro: o acento recai então em Felipe II; mas a história factual é privada do princípio de necessidade e de probabilidade que Aristóteles vinculava a uma intriga bem feita. A intriga que envolve os três níveis dá um direito igual às duas leituras, e as faz se cruzarem na posição mediana da história de longo prazo, que se torna, então, o ponto de equilíbrio instável entre as duas leituras.

É, na minha opinião, esse longo desvio pelo caráter de quase-intriga que permite, enfim, recolocar em questão a noção de *acontecimento* que Braudel considera canônica⁶⁴. O acontecimento, para nós, não é necessariamente breve e nervoso ao modo de uma explosão. É uma *variável* da intriga. Assim, não pertence somente ao terceiro nível, mas a todos, com suas funções diversas. Quando emerge no terceiro nível, retorna com

cósmico que o tempo histórico eleva suas arquiteturas. Mas é no tempo físico que é preciso buscar o princípio unificador dos "tempos particulares de cores diversas". Retornarei a essa questão na quarta parte.

62. A polifonia é feita por dezenas de temporalidades, cada uma implicando uma história particular. "Sua soma, só apreendida no feixe das ciências do homem (estas ao serviço retrospectivo de nosso ofício), constitui a história global cuja imagem permanece tão difícil de reconstituir na sua plenitude" (II, p. 515). Essa imagem global pretenderia que o historiador tenha, ao mesmo tempo, o olho do geógrafo, o do viajante e o do romancista: são aqui mencionados com gratidão: Gabriel Audisio, Jean Giono, Carlo Levi, Lawrence Durrell, André Chamson.

63. Sobre estrutura e estruturalismo, apreciamos a franca declaração que encerra o livro (II, p. 520).

64. Uma última vez, na conclusão da grande obra, o historiador reafirma sua suspeita quanto a esses "acontecimentos breves e patéticos, os 'fatos notáveis' da história tradicional" (II, p. 519).

o índice de necessidade ou de probabilidade que deve à sua travessia dos dois outros níveis: é assim que Lepanto perde seu esplendor e regride na escala de importância; a morte de Felipe II só permanece um acontecimento maior para a sub-intriga de “A política e os homens”; ela tende para o não-factual, quando a recolocamos na grande intriga da luta entre os gigantes políticos e na trajetória de declínio do Mediterrâneo, a qual só recebe sua conclusão relativa algumas décadas mais tarde. De resto, vimos os acontecimentos proliferarem também no segundo e até no primeiro nível; simplesmente, o acontecimento perde aí seu caráter explosivo, para revestir o de sintoma ou o de testemunho.

A verdade é que o acontecimento é o que distingue o conceito de estrutura do historiador daquele do sociólogo ou do economista. Para ele, o acontecimento não cessa de investir do interior as estruturas. E isso de dois modos: de um lado, todas as estruturas não mudam no mesmo ritmo. É quando as “velocidades diferentes da vida” (*Escritos*, p. 75) não coincidem mais, que sua discordância constitui acontecimento. Assim também, as trocas entre as múltiplas áreas de civilizações, os empréstimos e as rejeições constituem fenômenos quase pontuais que não marcam uma civilização em todos os seus níveis ao mesmo tempo: “Não é o prazo que é tão criador de nosso espírito, mas as fragmentações desse prazo” (p. 76). De outro lado, diversamente do sociólogo, o historiador, tratando de estruturas, está atento a seus pontos de ruptura, sua brusca ou lenta deterioração, em suma, à perspectiva da sua extinção. Quanto a isso, Braudel não se assombra menos que o historiador tradicional com a caducidade dos impérios. Num sentido, *O Mediterrâneo...* é avanço lento, a marcha retardada do acontecimento principal: a retirada do Mediterrâneo da grande história. É de novo a fragilidade das obras humanas que passa ao primeiro plano, e com ela a dimensão dramática cuja longa duração deveria libertar a história.

Encontrei, em outros historiadores franceses ligados aos *Anais*, anotações — freqüentemente furtivas — que traem esse retorno ao acontecimento, pelo próprio intermédio do longo prazo.

Assim, no casamento da história com a antropologia que Le Goff preconiza, e cujo fruto é *Uma outra Idade Média*, é certamente o longo prazo — o longuíssimo prazo — que ocupa o proscênio (“longa Idade Média”, o longo prazo pertinente de nossa história mais ou menos equivalente à sociedade pré-industrial”). Mas, por outro lado, Le Goff não resiste menos

vivamente que Braudel à sedução dos modelos intemporais de uma certa sociologia. Primeiro, porque esse próprio prazo não deixa de ter acontecimentos, mas, é antes, pontuado de acontecimentos repetidos ou esperados (festas, cerimônias, ritos etc.) que recordam o que há de litúrgico nas sociedades históricas. Em seguida, porque esse longo prazo não existe mais: a civilização medieval é bem denominada: é uma sociedade de “transição”. Certamente, as mentalidades, enfatizadas pela etnografia histórica, são “o que muda menos” na evolução histórica (p. 339); mas “os sistemas mentais são historicamente datáveis, mesmo se carregam neles os destroços de arqueocivilizações, caros a André Varagnac” (p. 340). Principalmente, a história, para que permaneça história na sua união com a antropologia, não poderia “se abandonar a uma etnografia fora do tempo” (p. 347). É por isso que o historiador não poderia se dobrar ao vocabulário da diacronia, tal como é importado da lingüística; esta última, com efeito, opera “segundo sistemas abstratos de transformação muito diferentes dos esquemas de evolução de que se serve o historiador para tentar apreender o devir das sociedades concretas que ele estuda” (p. 346)⁶⁵. O historiador deve antes tratar de superar o “falso dilema estrutura-conjuntura e principalmente estrutura-acontecimento” (p. 347).

Com efeito, encontro em Le Goff um pressentimento da tese segundo a qual o passado deve sua qualidade histórica à sua capacidade de integrar-se nessa memória que Agostinho chamava de “presente do passado”. Le Goff caracteriza nestes termos sua Idade Média “total”, “longa”, “profunda”: “É a distância da memória constituinte: o tempo dos avós” (p. 11); “esse passado primordial em que nossa identidade coletiva, busca angustiada das sociedades atuais, adquiriu certas características essenciais” (p. 11). O que há de surpreendente, então, se, nessa memória constituinte, o longo prazo resume-se em quase-acontecimentos? Nosso historiador não caracteriza o conflito entre o tempo da Igreja e o tempo dos mercadores, simbolizado pelo confronto entre os sinos e os relógios, “como um dos principais acontecimentos da história mental desses séculos, onde se elabora a ideologia do mundo moderno, sob a pressão do deslizamento das estruturas e das práticas econômicas” (p.

65. “Especialista da mudança (dizendo *transformação*, o historiador acha-se em terreno eventualmente comum com o etnólogo, sob a condição de não recorrer ao *diacrônico*), o historiador deve desconfiar de si próprio para que não se torne insensível à mudança” (p. 347).

48). O que, com efeito, constitui o acontecimento, é “a separação essencial e o encontro contingente” desses dois tempos.

O historiador das mentalidades encontra os mesmos problemas. Assim, Georges Duby começa com uma análise sociológica inteiramente não narrativa das ideologias — ele as declara globalizantes, deformantes, concorrentes, estabilizadoras, geradoras de ações —, mas vê o acontecimento infiltrar-se nas estruturas em virtude não somente dos empréstimos externos, das rejeições e dos conflitos internos, mas das *dissonâncias*, dos “desvios de temporalidade” que surgem no ponto de articulação entre situações objetivas, representações mentais e condutas individuais ou coletivas. O historiador é assim levado a sublinhar “os períodos críticos, onde o movimento das estruturas materiais e políticas acaba por repercutir no plano dos sistemas ideológicos e torna mais agudo o conflito que os opõe”⁶⁶. Sou tentado, como acima, a falar de quase-acontecimentos para caracterizar o que Georges Duby chama aqui de “o impulso de aceleração”, desencadeado pela polêmica, “no seio das tendências do longo prazo que animam a evolução da ideologia dominante” (p. 157).

E o veículo do quase-acontecimento, como tentei mostrar em Braudel, é ainda a quase-intriga. Gostaria de fazer a mesma demonstração, quanto à obra de Georges Duby, pondo em paralelo o artigo metodológico “História social e ideologias das sociedades”, evocado acima, e o emprego dessas hipóteses de trabalho numa das obras mais representativas do que o autor entende por história das ideologias. Escolhi *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*⁶⁷. Proponho-me a mostrar como, aqui ainda, o autor *dramatiza* uma estrutura ideológica pela construção de uma *quase-intriga*, comportando começo, meio e fim. A estrutura em questão é a representação imaginária da sociedade inteira sob a forma de uma hierarquia de três ordens: os que oram; os que combatem; os que nutrem o conjunto por seu trabalho. A formulação dessa representação imaginária é tomada de um autor do século XVII, Charles Loyseau, em *Tratado das ordens e simples dignidades*, publicado em 1610. Mas não é o período de seis séculos, balizado por formulações aparentadas

66. G. Duby, “Histoire sociale et idéologies des sociétés”, in *Faire de l'histoire*, I, p. 157. Dissemos, desde o primeiro capítulo, como essa atenção às modalidades temporais da mundança conduz a reconstruir conceitualmente uma cadeia de acontecimentos tais como a Cruzada.

67. Georges Duby, *Les Trois Ordres ou l'Imaginaire du féodalisme*, Paris, Gallimard, 1978.

com as de Loyseau, que a obra cobre. Duby, reencontrando por sua vez a arte do autor da *Iliada*, recortou dentre todas as vicissitudes da imagem trifuncional uma história que tem um começo — as primeiras formulações por Adalbéron de Laon e Gérard de Cambrai — e um fim — a batalha de Bouvines em 1214. O meio é constituído pelas peripécias que dramatizam a historização dessa representação ideológica. É que Duby ataca um problema diferente do de Georges Dumézil, advogado infatigável da imagem tradicional. Enquanto este se empenha em estabelecer — por via comparativa e por sua recorrência em constelações históricas diferentes — que esse esquema pertence às estruturas latentes do pensamento humano, para chegar à questão de saber *porque* e *como* “o espírito humano escolhe sem cessar entre suas riquezas latentes”⁶⁸, Duby replica às duas questões de Dumézil com duas outras questões, de historiador: *onde* e *quando*? Escolhe mostrar como essa imagem trifuncional “funciona no interior de um sistema ideológico como uma de suas engrenagens principais” (p. 19). O sistema ideológico em questão é o feudalismo nascente, depois triunfante. E para descrever esse funcionamento, constrói o que eu chamo de uma quase-intriga, cuja imagem trifuncional constitui, segundo seus próprios termos, o “personagem central” (p. 19).

O plano seguido por Duby é, quanto a isso, muito instrutivo. Como se trata inteiramente de uma estrutura, isto é, de uma representação mental que “resistiu a todas as pressões da história” (p. 16), ele intitula sua primeira parte de “Revelação”, para marcar bem a transcendência do sistema em relação às representações fragmentárias. Mas já o sistema é fortemente historicizado pelas variantes das primeiras enunciações e pela restituição de seu quadro político, na época em que declinam a monarquia carolíngia e o poder que lhe era solidário, o dos bispos. É só ao termo dessa primeira investigação que pode ser descrita a articulação do “sistema” (pp. 77-81): postulado de uma coerência perfeita entre o céu e a terra; conceito de ordem, tornado um atributo da cidade perfeita; bipartição da ordem dos bispos e da ordem dos reis; bipartição dos grupos dominantes: os sacerdotes e os nobres; acréscimo, a esse binarismo interno das funções dominantes, de uma terceira ordem, a classe dos dominados; enfim, conceito de mutualidade, de reciprocidade na hierarquia, que reivindica estruturalmente o ternarismo.

68. Georges Dumézil, *Les Dieux Souverains des Indo-Européens*, Paris, 1977, p. 210, citado por Georges Duby, *op. cit.*, p. 17.

Ora, a simples descrição do sistema atesta o quanto trifuncionalidade é equívoca e parece pouco com um verdadeiro sistema. Primeiro, a terceira função figura sob a forma de adjunção a duas oposições binárias (bispo/rei, padre/nobre). Em seguida, a relação dominante-dominados acrescenta-se, como um outro sistema binário específico, ao binarismo interno da dominação (evocado há pouco): donde a extrema instabilidade do sistema. Enfim, o sistema não implica que os três postos sejam ocupados pelos papéis tão bem tipificados quanto os de Dumézil. Só a *ordem* permanece a palavra-chave. Compreende-se, então, que o sistema seja tão facilmente submetido à história⁶⁹.

Antes de se engajar na intriga propriamente dita, Duby procede, sob o título de "Gênese", a uma espécie de visão retrospectiva, aplicada à função do sistema, desde Gregório, Agostinho e Dionísio Aeropagita. Mostra, em seguida, como é possível que o deslizamento tenha ocorrido, da especulação teológica sobre as hierarquias celestes à reflexão política sobre a ordem e as ordens, juntando assim a exemplaridade celeste e a distribuição ternária das funções terrestres⁷⁰.

A quase-intriga começa verdadeiramente quando o sistema é posto à prova das "circunstâncias" (pp. 153-207), sofre um "eclipse" durável (207-325), para ressurgir, enfim, culminando nesse "ressurgimento" (325-fim) com a "adoção" do sistema, adoção não somente simbolizada, mas efetuada e selada pela vitória em Bouvines do rei, e, pois, dos bispos, para quem o sistema fora previsto.

Tais são as três peripécias principais entre as quais Duby distribuiu sua intriga. Ora, é notável que seja a crise, na qual a realeza parece soçobrar, que coordene a história narrada⁷¹. Crise política, primeiro. Mas principalmente, no plano simbólico, com-

69. "A adjunção de uma terceira função decorre do princípio da desigualdade necessária. É porque o esquema trifuncional toma lugar no umbral ou no fim de um discurso sobre a submissão e sobre a estrutura de uma sociedade cujo alto reina na perfeição e o baixo rasteja no pecado. A triplicidade nasce de uma conjunção das dessemelhanças que instauram conjuntamente a *ordo* — há os sacerdotes e os outros — e a *natura* — há os nobres e os servos" (p. 81).

70. "Reconstituir a genealogia do sistema ajuda a compreender sua estrutura e o lugar que foi atribuído à figura trifuncional" (p. 87).

71. "Uma crise. As formações ideológicas revelam-se ao olhar do historiador nos períodos de mutação tumultuosa. Nesses momentos graves, os detentores da palavra não cessam de falar. Saiamos agora do laboratório. A fim, talvez, de compreender melhor porque os utensílios foram manejados aí desse modo, o material elaborado, nos meandros da memória e nos acasos da ação" (p. 151).

petição com sistemas rivais, eles próprios tripartidos: o modelo herético, o modelo da paz de Deus, o modelo monástico criado em Cluny. A polêmica aberta pela concorrência dos sistemas é propriamente o que dramatiza o modelo. O triunfo de Cluny anuncia o "eclipse"⁷². Acrescenta-se a isso a revolução feudal que impõe uma reclassificação de todas as ordens, para dar lugar a este terceiro parceiro, o povo camponês. O que põe em competição, no começo do século XI, não três, mas quatro modelos ideológicos (p. 200): o modelo prometido à vitória e os três modelos rivais citados acima.

Quanto ao modelo ideológico de Adalbéron e de Gérard, ele é posto na estranha posição, não do reflexo, mas da antecipação: antecipação do refluxo do monarquismo, antecipação da restauração do episcopado, antecipação do renascimento do Estado monárquico⁷³.

É essa curiosa decalagem entre uma sobrevivência aparente e uma antecipação real que rege o "eclipse" do sistema, narrado na quarta parte. É "o tempo dos monges", aproveitando o enfraquecimento da realeza capetiana e, em consequência, da instituição episcopal. Mas "eclipse" não é desaparecimento. O tempo do eclipse é também a emergência dos "tempos novos": tempo dos cistercienses, tempo dos mercadores, tempo dos clérigos, tempo dos senhores e dos estudantes.

Quanto ao "ressurgimento", é marcado pela reconquista da primeira categoria pelos clérigos às custas dos monges, a ocupação da segunda categoria pelos cavaleiros, amparo dos príncipes, e a da terceira categoria, pelos trabalhadores. Mas, se o tempo do eclipse era para o modelo trifuncional o da antecipação, o tempo do ressurgimento é o do atraso: "O obstáculo", diz Duby, "foi a França real... O obstáculo foi Paris, tesouro e símbolo de uma realeza aliada ao papa, aos bispos, à Igreja reformada, às escolas, às comunas, ao povo" (p. 370). É o que faz do ressurgimento uma última peripécia. Só a "adoção" produz conclusão, na medida em que assegura a reconciliação entre o modelo sonhado e a instituição real: Bouvines é o instrumento desses achados. O capeto retomou o lugar do carolíngio. Mas,

72. "O postulado da trifuncionalidade social foi, pois, bem enunciado também contra os monges, e precisamente aqueles que Cluny fascinava. Foi enunciado no momento em que o monarquismo reformado triunfava" (p. 177).

73. "Tinha o futuro diante dele. Contudo, quando foi proclamado pelo bispo de Cambrai e pelo bispo de Laon, pareceu com razão retardatário. Por isso não foi recebido por muito tempo" (p. 205).

coisa curiosa, na perspectiva do espírito de sistema que parecia gerir a obra, o rei não faz parte do esquema tripartido: "sediando a si mesmo acima da ordem, isso é, das três ordens que compõem a sociedade de corte" (p. 413).

Quaisquer que sejam as dúvidas que se pode ter sobre a coerência do modelo trifuncional⁷⁴, a intriga conclui-se quando o símbolo se volta do imaginário sonhado ao imaginário constituinte⁷⁵. É pois a "adoção" que, ao mesmo tempo, dá um fim à história narrada e confere um sentido ao "meio", representado pela tríade: "circunstância", "eclipse", "ressurgimento".

É tudo o que eu queria demonstrar: os *quase-acontecimentos* que marcam os períodos críticos dos sistemas ideológicos *enquadram-se em quase-intrigas*, que asseguram seu estatuto narrativo.

Mas é no campo da história política que o retorno ao acontecimento torna-se mais premente. "Como pensar um acontecimento como a Revolução Francesa", indaga François Furet no princípio (p. 9) de uma obra que se chama precisamente *Pensar a Revolução Francesa*⁷⁶.

Pensar, o historiador pode, quando se afasta da alternativa da comemoração e da execração na qual ficaria encerrado, caso continuasse a participar da "obsessão pelas origens com a qual é tecida a história nacional" (p. 14) desde 1789. Então, o historiador é animado só pela curiosidade intelectual, como qualquer outro cientista. Graças a esse distanciamento, pode pretender conceituar o acontecimento, sem assumir a crença dos atores no significado do dito acontecimento como ruptura com o passado e como origem de tempos novos, em suma, sem partilhar da ilusão da Revolução Francesa a respeito de si mesma. Mas a que preço o historiador chega a pensar a Revolução Francesa como *acontecimento*? É notável que só o consiga

74. Com efeito, o que subsistirá até 1789 é o princípio binário da desigualdade. A tripartição funcional vem, antes, inserir-se "no intervalo entre o monarca e a plebe, ajudando aquele a manter esta sujeita" (p. 424).

75. "Escolhi terminar esse estudo ao modo de Bouvines: não é por uma espécie de hábito, nem porque superestime o acontecimento. Estou persuadido de que termina aí, em 1214, a história primitiva da figura trifuncional, que, a partir de então, cristalizada, projetada sobre todo o reino da França, prepara-se para sair do imaginário, para se encarnar numa instituição" (p. 414). E mais além: "Dêtenho-me, porque nesse momento o postulado da trifuncionalidade voltou às suas origens" (p. 423).

76. *Op. cit.*

parcialmente cruzando duas explicações que, separadas e talvez conjuntamente, deixem um resíduo, e esse resíduo é o próprio acontecimento.

Pensar a Revolução Francesa com Tocqueville é vê-la não como ruptura e origem, mas como remate da obra da Monarquia, como dissolução do corpo social em proveito da administração do Estado. A defasagem é aqui extrema, entre a historiografia e a tirania do vivido histórico dos atores, com seu mito das origens. O que Furet questiona é precisamente a separação entre as intenções dos atores e o papel que desempenham. Ao mesmo tempo, o acontecimento desaparece, ao menos como ruptura, desde que a análise procede por conceitos explícitos. A análise quebra propriamente a narrativa histórica: Tocqueville, nota Furet, "trata de um problema, não de um período" (p. 33).

Mas o acontecimento não foi esvaziado sob todos os aspectos: se Tocqueville relata o *balanço* da Revolução, François Furet diz: "da revolução-conteúdo" — falta explicar o próprio *processo* da Revolução — François Furet diz: "da revolução-modalidade" —, a saber, a dinâmica particular da ação coletiva que faz com que o balanço da Revolução, segundo Tocqueville, não tenha sido obtido por uma evolução à inglesa, mas antes por uma revolução. Ora, é aí que reside o acontecimento. "Resta que o acontecimento revolucionário, a partir do dia em que explode, transforma inteiramente a situação anterior e institui uma nova modalidade da ação histórica, que não está inscrita no inventário dessa situação" (p. 39).

É preciso, pois, introduzir um segundo modelo para justificar esse aparecimento na cena da história de uma modalidade prática e ideológica da ação social que não estava inscrita em nada do que a tinha precedido. Esse segundo modelo deve levar em conta o que faz da Revolução "uma das consciências fundamentais da ação política" (p. 41), a saber, "um predomínio da idéia sobre a história real, como se ela tivesse como função reestruturar, pelo imaginário, o conjunto social em pedaços" (p. 42). Denominou-se desse modo o fenômeno jacobino.

O modelo explicativo de Augustin Cochin substitui então o modelo de Tocqueville para mostrar como uma nova sensibilidade política foi produzida ao lado da antiga, que faz nascer um mundo novo a partir do indivíduo e não de seus grupos institucionais e só pelo laço da opinião. A. Cochin acha, com efeito, nas "sociedades de pensamento" a matriz de uma concepção do poder que repousa no princípio da igualdade, na transformação dos indivíduos isolados em povo — ator imaginário único da

revolução — e na supressão de qualquer obstáculo entre o povo e seus autodesignados porta-vozes.

Mas o jacobinismo não é somente uma ideologia, é uma ideologia que tomou o poder. A partir de então, nem o desmontar do que o historiador considera uma “ilusão da política”, nem a identificação dos canais pelos quais se exerceu sobre a sociedade esse novo poder saturam o acontecimento Revolução. A série de cisões e de conspirações são intrigas, no sentido mais comum da palavra. Certamente, pode-se mostrar como a mentalidade da conspiração procede da nova sociabilidade política que transforma em inimigo quem quer que não tenha sabido ocupar o lugar simbólico do poder, tal como o sistema o define. Quanto a isso, as páginas sobre a conspiração, como conseqüência da nova simbólica política, são exatamente brilhantes e convincentes. Resta que tomar o poder, parece-me, permanece um acontecimento não deduzido do sistema ideológico que define o poder. Os acontecimentos, a cronologia e os grandes homens retornam com força sob o signo da conspiração. Mesmo deduzida do sistema ideológico, a conspiração, eu diria, *reintroduz o acontecimento com a intriga*. Porque a conspiração é talvez a peça de um delírio, mas o delírio está operando, gerador dos acontecimentos.

É por isso que Thermidor é um acontecimento, certamente pensado, mas só até certo ponto: “É o fim da Revolução, porque é a vitória da legitimidade representativa sobre a legitimidade revolucionária...e, como diz Marx, a desforra da sociedade real sobre a *ilusão da política*” (p. 84). Mas, por sua vez, a “codificação ideológica” do fenômeno Robespierre não esgota, parece-me, seu significado histórico. Dizer que ele encarna uma ideologia — a luta em prol de um imaginário contra o outro —, é somente, como na tragédia grega, dar nome ao tema que corresponde à intriga. Ora, é a intriga que faz com “que a Revolução fale através dele seu discurso mais trágico e mais puro” (p. 87). Deduziu-se da ideologia jacobina “o mais puro” do acontecimento, mas não “o mais trágico”.

É por isso que não me arriscarei a dizer, com François Furet, que Thermidor, ao marcar “a desforra do social sobre o ideológico” (p. 104), reconduz de Cochin a Tocqueville, porque a continuação do Antigo Regime passa não somente pelo acelerador ideológico do jacobinismo, mas pelas ações que essa ilusão política engendrou. Nesse sentido, o segundo esquema da Revolução Francesa, o de Augustin Cochin, não alcança mais o acontecimento que o primeiro, o de Tocqueville. Nenhuma reconstrução conceitual poderá fazer com que a continuidade com

o Antigo Regime passe pela tomada de poder de um imaginário vivido como ruptura e origem. Essa própria tomada de poder é da ordem do acontecimento. É ela que faz com que o fantasma de origem seja também uma origem, para retornar à fórmula de François Furet⁷⁷.

O autor conseguiu “pensar” o acontecimento que é a Revolução Francesa? Eu diria, na linha de minha reflexão sobre o longo prazo em Braudel, que o acontecimento é restituído, ao termo do trabalho da explicação, ao mesmo tempo como resíduo de cada tentativa de explicação (ao modo como a terceira parte de *O Mediterrâneo...* de Braudel constitui ao mesmo tempo um suplemento e um complemento), como dissonância entre estruturas explicativas, enfim, como vida e morte das estruturas.

Se a descoberta do longo prazo não reconduzisse ao acontecimento segundo uma ou outra dessas três modalidades, o longo prazo correria o risco de arrancar o tempo histórico da dialética viva entre o passado, o presente e o futuro. Um tempo longo pode ser um tempo sem presente, logo, também, sem passado nem futuro: mas então não é mais um tempo histórico, e o longo prazo reconduz somente o tempo humano ao tempo da natureza. Pode-se discernir traços dessa tentativa no próprio Braudel, na falta de uma reflexão filosófica sobre a relação entre o que ele chama, um pouco depressa demais, o tempo subjetivo dos filósofos e o tempo longo das civilizações. É que a descoberta do longo prazo pode exprimir o *esquecimento* do tempo humano, que requer sempre a referência ao presente. Se o acontecimento de fôlego curto cria obstáculos à tomada de consciência do tempo que não fazemos, também o longo prazo pode criar obstáculos à tomada de consciência do tempo que somos.

Essa conseqüência desastrosa só pode ser evitada se for preservada uma *analogia* entre o tempo dos indivíduos e o tempo das civilizações: analogia do crescimento e do declínio, da criação e da morte, analogia do destino.

77. Assim, a última sentença do belo capítulo de síntese de sua obra concede-o implicitamente: “Ora, a Revolução Francesa não é uma transição, é uma origem e um fantasma da origem. É o que existe de único nela que constitui seu interesse histórico, e é, aliás, esse ‘único’ que se tornou universal: a primeira experiência da democracia” (p. 109). Essa confissão, relativa ao acontecimento, não encobre uma outra, relativa à relação entre a explicação e a narrativa, e, finalmente, relativa à própria atitude do distanciamento? Se esse único tornou-se universal — pelo menos o universal de nossa realidade política presente —, não é preciso dizer que um pouco de desinvestimento afasta da comemoração, mas muito desinvestimento conduz a ela?

Essa analogia, ao nível da temporalidade, é da mesma natureza que a analogia que buscamos preservar ao nível dos procedimentos entre atribuição causal e armação da intriga, depois ao nível das entidades entre as sociedades (ou as civilizações) e os personagens do drama. Nesse sentido, *toda mudança entra no campo histórico como quase-acontecimento*.

Essa declaração não equivale absolutamente a um retorno sorrateiro ao acontecimento breve, de que a história de longo prazo faz a crítica. Esse acontecimento de fôlego curto, quando não era o reflexo da consciência confusa e das ilusões dos atores, era então um artefato metodológico e até a expressão de uma visão do mundo. Quanto a isso, Braudel é perfeitamente justificado quando protesta: "Afirmo contra Ranke ou Karl Braudi que a história-narrativa não é apenas um método ou o método objetivo por excelência, mas também filosofia da história" ("Prefácio...", *Escritos*, p. 13).

Por *quase-acontecimento*, queremos dizer que a extensão da noção de acontecimento, além do tempo curto e breve, permanece *correlativa* da extensão semelhante das noções de intriga e de personagem. Há quase-acontecimento onde podemos discernir, mesmo muito indiretamente, muito obliquamente, uma quase-intriga e quase-personagens. O acontecimento em história corresponde ao que Aristóteles chamava de *mutação de sorte — metabolé —* na sua teoria formal da armação da intriga. Um acontecimento, ainda uma vez, é o que não somente contribui para o desenvolvimento da intriga, mas dá a esta a forma dramática de uma mudança de sorte.

Resulta desse parentesco entre quase-acontecimento e quase-intriga que a pluralidade dos tempos históricos, pontificada por Braudel, é uma expansão do traço cardeal do tempo narrativo, a saber, sua aptidão de combinar em proporções variáveis o componente cronológico do episódio e o componente não-cronológico da configuração. Cada um dos níveis temporais exigidos pela explicação histórica pode ser visto como uma repetição dessa dialética. Talvez se possa dizer que com o acontecimento breve o episódico continua a prevalecer nas intrigas embora altamente complexas e que o longo prazo marca a presença da configuração. Mas o surgimento de uma nova qualidade factual, ao termo do trabalho de estruturação da história, soa como uma lembrança. A saber, que mesmo às estruturas mais estáveis algo acontece. É por isso que, apesar das suas reticências, Braudel não pôde deixar de terminar sua magnífica obra pelo quadro de uma morte, não, certamente, a do Mediterrâneo, mas sim a de Felipe II.

CONCLUSÕES

Que me seja permitido fazer o balanço dos resultados atingidos ao termo da segunda parte de meu estudo. comparados às aspirações anunciadas no capítulo III da primeira parte, esses resultados mantêm-se em limites bem precisos.

Primeiro, só foi submetido a exame um dos dois grandes modos narrativos, a história. Ficou excluído do campo de investigação tudo o que será colocado, na terceira parte, como *narrativa de ficção*: digamos, da epopéia arcaica ao romance moderno. Somente a metade do terreno a ser coberto pela investigação foi, pois, percorrida.

Ora, a restrição de nossas análises à narrativa histórica não teve somente como efeito deixar de fora outros modos narrativos. Ela acarretou uma amputação da problemática interna da própria história. Com efeito, a *aspiração à verdade*, pela qual a história, segundo uma expressão bem sucedida de Paul Veyne, pretende o título de narrativa "verídica", só se reveste de todo seu significado quando se pode opô-la à suspensão deliberada da alternativa entre o verdadeiro e o falso, característica da narrativa de ficção*.

* Quanto a isso, recordo a convenção de vocabulário que me esforço por respeitar: não considero o termo *ficção* sinônimo geral de "*configuração imaginada*". Essa é uma operação comum à historiografia e à narrativa de ficção: a esse título refere-se a *mimese* II. Em compensação, no meu vocabulário, o termo *ficção* é inteiramente definido pela antítese que constitui a narrativa verdadeira: inscreve-se, pois, em um dos dois trajetos da referência da narrativa e diz respeito a *mimese* III, cuja problemática

nego que essa oposição, entre narrativa “verdadeira” e narrativa “meio-verdadeira, meio-falsa”, repousa sobre um critério ingênuo de verdade, que deverá ser seriamente colocado em questão na quarta parte.

Por sua vez, essa primeira limitação provoca uma segunda mais grave, que concerne diretamente à relação da narrativa com *tempo*. Como acabamos de fazer alusão a isso, pondo entre parênteses a aspiração à verdade da história, renunciemos a tematizar por si mesma a relação da história com o *passado*. De fato, absteremo-nos deliberadamente de tomar partido a respeito do estatuto *ontológico* do passado histórico como *tendo sido*. Assim, quando discutimos o conceito de acontecimento, dissociamos, cuidadosamente, os critérios epistemológicos associados correntemente a essa noção (unicidade, singularidade, afastamento) dos critérios ontológicos pelos quais distinguimos do que não é fingido o que efetivamente aconteceu (admir, fazer acontecer, diferir em novidade de qualquer real já advindo). Ao mesmo tempo, a relação da história, como guardiã do passado dos homens, com o conjunto das atitudes pelas quais nos relacionamos ao passado e ao futuro, ficou em suspenso.

Em conseqüência, a questão do tempo histórico não foi desenvolvida em toda sua amplitude. Só foram levados em consideração os aspectos do tempo diretamente implicados nas operações de configuração que aparentam a história à narrativa. Mesmo a discussão sobre o longo prazo permaneceu nos limites de uma epistemologia aplicada às construções características da explicação em história. Discutimos relações entre longo prazo e acontecimento, não buscamos saber o que ocorre efetivamente com a relação das temporalidades múltiplas distinguidas pelo historiador com o que este chama, com desconfiança, de o tempo subjetivo dos filósofos — quer se entenda por isso a duração bergsoniana, o fluxo absoluto da consciência segundo Husserl, a historicidade segundo Heidegger. Mais uma vez, a contribuição da historiografia a esse debate só poderia ser esclarecida con-

só será explicitamente enfrentada na quarta parte. Como eu disse acima, essa escolha não deixa de ter inconvenientes; muitos autores não fazem nenhuma distinção entre ficção e configuração dado que toda configuração é fingida, isto é, não é dada nos materiais ordenados pela narrativa. Esses autores podem legitimamente considerar qualquer narrativa como uma ficção, na medida em que não levam em consideração a totalidade do gênero narrativo. Não tendo que justificar a pretensão da história de constituir uma narrativa verdadeira, não têm necessidade de um termo discriminativo para decidir entre as duas modalidades referenciais entre as quais se distribuem grosseiramente as configurações narrativas.

juntamente com a da narrativa de ficção. É o que demos a entender, subordinando, no capítulo III da primeira parte, a questão do tempo refigurado pela narrativa à resolução do problema da referência cruzada entre narrativa verdadeira e narrativa de ficção. Convém até mesmo suspeitar que, graças à sua liberdade maior quanto aos acontecimentos efetivamente advindos no passado, a ficção desenvolva, com respeito à temporalidade, recursos de investigação proibidos ao historiador. Como se dirá na terceira parte, a ficção literária pode produzir “fábulas a propósito do tempo” que não são apenas “fábulas do tempo”. Logo, não é inconcebível que seja preciso esperar o grande desvio pelo tempo da ficção para nos pronunciarmos definitivamente sobre a relação da história com o tempo.

Confessar os limites das análises de nossa segunda parte não obriga absolutamente a minimizar a importância dos resultados que acreditamos ter atingido. Simplesmente, esses limites advertem que nossa investigação ateu-se ao plano de *mimese* II, sem levar em conta a função de mediação operada por esse estágio mimético entre a experiência pré-narrativa e uma experiência *refigurada* pelo trabalho da narrativa sob todas as suas formas.

Toda nossa segunda parte consiste numa investigação das relações entre a escrita da história e a operação da armação da intriga, elevada por Aristóteles ao nível de categoria dominante na arte de compor obras que imitam uma ação. Se, com efeito, o confronto ulterior entre narrativa histórica e a narrativa de ficção devesse ter um sentido, seria preciso nos assegurarmos previamente do pertencer da história ao campo narrativo definido pela dita operação configurante. Ora, essa relação, à medida em que se verificava, revelava-se de uma complexidade extraordinária.

Para apreendê-la, foi preciso primeiro, nos capítulos I e II, recorrer a uma estratégia *antitética* onde se confrontaram as teses, grosso modo, nomológicas e as teses globalmente narrativistas. Ao longo dessa polêmica, não foi submetida à crítica qualquer tese que não tenha contribuído, às custas de uma série de *retificações*, a uma primeira aproximação da relação entre a história e a narrativa. Algumas dessas retificações só apareceram mais tarde. Assim, na primeira parte do capítulo I, a defesa de uma história não factual, considerada pelos historiadores franceses como incompatível com uma interpretação narrativa da história, ficou sem resposta crítica imediata, até que um

conceito mais refinado de intriga histórica permitisse, na última parte do terceiro capítulo, reintegrar a história não factual no campo narrativo. Mas era preciso primeiro, descartando uma leitura ingenuamente narrativa da história, colocar o problema na situação epistemológica mais desfavorável a uma relação direta e imediata entre a história e a narrativa.

Se, em compensação, o modelo nomológico foi submetido sem tardar a uma crítica muito viva, primeiro interna, no fim do capítulo I, depois externa, no capítulo II, essa dupla crítica não foi puramente negativa. Da passagem pelo modelo nomológico, releve-se a idéia de uma ruptura epistemológica que distancia a explicação histórica, armada de generalizações em forma de leis, da simples compreensão narrativa.

Uma vez reconhecida essa ruptura epistemológica, não seria mais possível retornarmos à tese demasiado simples, segundo a qual a historiografia seria uma espécie do gênero história narrada (*story*). Mesmo se, no todo, uma interpretação narrativista da história pareceu-nos mais justa que a interpretação nomológica, as teses narrativistas cada vez mais refinadas que explicamos na seqüência do capítulo II não nos pareceram reconhecer o valor exato da especificidade da história no campo narrativo. Seu defeito principal é não terem levado suficientemente em conta as transformações que afastaram a historiografia contemporânea de uma escrita ingenuamente narrativa e não terem conseguido integrar a explicação por leis ao tecido narrativo da história. E contudo, a justesa da interpretação narrativista consiste em ter percebido perfeitamente nela que a qualidade propriamente histórica de história só é preservada pelos laços, por mais tênues e dissimulados que sejam, que continuam a vincular a explicação histórica à compreensão narrativa, a despeito da ruptura epistemológica que dissocia a primeira da segunda.

Essa dupla exigência de fazer justiça à especificidade da explicação histórica e de preservar o pertencer da história ao campo narrativo, conduziu, no terceiro capítulo, a completar a estratégia antitética dos capítulos I e II por um método de questionamento na direção inversa, aparentado à fenomenologia genética do último Husserl. Esse método visa explicar o caráter *indireto* da filiação que vincula a história à compreensão narrativa, *reativando as fases de derivação* que asseguram essa filiação. Com todo rigor, o questionamento na direção inversa não diz mais respeito à epistemologia propriamente dita; menos

ainda, a uma simples metodologia ao nível do ofício de historiador. Diz respeito a uma *gênese do sentido*, que é da responsabilidade do filósofo. Contudo, essa gênese do sentido não seria possível se não fosse *escorada* pela epistemologia e pela metodologia das ciências históricas. São essas últimas que fornecem os *pontos de apoio* capazes de guiar, em cada um dos registros considerados, a reativação das fontes narrativas da historiografia científica. Assim, é a explicação causal singular que fornece a estrutura de transição entre a explicação por leis e a compreensão pela intriga. Por sua vez, as entidades de primeiro nível, às quais se refere em última instância o discurso da história, orientam o olhar em direção a modalidades de pertencer participativo que asseguram o parentesco entre o objeto da história e os personagens da narrativa. Enfim, as discordâncias de ritmo entre as temporalidades múltiplas emaranhadas no devir global das sociedades, revelam um parentesco profundo entre as mudanças históricas menos pontuais e as mudanças bruscas de sorte que, na narrativa, são consideradas como acontecimentos.

Assim, ofício de historiador, epistemologia das ciências históricas e fenomenologia genética somam seus recursos para reativar essa perspectiva noética fundamental da história que, para resumir, chamamos de *intencionalidade histórica*.

O resultado mais significativo do exame crítico da historiografia ainda não foi sublinhado. Resulta do contragolpe desse exame sobre o modelo inicial proposto no capítulo III da primeira parte.

Certamente, os traços essenciais do modelo de base foram preservados nas análises de nossa segunda parte: caráter dinâmico da operação de configuração, primado da ordem sobre a sucessão, competição entre concordância e discordância, esquematização pela narração das generalidades em forma de lei, concorrência entre sedimentação e inovação na formação das tradições ao longo do desenvolvimento das ciências históricas. Mas, como notávamos na ocasião, de um estudo que sucedia a um simples confronto entre a *distentio animi* agostiniana e o *muthos* aristotélico, deveríamos esperar que fornecesse “um esboço que requer ainda expansão, crítica e revisão”.

De fato, nosso exame da historiografia não se limitou a verificar a pertinência do modelo, aplicando-o a um campo tão considerável da composição narrativa. Um bom exemplo de *expansão* do modelo é fornecido pela complexidade, sem igual

na *Poética* de Aristóteles, da concordância discordante oferecida pela narração histórica. A idéia de *síntese do heterogêneo*, simplesmente sugerida na primeira parte, libera-se inteiramente dos limites que lhe impunham ainda os "gêneros" literários e os "tipos" de intriga conhecidos por Aristóteles. Poder-se-ia dizer que, com a historiografia, a "forma" da concordância discordante destaca-se dos "gêneros e dos "tipos" com os quais se confunde ainda na *Poética*.

Por isso mesmo, a expansão do modelo inicial tende a uma *crítica*, senão do modelo enquanto tal, pelo menos das interpretações da explicação histórica que permaneceram próximas demais desse modelo. É o caso todas as vezes que a teoria da história permanece mal distinguida de uma teoria da ação e não dá às circunstâncias, às forças anônimas, e principalmente às conseqüências não desejadas, o lugar que lhes é devido. O que é que transforma as ações em história, indaga um filósofo? São precisamente os fatores que escapam a uma simples reconstrução do cálculo dos agentes da ação. Esses fatores dão à armação da intriga uma complexidade sem equivalente no modelo reduzido ainda regrado, como em Aristóteles, pelos moldes da tragédia grega (sem esquecer contudo a epopéia e, em menor grau, a comédia). O modelo de explicação proposto por von Wright, para coordenar os segmentos teleológicos e os segmentos nômicos no interior de um modelo misto, dá bem a medida da crítica à qual deve ser submetido um modelo puramente ativo da explicação histórica.

Chegarei a falar de uma *revisão*, para a teoria da história, do modelo inicial? Sim, até certo ponto. Testemunham-no os conceitos de quase-intriga, de quase-personagem e de quase-acontecimento, que foi preciso construir para respeitar a forma muito indireta de filiação pela qual a historiografia menos narrativa, no seu estilo de escrita, permanece tributária da inteligência narrativa.

Falando de quase-intriga, de quase-personagem, de quase-acontecimento, quisemos levar os conceitos iniciais, elaborados sob o signo de *mimese II* às vizinhanças de seu ponto de ruptura. Recordemos o quanto a intriga que embasa a grande obra de Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*, está escondida na obra e é difícil de reconstruir. Tampouco esquecemos a prudência que requer o manejo dos nomes próprios, quando são aplicados às entidades de primeiro nível da história. Enfim, a noção de acontecimento teve de perder

suas características usuais de brevidade e de imprevisibilidade para igualar-se às discordâncias e às rupturas que pontuam a vida das estruturas econômicas, sociais, ideológicas de uma sociedade singular. O *quase* das expressões quase-intriga, quase-personagem, quase-acontecimento atesta o caráter altamente *analógico* do emprego das categorias narrativas na história científica. Pelo menos, essa analogia exprime o laço tênue e dissimulado que retém a história no âmbito da narrativa e preserva, assim, a própria dimensão histórica.

SECRETARIA DE CULTURA	
SECRETARIA DE	Letras
AQUISIÇÃO	C/ Capas
Aut. FLT	VALOR R\$ 320,00
DATA 28.4.97	TIPO 126524